

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Priscila Júlio Guedes Pinto

**Práticas de apurar crimes em interrogatórios policiais: uma abordagem da Análise
da Conversa Etnometodológica**

Juiz de Fora

2015

Priscila Júlio Guedes Pinto

Práticas de apurar crimes em interrogatórios policiais: uma abordagem da Análise da Conversa Etnometodológica

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguagem e Sociedade.

Orientador: Dr. Paulo Cortes Gago.

**Juiz de Fora
2015**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pinto, Priscila Júlio Guedes.

Práticas de apurar crimes em interrogatórios policiais: uma abordagem da Análise da Conversa Etnometodológica / Priscila Júlio Guedes Pinto. -- 2015.

325 p.

Orientador: Paulo Cortes Gago

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2015.

1. Apuração de crimes. 2. Interrogatórios Policiais . 3. Análise da Conversa Etnometodológica. 4. Linguística Aplicada das Profissões. I. Gago, Paulo Cortes , orient. II. Título.

Priscila Júlio Guedes Pinto

**Práticas de apurar crimes em interrogatórios policiais: uma abordagem da Análise
da Conversa Etnometodológica**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Aprovada em: ____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Cortes Gago
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Liana de Andrade Biar
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Talita de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca

Profa. Dra. Amitza Torres Vieira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Luiz Fernando Matos Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho e a minha vida à minha mãe, Sonia, que me incentivou a conquistar meus sonhos, e à minha estimada irmã, Paola, que sempre foi minha amiga. Ainda, dedico ao meu namorado, Elton, que esteve sempre presente nos momentos em que precisei.

Agradecimentos

Para alcançar esta vitória, contei com o carinho e apoio de muitas pessoas, por isso, gostaria de agradecer-lhes, mesmo sabendo que estas simples palavras não irão expor completamente a dimensão do meu agradecimento.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado o dom da vida e por abençoar-me em todos os momentos.

À minha mãe, Sonia, por estar permanentemente ao meu lado, torcendo por mim e incentivando-me a conquistar os meus sonhos. Obrigada, *mãezinha*, por sempre me estimular a estudar e por acreditar na minha capacidade.

À minha irmã e eterna amiga Paola, pelo constante carinho e apoio que sempre me deu. Obrigada, *maninha*, por tudo que você tem feito por mim nesta vida.

Ao meu grande amigo e namorado, Elton, por ter-me dado atenção nos momentos difíceis da minha vida e por compreender os momentos em que não pude estar ao seu lado. Amo você, *mozinho*.

À minha avó, Sônia (*in memoriam*) e ao meu avô Antônio (*in memoriam*), por terem me incentivado a estudar. Sei que teriam orgulho de mim neste momento.

À minha amiga Guayaciba Panconi, pelo exemplo de vida e por ter sempre torcido por mim.

À eterna amiga Débora Marques, pela descoberta conjunta do “*universo*” policial na Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher e por sempre me ajudar nos instantes em que necessitei.

Às minhas amigas Daiane Silva Barbosa, Daniele Fonseca e Simone Cássia, pelas palavras de carinho e pela amizade sincera.

Às minhas amigas Simone Muller Costa, Simone Portela e Sarah Munck Vieira, pelo compartilhamento comigo “*do mundo*” das Letras e pelo companheirismo no trabalho.

Às minhas amigas Nilandre Ribeiro e Chirley Palácio, que acreditaram na conquista desta vitória.

Ao professor Paulo Cortes Gago, por ter-me orientado na elaboração desta tese e por ter-me incentivado, desde a iniciação científica a desenvolver pesquisas. Muito obrigada, por ter dividido comigo seus saberes e conhecimentos.

Aos componentes do grupo de pesquisa LINPRO (Linguística Aplicada das Profissões), pelos momentos em que compartilhamos conhecimentos.

Aos professores (as) Dra. Liana de Andrade Biar, Dra. Talita de Oliveira, Dra. Amitza Torres Vieira e Dr. Luiz Fernando Matos Rocha, por terem aceitado participar da mesa de discussão sobre este trabalho.

À delegada Sônia, ao inspetor Ricardo, à Rita e a todos que nos receberam na Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher, por terem contribuído para o acontecimento deste trabalho.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rosângela, e ao coordenador do PPG- Linguística, Luiz Fernando Matos Rocha, e à ex-coordenadora do PPG- Linguística, Luciana Teixeira, pelo excelente atendimento dado aos alunos.

Aos professores do Programa de Doutorado, pela troca de conhecimentos.

Aos alunos e colegas de trabalho do IF Sudeste-MG, por torcerem por mim.

Obrigada a todos os meus professores, amigos e familiares que não mencionei aqui, simplesmente porque seria impossível fazer um agradecimento pessoal a cada um de vocês neste curto espaço.

Questionamento constante e frequente é a primeira
chave para a sabedoria...

Através do duvidar que somos levados a inquirir, e
pelo inquirido, nós percebemos a verdade.

Pedro Abelardo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mapear as práticas de apurar crimes, desempenhadas por um inspetor de polícia, nos interrogatórios policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher (doravante DRCCM). A relevância deste trabalho deve-se ao fato de a atividade de apurar crimes, nos interrogatórios policiais, ser fundamental para a composição do processo criminal, encaminhado ao judiciário para punição dos acusados. Esta pesquisa baseia-se no referencial teórico-metodológico da Análise da Conversa de base Etnometodológica (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON (2003 [1974])) para o mapeamento sequencial dessas práticas, que são construídas localmente nas interações dos interrogatórios policiais. O trabalho insere-se no panorama da Linguística Aplicada das Profissões (SARANGI, 2005). Considerando que a apuração se processa, sobretudo, por meio de sequências de pares adjacentes de pergunta e resposta, a análise parte do estudo das práticas de apurar crimes executadas por um policial, e das perguntas e/ou afirmações que as implementam. Este estudo evidencia que, através de tais práticas, o policial atinge a sua meta institucional, tentando coletar informações que comprovem a materialidade dos delitos. Os resultados desta pesquisa mostram que das oito práticas detectadas, em apenas duas, o policial consegue as informações criminais que ele busca obter. Apesar de a maioria dessas práticas não tenham sido eficazes para o policial comprovar a materialidade dos delitos, destaca-se que o conhecimento adquirido pelos policiais civis dessas práticas possa contribuir para o desenvolvimento do trabalho policial nas Delegacias de Polícia, de modo que os próprios policiais reflitam sobre o seu fazer investigativo e busquem novas práticas que possam ajudá-los na obtenção de informações relacionadas aos delitos.

Palavras-chave: Apuração de crimes. Interrogatórios Policiais. Análise da Conversa Etnometodológica. Linguística Aplicada das Profissões.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to map out the practices of investigating crimes led by the police officer in the police interrogations at an All-female Police Station. The relevance of this work is due to the fact that the act of investigating crimes in police interrogations is fundamental for the whole criminal process that it is then sent to the court for the correct punishment of the accused. This research is based on the methodological and theoretical references of Conversation Analysis Ethnomethodology (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON (2003 [1974]) for the sequential mapping out of these practices, which are done locally in the interactions of the police interrogations. This work is part of the so called Applied Linguistics of Professions panorama (SARANGI, 2005). Considering that the investigation is processed, above all, through the adjacent pairs of question and answer sequences, the analysis goes from the study practices of investigating crimes done by a police officer, and the questions and/or statements that they implement. This study shows that, through such practices, the police officer reaches his institutional goal in trying to collect information to prove the materiality of crimes. The results of this research show that of the eight practices detected, in only two, the police officer collects the criminal information that he seeks to obtain. Although most of these practices have not been effective to the police officer proves the materiality of crimes, it is emphasized that the knowledge gained of these practices by the police officers can contribute to the development of police work within the Police Stations, in a way that the police officers can reflect upon their interrogation techniques and seek new ways to help them get information related to the crimes.

Keywords: Crime investigation. Police interrogations. Conversation Analysis Ethnomethodology. Applied Linguistics of Professions.

LISTA DE SIGLAS

- DRCCM – Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher.
- BO – Boletim de ocorrência.
- ACE - Análise da Conversa Etnometodológica.
- UCT – Unidade de Construção de Turno.
- PPPb – Primeira parte do par de base.
- SPPb – Segunda parte do par de base.
- RILCO- reparo iniciado e levado a cabo pelo outro.
- JECRINS- Juizados Especiais Criminais.
- APF- Auto de prisão em flagrante.
- IPs – Interrogatórios policiais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	20
2.1	A ORIGEM DOS ESTUDOS DA ANÁLISE DA CONVERSA ETNOMETODOLÓGICA E ALGUNS PRINCÍPIOS DE ANÁLISE.....	20
2.1.1	O sistema de tomada de turnos na conversa	25
2.1.2	O estudo da fala-em-interação	28
2.1.3	A organização de sequências: os pares adjacentes e o sistema de reparo	29
2.1.4	A organização da preferência	38
2.1.5	A fala-em-interação em ambiente institucional.....	39
2.2	FORMULAÇÃO E REFORMULAÇÃO	44
2.3	PERGUNTA: DEFINIÇÃO	47
2.3.1	Tipos de perguntas e respostas	54
2.3.2	Perguntas em ambientes institucionais.....	67
2.3.3	Perguntas e técnicas de interrogar em interrogatórios policiais.....	79
2.3.4	Discutindo tipos de perguntas e técnicas de interrogar em interrogatórios policiais	110
3	CONTEXTO DE PESQUISA	114
3.1	A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO UM FENÔMENO SOCIAL.....	115
3.2	AS DELEGACIAS DA MULHER E A PROTEÇÃO À MULHER.....	116
3.3	A LEI MARIA DA PENHA	117
3.4	O PAPEL E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA POLÍCIA	118
3.5	A DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER	121
3.6	A INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	122
3.7	OS MEIOS DE PROVA.....	126
3.8	O INTERROGATÓRIO	127
4	METODOLOGIA DE PESQUISA	129
4.1	A CORRENTE POSITIVISTA E A INTERPRETATIVA.....	129
4.2	OS MÉTODOS QUANTITATIVO E QUALITATIVO.....	131
4.3	A CONTRIBUIÇÃO DA ETNOGRAFIA PARA NOSSA PESQUISA E A TIPOLOGIA DE PESQUISADOR.....	133
4.4	ANÁLISE DA CONVERSA ETNOMETODOLÓGICA: IMPLICAÇÕES	

METODOLÓGICAS DE PESQUISA.....	134
4.5 LINGUÍSTICA APLICADA DAS PROFISSÕES.....	137
4.6 A DRCCM: NOSSO <i>LOCUS</i> DE PESQUISA E ENTRADA NO CAMPO.....	138
4.7 DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DE PESQUISA: ESTRUTURA FÍSICA.....	140
4.8 A GERAÇÃO DOS DADOS.....	141
4.9 GERAÇÃO DOS DADOS: NOTAS DE CAMPO.....	144
4.10 TRANSCRIÇÃO DOS DADOS.....	144
4.11 A SEGMENTAÇÃO DOS DADOS.....	146
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	150
5.1 BUSCANDO RELATO LIVRE DOS PARTICIPANTES SOBRE O CRIME.....	153
5.2 BUSCANDO INFORMAÇÕES SOBRE O CRIME POR MEIO DE APRESENTAÇÃO DE EVIDÊNCIAS.....	162
5.3 BUSCANDO EVIDÊNCIAS DE PROVAS.....	169
5.4 BUSCANDO INFORMAÇÕES RELACIONADAS INDIRETAMENTE COM O CRIME... ..	180
5.5 ESTABELECENDO RELAÇÃO DE CONFIANÇA PARA BUSCAR INFORMAÇÕES SOBRE O CRIME.....	188
5.6 SOLICITANDO PONTO DE VISTA DOS PARTICIPANTES A RESPEITO DO CRIME.....	193
5.7 SOLICITANDO EXPLICAÇÕES DOS PARTICIPANTES SOBRE CIRCUNTÂNCIAS RELACIONADAS AO CRIME.....	200
5.8 BUSCANDO INFORMAÇÕES SOBRE O CRIME A PARTIR DO CONTEÚDO NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA.....	206
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
REFERÊNCIAS.....	230
APÊNDICES.....	240
APÊNDICE A - Modelo das notas de campo.....	241
APÊNDICE B - Nota de campo – IP I.....	242
APÊNDICE C - Nota de campo – IP II.....	244
APÊNDICE D - Nota de campo – IP III.....	246
APÊNDICE E - Nota de campo – IP VI.....	248
APÊNDICE F - Nota de campo – IP VIII.....	250

APÊNDICE G - Resumo dos IPs	252
ANEXOS	257
ANEXO A - Convenções de transcrição	258
ANEXO B - Parecer de aprovação do projeto de pesquisa	259
ANEXO C - Transcrição do IP I	261
ANEXO D - Transcrição do IP II	269
ANEXO E - Transcrição do IP III	277
ANEXO F - Transcrição do IP VI	299
ANEXO G - Transcrição do IP VIII	311

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a violência contra a mulher é considerada como qualquer ação ou conduta que provoque morte, dano físico ou psicológico, no espaço público ou privado, e representa uma das principais causas de sofrimento físico e psicológico (BRANDÃO, 2009). Esse tipo de violência pode estar relacionado à desigualdade social encontrada historicamente entre homens e mulheres, provocando a subordinação feminina.

Durante décadas, nem a sociedade nem o Estado brasileiros reconheceu a violência contra a mulher como um problema social que crescia a cada ano devido ao “poder” do homem sobre a mulher. No Brasil, esse tipo de violência, anteriormente às décadas de 70 e 80, era considerado pela sociedade e pelo Estado como corriqueiro e normal entre homens e mulheres que mantinham alguma relação afetiva, de modo que conflitos entre marido e esposa tinham de ser resolvidos entre eles sem a interferência da justiça, que se mantinha distante de qualquer ato de violência sofrida por mulheres.

Somente nas décadas de 1970 e 1980, com a divulgação na imprensa de homicídios de mulheres¹ cometidos por seus companheiros e com a constante absolvição destes, começou a evidenciar-se a preocupação do Estado brasileiro com esse tipo de violência, culminando na implantação de Delegacias da Mulher². Estas, com o objetivo de prestar adequado atendimento às mulheres vítimas de violência conjugal e de crimes sexuais, constituem o principal elemento de política pública de combate à violência contra a mulher no Brasil e se configuram como um meio de politização da justiça para garantir os direitos da mulher (OLIVEIRA, 2006).

A Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher (doravante DRCCM), onde geramos os nossos dados, surge com esse objetivo de garantir os direitos da mulher e de punir os possíveis agressores de atos criminais (PINTO, 2009; GAGO, PINTO, 2012). Nesse ambiente institucional específico, o inquérito policial, instrumento através do qual se investigam os casos de violência contra a mulher, é instaurado e conduzido pelo inspetor de

¹Nesse período, a mídia divulgou o assassinato de Ângela Street por seu companheiro, Doca Street, ambos da elite social, e, em 1980, os homicídios de Maria Regina Rocha e Heloisa Ballesteros, em Minas Gerais.

² O surgimento das Delegacias da Mulher não contribuiu para a extinção total de crimes associados à violência contra a mulher. No Brasil, há uma quantidade bem elevada de mulheres que são violentadas por seus companheiros, como mostram dados extraídos do Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, divulgado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres: quatro, entre cada dez mulheres brasileiras, já foram vítimas de violência doméstica (cf. BRASIL, 2011).

polícia, responsável por interrogar vítima e suspeito, a fim de conseguir informações que comprovem, ou não, a ocorrência do possível crime. Tais informações, quando confirmam o acontecimento do ato criminal, são encaminhadas ao poder judiciário para que o suspeito seja punido por ter cometido o delito.

Embora a DRCCM seja uma instituição especializada para atender mulheres que sofreram algum tipo de violência pelos seus companheiros, nesse ambiente, não se recebem somente casos de violência contra mulheres, mas também outros tipos de casos envolvendo menores, como abuso sexual, maus tratos, desaparecimento, entre outros. Além dessas ocorrências que envolvem vítimas menores de idade, nessa Delegacia, há o recebimento de casos que diz respeito a problemas de ordem familiar, como, por exemplo, problema de visitação dos filhos por casal separado.

Devido a essa diversidade de casos, o inspetor de polícia não somente realiza sua tarefa central de apurar os possíveis crimes nos interrogatórios policiais, mas também desempenha outras tarefas, tais como: (1) dar explicações legais às partes sobre a vigência do boletim de ocorrência (BO), caso a vítima deseje não encaminhar o processo criminal ao judiciário; (2) dar esclarecimentos à vítima e ao suspeito sobre os seus direitos e deveres como cidadãos brasileiros; (3) diagnosticar o conflito entre as partes; (4) realizar avaliações; (5) explicar seu papel na instituição; (6) negociar conflitos, etc. (PINTO, 2009; GAGO, PINTO, 2012).

Dentre essas várias tarefas executadas pelo policial, nosso estudo focará na atividade de apurar crimes, já que a realização dessa tarefa pelo inspetor de polícia é fundamental para a composição do processo criminal a ser encaminhado ao judiciário, de modo que, através dela, o inspetor de polícia pode conseguir coletar informações que comprometam os suspeitos com os crimes de que são acusados.

Em manuais de alguns países, como Reino Unido, Austrália, Canadá, Países Baixos, são encontrados métodos e técnicas de apurar crimes em interrogatórios policiais. Nesses manuais³, há a descrição dos tipos de perguntas e habilidades/técnicas de interrogar que servem como referência para policiais investigar delitos com vítimas (adultas e crianças) e suspeitos em interrogatórios. Enquanto, nesses países, há um documento padrão que orienta os policiais sobre como interrogar para buscar a verdade dos fatos, no Brasil, inexistente esse tipo de manual de instrução dos policiais na apuração de crimes em interrogatórios, de modo

³ Sugerimos que nosso leitor recorra às seguintes referências para ter acesso a tais manuais: Read et al. (2014), Snook et al. (2014), Jol, Houwen (2014).

que o treinamento dos policiais civis é feito nas academias de polícia de cada Estado, depois de serem aprovados em concurso público.

Nas academias de polícia, o período e a forma como o treinamento é realizado varia de região para região. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, os policiais, durante o treinamento, além de estudarem assuntos de Direito, têm aulas de tiro e atuam nas Delegacias como estagiários para aprenderem, na prática, como se investigam crimes. Esse treinamento tem carga horária de 720 horas-aula, das quais 480 são de formação teórica e de defesa pessoal – cujas aulas acontecem na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais (ACADEPOL-MG) – e 240 são de treinamento prático nas Delegacias de Polícia. Como o trabalho de investigação em interrogatórios aprende-se na prática, não há um documento oficial que padronize os métodos e técnicas de apuração usadas pelos profissionais nas Delegacias.

No Brasil⁴, existem várias Delegacias especializadas: Delegacias da Mulher, Delegacias de furtos e roubos, Delegacias de homicídio, Delegacias de Proteção ao Meio Ambiente, Delegacia de atendimento à terceira idade, etc., nas quais os policiais adquirem conhecimentos específicos de acordo com as demandas de casos criminais recebidos nessas instituições. Devido a essa diversidade de Delegacias especializadas e, conseqüentemente, às diferentes formas como os policiais devem atuar em cada uma, não há, no Brasil, uma uniformização e unificação das práticas de apuração de crimes a serem desempenhadas pelos policiais civis em interrogatórios policiais.

Como não há um documento regulatório e unificador das habilidades/técnicas de interrogar e nem tampouco treinamento padronizado oferecido pelas academias de polícia brasileiras aos policiais, acreditamos que o nosso estudo, cujo objetivo geral é mapear as práticas de apurar crime pelo inspetor de polícia nos interrogatórios policiais da DRCCM, seja relevante para o desempenho do trabalho investigativo policial nas Delegacias de Polícia, permitindo aos policiais visualizar e refletir sobre a sua própria prática profissional neste ambiente.

Além desse objetivo, destacam-se os objetivos específicos do presente estudo: (i) descrever os tipos e funções das perguntas e/ou afirmações utilizadas pelo inspetor de polícia;

⁴ Em cidades de pequeno porte, onde não há Delegacias especializadas, qualquer tipo de crime é investigado na única Delegacia de Polícia Civil existente na cidade.

e (ii) investigar as práticas de apurar crimes e a meta institucional a ser atingida pelo policial na DRCCM.

Neste trabalho, estudaremos as práticas de apurar crimes como uma atividade discursiva, construída localmente entre os participantes da conversa. Essa perspectiva diverge de vários estudos em Psicologia, que apresentam classificações de tipos de perguntas usadas por policiais como estratégias/técnicas de investigação em interrogatórios, cuja preocupação é não só a não contaminação da memória do suspeito, anulação de falsas confissões e detecção de mentiras (MYKLEBUST, BJORKLIND, 2006; GRIFFITHS, MILNE, 2006; RICHARDSON et al., 1965; ALDRIDGE, CAMERON, 1999 *apud* OXBURGH et al., 2010), mas também o interesse em quantificar as técnicas de interrogar mais utilizadas por policiais nos interrogatórios (SNOOK et al., 2012; READ et al., 2014; KASK, 2012⁵).

Para a análise das práticas de apurar crimes, encontradas em 9 (nove) interrogatórios policiais, basear-nos-emos nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise da Conversa Etnometodológica (ACE), que se preocupa, centralmente, com as práticas situadas de fala-em-interação, considerando as características da trajetória da conversa em sua organização sequencial.

Em nossa análise, consideraremos também as ações implementadas por tais práticas, ou seja, mostraremos os tipos e funções de perguntas e/ou afirmações que as compõem em sequências de pares adjacentes⁶.

Durante este trabalho, propomo-nos responder às seguintes perguntas de pesquisa:

- (1) Quais são as práticas de apurar crimes utilizadas pelo inspetor de polícia nos interrogatórios policiais da DRCCM?
- (2) Quais são os tipos e funções de perguntas e/ou afirmações usadas pelo inspetor durante a apuração de crimes?
- (3) Em que medida as práticas de apurar crimes e as ações que as implementam contribuem para que o policial atinja a sua meta institucional?

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativa com procedimentos de base etnográfica para a geração de dados, bem como se apoia no panorama da Linguística Aplicada das Profissões (SARANGI, 2005).

Esta tese é dividida em seis capítulos, contando com essa introdução e com as considerações finais. Após a introdução, apresentaremos *os pressupostos teóricos* que

⁵ Esses estudos quantitativos serão abordados no capítulo teórico (cf. subitem, 2.3.3).

⁶ Pares adjacentes são grupos de ações que ocorrem em sequências pares, como: convite/aceitação ou recusa, cumprimentos, agradecimento-resposta, etc. A noção de pares adjacentes será explorada no capítulo 2.

sustentam a nossa pesquisa. Em seguida, exporemos *o contexto da nossa pesquisa*, definindo a violência de gênero e o papel das Delegacias das Mulheres no Brasil e demonstrando ao nosso leitor a organização policial, bem como a formação do inquérito policial. No quarto capítulo, apresentaremos *os pressupostos metodológicos*, em que detalhamos o caminho percorrido para que os objetivos deste estudo fossem alcançados. No quinto capítulo, apontaremos *a análise dos dados*, em que analisaremos as práticas de apurar crimes nos segmentos de fala, extraídos dos interrogatórios policiais. Por último, apresentaremos *as considerações finais* deste trabalho, mostrando os resultados da pesquisa.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, serão tratados inicialmente os conceitos e princípios de análise apontados pelos analistas da conversa. Posteriormente, serão apresentadas as definições de formulação e reformulação. Além disso, será apresentada uma discussão sobre a definição de pergunta e o nosso posicionamento de como trataremos pergunta neste trabalho. Mostraremos os tipos de perguntas e respostas, bem como alguns trabalhos dedicados a estudar perguntas em diferentes contextos institucionais, incluindo estudos em interrogatórios policiais.

Por fim, apontaremos uma discussão proposta por Oxburgh et al. (2010) sobre tipologia de perguntas e exporemos a nossa avaliação da literatura sobre pergunta e técnicas de interrogar em interrogatórios policiais.

2.1 A ORIGEM DOS ESTUDOS DA ANÁLISE DA CONVERSA ETNOMETODOLÓGICA E ALGUNS PRINCÍPIOS DE ANÁLISE

Em meados da década de 1960, quando Harvey Sacks, trabalhando no *Suicide Research Center*, em Los Angeles, começou a analisar conversas gravadas em áudio para o desenvolvimento de sua pesquisa, destacou-se o estudo da conversa cotidiana a partir de dados reais de fala-em-interação gravados. Através da análise dos dados, Sacks passou a preocupar-se com os métodos de racionalidade, isto é, com a forma como as ações sociais são organizadas pelos participantes em uma dada situação interacional. Esse olhar para o conhecimento do agente acerca das ações sociais que realiza distancia-se do pensamento sociológico de Talcott Parsons, que colocou as ações dos seres humanos associadas às normas culturais, internalizadas por mecanismos de assimilação, posteriormente reproduzidas no mundo social, sem a apresentação de alguma autonomia dos indivíduos sobre suas condutas sociais.

Tal pensamento de Parsons é contraposto por Harold Garfinkel, precursor da Etnometodologia, cujo objetivo é descrever os métodos (procedimentos, saberes e técnicas) que os membros de uma dada sociedade utilizam para realizarem suas atividades cotidianas. Para Garfinkel (1967), os atores sociais não só usam seus conhecimentos e aplicam regras de comportamento ao executarem suas atividades, mas também são capazes de explicar as ações sociais que desempenham cooperativamente nessas atividades. Ao considerar os fatos sociais como produtos da contínua atividade dos homens, Garfinkel (1967) baseia-se em Schutz, para

quem o mundo social é interpretado a partir de categorias e construtos do senso comum, que são sociais em sua origem. Os agentes, por meio dos construtos, “interpretam suas situações de ação, captam intenções e motivações dos outros, realizam compreensões intersubjetivas e ações ordenadas” (HERITAGE, 1996 [1987], p. 329). Esse entendimento intersubjetivo dos atores sociais em relação às situações cotidianas que constituem o mundo social é um dos pontos centrais da Etnometodologia, cujos estudos são apontados por Garfinkel (1967) como aqueles que

analisam as atividades cotidianas enquanto métodos dos membros para tornar essas mesmas atividades visivelmente-rationais-e-relatável-para-todos-os-efeitos-práticos, ou seja, relatáveis, enquanto organizações de atividades comuns cotidianas⁷ (GARFINKEL, 1967, p. vii).

Conforme podemos notar, na visão etnometodológica, as descrições e entendimentos de senso comum dos atores sociais com relação as suas atividades cotidianas constituem essas mesmas atividades, e isso os torna atores responsáveis pela racionalidade e explicabilidade das suas ações.

Ao tratar as atividades práticas e o raciocínio sociológico prático como temas de estudo empírico, Garfinkel (1967) apresenta algumas características da racionalidade humana: (i) a intersubjetividade; e (ii) a reflexividade das ações e descrições, relacionada com a *accountability*.

A intersubjetividade é tratada por Garfinkel (1967) não como a interseção entre conjuntos de conceitos, valores, normas, etc., que as pessoas possuam, mas como uma realização conjunta por meio de métodos próprios de interação em atividades cotidianas, ou seja, as pessoas, em situações cotidianas, reconstroem as suas compreensões com base em ações anteriores, ou posteriores, à medida que se desenvolve a sequência de ações em que estão envolvidas.

Abeledo (2008), baseada em Garfinkel (1967), aponta que, para o autor, as compreensões conjuntas são válidas para todos os fins práticos de uma determinada atividade e estão sempre em andamento, são “suscetíveis de modificação e continuamente elaboradas no decorrer do tempo interno dessa atividade” (ABELED0, 2008, p. 32). De acordo com essa visão procedimental, o conhecimento compartilhado entre os membros de uma sociedade consiste nas práticas (sociais e cognitivas) que tornam racionais e aceitáveis as ações desses membros, os quais constroem um mundo conhecido em comum (ABELED0, 2008). Tal conhecimento de mundo em comum é uma realização conjunta constantemente em

⁷ Ethnomethodological studies analyse everyday activities as member’s methods for making those same activities visibly-rational-and-reportable-for-all-practical-purposes, i.e., ‘accountable’, as organizations of commonplace everyday activities (GARFINKEL, 1967, p. vii).

andamento, e a compreensão mútua é um trabalho interpretativo, o qual pode ocorrer por meio do uso da linguagem cotidiana.

Nesse sentido, podemos afirmar que o entendimento mútuo das ações executadas pelos atores sociais depende do uso coordenado da linguagem em interação. Para Abeledo (2008), a determinação do que está sendo dito e feito com as palavras se estabelece por meio de sequências de trabalho interpretativo, pelo qual “o que uma fala descreve e faz, e a própria sequência de fala-em-interação, (...) se elaboram mutuamente” (ABELED0, 2008, p. 47).

Considerando que o mundo social é constituído e reproduzido por meio da ação humana, Giddens (1996) aponta que a noção de ação está integralmente ligada à capacidade dos agentes de autorrefletirem sobre suas ações, de monitorarem, de forma racional, as suas condutas. Essa capacidade dos atores sociais é mencionada também pelo autor no livro *Novas regras do método sociológico*:

A reflexividade é tomada como adquirida pelos atores sociais em relação a terceiros, e [os atores sociais] fazem uso desse conhecimento ao levarem gradualmente a cabo qualquer ato de comportamento social. Os membros sabem, requerem, contam com e fazem uso dessa reflexividade para produzirem, realizarem, reconhecerem ou demonstrarem adequação racional para todos os propósitos práticos dos seus procedimentos de descoberta (GIDDENS, 1996, p. 52- adaptado).

A reflexividade consiste, então, no fato de que as atividades que produzem uma determinada situação refletem os métodos utilizados pelos membros para tornar essas atividades compreensíveis, explicáveis, descritíveis, justificáveis, ou melhor, *accountable*⁸. A noção de reflexividade é mais evidente nas palavras de Garfinkel (1967, p. 1): “(...) as atividades pelas quais os membros produzem, gerenciam situações de assuntos cotidianos organizados são idênticas aos procedimentos dos membros para tornar essas situações relatáveis⁹”. De acordo com o autor, as ações e descrições dos atores refletem e produzem contextos concomitantemente.

⁸ Para Garcez e Loder (2005), a noção de accountability (prestação de contas ou justificabilidade) é um dos conceitos-chave da Etnometodologia, segundo a qual “a organização da ação social está pautada pela necessidade que os integrantes do grupo têm de agir de modo que suas ações sejam evidentemente justificáveis naquela junção interacional (...)” (GARCEZ, LODER, 2005, p. 290). Com isso, podemos afirmar que, ao agirmos no mundo, estamos sempre justificando/prestando contas da adequação das nossas ações à medida que construímos nossas ações. Em uma tradução do primeiro capítulo da obra *Studies in Ethnomethodology*, o termo “*accountable*” é traduzido como relatável (GARFINKEL, 2009 [1967]); cf. Tradução feita por Gago e Magalhães (2009).

⁹ “(...) the activities whereby members produce and manage settings” of organized everyday affairs are identical with members procedures for making those settings 'accountable' (GARFINKEL, 1967, p. 1).

Ao levar em conta o caráter reflexivo das ações, Abeledo (2008) afirma que as ações são vistas como realizações intersubjetivas sempre em andamento e suscetíveis de modificação, observáveis nos métodos dos participantes para torná-las compreensíveis e justificáveis e, assim, disponíveis para descrição para os atores sociais e para os analistas.

A partir da noção de que a realidade social é construída intersubjetivamente entre os atores sociais e da noção de reflexividade da ação social, é importante comentar que o entendimento mútuo das ações executadas pelos agentes sociais e o caráter reflexivo de tais ações são estabelecidos via linguagem, a qual, segundo Watson, está no seio das práticas de formação de sentido pelos membros de uma sociedade¹⁰. A linguagem como constitutiva da vida social é um dos pontos apontados por Heritage (1984) que interliga a Análise da Conversa à Etnometodologia. O autor menciona ainda outros dois pontos: (i) a realidade e ordem sociais não são pré-existentes, mas processuais (um processo através do qual os traços da aparente estabilidade da organização social são continuamente criados); e (ii) o ator social não é reproduzidor de normas, mas alguém que atua intensamente no mundo, intervindo como agente em seu ambiente na construção da realidade.

Segundo Coulon (1995), a Análise da Conversa pode ser considerada como sendo “o programa mais completo da Etnometodologia” (COULON, 1995, p. 72), pois

[ela] é o estudo das estruturas e das propriedades formais da linguagem. Para poderem se desenvolver, as nossas conversas são organizadas, respeitam uma ordem, que não temos necessariamente de explicitar durante o decurso de nossas conversas. Noutras palavras, demonstramos, no decorrer de nossas conversas, a nossa competência social para conversar com nossos semelhantes, de um lado expondo, tornando compreensíveis aos outros o nosso comportamento e, de outro lado, interpretando o comportamento dos outros (COULON, 1995, p. 73).

Com base nessa citação, podemos notar a forte ligação entre a Análise da Conversa e a Etnometodologia: a descrição dos métodos que os membros utilizam ao realizarem as suas práticas sociais a partir da organização sequencial da fala-em-interação. Desse modo, a ACE é tida como uma importante abordagem teórico-metodológica, ao fazer um estudo detalhado de fenômenos pequenos para entender como os seres humanos realizam as suas ações e quais são os objetos que eles usam para construir e ordenar suas práticas sociais.

¹⁰ Trecho mencionado por Watson no minicurso: “Ethnomethodology and its 'Relatives': A Family of Radical Approaches in Social and Linguistic Science”, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 2010.

Ao partir da análise *micro* da estrutura da fala – observando o turno conversacional, a tomada de turnos, a sequência conversacional (cf. subitens 2.1.1, 2.1.3, deste capítulo) – considera-se a ACE uma forma de Microsociologia para descrever a organização dos padrões de ações nas diversas atividades da vida humana.

O objeto de estudo da ACE, recai, portanto, sobre as competências de falantes demonstradas ordinariamente em seus comportamentos via interação, ou seja, a ACE tem como objetivo descobrir os procedimentos e as competências sociolinguísticas sublinhadas na produção e na interpretação da fala em sequências organizadas de interação (HUTCHBY, WOOFFITT, 1998; PSATHAS, 1995).

O procedimento dos analistas da conversa de descobrir a organização da fala- em- interação, de investigar e de analisar a sistematização das ações sociais ocorre, em termos de unidades linguísticas, a partir de jatos de linguagem proferidos pelos participantes de interações, que são acomodados no que Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) denominam de turno conversacional ou turno de fala. Isto é, o entendimento mútuo que os participantes revelam entre si, interativamente, se dá a partir das ações que são sequencial e organizacionalmente construídas turno a turno.

Tratando a conversa como um objeto de estudo sistemático, a ACE apresenta um novo foco de estudo dentro da Linguística¹¹: a linguagem como um constituinte da vida social e da ação verbal como duplamente contextual (HERITAGE, 1984). A ação verbal é considerada duplamente contextual pelo fato de um enunciado subsequente não apenas se apoiar no contexto existente para sua produção e interpretação, mas também formatar um novo contexto para a próxima ação. Um exemplo seriam os pares adjacentes, como pedido/aceitação ou recusa: ao fazermos um pedido a alguém, esperamos que este dê como resposta a aceitação ou recusa. Há, portanto, a criação de expectativas de ação relevante seguinte na resposta a ser dada.

Nesse sentido, durante as interações, vai renovando-se a possibilidade de contexto à medida que uma ação projeta outra em uma sequência de turnos. Essa relação sequencial entre as ações na conversa é chamada de *implicatividade sequencial* (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003 [1974]).

¹¹ Saussure (1973), Bloomfield (1935) e Chomsky (1957), em seus trabalhos, ignoraram completamente o caráter sistemático da fala, dado que acreditavam na sua desorganização. Para um maior aprofundamento sobre a discussão, ver Gago (2005), Goodwin, Heritage (1990).

Como a ACE procura descrever as ações humanas que se realizam por meio da fala-em-interação de forma situada, ela desenvolve suas análises a partir de gravações de áudio ou vídeo de falas reais em ambientes cotidianos e institucionais.

A fim de estudar as propriedades organizacionais da conversa, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) apresentaram “uma descrição sistemática para a organização da tomada de turnos na conversa” (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003 [1974], p. 12). A seguir, apresentaremos como se organiza tal sistema de tomada de turnos.

2.1.1 O sistema de tomada de turnos na conversa

A ACE parte do princípio de que a conversa é indispensável e fundamental para constituição do mundo social, uma vez que é por meio dela que realizamos grande parte de nossas atividades cotidianas em sociedade. Por essa razão, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) denominaram a conversa como a *pedra sociológica fundamental* e a colocaram como uma forma básica de linguagem em uso nas relações humanas, da qual todas as outras formas de uso de linguagem, como a fala em ambientes institucionais, derivam.

Partindo da Sociologia e usando gravações de conversas espontâneas para caracterização e descrição das inter-relações dos vários tipos de organização sequencial operantes na conversa, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) preocuparam-se com a organização da tomada de turno pelo fato de, em dados de conversa, tornar-se cada vez mais evidente que a tomada de turnos é uma forma básica de organização para a conversa, uma vez que quaisquer variações que as partes apresentassem na conversa, seriam acomodadas sem mudança no sistema, mesmo a conversa sendo localmente afetada por aspectos sociais do contexto.

Os autores apontaram ainda que o sistema de tomada de turnos na conversa podia ser descrito em termos de dois componentes e um conjunto de regras. O primeiro componente de construção de turno é a unidade de construção de turno (UCT) que pode ser, de acordo com sua extensão, de tipos: (i) sentencial – elocução com mais de um núcleo verbal; (ii) clausal – elocução com um único núcleo verbal; (iii) sintagmática – com a extensão de um sintagma, e (iv) lexical – com a extensão de uma só palavra. Além disso, as UCTs apresentam dois aspectos-chave: (i) elas têm a propriedade de *projeção*. Um turno corrente projeta uma próxima ação, cuja execução torna-se relevante no próximo turno, e (ii) com as UCTs

identifica-se o lugar relevante para transição, ou seja, com o fim de cada UCT há a possibilidade de transição entre falantes.

O segundo componente, que se constitui nas técnicas de alocação de turno, é composto de duas regras principais:

Regra 1 – a) Se o falante corrente escolhe o próximo falante, este toma a palavra, iniciando o próximo turno; b) Se não houver seleção de um próximo falante pelo falante corrente, o próximo falante pode se autosselecionar no lugar relevante de transição; c) Se não houver a seleção do próximo falante e este também não se autosselecionar, o falante corrente pode prosseguir falando.

Regra 2 – Seja qual for a opção operada, a regra 1 (a-c) reaplica-se no próximo lugar relevante para transição (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003 [1974]).

Com base em tais componentes e regras que descrevem o sistema de tomada de turnos, observa-se que os turnos formam-se em sequências, e cada turno pode ser considerado como um “turno-em-uma-série”, já que cada turno apresenta uma estrutura de três partes: “uma, que mantém relação de um turno com o turno anterior; outra, que mantém-se envolvida com o que está ocupando o turno corrente; e outra, que mantém relação de um turno com o posterior” (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003 [1974], p. 43).

Embora sejam organizados como “um turno-em-uma-série”, os turnos não se configuram como montes de material conversacional agrupados que estão ligados por algum conteúdo tópico, mas como ações em curso que se organizam na trajetória da conversa (SCHEGLOFF, 2007). Para Schegloff (2007), grupos de ações seriam “cursos de ação” dispostos em uma trajetória.

Com relação à organização estrutural de conversas cotidianas, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) apresentam alguns parâmetros da conversa, observados em suas pesquisas:

(1) a troca de falante se repete, ou pelo menos ocorre; (2) na grande maioria dos casos, fala um de cada vez; (3) ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves; (4) transições (de um turno para o próximo) sem intervalos e sem sobreposições são comuns; (5) ordem dos turnos não é fixa, mas variável; (6) tamanho dos turnos não é fixo, mas variável; (7) a extensão da conversa não é previamente especificada; (8) o que cada um diz não é previamente especificado; (9) a distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada; (10) o número de participantes pode variar; (11) a fala pode ser contínua ou descontínua; (12) técnicas de alocação de turno são obviamente usadas; (13) várias ‘unidades de construção de turnos’ são empregadas; (14) mecanismos de reparo existem para lidar com erros e violações da tomada de turnos (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003 [1974], p. 6-7).

Esses parâmetros servem para caracterizar a organização de tomada de turnos da conversa cotidiana, a qual se distingue do sistema de trocas de fala da conversa institucional, conforme veremos no subitem 2.1.5. A alocação de turnos em interações no contexto da DRCCM, por exemplo, é, geralmente, determinada pelo inspetor, quem tem o *poder* de gerenciar o evento interrogatório. Assim, os interrogatórios policiais da DRCCM caracterizam-se pela pré-alocação de turnos.

Ainda sobre a alocação de turnos, destaca-se a proposta de Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) de um *continuum* de gêneros de conversa (debates, entrevistas, interrogatórios, etc.): em um dos polos desse *continuum*, localiza-se a conversa como gênero base, marcada pela alocação livre, e no outro polo, localiza-se, por exemplo, o debate, marcado pela pré-alocação de todos os turnos. Outros gêneros, como as reuniões, por exemplo, estariam entre esses dois polos, uma vez que se caracterizam tanto pela pré-alocação quanto pela alocação livre, sendo, portanto, tipos médios de alocação.

Com isso, pode-se dizer que a alocação livre de turnos permite a maximização do tamanho do conjunto de falantes potenciais para cada turno seguinte, ao passo que a pré-alocação de turnos é projetada para permitir a assimetria de turnos, minimizando, assim, o tamanho do conjunto de falantes seguintes em potencial (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003 [1974]).

Com essas características, percebemos que a investigação da tomada de turno contribui para o controle da compreensão das elocuições, pois um participante, ao se encontrar disposto a falar, e se for selecionado para fazê-lo, precisará escutar qualquer elocução, a fim de descobrir se está sendo selecionado por ela para ser o próximo a falar.

Dessa forma, podemos afirmar que a sistemática da organização da tomada de turnos da conversa é um modelo central para a investigação da conversa pelo fato de tal sistemática não só permitir que os participantes da conversa mostrem uns aos outros, na fala de um turno, sua compreensão da fala dos outros turnos, mas também contribuir para que outros sistemas de trocas de fala possam ser analisados a partir deste.

A seguir, trataremos brevemente da fala-em-interação.

2.1.2 O estudo da fala-em-interação

O estudo da fala-em-interação representa uma abordagem metodológica para o estudo das ações humanas em ambiente social, ou seja, tal estudo visa analisar a organização natural das atividades humanas na vida social, na medida em que diversas atividades da vida cotidiana, em práticas discursivas, são realizadas pelo uso da linguagem em interação (PSATHAS, 1995). Essa centralidade da fala como um meio de realização de ações pode ser encontrada nas diversas situações da vida cotidiana, desde uma entrevista de emprego, compra ou venda de algum produto, encontro de amigos, até compra de bilhetes, cartas em que podemos ter o autor do texto mantendo uma relação específica com determinado leitor para que este execute alguma tarefa de trabalho (PINTO, WEISS, 2006; PINTO, 2009).

Como já mencionamos no subitem 2.1.1, na organização da fala-em-interação, centram os estudos da ACE, cujo foco está nas ações particulares que ocorrem em algum contexto, nas suas organizações sociais subjacentes e nos meios alternativos pelos quais essas ações e atividades que elas compõem podem ser realizadas (DREW, HERITAGE, 1992a).

A contribuição fundamental da ACE para o estudo da fala-em-interação está na sequencialidade da fala. Gago (2005), baseado em Heritage (1984), apresenta um dos princípios básicos da ACE:

A interação social é estruturalmente organizada, e sua estrutura é parte fundamental da competência social dos indivíduos. Na conversa, equivalem a padrões organizados de ações, que se verificam em várias interações cotidianas e orientam as contribuições dos participantes (GAGO, 2005, p. 63).

Essa perspectiva da ACE de estudar as elocuições presentes na conversa como formas de ação inseridas em uma sequência de ações da fala-em-interação permite-lhe tratar o uso da linguagem como uma forma de ação conjunta (CLARK, 2000), uma vez que os participantes inseridos em um evento devem não só mostrar, uns aos outros, suas compreensões de tais eventos, como também interpretar as ações dos outros (DURANTI, GOODWIN, 1992).

Nesse sentido, para que indivíduos isoladamente se engajem em uma ação social coordenada, eles devem reconhecer, de comum acordo, que atividades estão em progresso e o que aqueles que estão presentes devem fazer para desempenhar tal atividade; em outras palavras, para agir e compreender suas ações e as ações dos outros, no mundo, os indivíduos devem apresentar um conhecimento intersubjetivo (DURANTI, GOODWIN, 1992). Conforme

pontuamos na subseção 2.1, a intersubjetividade está relacionada ao engajamento humano em ações conjuntas e com a construção do entendimento dessas ações pelos participantes.

Pelo fato de a conversa, construída intersubjetivamente, compreender uma sequência de ações, interessa à ACE estudar como os participantes agem em conjunto, uma vez que esta se presta a descrever e analisar as ocorrências metódicas dos procedimentos formais usados pelos membros na realização de suas práticas sociais.

Para a realização de tal descrição e para entendermos a conversa como uma unidade de construção das relações sociais, é necessário observar como os turnos organizam-se em sequências conversacionais. Na subseção seguinte, apresentaremos a organização de sequências a partir dos pares adjacentes e do sistema de reparo.

2.1.3 A organização de sequências: os pares adjacentes e o sistema de reparo

A unidade básica de construção de sequências são os pares adjacentes: ações como “oi”/“oi” (cumprimentos), “tá bonito”/“ficou bom mesmo” (avaliação/concordância), “quer um sorvete?”/“sim, eu quero” ou “não, obrigado” (oferta/aceitação ou recusa). Essas ações apresentam, em sua forma mínima, as seguintes características básicas: (i) são compostos de dois turnos; (ii) executados por falantes distintos; (iii) normalmente posicionados adjacientemente, um depois do outro; (iv) diferenciados em primeira parte do par (PPP) e segunda parte do par (SPP); (v) são de tipo específico, uma dada PPP torna relevante uma resposta de determinado tipo, e não de outro. A resposta relevante, por exemplo, a uma oferta é uma aceitação/recusa, e não um cumprimento. Essa relação de expectativa estabelecida entre a PPP e a SSP denomina-se *relevância condicional*: tendo ocorrido a PPP, a SPP torna-se relevante, pois é esperada. Há, no entanto, situações em que não ocorre aquilo que foi projetado para ocorrer no turno seguinte, ficando uma *lacuna* posterior à PPP (e. g., a ausência de uma resposta para um cumprimento).

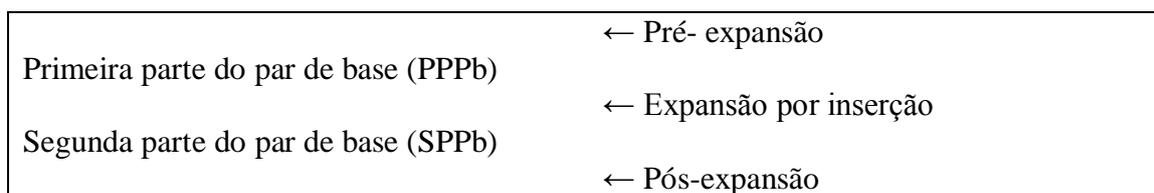
Hutchby e Wooffitt (1998) consideram que, dada a condição inicial de uma primeira parte do par enunciada, a segunda parte do par é, então, relevante; conseqüentemente, a ausência de tal segunda parte do par é uma “ausência notável”, e o falante da primeira parte do par pode formular uma razão para essa ausência.

Para Hutchby (2001), a percepção dessa ausência é forte em dois níveis: (i) inferências motivacionais podem ser construídas a partir da não ocorrência de uma SPP depois da

produção da PPP, isto é, a falta de resposta a uma pergunta pode ser indicação de evasividade; por exemplo, um cumprimento que não é respondido pode ser compreendido como rudeza, a não defesa de uma acusação pode ser entendida como admissão da culpa; (ii) as partes do par não estão limitadas apenas à adjacência literal, já que uma ação intermediária pode ocorrer entre as partes do par sem impedir a relevância condicional.

Embora os pares adjacentes formem sequências mínimas de conversa, antes da PPPb (primeira parte do par de base), entre a PPPb e a SPPb (segunda parte do par de base), e após a SPPb pode ocorrer mais fala, isto é, um convite, por exemplo, pode vir precedido de um pré-convite – “o que você vai fazer hoje?” – e a aceitação do convite depende, inicialmente, da resposta ao pré-convite. Esse tipo de comportamento e outros podem ser observados sistematicamente nas interações sociais, tornando-se estruturas de ação social que podem ser analisadas.

Essas sequências, que envolvem expansões do par mínimo, podem ser observadas no seguinte esquema:



Esquema 1: Esquema das possibilidades de expansão.

As expansões também se dão na forma de PPP e SPP, sendo, portanto, sequências em si. As pré-expansões, conforme exemplificamos acima, ocorrem antes da PPPb e são turnos pares que antecedem uma sequência par. Após o pré-convite “o que você vai fazer hoje?”, pode haver a produção de dois tipos de respostas: uma resposta bloqueadora como, por exemplo, “Irei estudar hoje”, impossibilitando o próximo falante de realizar o convite; ou uma resposta encorajadora como “nada”, tornando relevante, no próximo turno, a realização do convite “vamos ao cinema?” (PPPb), o qual pode ser aceito, ou não, no turno seguinte (SPPb).

As expansões por inserção inserem-se entre a primeira e a segunda parte do par de base. Em alguns exemplos dos interrogatórios policiais, há a ocorrência de expansões por inserção, isto é, há produção de turnos de fala entre a PPPb e a SPPb, por exemplo, de sequências de pares adjacentes *perguntas/respostas*, quebrando a contiguidade dessas sequências.

O excerto 01, extraído do *IPX: Agressão física incitada por dívida entre irmãos*, é um exemplo em que há expansão por inserção. Nesse interrogatório, a vítima acusa irmão e sobrinho (suspeitos) de terem-na agredido fisicamente. No decorrer do interrogatório, o inspetor percebe que o que culminou na ocorrência de tal agressão foi o fato de os suspeitos não terem quitado a dívida com a vítima. Especificamente nesse segmento de fala, o policial negocia com o suspeito a possibilidade de outra pessoa pagar uma dívida à vítima no lugar deste.

Excerto 01: [IP X, 2007, 10:535-552] ¹²

0535	Inspetor	o problema todo aqui que eu tô vendo (.) é- é-
0536		subjetividade↓ cada um acha que agiu da forma
0537		certa↓ então cada um quer a sua verdade, cada um
0538		quer sua justiça pra fazer, não é isso? existe um
0539		meio, então eu tô falando, às vezes a gente não
0540		quer transigir, mas a gente acaba por fazer isso,
0541		porque num tem como (.) obedecer um limite, existe
0542		um meio desse (.) fatídico empréstimo↓ né? ser (.)
0543		revisto e recolocado em nome de um outro titular?
0544		existe isso, existe meio pra isso?
0545		(1.0)
→ 0546	Suspeito I	titular como?
→ 0547	Inspetor	sair↑ do nome dela e [vincular ()]
→ 0548	Suspeito I	[passar na lista?]=
→ 0549	Inspetor	=é↑=
→ 0550	Suspeito I	=não, tem não.=
0551	Inspetor	=não existe meio não?= =é financeira né.=
0552	Suspeito I	

Nesse exemplo, a sequência de par adjacente de *perguntas de solicitação de posição/apresentação de posição* (linhas 541-544 e 550), que diz respeito à possibilidade da dívida entre suspeito I e a vítima ser quitada por outra pessoa, é interrompida pela inserção de uma sequência de reparo (linhas 546, 547, 548, 549).

Na linha 546, o suspeito I apresenta um problema de entendimento com relação ao item lexical “titular” presente na pergunta feita pelo inspetor nas linhas 542-543 (“ser (.) revisto e recolocado em nome de um outro titular?”), iniciando o reparo “titular como?”. Tal problema de entendimento é resolvido, no turno seguinte, pelo inspetor (“sair↑

¹² Lê-se essa convenção da seguinte forma: IP X – interrogatório policial X. Após o ano 2007, que marca a data quando esse interrogatório foi gravado, leem-se as páginas (antes dos dois pontos) de onde esse segmento de fala foi extraído, seguidas das linhas (depois dos dois pontos), que marcam o início e o término do fragmento de fala.

do nome dela e [vincular ()]” – linha 547), que dá uma explicação ao suspeito I sobre como seria essa mudança de titular para o pagamento da dívida.

Após a explicação do inspetor, o suspeito I, em sobreposição à parte da fala do policial, checa o seu entendimento sobre o que foi dito pelo inspetor na linha 547, perguntando-lhe “[passar na lista?]=” (linha 548). Na linha 549, o inspetor responde à pergunta feita pelo suspeito I, e este apresenta a posição (SPPb) solicitada nas linhas 541-544 (“=não, tem não.=” – linha 550).

Diferentemente das pré-sequências, que são desencadeadas por prospectivos falantes da PPPb, as expansões por inserção são de prerrogativa dos prospectivos falantes da SPPb, inserindo algum tipo de trabalho interacional relevante, a ser resolvido como condição prévia para que a SPPb possa ser executada.

Com a produção de expansões inseridas, a relevância condicional da SPPb não é cancelada com o proferimento da PPP de inserção, isto é, ela não deixa de ser proferida em virtude de uma outra sequência entre a PPPb e a SPPb, mas ela fica apenas em suspenso até que a SPP da sequência inserida seja produzida. Quando a SPP da inserção finaliza, a SPPb da sequência inicial torna-se novamente relevante.

As pós-expansões ocorrem após a produção da SPPb. Inicialmente, a realização da SPPb significa, para os participantes, que a sequência de base atingiu sua finalização. Esse fato ocorre normalmente em sequências, nas quais não há uma estrutura de preferência em atuação, como no caso das sequências de cumprimentos (“oi”/“oi”), finalizando a sequência após a SPPb. Porém, em algumas sequências, como, por exemplo, uma sequência formada pelo par convite-recusa, cuja SPPb é despreferida, a recusa pode contribuir para a produção de uma pós-expansão: posteriormente à recusa, poderá haver o proferimento de explicações, justificações, que poderão também ser questionadas e contribuirão conseqüentemente para a geração de mais pós-expansões no formato de pares adjacentes.

As pós-expansões, em função de sua extensão, podem ser de dois tipos: mínima e não mínima. Nas pós-expansões mínimas, os participantes não têm a intenção de promover uma extensão da sequência conversacional, ocorrendo, após a SSPb, a adição de um turno de fala para promover o fechamento da sequência. Esses turnos de encerramento são denominados por Schegloff (1995) como terceiro turno de encerramento de sequência, e as formas mais comuns de encerramento são “tá”, “tá bom”, “ok”, e várias ações de avaliação, como “fantástico”, “perfeito”, “certo”, etc.

O excerto 02¹³, extraído do *IPVII: Agressão física do marido contra esposa*, é um exemplo de pós-expansão mínima. Nesse segmento de fala, o inspetor de polícia procura resolver um dos conflitos entre vítima e suspeito, negociando inicialmente com este o compartilhamento dos bens materiais.

Excerto 02: [IPVII, 2007, 24:1276-1288]

1276	Inspetor	então (.) então o caso é o seguinte, vejam,
1277		(1.5)
1278	Inspetor	((suspeito tosse)) como é que a gente pode resolver?
1279		(1.3)
1280	Suspeito	a casa, eu vou vender e dar a parte que pertence a
1281		ela.=
→ 1282	Inspetor	=perfeito, e enquanto num vende, como é que a gente
1283		podia resolver?
1284	Suspeito	uai.
1285		(3.0)
1286	Suspeito	ela saiu de lá porque ela quer né, ela pode ir pra lá
1287		sem problema (.) só exijo respeito senão (.) (me
1288		desarrespeita).

O segmento de fala acima surge depois que o inspetor aconselha às partes a viverem durante certo período de tempo dentro da mesma casa, até que o juiz decida quem fica efetivamente morando na casa com os filhos. Como a vítima não aceita viver na mesma casa com o suspeito (parte não mostrada aqui), o policial solicita das partes uma solução para o problema.

Na linha 1278, ele faz a seguinte pergunta de solicitação de posição (PPPb) às partes: “como é que a gente pode resolver?”. Como o policial, nesse turno, não especifica o próximo falante selecionado para apresentar uma posição, utilizando, na sua fala, a expressão “a gente”, há a presença de uma pausa (linha 1279), que pode indicar uma estratégia utilizada pelas partes para resistirem à apresentação de uma solução para o caso. Nesse instante, as partes ficam em silêncio, esperando que uma ou a outra se manifeste, isto é, o suspeito espera que a vítima assuma uma posição, e a vítima espera que o suspeito apresente uma solução para o problema.

No turno posterior à pausa (“1.3” – linha 1279), o suspeito apresenta a posição solicitada (SPPb) – “a casa, eu vou vender e dar a parte que pertence a ela.=” (linhas 1280-1281). Em seguida, o inspetor produz um turno adicional à resposta do suspeito, emitindo a UCT

¹³ A análise desse fragmento de fala encontra-se também em Pinto (2009).

“=perfeito,” (linha 1282) que encerra a sequência par *pergunta de solicitação de posição/apresentação de posição*. Dentro do turno das linhas 1282-1283, ele faz outra pergunta de solicitação de posição às partes “e enquanto num vende, como é que a gente podia resolver?” (linhas 1282-1283). Na linha 1284, o suspeito diz “uai.” e, nas linhas 1286-1287, apresenta uma posição (“ela pode ir pra lá sem problema”), a qual é anteposta por uma justificativa do motivo pelo qual a vítima saiu de casa (“ela saiu de lá porque ela quer né,” – linha 1286) e é seguida por condições exigidas pelo suspeito para que a vítima volte a morar na casa: “só exijo respeito senão (.) (me desarrespeita).” (linhas 1287-1288). Nesse interrogatório, a vítima expõe para o inspetor que ela saiu de casa e foi morar com a irmã, durante algum tempo, para evitar ser agredida novamente pelo suspeito.

As pós-expansões não mínimas diferem-se das mínimas, porque o turno posterior à SPPb é constituído, por sua vez, de uma PPP, o que projeta um turno a mais em resposta, uma outra SPP.

Um exemplo de pós-expansão não mínima pode ser visto no excerto 03. O próximo fragmento de fala foi extraído do *IPX: Agressão física incitada por dívida entre irmãos*, no qual, conforme já dissemos anteriormente, o inspetor de polícia investiga um caso de lesão corporal cometida contra a vítima pelo irmão e pelo sobrinho dela.

No excerto seguinte, o policial negocia com vítima e suspeito I a possibilidade de este empréstimo ser repassado para outra pessoa como forma de evitar o surgimento de outros conflitos entre as partes.

Excerto 03: [IP X, 2007, 10:535-557]

0535 Inspetor o problema todo aqui que eu tô vendo (.) é- é-
0536 subjetividade↓ cada um acha que agiu da forma
0537 certa↓ então cada um quer a sua verdade, cada um
0538 quer sua justiça pra fazer, não é isso? existe um
0539 meio, então eu tô falando, às vezes a gente não
0540 quer transigir, mas a gente acaba por fazer isso,
0541 porque num tem como (.) obedecer um limite, existe
0542 um meio desse (.) fatídico empréstimo↓ né? ser (.)
0543 revisto e recolocado em nome de um outro titular?
0544 existe isso, existe meio pra isso?
0545 (1.0)
0546 Suspeito I titular como?
0547 Inspetor sair↑ do nome dela e [vincular ()]
0548 Suspeito I [passar na lista?]=
0549 Inspetor =é↑=
0550 Suspeito I =não, tem não.=
→ 0551 Inspetor =não existe meio não?=
→ 0552 Suspeito I =é financeira né.=
0553 Inspetor =não [existe meio.]
0554 Suspeito I [então ()]
0555 Advogado e falta muito?
0556 Vítima tá faltando seis meses.
0557 (1.3)

Depois da sequência *perguntas de solicitação de posição/apresentação de posição* (linhas 541-544/550), que parece ser encerrada com a posição apresentada pelo suspeito I, na linha 550, o policial refaz a pergunta feita por ele na linha 544 (“=não existe meio não?”- linha 551), acrescentando nessa pergunta a resposta negativa apresentada pelo suspeito I na linha 550 (“=não, tem não.=”). Por meio dessa pergunta, o inspetor insiste na possibilidade de a dívida ser quitada por outro titular. Em contiguidade à fala do policial, o suspeito I, na linha 552, apresenta uma resposta à pergunta do turno anterior (“=é financeira né.=”). Essa pós-expansão da sequência *perguntas de solicitação de posição/apresentação de posição* (linhas 541-544/550) é caracterizada como não mínima, uma vez que, após a apresentação de posição pelo suspeito I (SPPb) (linha 550) às perguntas feitas pelo inspetor nas linhas 541-544, há a produção de uma pergunta (PPP) (linha 551) que projeta um turno a mais como resposta, isto é, projeta uma outra SPP (linha 552). Em seguida, o policial repete parte da pergunta na linha 551 (“=não [existe meio.]” – linha 553), encerrando o assunto relativo à passagem do empréstimo para o nome de outra pessoa.

Com base na análise sequencial dos pares adjacentes, podemos concluir que tais pares têm um significado fundamental para a ACE: a questão de como o entendimento mútuo está acoplado e exposto na fala, já que os participantes podem utilizar como mecanismo os pares

adjacentes para exporem uns aos outros aquilo que foi compreendido da fala do outro. Esse entendimento intersubjetivo continuamente atualizado e demonstrado pelos participantes como sistemáticos é o que Heritage (1984) denomina de *arquitetura da intersubjetividade*.

Outro exemplo de organização de sequência da interação conversacional é o sistema de reparos, que trata de mecanismos disponíveis para resolver problemas que surgem no decorrer da fala-em-interação, ou seja, as práticas de reparo são utilizadas quando há erros, violações e problemas na conversa.

Inicialmente, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) enquadraram o fenômeno do reparo como sendo “mecanismos direcionados e projetados para problemas de tomada de turno” (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003 [1974], p. 47) como, por exemplo, perguntas “quem, eu?”, interrupções “com licença” ou repetições como mecanismos de reparo dirigidos a problemas na organização e distribuição dos turnos de fala. Alguns anos depois, no entanto, o fenômeno do reparo foi descrito como um recurso dirigido a resolver “problemas de produção, escuta e entendimento¹⁴” (SCHEGLOFF, JEFFERSON, SACKS, 1977, p. 361) da fala-em-interação.

Para Schegloff, Jefferson e Sacks (1977), embora o termo reparo não esteja ligado à noção de correção, que é entendida como “substituição de um erro ou engano por algo que é correto¹⁵” (SCHEGLOFF, JEFFERSON, SACKS, 1977, p. 363), o reparo caracteriza-se pela identificação de um problema interacional que é resolvido na interação, isto é, só há reparo quando o problema interacional torna-se a atividade em foco, e este problema é percebido, negociado e resolvido pelos interagentes durante a interação. O reparo¹⁶, então, é incorporado às ações já em andamento na interação, isto é, ele consiste na suspensão efetiva das ações em andamento, tornando a ação focal da interação.

Os autores pontuam ainda que esse ato de reparar o que está sendo dito ou feito pode ser realizado pelo mesmo falante ou pode ser iniciado pelo outro interlocutor. Em ordem de oportunidade de ocorrência, os autores propõem quatro trajetórias de reparo: (i) reparo iniciado e levado a cabo pelo falante da fonte de problema – o falante interrompe a construção

¹⁴ “problems in speaking, hearing, and understanding” (SCHEGLOFF, JEFFERSON, SACKS, 1977, p. 361).

¹⁵ “the replacement of an error or mistake by what is correct” (SCHEGLOFF, JEFFERSON, SACKS, 1977, p. 363).

¹⁶ Garcez e Loder (2005) propõem uma discussão entre reparo e discordância. Esses autores mencionam que Schegloff, Jefferson e Sacks (1977) notaram que, às vezes, o reparo pelo outro pode ser entendido pelos participantes como sendo muito mais do que um simples reparo, sendo uma discordância. Garcez e Loder (2005) também mencionam a distinção apresentada por Goodwin (1983), o qual apresenta uma distinção entre correção – “corrigir diz respeito a um elemento específico no turno anterior” (GARCEZ, LODER, 2005, p. 305-306) – e discordância – “discordar diria respeito à ação do turno anterior como um todo” (GARCEZ, LODER, 2005, p. 306). Porém, tais autores, no seu trabalho sobre reparo, não aprofundam sobre esse assunto, sobre o qual não pretendemos também discutir aqui.

de seu turno e refaz parte do que disse; (ii) reparo iniciado pelo falante da fonte problema e levado a cabo pelo outro – ocorre quando o falante interrompe a produção de seu turno, e o interlocutor preenche essa lacuna, dizendo algo; (iii) reparo iniciado pelo outro e levado a cabo pelo falante da fonte de problema – o interlocutor aponta o problema no turno anterior, e o próprio falante da fonte problema resolve o problema no turno seguinte; (iv) reparo iniciado e levado a cabo pelo outro – o interlocutor tanto aponta o problema no turno anterior quanto o resolve no turno subsequente.

Devido ao fato de quase todas as oportunidades de iniciação de reparo e resolução por parte do próprio falante virem sequencialmente antepostas às oportunidades para a realização do reparo pelo outro, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) constataram que há uma maior recorrência, em dados de fala em inglês, da utilização do reparo levado a cabo pelo falante da fonte de problema. Segundo os autores, o reparo levado a cabo pelo outro é, normalmente, atrasado, um pouco após o turno problemático, dando mais oportunidade para que o próprio falante repare o seu próprio turno; e tem a tendência de se modular ou atenuar a fala do outro, vindo seguido de prefácios como “eu acho”, “eu penso”. Com base nisso, os autores concluem que há uma despreferência pelo reparo realizado pelo outro e uma preferência pelo autorreparo na conversa cotidiana.

A explicação sobre a raridade do reparo levado a cabo pelo outro é dada por Garcez e Loder (2005): primeiramente, os autores apontam que as trajetórias de autorreparo são oportunizadas sequencialmente antes da iniciação de reparo pelo outro e antes do reparo pelo outro, ou seja, o produtor da fonte problema, ao lançar mão das oportunidades de autorreparo, enfraquece a oportunidade de ocorrência do reparo iniciado e levado a cabo pelo outro (doravante RILCO):

Se as práticas de reparo pelo outro têm por finalidade remover problemas de escuta ou de entendimento para que a interação possa prosseguir, então, nos casos em que o interlocutor foi capaz de entender o que o falante disse a ponto de poder identificar que houve um problema, e ainda também indicar a solução (o reparo propriamente dito), não haveria um problema de entendimento de fato. Portanto, dificilmente se justifica que o reparo seja sequer iniciado, o que também explica a raridade de ocorrência do fenômeno (GARCEZ, LODER, 2005, p. 290).

A partir de toda sistemática do sistema de tomada de turnos, do modelo de organização de seqüências da conversa e, por último, do sistema de reparo, podemos perceber que as conversas são organizadas por regras de caráter social, que são processadas e descritas por meio da fala-em-interação.

No próximo subitem, trataremos da organização da preferência.

2.1.4 A organização da preferência

A noção de organização de preferência foi inicialmente desenvolvida por Sacks (1973), o qual observou, em sequências de perguntas e respostas dos dados de chamadas telefônicas para o Centro de Prevenção ao Suicídio em Los Angeles, que as primeiras e segundas partes do par são conectadas por tipo, ou seja, as SPP são selecionadas a partir de alternativas adequadas ao tipo da PPP. Desse modo, o que o falante do segundo turno irá produzir como SPP dependerá do que o falante do primeiro turno produziu como PPP. Segundo esse autor, para a maioria dos tipos de pares adjacentes, há alternativas de respostas na posição de SPP.

Complementando o que foi mencionado por Sacks (1973), Schegloff (1995) destaca que as ações passíveis de serem desencadeadas pela primeira parte de um par adjacente não são equivalentes. Essa constatação torna-se mais clara no trabalho de Pomerantz (1984), que estuda o modo como a preferência opera nos turnos de concordância e discordância.

De acordo com tal autora, o falante do primeiro turno, ao proferir uma avaliação inicial, realiza uma ação ou múltiplas ações, por exemplo, elogio, reclamação, insulto, autodepreciação. A avaliação inicial ou a ação que a implementa torna relevante, no turno seguinte, a concordância ou discordância por parte do próximo falante em reação ao que foi dito antes. Concordância e discordância, então, são ações alternativas, mas não equivalentes, que se tornam relevantes diante do proferimento de avaliações iniciais.

Ampliando essa noção de concordância e discordância apresentada pela autora, ações como ofertas e pedidos projetam também ações alternativas: ofertas podem ser aceitas ou recusadas; pedidos podem ser atendidos ou negados. Essas diferentes ações são descritas em termos de ações preferidas (respostas esperadas) e ações despreferidas (respostas não esperadas) (SCHEGLOFF, 1995). Assim, a aceitação das ofertas e a concessão de pedidos são consideradas ações preferidas, e a recusa e negação são ações despreferidas (HUTCHBY, WOOFIT, 1998).

O termo preferência não se refere a características psicológicas, mas a um relacionamento estrutural das partes da sequência (SCHEGLOFF, 1995). Fornecida a PPP de um convite ao próximo falante, por exemplo, espera-se a aceitação deste como reposta preferida na posição de SPP. Já a recusa a ele é tida como uma resposta despreferida. O trabalho interacional para aceitar um convite é muito menor do que para recusá-lo, já que a

aceitação requer um trabalho interacional menos elaborado, enquanto a recusa tende a vir “marcada” com atrasos em sua produção, hesitações, explicações, justificativas, etc. (POMERANTZ, 1984). Enfim, enquanto as respostas despreferidas são “marcadas” por vários tipos de complexidades estruturais, as preferidas não se caracterizam por tais marcações.

Uma vez que determinados tipos de perguntas podem projetar ações alternativas como respostas, retomaremos essa noção de ação preferida e despreferida na subseção em que apresentaremos, sob a perspectiva da ACE, os tipos de perguntas e de respostas (cf. subitem 2.4.1).

A seguir, abordaremos brevemente a fala-em-interação em ambiente institucional.

2.1.5 A fala-em-interação em ambiente institucional

As ideias de Goffman (1983) de que a interação social incorpora uma ordem social e institucional e de que essa *ordem interacional* abrange um conjunto complexo de direitos e obrigações interacionais que estão ligados à identidade pessoal e às instituições macrossociais foram seguidas pelos analistas da conversa, que estudaram as práticas que compõem a institucionalidade da fala-em-interação. A ACE estabeleceu que essas práticas, além de tornarem as ações sociais e a interação mutuamente compreendidas, possibilitam a construção da realidade social.

Como o mundo social é evocado e tornado acessível através da conversa, os estudos da ACE não se restringiram a analisar apenas a conversa cotidiana, mas abarcaram a conversa institucional, a fim de estudar como as realidades institucionais são evocadas, sustentadas e, até mesmo, transformadas na interação.

Nesse sentido, a ACE liga significado e contexto com a ideia de sequência, apresentando como argumento que o significado de uma ação é formatado pela sequência de ações prévias a partir das quais ele emerge e que o contexto social é algo dinamicamente criado na interação (HERITAGE, 1997).

Ao acreditarem que, por meio da fala-em-interação, as pessoas executam diversas metas rotineiras, os analistas da conversa argumentam que, em várias organizações institucionais, é também através da fala-em-interação que muitas atividades de trabalho diárias são conduzidas.

Drew e Heritage (1992a) denominam de *interação institucional* a fala voltada para a condução de tarefas em ambientes institucionais, ou seja, uma interação é institucional

quando os participantes organizam suas condutas por referência a aspectos gerais de tarefas ou funções particulares de determinadas instituições sociais.

O caráter institucional de uma interação não é determinado pelo ambiente físico da instituição (escola, hospital, tribunal de justiça, etc.), uma vez que ambientes não considerados institucionais (residências, bares, etc.) podem ser lugares para o aparecimento de interações ligadas a ambientes profissionais: dois médicos, em um bar, podem conversar sobre sua rotina no hospital onde trabalham, emergindo em sua fala um vocabulário típico de especialistas na área de saúde. Dessa forma, a interação institucional é determinada pela conduta e orientação dos participantes para atividades específicas e identidades locais restritas de uma dada instituição (DREW, HERITAGE, 1992a).

Essa noção de que o caráter institucional de uma interação não é caracterizado pelo ambiente físico é fundamentada por Berger e Luckmann (1996 [1966]), para os quais institucionalização é “uma tipificação recíproca de ações habituais por tipo de atores” (BERGER, LUCKMANN 1996 [1966], p. 79), ou seja, sempre que dois atores sociais reconhecerem, em um mesmo padrão de ações, um mesmo significado, ocorrerá a institucionalização. Como esses autores entendem que toda atividade humana está sujeita ao hábito, a construção do significado ocorre por meio da realização de atividades habituais, da repetição de ações, de modo que a repetição tem como consequência produzir um significado na vida humana em sociedade.

Sempre que nos encontramos em uma nova situação (ou atividade), definimos tal situação com base no significado por nós atribuído na situação anterior parecida em uma mesma atividade, evitando que, a cada nova repetição, aquela situação precise ser redefinida. Um exemplo disso seria o reconhecimento de policiais em exercício na mesma Delegacia de Polícia onde realizam habitualmente a atividade de investigar crimes. Essa atividade habitual dos policiais de executarem a mesma tarefa caracteriza a Delegacia de Polícia como sendo uma instituição.

Drew e Heritage (1992a), baseados na análise de Levinson (*apud* DREW, HERITAGE, 1992a) sobre alguns aspectos básicos de *tipos de atividades* em interação social, propõem que a interação institucional: (i) envolve uma orientação dos participantes para determinadas metas, tarefas ou identidades associadas a uma dada instituição; (ii) pode apresentar restrições especiais e particulares determinadas pelo ambiente institucional. Um exemplo disso seriam as interações em tribunais de justiça, em que a conduta dos participantes é voltada para restrições de caráter legal e de poder presentes nesse ambiente. Já em outros ambientes institucionais, como interações entre médicos e pacientes, os

participantes podem ser orientados para entendimentos negociados localmente; (iii) a interação institucional pode ainda ser associada a estruturas inferenciais¹⁷ e procedimentos que são particulares para contextos específicos. Levinson argumenta que aspectos de inferência e implicaturas são desenvolvidos em interações institucionais.

Essas dimensões de interação podem ser encontradas no ambiente institucional que analisamos, dado que os participantes orientam suas atividades para metas e tarefas que compõem essa instituição e suas identidades profissionais ou institucionais tornam-se relevantes para as atividades em que estão engajados.

Na DRCCM, temos a emersão das identidades de suspeito, vítima e inspetor, sendo este último, como representante legal da instituição, a pessoa com direito e poder para conduzir, ordenar e inferir sobre a interação que é coconstruída pelos interagentes. O fato de a interação poder ser conduzida e gerenciada pelo inspetor mostra o caráter assimétrico da interação institucional nesse ambiente.

Com o intuito de analisar a organização da conversa institucional e de descrever as práticas sociais legitimadas por meio desta, Heritage (1997) propõe seis lugares básicos para investigar a *institucionalidade* da interação: (i) a organização da tomada de turnos; (ii) a organização estrutural global da interação; (iii) a organização sequencial; (iv) o modelo de turno; (v) a escolha lexical; (vi) a assimetria epistemológica e outras formas de assimetria.

Com relação à organização da tomada de turnos, o autor advoga que, apesar de haver, nas interações, uso de algum tipo de organização da tomada de turno e de ser usada a mesma organização da tomada de turno da conversa ordinária em interações institucionais, há transformações sistemáticas nos procedimentos de tomada de turnos na conversa institucional. Uma dessas transformações é a restrição de apenas um participante da interação a fazer perguntas, e a outra parte a responder, por exemplo.

A organização estrutural global pode ser feita através da construção de um mapa global da interação em termos de seções (e. g., abertura e fechamento) e fases típicas. A análise seccional permite-nos verificar os tópicos da conversa, os estágios significantes e os objetivos das conversas. Desse modo, o propósito de descrever as seções é identificar as ações coconstruídas e as tarefas orientadas pelos participantes durante a realização de suas atividades na instituição.

¹⁷ Para maiores detalhes sobre o assunto, ver DREW, HERITAGE, 1992a, p. 24-25.

Como apresentaremos no capítulo 3, os interrogatórios policiais que gravamos podem ser divididos de acordo com as tarefas¹⁸ e funções que o inspetor desempenha nesses interrogatórios. No que se refere à organização da sequência, Heritage (1997) pontua que ela é o aspecto central do trabalho analítico da conversa, de forma que os analistas da conversa devem observar: como os cursos particulares de ações são iniciados, como estes progridem; e como oportunidades de ações particulares são abertas e ativadas, ou fechadas e concluídas, já que tais ações são organizadas em sequências, através das quais os participantes iniciam, desenvolvem e concluem as negociações em conjunto.

Segundo o autor, quanto ao modelo de turno, pelo fato de estar relacionado com a ação que a pessoa quer realizar no seu turno, é comum os falantes realizarem seleções (sintáticas, lexicais, prosódicas e outras) como forma adequada de dizer algo ou de executar uma determinada ação. Essas seleções feitas pelo falante constituem aspectos de um turno que se articulam com a execução de tarefas organizacionais.

Desse mesmo modo, o autor reafirma que a escolha lexical é feita pelos falantes como uma forma de estes ajustarem a sua fala ao ambiente institucional e ao seu papel na instituição. Isso evidencia que a adequação ao contexto da conversa por meio da escolha lexical é algo extremamente relevante e que os diferentes contextos institucionais exigem diferentes escolhas.

Por último, Heritage (1997) trata da assimetria interacional, a qual está presente, sobretudo, em interações institucionais, em que um dos participantes tem o poder de conduzir e gerenciar a interação de acordo com o papel¹⁹ e as tarefas que desempenha na instituição.

Como forma de especificar e exemplificar o entendimento do que seja assimetria em uma perspectiva interacional, Drew e Heritage (1992a) apresentam três frentes de análise²⁰: (i) questões de participação; (ii) domínio de conhecimentos e direitos a conhecimentos; e (iii) acesso distinto a rotinas e procedimentos da instituição.

A primeira frente de análise relaciona-se com a assimetria entre profissionais e não profissionais (clientes, pacientes, vítimas ou suspeito, etc.) ao longo da interação. Essa assimetria entre os participantes de uma conversa institucional é vista na organização de sequências. Em ambientes institucionais, como tribunais, interrogatórios policiais, o representante da instituição tem o controle sobre a tomada de turnos: só ele tem o direito de fazer perguntas, e a outra parte

¹⁸ Para um melhor aprofundamento sobre a descrição das tarefas e das fases que compõem os interrogatórios policiais que gravamos, ver MARQUES, 2009.

¹⁹ Sugerimos a leitura de Sarangi (2010) e de Sarangi (2011) para aprofundamento do nosso leitor sobre a teoria de papéis.

²⁰ Tais frentes de análise encontram-se também em Del Corona (2009).

(réu, vítima ou suspeito, etc.) tem o dever de respondê-las, havendo, então, uma assimetria nas possibilidades de participação no decorrer da interação.

No que se refere à segunda frente de análise, o profissional da instituição e a outra parte têm diferentes *status* de acesso ao conhecimento específico do que é pertinente ao encontro institucional. Ao ter conhecimento sobre a pauta do encontro e ao saber sobre as etapas anteriores e seguintes àquela interação, o profissional da instituição torna-se o responsável por conduzir a interação, decidindo os tópicos a serem discutidos, cabendo-lhe o papel de ensinar/falar sobre o assunto a ser tratado no encontro, já que ele detém um conhecimento maior sobre o tópico tratado do que a parte não profissional. Em uma consulta médica, o médico fará o diagnóstico e explicará a doença ao paciente; em um tribunal, o juiz terá lido o processo e terá conhecimento maior do que a testemunha sobre as várias partes que compõem o caso. A assimetria entre os participantes da interação poderá ser maior se o profissional utilizar uma linguagem específica da área, a qual a outra parte não conhece, de modo que o profissional, ao deter o conhecimento sobre os procedimentos da instituição, poderá julgar as contribuições da parte não profissional como certas ou erradas.

No que diz respeito à última frente de análise, Drew e Heritage (1992a) apontam uma tensão entre a perspectiva do profissional, que trata a parte não profissional como um caso de rotina, mais um a ser processado naquele momento do trabalho, e a outra parte, que trata seu caso como único e pessoal devido às circunstâncias particulares que o levaram até à instituição. Um exemplo disso seria o juiz, no Tribunal, interromper o andamento da interação para explicar ao réu a rotina da instituição e a necessidade de certo comportamento (como o réu responder às perguntas claramente) nesse ambiente. Isso mostra, portanto, uma assimetria entre o juiz e o réu de acesso a rotinas e procedimentos do evento.

A questão da assimetria entre os interagentes em conversas institucionais é discutida por Del Corona (2009), para quem equiparar interações cotidianas à simetria entre os participantes e equiparar interações institucionais à assimetria entre os participantes contribui para a simplificação da interação cotidiana. Isso porque pode haver assimetria entre os interagentes em conversa cotidiana, quando, por exemplo, apenas um pergunta, e outro responde, ou quando um demonstra ter mais conhecimento sobre o tema em pauta do que os demais e conduz o tópico em discussão (isso reflete também na negociação, momento a momento, das identidades sociais). Segundo a autora, enquanto a assimetria entre os participantes de interações cotidianas é provisória e sofre modificações à medida que a conversa avança e os participantes passam de uma ação para outra, a assimetria entre participantes de

interações institucionais, embora seja, momento a momento, também coconstruída pelos participantes na conversa, parece relacionar-se às identidades institucionais e às possibilidades e limitações vinculadas às posições interacionais dos participantes.

Retomando os seis lugares básicos apresentados por Heritage (1997) para investigar a *institucionalidade* da interação, focaremos o nosso trabalho na organização sequencial, visto que a apuração de crimes realizada pelo inspetor de polícia ocorre por meio de perguntas inseridas em sequências de ações.

Esses princípios básicos, na realidade, inter-relacionam-se, pois um procedimento engloba o outro: a escolha lexical é parte do modelo de turno; o modelo de turno é uma parte da organização da sequência; a organização da sequência é uma parte da organização estrutural geral. Nesse sentido, o sistema de tomada de turno tem um importante efeito nos vários contextos de organização de uma interação, e a assimetria pode caracterizar muitos contextos da organização da interação nos cenários institucionais.

Antes de abordarmos a teoria de pergunta, apresentaremos a noção de formulação e reformulação, além de tratarmos de alguns conceitos advindos da Sociolinguística Interacional.

2.2 FORMULAÇÃO E REFORMULAÇÃO

Como, nas interações dos interrogatórios policiais, o inspetor utiliza a prática de formular como um recurso para retomar o que foi dito por uma das partes em momentos anteriores, apresentaremos, brevemente, a definição clássica de formulação (GARFINKEL, SACKS, 1970; HERITAGE, WATSON, 1979) e a distinção entre formulação e reformulação proposta por Bilmes (2011).

A formulação é um fenômeno interacional entendido como uma prática utilizada pelos interagentes de uma conversa que demonstram uns para os outros a sua compreensão do que está acontecendo naquela conversa ou das ações que estão sendo realizadas nela. A noção pioneira dessa prática foi apresentada por Garfinkel e Sacks (1970) no texto “*On formal structures of practical actions*”, em que os autores apontam um relato alternativo das estruturas formais nas ações práticas e tratam da Etnometodologia como uma forma de observar as ações dos membros em uma situação de interação. Segundo esses autores, formulação ocorre quando

um membro trata algum trecho da conversa como uma ocasião para descrever aquela conversa, explicá-la, ou caracterizá-la, ou esclarecê-la, traduzi-la, resumi-la, definir sua essência, observar sua obediência às regras, ou comentar seu desrespeito às regras. Um membro pode usar algum trecho da conversa como uma ocasião para formular a conversa (...)”²¹ (GARFINKEL, SACKS, 1970, p. 170).

Para eles, fazer formulação é “dizer-em-tantas-palavras-o-que-estamos-fazendo (ou do que estamos falando, ou quem está falando, ou quem somos, ou onde estamos)”²² (GARFINKEL, SACKS, 1970, p. 171).

A partir dessa noção, notamos que tal prática abrange várias ações: descrição, explicação, explanação, tradução, resumo, etc. Ao englobarem diversas ações, as formulações são de utilidade múltipla (HERITAGE, WATSON, 1979), ou seja, elas são usadas nos mais variados contextos em que se utiliza a linguagem humana (cf. OSTERMANN, SILVA, 2009; HERITAGE, 1985; VAN DER HOUWEN, 2009; HAK, BOER, 1996; KURRI, WAHLSTRÖM, 2007; HUTCHBY, 2005; LANGE, 2010; DEL CORONA, OSTERMANN, 2012; FREITAS, 2009)²³.

Como formular uma conversa ou parte dela consiste em tornar explícito para o outro o entendimento sobre o que foi dito anteriormente ou sobre o que está acontecendo naquele momento da interação, a formulação é um trabalho reflexivo dos membros sobre os sentidos da conversa em que estão envolvidos, ou melhor, essa prática é um método usado pelos membros para demonstrar que a conversa é “autoexplicativa”²⁴ (HERITAGE, WATSON, 1979, p. 123).

Além do seu caráter reflexivo, podemos afirmar que a prática da formulação é uma ferramenta útil para o estabelecimento da intersubjetividade, pois, ao formular alguma informação mencionada anteriormente na conversa, os interagentes mostram seu entendimento mútuo sobre aquilo que foi dito ou feito.

Segundo Garfinkel e Sacks (1970), a prática de formulação é reconhecida pelos participantes da conversa como características constitutivas da conversa nas quais são feitas, ou melhor, uma formulação é algo exibido na fala que constitui a conversa, sendo também um fenômeno relatável, “é um fenômeno que os membros fazem acontecer; que os membros

²¹ “a member may treat some part of the conversation as an occasion to describe that conversation, to explain it, or characterize it, or explicate, or translate, or summarize, or furnish the gist of it, or take note of its accordance with rules, or remark on its departure from rules. That is to say, a member may use some part of the conversation as an occasion to formulate the conversation (...)” (GARFINKEL, SACKS, 1970, p. 170).

²² “saying-in-so-many-words-what-we-are-doing (or what we are talking about, or who is talking, or who we are, or where we are)” (GARFINKEL, SACKS, 1970, p. 171).

²³ Sugerimos a leitura desses artigos para aprofundamento no assunto.

²⁴ “self-explicating” (HERITAGE, WATSON, 1979, p. 123).

desempenham²⁵” (GARFINKEL, SACKS, 1970, p.172). Enfim, é observável e reportável na medida em que os membros podem fazer o fenômeno e observá-lo.

Partindo de Garfinkel e Sacks (1970), Heritage e Watson (1979) descrevem algumas características que tornam as formulações bastante específicas. Estas possuem três propriedades centrais: preservação, apagamento e transformação. Ao formular, o interagente pode preservar o sentido do que foi dito (preservação), pode apagar alguma parte do que foi dito antes (apagamento) e pode transformar, pelo menos em parte, o que foi dito (transformação). Essas propriedades podem ocorrer simultaneamente, pois a pessoa que formula a fala do outro, ao mesmo tempo em que preserva parte do que foi dito anteriormente, extraindo o que há de relevante na fala precedente, apaga o que não é importante nessa fala anterior e transforma o que foi dito para demonstrar ao falante da fala formulada o entendimento do que foi dito antes.

Na área da Semântica Interacional²⁶, definida como o estudo de estruturas de expressões significativas em ocasiões reais de conversa, Bilmes (2011) associa o estudo de formulação a aspectos significativos na conversa como a generalização e especificação²⁷, ampliando a análise sequencial da conversa feita por analistas da conversa e expandindo a análise de categorização de membro²⁸ proposta por Sacks.

Para esse autor, a formulação tem um só referente²⁹ e uma significação. Como uma forma mínima, ela é um item significativo, tal como uma palavra. Porém, ela pode ser analisada como uma unidade mais ampla. Uma narrativa, por exemplo, pode ser considerada uma formulação, pois esta pode ter um referente (como, o que aconteceu no jogo).

²⁵ “It is a phenomenon that members make happen; that members perform” (GARFINKEL, SACKS, 1970, p. 172).

²⁶ Na revista *Human Studies*, há um volume inteiramente dedicado ao estudo de formulação na Semântica Interacional (cf. referência completa de tal volume na seção das referências). Sugerimos a leitura desse volume para melhor entendimento dessa área.

²⁷ Segundo Bilmes (2011), uma formulação na conversa é reformulada em um nível mais geral ou específico. Quando isso não ocorre, muitas formulações podem ser ditas em algum nível particular de generalidade. Como exemplo disso, o autor apresenta a seguinte explicação: quando nós dizemos árvore, dizemos algo mais geral do que pinheiro e mais específico que planta. Ou seja, a escolha de algum nível particular de generalidade é uma escolha retórica.

²⁸ No artigo, Bilmes (2011) critica o estudo dos analistas da conversa focado na análise sequencial da conversa, apontando que tal estudo centra-se somente na sequencialidade da fala, desconsiderando aspectos culturais. Além disso, o autor afirma que não há metodologia sistemática comparável na análise sequencial para lidar com escolhas dos falantes, isto é, com aspectos retóricos da fala ou com a possibilidade de mostrar como certos entendimentos são promovidos por tais escolhas. Tal autor critica também a análise de categorização de membros, afirmando que Sacks interessou-se por categorias gerais e desenvolveu sua maquinaria analítica em termos de categorias de pessoas, o que limitou seu estudo.

²⁹ Bilmes (2011) apresenta um sentido amplo de referente: “tudo o que pode ser referido, a partir de um objeto a um conceito de um estado de acontecimentos” (BILMES, 2011, p. 132).*

* “Whatever can be referred to, from an object to a concept to a state of affairs (...)” (BILMES, 2011, p. 132).

Nas palavras do autor, formulação é uma maneira de “identificar, categorizar, descrever e persuadir, i.e, [são] aspectos retóricos e construtivos de realidade de ação linguística³⁰” (BILMES, 2011, p. 133- adaptado).

Tal definição de formulação não está clara: o autor apresenta uma série de ações como formulações e associa esse conjunto de ações à retórica, não explicando essa associação nem esclarecendo, por exemplo, em que medida identificar ou categorizar algo podem ser formulações distintas.

Contrapondo-se à definição inicial proposta por Garfinkel e Sacks (1970) – para os quais formular é uma forma de os interagentes de uma conversa demonstrarem entre eles a sua compreensão sobre o que foi dito na conversa ou realizado nela – Bilmes (2011) afirma que a definição apresentada por eles refere-se à prática de reformular e não à prática de formular, uma vez que a conversa anterior já é composta por formulações. Segundo Bilmes (2011), enquanto reformulação é retomar o que foi dito antes por alguém (um segundo dizer), formulação é dizer algo pela primeira vez (um primeiro dizer). Apesar de a definição de formulação apresentada pelo autor ser problemática, na análise dos nossos dados, trataremos formulação como um primeiro dizer e reformulação como um segundo dizer.

Agora, passaremos para a teoria de pergunta, que é central para o desenvolvimento deste trabalho.

2.3 PERGUNTA: DEFINIÇÃO

Nesta subseção, partindo dos estudos linguísticos tradicionais feitos por Quirk et al. (1985), que identificam perguntas e suas categorias de acordo com aspectos formais, discutiremos sobre a definição de pergunta. Além disso, a partir dos estudos da Análise da Conversa Etnometodológica, mostraremos como os analistas da conversa caracterizam uma elocução como sendo pergunta e exporemos nosso posicionamento do que seja pergunta e de como a trataremos nos nossos dados.

Em termos formais, Quirk et al. (1985) distinguem quatro formas linguísticas, as quais são caracterizadas por um conjunto específico de aspectos linguísticos: declarativas, interrogativas, imperativas e exclamativas.

³⁰ “Identifying, categorizing, describing, and persuading, that is, the rhetorical and reality-constructive aspects of linguistic action.” (BILMES, 2011, p. 133).

Dentre essas formas, os autores identificam apenas as formas interrogativas como sendo perguntas. Na gramática tradicional da língua inglesa, por exemplo, as interrogativas são diferentes das declarativas no que tange à inversão do verbo auxiliar do sujeito: auxiliar/sujeito nas interrogativas sim/não (*yes/no- interrogatives*) - “*Is it clear?*”³¹ (“Está claro?”) (CEROVIC, 2010). Nas declarativas, o sujeito aparece anteposto ao verbo – “*Pauline gave Tom a digital watch for his birthday.*” (“Pauline deu a Tom um relógio digital pelo aniversário dele.”) (QUIRK et al., 1986, p. 803). Além das interrogativas sim/não, existem também as interrogativas QU- (*wh-interrogatives*), que são formadas por colocar um elemento QU- (*Wh-* em inglês) no começo da elocução, como: “*who told you that?*” (“Quem contou aquilo para você?”) (CEROVIC, 2010).

Segundo Quirk et al. (1985), as interrogativas sim/não, em inglês, são marcadas prosodicamente com entoação ascendente, enquanto as interrogativas QU- possuem entoação descendente. No conjunto de interrogativas sim/não, em inglês, estudado pelos autores, 430 das interrogativas apresentam finalização prosódica ascendente, enquanto que 290 apresentam finalização prosódica descendente. Isso mostra que não há correspondência entre forma gramatical e prosódica nesses tipos de interrogativas, pois as interrogativas QU-, que deveriam ter uma entoação ascendente, por serem caracterizadas como interrogativas iniciadas por elementos “quem, qual”, etc., são marcadas prosodicamente com entoação descendente.

Apesar de parecer fácil distinguir em inglês a interrogativa das outras formas, como a declarativa, considerando-se a sintaxe de tais formas, o uso de ambas como formas de fazer perguntas pelos falantes estreita as diferenças entre elas. Falantes podem perguntar algo a alguém, utilizando tanto a forma gramatical das interrogativas, posicionando o verbo antes do sujeito “*are you busy?*” (“você está ocupado?”), quanto a forma gramatical das declarativas, marcada pelo verbo posposto ao sujeito “*you’re busy?*” (“você está ocupado?”) (CEROVIC, 2010). Isso indica que a forma gramatical não é suficiente para diferenciar uma pergunta, funcionalmente.

Em português, as interrogativas sim/não e declarativas não apresentam diferenças marcadas pela forma gramatical, uma vez que, naquelas, não há a inversão do sujeito com o verbo, isto é, a forma gramatical de tal interrogativa é igual à das declarativas: o sujeito é anteposto ao verbo: “Você foi bem na prova?”.

³¹ A respeito das interrogativas sim/não, trataremos mais detalhadamente na subseção 2.3.1.

No que se refere à distinção entre essas duas formas linguísticas pela prosódia, notamos que, nos nossos dados em português, a marcação prosódica³² não é sempre suficiente para distingui-las, dado que tanto elocuições com entoação ascendente quanto elocuições com entoação descendente podem ser tratadas pelos falantes do português como formas de fazer perguntas, conforme podemos observar no excerto extraído dos dados da DRCCM.

O próximo fragmento de fala foi extraído do interrogatório policial *Estupro de menor de 12 anos* (IP II), no qual a mãe da vítima (representante legal da vítima) registra um boletim de ocorrência contra os suspeitos I e II, acusando-os de abusar sexualmente de uma menina de 12 anos de idade. Os suspeitos negam terem cometido o possível delito. No exemplo³³ abaixo, o policial interroga os suspeitos:

Excerto 04: [IPII, 2007, 271:65-84]

→ 0065 Inspetor juliano, juliano quero saber de você onde entra a
→ 0066 sua participação nesta história.
0067 Suspeito I eu num tenho participação nenhuma não, eu nem
0068 nunca fiz nada com ela.
0069 Inspetor não.
0070 Suspeito I eu também nossa senhora tá doido, eu num ia me
0071 meter com criança não.
→ 0072 Inspetor não. você conhece esta moça?
0073 Suspeito I eu conheço ela.
→ 0074 Inspetor da onde?
0075 Suspeito I ela mora perto do quartel.=
0076 Inspetor =do quartel.=
0077 Suspeito I =a gente tinha um depósito perto da casa dela lá.
→ 0078 Inspetor tá, você nega qualquer coisa.
0079 Suspeito I qualquer coisa, eu nunca fiz nada com ela.
0080 Inspetor tá, e você?
0081 Suspeito II eu também não.
→ 0082 Inspetor você nega.
0083 ((o suspeito II sinaliza afirmativamente com a
0084 cabeça))

³² Durante a elaboração da tese, embora tenham sido feitas pesquisas bibliográficas em artigos e livros abordando a marcação prosódica de perguntas no português em uma perspectiva da Linguística Interacional, não foi encontrado nenhum estudo tratando especificamente desse assunto nessa área. Encontramos, no entanto, artigos que seguem a perspectiva da Linguística Formal: Moraes e Orsini (2003), Vasilévski e Araújo (2013), Tenani (2006), bem como trabalhos na área da Psicologia, os quais tratam especificamente das melodias maternas realizadas com bebês: Cavalcanti (2001) e Eurico (2013). Sugerimos a leitura desses estudos para aprofundamento sobre o tema.

³³ Não realizaremos uma análise sequencial e detalhada das falas presentes nesse fragmento. Focaremos, neste momento, na identificação das perguntas com base na marcação prosódica, mostrando que tanto as declarativas quanto as interrogativas podem ser interpretadas pelos falantes como perguntas. Propomos uma análise sequencial das ações desempenhadas pelos participantes, nesse instante da interação, no capítulo de análise dos dados.

Nesse excerto, notamos que o inspetor de polícia faz uma série de perguntas aos suspeitos. Nas linhas 65-66, ele faz uma pergunta QU- na forma indireta ao suspeito I: “juliano, juliano quero saber de você onde entra a sua participação nesta história.”. Nessa pergunta, com marcação prosódica descendente, há uma pressuposição de que o suspeito I pode ter cometido o crime, já que o policial tem o interesse em saber “onde entra a sua participação nesta história.”. Após as respostas negativas do suspeito I, nas linhas 67-68 e 70-71, o policial, dentro do turno da linha 72, faz a seguinte pergunta sim/não “você conhece esta moça?”, a qual é marcada prosodicamente pela entoação ascendente. Outra pergunta que tem uma entoação ascendente é “da onde?” (linha 74), que se caracteriza como uma interrogativa QU-³⁴ com entoação ascendente.

Nas linhas 78 e 82, o policial reformula a posição assumida pelos suspeitos com relação ao possível crime nos turnos anteriores (“você nega qualquer coisa.” e “você nega.”). Tais reformulações têm entoação descendente e são entendidas pelos suspeitos como perguntas, uma vez que eles apresentam respostas no turno seguinte: na linha 79, o suspeito I confirma verbalmente o conteúdo do que consta na elocução anterior, repetindo parte do que foi dito no turno da linha 78 (“qualquer coisa,”- linha 79) e reafirmando não ter se envolvido com a vítima (“eu nunca fiz nada com ela.”- linha 79); nas linhas 83-84, o suspeito II confirma também o que foi dito pelo policial, acenando com a cabeça.

Ao olharmos para o contorno prosódico das elocuições desse fragmento de fala, observamos ainda que a afirmação de Quirk et. al (1985) de que as interrogativas QU-, em inglês, têm entoação descendente diverge do que encontramos nos nossos dados em português, pois a pergunta QU- “da onde?” (linha 74) apresenta um contorno prosódico ascendente.

A partir de uma breve análise desse exemplo, notamos que a noção tradicional de perguntas proposta por Quirk et al. (1985), baseada em aspectos formais prosódicos e sintáticos, não é consistente para identificar uma pergunta como tal nos nossos dados em português, dado que tanto as formas declarativas quanto as interrogativas, seja com entoação ascendente ou descendente, podem ser reconhecidas pelos falantes como sendo perguntas.

³⁴ Conforme já dissemos, em inglês, as *wh-interrogatives* são iniciadas pelo elemento *wh-* que inclui *who*, *what*, *where*, *why*, *when*. Em português, tais interrogativas são iniciadas por QU- que engloba quem, qual, o quê, onde, quando, por quê, quanto.

Partindo dessas considerações, Bolinger (*apud* EHLICH, FREED, 2009) argumenta que nenhum critério linguístico (sintaxe, entoação) é suficiente ou necessário para definir uma pergunta, já que ela é prontamente reconhecida pelos falantes. Essa dificuldade de definir pergunta é apresentada também por alguns analistas da conversa, como Sidnell (2009), o qual retoma a definição proposta por Bolinger (1957):

Uma pergunta parece ser um padrão de comportamento, e é tão real – mas tão difícil de definir – como outros padrões de comportamento: agressividade, condescendência, ansiedade ou vergonha. Não existe definição que possa cobrir o padrão e ao mesmo tempo atender às demandas de parcimônia científica. O único substituto é isolar tipos que podem ser definidos linguisticamente³⁵ (BOLINGER, 1957 *apud* SIDNELL, 2009, p. 20).

Para Sidnell (2009), a definição de pergunta apresentada por Bolinger (*apud* SIDNELL, 2009) mostra que uma pergunta não é simplesmente uma combinação de aspectos entoacionais, lexicais e linguísticos, ou seja, não é um objeto linguístico como um todo, mas um padrão de comportamento ou o que se denomina como prática. A prática, assim como fazer perguntas, é complexa, encontrando-se no cruzamento entre forma e norma, entre o que as pessoas fazem e o que elas entendem do que estão fazendo umas com as outras (SIDNELL, 2009, p. 20). Assim, é quase impossível, para esse autor, apresentar uma definição adequada para a prática de perguntar. Apesar de o autor encontrar dificuldades para definir pergunta de forma consistente, ele aponta uma definição que considera pergunta como uma prática central em depoimento de testemunha:

‘Pergunta’ é tanto uma prática quanto uma categoria implicada na própria reflexão, descrição e ideias dos membros de sua prática. Perguntas são centrais tanto para a produção real do depoimento de testemunha quanto para a tentativa dos membros de regulá-lo, avaliá-lo e legislá-lo³⁶ (SIDNELL, 2009, p. 21).

Nessa definição, o autor trata pergunta como uma prática e como uma categoria, através da qual os membros podem refletir sobre sua própria prática e usá-la para a realização do mandato institucional específico que constitui o depoimento de testemunha.

³⁵ A question appears to be a behavioral pattern, and is as real—but as hard to pin down—as other behavioral patterns: aggressiveness, deference, anxiety, or embarrassment. No inclusive definition can cover the pattern and at the same time meet the demands of scientific parsimony. The only substitute is to isolate types that can be linguistically defined (BOLINGER, 1957 *apud* SIDNELL, 2009, p. 20).

³⁶ ‘Question’ is both a practice and a category implicated in members' own reflection upon, descriptions of, and ideas about their practice. Questions are central both to the actual production of inquiry testimony and to members' attempts to regulate, evaluate, and legislate it (SIDNELL, 2009, p. 21).

No que diz respeito à função das perguntas, Heritage (2002, p. 1427) apresenta uma noção de pergunta pautada em sua forma elementar: “uma forma de ação social, projetada para buscar informação e realizada em um turno de fala por meio de sintaxe interrogativa³⁷”.

Em contrapartida, tal definição não é sustentada pelo autor como adequada, na medida em que nem toda pergunta é feita na forma de sintaxe interrogativa, havendo a produção de perguntas na forma declarativa; nem a sintaxe interrogativa determina somente a ação social da pergunta de buscar informação, mas também a realização de outras ações³⁸: convites, pedidos, reclamações, etc. Essa noção de pergunta como uma prática, que implementa diversas ações, é compartilhada por vários analistas da conversa (SCHEGLOFF, 1984; STIVERS, ROSSANO, 2010; TRACY, ROBLES, 2009; CEROVIC, 2010), os quais estudam perguntas como ações sociais inseridas em um contexto sequencial.

Conforme analisado no subitem 2.1.3, formas mínimas de organização sequencial de ações na conversa seriam os pares adjacentes. Perguntas, então, iniciam uma sequência de par adjacente, posicionando-se na PPP, e projetam respostas, na posição SPP. Através dos pares adjacentes, podemos identificar não só a posição sequencial assumida pelas perguntas, mas também as ações que as implementam e as ações específicas tornadas relevantes no próximo turno.

Apesar de, após o proferimento de uma PPP, uma SPP de tipo específico ser esperada no turno seguinte, pode ocorrer, na posição de SPP, uma ação que não esteja em harmonia com a ação executada na PPP: um falante pode produzir, na PPP, a elocução “*Why don't you come to see me sometimes?*” (“Por que você não vem me ver algumas vezes?”) (ATKINSON, DREW, 1979), a fim de realizar um convite, esperando, na posição de SPP, a aceitação deste. Em contraposição, o próximo falante pode não apresentar uma ação coordenada à ação desempenhada na PPP, apresentando motivos que justifiquem o fato de o interlocutor não ir visitar o locutor algumas vezes. Ao fazer isso, o interlocutor interpreta a ação presente na PPP como uma pergunta que busca informação/justificativa. Por outro lado, tal elocução na PPP, que parece ser uma pergunta que busca informação/justificativa devido à sua forma interrogativa QU-, pode ser interpretada pelo próximo falante como sendo realmente um convite, e este pode aceitá-lo no turno seguinte. O exemplo dessa elocução mostra que interrogativas que parecem buscar informação/justificativa podem ser usadas para facilitar a

³⁷ “a form of social action, designed to seek information and accomplished in a turn at talk by means of interrogative syntax” (HERITAGE, 2002, p. 1427).

³⁸ No subitem 2.3.1, veremos que as perguntas interrogativas negativas são tratadas pelo próximo falante como afirmações, em que o falante expressa posicionamento ou ponto de vista, e não como perguntas, por meio das quais se busca informação (HERITAGE, 2002).

realização de outra ação: um convite. Entretanto, a coordenação de uma ação na PPP com a ação na SPP depende do entendimento do próximo falante da ação executada no turno anterior.

Segundo Schegloff (2007), uma ação pode ser usada como um veículo para o desempenho de outras ações. Interrogativas como “*Why do you always do that?*” (“Por que você sempre faz aquilo?”) (CEROVIC, 2010) podem ser, concomitantemente, uma pergunta, através da qual se pode buscar uma informação/justificativa, e um veículo para a realização de outra ação: o falante reclamar de um hábito irritante de um interlocutor.

Além das interrogativas que servem como veículo para a realização de outras ações, há também formas de perguntar que preparam o terreno para outra ação (SCHEGLOFF, 1980; DREW, 2005): interrogativas QU-, como “o que você vai fazer hoje?”, são formas de perguntar usadas para abrir terreno para a realização de um convite, ou seja, iniciam uma pré-sequência (DREW, 2005). A função dessa elocução é obter a informação sobre a disponibilidade do interlocutor, de modo que, dependendo da resposta deste, é efetuado o convite.

Conforme podemos observar, interrogativas podem ser utilizadas para realizar diversas ações, sendo formas de fazer pergunta, isto é, as interrogativas são formas sintáticas e prosódicas que podem ser utilizadas para fazer perguntas (CEROVIC, 2010).

Tendo em vista o exposto acima, não consideraremos perguntas como sendo apenas a forma interrogativa, mas também uma prática (SIDNELL, 2009), em que diversas ações são implementadas, de modo que tanto as interrogativas quanto as declarativas serão consideradas como sendo formas de fazer perguntas.

Neste trabalho, não analisaremos perguntas em turnos de fala isolados, mas dentro de uma sequência, levando em conta tanto aspectos formais quanto as ações realizadas por elas e suas respostas. A análise sequencial das perguntas e respostas permitir-nos-á identificar as perguntas como tais por meio do que é dito antes ou depois na sequência. Elas serão interpretadas localmente pelos participantes nas interações dos interrogatórios policiais. A partir da análise sequencial de perguntas e respostas, entenderemos o caráter interativo e sequencial da atividade de apurar crimes por um inspetor de polícia na DRCCM.

Apesar de apresentarmos, nesta seção, alguns tipos de perguntas para explicar as diferenças entre as formas interrogativas e declarativas, nosso foco, neste momento, não é

explorar a tipologia de perguntas, mas apenas tentar expor uma definição mais consistente do que seja pergunta para os participantes de uma interação.

Conforme discutimos, somente a forma interrogativa, a marcação prosódica e a função de buscar informação não são suficientes para definir o que é uma pergunta, sendo necessário o contexto sequencial das ações para compreendermos como os falantes interpretam uma elocução como sendo uma pergunta. Obviamente, como perguntas são realizadas nas diversas esferas sociais, seja em encontros com amigos, seja em ambientes institucionais, como entrevista jornalística, Tribunal de Justiça, consulta médica, interrogatórios policiais, etc., elas variam de acordo com restrições específicas impostas por cada contexto social.

Após apresentarmos os tipos de perguntas no subitem seguinte, trataremos de perguntas em diversos ambientes institucionais, mostrando como a atividade de perguntar desempenha metas institucionais específicas em cada ambiente.

2.3.1 Tipos de perguntas e respostas

Nesta subseção, apresentaremos os tipos de perguntas e os tipos de respostas³⁹ encontrados nos estudos realizados por analistas da conversa. Mostraremos cinco tipos de perguntas: (i) perguntas QU- (*wh- questions*) (KOSHIK, 2007; FOX, THOMPSON, 2010; CEROVIC, 2010); (ii) perguntas sim/não ou perguntas polares (*yes/no questions* ou *polar questions*) (RAYMOND, 2003, 2009; CEROVIC, 2010); (iii) perguntas alternativas (*alternative questions*) (KOSHIK, 2007); (iv) interrogativas negativas (*negative interrogatives*) (HERITAGE, 2002); (v) *tag questions* (HEPBURN, POTTER, 2009).

No que se refere ao primeiro tipo de pergunta, enquanto, no inglês, as perguntas QU- (*wh- questions*) são formadas pelos elementos— *who, where, what, when, why* e *how* (KOSHIK, 2007) –, em português, são formadas pelos seguintes elementos: quem, onde, o quê ou qual, quando, quanto, por quê e como. Segundo Koshik (2007), as perguntas QU- tornam relevantes respostas que têm referência ao elemento quem, onde, qual, quando, por quê e como por elas requeridas. Uma pergunta QU-, por exemplo, iniciada por “Quem”, como “Quem é a nova professora de português?”, torna relevante uma resposta que faça referência à

³⁹ Como a literatura sobre pergunta é composta por textos em inglês, mostraremos os tipos de perguntas e respostas nessa língua, mas procuraremos traduzir a tipologia para o português, pois os dados gerados na DRCCM estão em português.

pessoa, bem como o elemento “onde”, em uma pergunta, projeta uma resposta que faça referência a lugar.

Fox e Thompson (2010) dividem as perguntas QU- em dois tipos: (i) as de tipo específico, que buscam partes particulares de informação – “elas podem buscar aquela informação como sua ação principal, ou elas podem buscar aquela informação a serviço de outras ações⁴⁰” (FOX, THOMPSON, 2010, p. 135-136); e (ii) as perguntas para contar (*telling questions*), as quais buscam respostas extensas, como relatos, histórias, etc.: “*So what did you guys do today.*” (“Então o que vocês fizeram hoje.”) (FOX, THOMPSON, 2010, p. 136). No artigo, as autoras centram seu estudo nos tipos de respostas fornecidos às perguntas QU- de tipo específico.

Segundo as autoras, as características gramaticais e interacionais dos tipos de respostas às perguntas QU-, em inglês, variam. As perguntas QU- específicas podem apresentar dois tipos de respostas: respostas compostas por UCTs sintagmáticas (respondem às perguntas e não indicam problema na pergunta ou na sequência) e clausais (ocorrem quando há algum problema na pergunta ou na sequência e fazem mais do que simplesmente responder à pergunta QU-).

Produzidas sem atrasos ou prefácios e não acompanhadas por justificativas ou relatos, as respostas constituídas por UCTs sintagmáticas consistem em apenas um sintagma nominal ou adjetival que corresponde ao elemento requerido na pergunta QU-: o local, a pessoa, etc., a que o item QU- faz referência. Ao simplesmente responder ao que é requerido na pergunta QU-, esse tipo de resposta atende às relevâncias mobilizadas pela questão, como, por exemplo, a pergunta QU- específica “*Where does her sister live.*” (“Onde a irmã dela mora.”) (FOX, THOMPSON, 2010, p. 140), que torna relevante, no turno seguinte, a produção de uma resposta que apresente o local a que o elemento “onde” se refere. A produção da UCT sintagmática pelo falante seguinte “*Boise Idaho.*” (FOX, THOMPSON, 2010, p. 140) responde ao que é tornado relevante pela pergunta QU- específica.

No caso das respostas compostas por UCTs clausais, há aquelas que fornecem a informação requerida na pergunta, e outras que não fornecem tal informação. As primeiras são produzidas com atrasos ou prefácios (bem...), indicando haver algum problema na sequência ou na questão. Esse tipo de resposta pode tratar a pergunta como inapropriada. Um exemplo disso seria a produção de uma pergunta QU- que busca uma informação que já foi

⁴⁰ “they may seek that information as their action, or they may seek that information in the service of other actions” (FOX, THOMPSON, 2010, p. 135-136).

fornecida antes por um dos participantes da interação. A resposta constituída por uma UCT clausal pode indicar que tal questão é inadequada, dado que a informação nela requerida já foi fornecida anteriormente na sequência, não havendo, assim, a necessidade de se fazer a questão naquele momento da interação.

As respostas compostas por UCTs clausais, que não fornecem a informação requerida na pergunta, são divididas em dois subtipos: respostas que tratam o conteúdo da pergunta como problemático, e as que não respondem ao que foi solicitado, como *Eu não sei, eles/elas não sabem..., somente Deus sabe*. Em ambos os subtipos, os respondedores resistem ao formato da pergunta, ou seja, os respondedores não fornecem o elemento que faz referência ao item QU- presente na pergunta.

O segundo tipo de pergunta exposto acima são as perguntas sim/não, divididas por Raymond (2009) em dois subtipos: as interrogativas sim/não⁴¹ e as declarativas sim/não.

Em inglês, as interrogativas sim/não são formadas pelo *operador e/ou verbo + sujeito*, como, por exemplo, “*Did you have a good pregnancy.*” (“Você teve uma boa gravidez.”), “*are your breasts comfortable.*”⁴² (“Seus seios estão confortáveis.”) (RAYMOND, 2009, p. 92). Elas iniciam uma sequência de ações e tornam relevante, no turno seguinte, a produção de dois tipos de respostas, as quais podem estar em conformidade, ou não, com as restrições expressas na forma gramatical da pergunta (RAYMOND, 2003): (i) respostas do tipo conformativa, sinalizadas por “*yes*”, “*no*” ou equivalentes (“*mmhmm*”, “*mmm*”, “*uh huh*”, “*yep*”, “*yeah*”, “*nope*”, “*huhhuh*” e outros) e associadas às restrições que compõem a forma gramatical da interrogativa, isto é, elas aceitam os termos e as pressuposições incorporadas na pergunta, bem como as ações⁴³ realizadas pela questão; (ii) respostas do tipo não conformativas são aquelas que transmitem afirmação ou não afirmação por diferentes meios. Elas evitam as restrições postas em movimento pela forma gramatical de uma interrogativa

⁴¹ No trabalho “*Grammar and social organization. yes/no interrogatives and the structure of responding*”, Raymond (2003) estuda apenas as perguntas interrogativas sim/não. Como, no artigo “*Grammar and Social relations*”, Raymond (2009) complementa o estudo das interrogativas sim/não, ao compará-las com as declarativas sim/não, utilizaremos como referência bibliográfica, nesta subseção, o primeiro trabalho do autor (RAYMOND, 2003) para referirmos às interrogativas sim/não, e o trabalho mais recente do autor (RAYMOND, 2009), para referirmos aos dois subtipos de perguntas sim/não (interrogativas e declarativas).

⁴² Esses exemplos pertencem aos dados de Raymond (2009). Eles consistem de gravações em áudio de visitas feitas por enfermeiras, que trabalham para o Serviço de Saúde Nacional Britânico, para monitorar o estado de saúde de mães que acabaram de ter bebês. Para maiores detalhes sobre esse estudo de Raymond (2009), sugerimos a leitura da subseção 2.3.2.

⁴³ Raymond (2003) pontua que as interrogativas realizam diversas ações, como: oferta, pedido, convite, etc. e tornam relevantes ações de tipo específico. (cf. pares adjacentes, subseção 2.1.3).

sim/não. As respostas não conformativas tratam o formato da interrogativa e a ação que a interrogativa executa “como problemática de alguma forma⁴⁴” (RAYMOND, 2003, p. 949).

Raymond (2003) associa esses tipos de respostas à estrutura de preferência: respostas do tipo conformativas são preferidas, e respostas do tipo não conformativa são despreferidas. Esse autor mostra que os falantes podem manipular o formato e a composição das interrogativas sim/não ao inverterem a polaridade (*yes-no*) delas: uma interrogativa como “você pode me dar uma carona para casa?” projeta como resposta preferida o “sim”, marcada pela sua polaridade positiva; se a polaridade de tal interrogativa for invertida para negativa, como “você não pode me dar uma carona para casa?”, a resposta preferida marcada pela polaridade seria “não”, apesar de o tipo de ação (o pedido) ter como preferência a resposta “sim”, indicando a aceitação do pedido.

Quando perguntas sim/não, envolvendo as interrogativas e declarativas sim/não, são veículos para a realização de outras ações, pode ocorrer preferência sobreposta (*overlapping preference*) ou preferência cruzada (*crosscutting preference*) (SCHEGLOFF, 1995).

No caso de preferência sobreposta, a preferência projetada pelo desenho da pergunta e a atividade veiculada a ela é a mesma: por exemplo, a realização do convite “vamos ao cinema hoje?” projeta como resposta preferida o “sim”, que está em conformidade com a restrição gramatical da pergunta e indica a aceitação do convite. A preferência cruzada ocorre quando a resposta projetada e preferida pelo desenho da pergunta não coincide com a resposta projetada pela ação da pergunta. Um exemplo seria “você não quer uma carona?”, em que a resposta preferida para o tipo de ação, veiculada na questão, é a aceitação da oferta, enquanto que o desenho da pergunta, de polaridade negativa, projeta um “não” como resposta, que recusa a oferta.

Quanto às respostas conformativas “sim” ou “não” das interrogativas sim/não, Raymond (2009) ressalta que receptores de perguntas raramente consideram essas respostas como adequadas, na medida em que, além de eles produzirem tais respostas conformativas, fornecem alguma elaboração àquelas respostas, ou seja, realizam alguma ação em adição a tais respostas. Dessa maneira, a forma estrutural das interrogativas sim/não contribui para que receptores tratem tais interrogativas como perguntas que devem ser respondidas com uma resposta mais elaborada, e não apenas confirmadas ou não confirmadas.

⁴⁴ “as problematic in some way” (RAYMOND, 2003, p. 949).

Diferentemente das interrogativas sim/não, em que o verbo ou o auxiliar é anteposto ao sujeito, as declarativas sim/não têm o seguinte formato: *sujeito+ operador e/ou verbo*. Estas são afirmativas sobre assuntos conhecidos entre os falantes e, assim como as interrogativas, iniciam sequências de ações.

Segundo Raymond (2009), as declarativas sim/não podem ser produzidas com polaridade positiva (“*you’re breast-feeding.*”/ “Você está amamentando.” (RAYMOND, 2009) ou negativa (“*uhm (.) you didn’t go to schoo:you know the spe[cial care unit.*”/ “uhm (.) você não vai a escol:você conhece a unidade de cuidado espe[cial.” (RAYMOND, 2009) e com entoação ascendente (“*an’ your tail end’s okay?*”/ “e’ seu cóccix está ok?” (RAYMOND, 2009) ou descendente (“*you’re breast-feeding.*”/ “Você está amamentando.” (RAYMOND, 2009). Elas tornam relevante, no próximo turno, a produção de respostas do tipo conformativas “sim” ou “não” como forma de o falante seguinte confirmar ou rejeitar o que foi declarado. Além de apresentar essas respostas às declarativas, os receptores podem proferir respostas mínimas, como “mmhm” ou um aceno de cabeça, sinalizando confirmação, ou não, da informação declarada.

Tanto o uso das declarativas sim/não quanto o uso das interrogativas sim/não evocam relações sociais distintas determinadas pela forma gramatical de cada uma. Nas declarativas, os falantes, ao afirmarem alguma informação, alegam que os receptores sabem⁴⁵ tal informação e possibilitam a confirmação, ou não, disso no turno seguinte. Já nas

⁴⁵ Considerando o desenho de perguntas, Heritage (2013) associa tipo de pergunta à assimetria de conhecimento entre o perguntador e o respondedor. Para explicar tal assimetria, ele apresenta a noção de posição epistêmica, que é determinada pelo falante e está associada a como o falante expressa o que ele sabe, ou o que ele pode ter assumido saber, através do que ele diz.

Em inglês, a posição epistêmica é expressa através de diferentes realizações gramaticais do conteúdo proposicional. Isso pode ser visualizado nas elocuições expostas pelo próprio autor:

“(1) Are you married? (“Você é casado?”)

(2) You’re married, aren’t you? (“Você é casado, né?”)

(3) You’re married.” (“Você é casado.”)” (HERITAGE, 2013, p. 377).

Segundo Heritage (2013), essas três elocuições têm o mesmo conteúdo proposicional: tratam do estado civil do interlocutor, mas têm posição epistêmica distinta marcada pela diferença gramatical entre elas. A elocução (1), gramaticalmente caracterizada como uma pergunta interrogativa sim/não (verbo auxiliar + sujeito), propõe que o perguntador não tem conhecimento definido quanto ao estado civil do interlocutor, ou seja, o perguntador assume a posição epistêmica de não ter conhecimento, enquanto o interlocutor assume a posição de quem tem conhecimento do que lhe foi perguntado. Por outro lado, as elocuições (2) e (3), caracterizadas, respectivamente, como *tag questions* e perguntas declarativas sim/não (sujeito + verbo auxiliar), expressam o aumento da possibilidade de o perguntador saber que o interlocutor é casado. Com as duas últimas elocuições, o perguntador deseja somente confirmar com o interlocutor o estado civil deste, assumindo, assim, quase a mesma posição epistêmica do interlocutor (aquele que tem o direito primário de saber a informação). Com base nesse exemplo, notamos que a assimetria de conhecimento entre o perguntador e o interlocutor é maior em elocuições como a (1) do que em elocuições como (2) e (3).

interrogativas, os falantes propõem uma pergunta, cujo assunto formulado não é de seu conhecimento, e os receptores devem apresentar uma resposta, e não uma confirmação.

Enquanto as declarativas sim/não tornam relevante a produção de confirmação, ou não, da informação declarada, mitigando, assim, a assimetria entre falantes a partir do que cada um sabe sobre aquela informação, as interrogativas sim/não tornam relevante uma resposta e aumentam a assimetria entre os falantes no que se refere ao que cada um sabe sobre o assunto formulado na pergunta (RAYMOND, 2009).

Além disso, Raymond (2009) comenta que as diferentes ações tornadas relevantes pelas declarativas sim/não e pelas interrogativas sim/não são refletidas nas formas das respostas a elas e na maneira como as sequências por elas iniciadas são ou não expandidas. As declarativas sim/não, pelo fato de projetarem como resposta apenas uma confirmação ou rejeição do que é afirmado, não possibilitam aos receptores apresentarem respostas abrangentes, tal como é propiciado pelas interrogativas sim/não. Segundo o autor, enquanto as declarativas sim/não restringem e delimitam o tipo de resposta a ser apresentado no turno posterior, as interrogativas sim/não ampliam as possibilidades de respostas, permitindo aos receptores produzirem uma resposta mais elaborada, seguida do sinal (“sim” ou “não”), que marca a resposta conformativa.

Como as declarativas sim/não restringem as possibilidades de respostas no próximo turno, não há pós-expansão de sequência depois de suas respostas, entretanto sequências iniciadas por interrogativas sim/não são expandidas após a sequência de base. Tais expansões podem ser mínimas ou não mínimas (cf. subitem 2.1.3). As interrogativas sim/não podem também ser usadas como ações preliminares (iniciando uma pré-sequência ou uma pré-pré). Um exemplo de interrogativas sim/não seria a realização de um pré-convite a um amigo, como “você tem algum compromisso hoje?”, após a produção de uma resposta conformativa “não”, uma ação seguinte torna-se relevante: a realização do convite. Por outro lado, o proferimento de uma resposta conformativa “sim” do amigo não encoraja o falante a prosseguir com a realização do convite.

Raymond (2009) afirma que a escolha da forma interrogativa sim/não ou da declarativa sim/não é uma questão prática, pois o uso de uma forma não restringe ou reflete diretamente o que os participantes da conversa realmente sabem, entendem ou pensam que sabem. Ao projetar suas ações, falantes podem tratar uma informação que compartilha conhecimento como uma interrogativa, e não como uma declarativa – que reduz a assimetria

entre os participantes da conversa, bem como podem afirmar saber algo que eles realmente não sabem. Assim, a opção entre interrogativas sim/não ou declarativas sim/não depende do uso delas pelos falantes em uma sequência organizada de ações.

Ao contrastar as interrogativas sim/não com as perguntas QU-, Cerovic (2010) afirma que as perguntas QU- abrem espaço para o próximo falante apresentar uma possibilidade maior de respostas do que as interrogativas sim/não, que restringem o tipo de resposta a ser apresentada posteriormente. Segundo a autora, elocuições como “*when did you stop beating your wife.*” (“Quando você parou de bater na sua esposa.”) (CEROVIC, 2010, p. 45) e “*did you stop beating your wife?*” (“Você parou de bater na sua esposa?”) (CEROVIC, 2010, p. 45), por serem compostas por pressuposições, podem trazer algum dano para o endereçado, pois são indiretamente acusatórias. A primeira pode ser difícil de ser respondida pelo próximo falante (no caso dos dados da autora, que são interrogatórios policiais, gerados em uma Delegacia de Polícia em Montenegro, essa dificuldade é encontrada pelo suspeito durante a investigação do crime cometido por ele), uma vez que tal elocução apresenta duas pressuposições: a) que X estava batendo na esposa; b) que X parou de bater na esposa em algum momento. Por outro lado, a segunda elocução piora a situação de o falante seguinte responder pelo fato de pressupor que X estava batendo em sua esposa e que X ainda pode estar batendo nela. No caso da pergunta QU- “quando você parou de bater na sua esposa.” (CEROVIC, 2010, p. 45), o falante seguinte tem mais espaço para apresentar uma resposta, ou seja, ele tem mais possibilidades de apresentar uma resposta (ele pode informar quando ele realmente parou de bater na esposa dele ou pode responder “eu nunca bati na minha esposa”, negando a acusação). Por outro lado, as interrogativas sim/não impossibilitam essa abertura para o falante seguinte apresentar uma resposta, restringindo as possibilidades de respostas com um simples “sim” ou “não”.

Comparada ao que é proposto por Fox e Thompson (2010), essa distinção apontada por Cerovic (2010) não esclarece a diferença entre pergunta QU- e interrogativas sim/não. Como vimos, nesta subseção, Fox e Thompson (2010) distinguem as perguntas QU- em dois tipos: as de tipo específico e as perguntas de contar. As perguntas QU- de tipo específico, ao buscarem informações que tenham relação com o elemento que compõe a pergunta (quem, onde, qual, o que, etc.), não podem ser consideradas perguntas tão abertas quanto as perguntas para contar, pois as de tipo específico restringem os tipos de respostas a serem fornecidas no

turno seguinte. Dessa forma, englobar todas as perguntas QU- como abertas não é adequado, já que há perguntas QU- que são mais específicas do que outras.

No que se refere aos subtipos de pergunta sim/não – interrogativas sim/não e declarativas sim/não – apresentados por Raymond (2009), mostraremos que, nos nossos dados da DRCCM, a distinção entre esses subtipos não se sustenta. Veremos esses subtipos em dois fragmentos de fala, extraídos de um mesmo interrogatório policial: IPVI – *maus tratos de menores*. Nesse interrogatório, o inspetor de polícia investiga uma denúncia anônima de maus tratos em que um casal (suspeita e suspeito) é acusado de maltratar física e psicologicamente os filhos (menores de idade) e de mantê-los fora da escola. Além disso, os suspeitos são acusados de não darem uma alimentação adequada aos filhos (vítimas I, II e III) e de proibir as filhas de irem ao médico. O filho do casal, chamado Alfredo, foi morar com a madrinha, porque suspeito e suspeita não tinham condições financeiras para criar todos os filhos. Na apuração, o policial interroga os suspeitos (pai e mãe das crianças) e os menores. No final do interrogatório, ele conclui que a denúncia de maus tratos não procede e decide não encaminhar o caso à justiça.

Nos dois excertos⁴⁶, o inspetor investiga com a vítima I e com o suspeito (pai dos menores) fatos presentes no BO⁴⁷. No excerto 05, ele investiga com a vítima I as agressões físicas sofridas pelos filhos; no excerto 06, ele verifica com o suspeito se o filho, Alfredo, foi realmente morar com a madrinha.

⁴⁶ Como nosso foco, nesta subseção, não é realizar uma análise detalhada dos dados, exploraremos, nesses excertos, apenas as perguntas sim/não.

⁴⁷ Nesses dois excertos, o policial parte a sua investigação de informações constantes no BO, fazendo perguntas às partes, de cujo conteúdo ele tem conhecimento com base no que consta no documento. A respeito da prática utilizada por ele para investigar esses fatos, sugerimos a leitura do subitem 5.8, no capítulo de análise.

Excerto 05: [IPVI, 2007, 307:423-436]

0423 Inspetor puxa a cadeira, pode puxar ô:: ô menina, pega a
0424 cadeira lá, eu tenho que fazer uma pergunta pra
0425 vocês, eu não quero o mal do pai de vocês† eu não
0426 quero o mal da mãe de vocês, mas >a gente< tem
0427 que saber né? então me fala uma coisa.
0428 (2.0)
0429 Inspetor vocês gostam do pai de vocês e da mãe de vocês, é
→ 0430 claro que gostam, °né°? **eles batem em vocês.** eu
0431 tenho que saber†=
0432 Vítima I =não.=
0433 Inspetor =não ba[tem.]
0434 Vítima I [não,] só um tapinha à to::a,=
0435 Inspetor =um tapinha à toa.=
0436 Vítima I =é.

Excerto 06: [IPVI, 2007, 302:129-135]

0129 Inspetor é:: o:: é- é essa coisa de- o alfredo, você tem
→ 0130 um filho chamado alfredo, **ele mora com a madrinha**
→ 0131 **mesmo?**
0132 Suspeito não, ele tá assim- tá- tá estudando, tá com ela
0133 porque tá estudando.=
0134 Inspetor =tá estudando†=
0135 Suspeito =é.

Conforme proposto por Raymond (2009), no inglês, gramaticalmente, as interrogativas sim/não são formadas pelo *operador e/ou verbo + sujeito*, enquanto as declarativas sim/não têm o formato *sujeito + verbo*. No caso dos dados em português, essa diferença gramatical não ocorre, como podemos notar nos dois excertos acima, em que a forma gramatical das elocuições “**eles batem em vocês.**” (linha 430 – excerto 05) e “**ele mora com a madrinha mesmo?**” (linhas 130-131 – excerto 06) é a mesma, ou seja, apresentam a estrutura *sujeito + verbo*, de modo que ambas podem ser classificadas como interrogativas sim/não ou declarativas sim/não.

Quanto à marcação prosódica, o autor afirma que as declarativas sim/não, no inglês, podem ter entoação ascendente ou descendente. Isso mostra que a forma declarativa pode ter a mesma entoação ascendente das interrogativas. No caso, dos nossos dados em português, percebemos que perguntas sim/não podem apresentar tanto entoação ascendente quanto descendente. As elocuições dos excertos acima têm marcação prosódica diferente: a elocução “**eles batem em vocês.**” (linha 430), do primeiro excerto, tem entoação descendente, enquanto a elocução “**ele mora com a madrinha mesmo?**” (linhas 130-131), do segundo

excerto, tem entoação ascendente. Apesar da entoação descendente da elocução “**eles batem em vocês.**” (linha 430), ela é tratada sequencialmente pelo próximo falante como sendo uma pergunta, e não como uma afirmação, sendo respondida no turno seguinte (“=não.=” – linha 432 – excerto 05). Dessa forma, não é possível distinguir, em português, a forma interrogativa da declarativa por meio da marcação prosódica.

Quanto aos tipos de respostas projetados pelas interrogativas sim/não e pelas declarativas sim/não, podemos observar que a elocução do excerto 05 “**eles batem em vocês.**” (linha 430) é respondida com um “=não.=” (linha 432), ou seja, a vítima I apresenta uma resposta em conformidade com a restrição incorporada na forma gramatical de tal elocução. De acordo com a teoria de Raymond (2009), respostas como essas são dadas às declarativas sim/não, pois a estas não são produzidas, por seus receptores, nenhuma resposta que complemente as respostas conformativas “sim” ou “não”, isto é, os receptores das declarativas sim/não não realizam alguma ação em adição às respostas “sim” ou “não”. Então, a partir da resposta fornecida pela menor na linha 432 (excerto 05), a elocução “**eles batem em vocês.**” (linha 430) poderia, a princípio, ser classificada como uma declarativa sim/não.

Por outro lado, após a resposta da menina (linha 432 – excerto 05), há uma expansão (no turno das linhas 433, 434, 435 e 436) da sequência de pergunta e resposta (turno das linhas 429-431/432). Isso indica que a elocução “**eles batem em vocês.**” (linha 430) não pode ser classificada como uma declarativa sim/não, pois, de acordo com Raymond (2009), as declarativas sim/não, ao restringirem as possibilidades de respostas no turno seguinte, não sofrem pós-expansões de sequência.

Devido a essa expansão da sequência de pergunta e resposta, a elocução “**eles batem em vocês.**” (linha 430) poderia ser classificada como interrogativa sim/não, dado que esse tipo de pergunta sim/não pode sofrer pós-expansão de sequência (RAYMOND, 2009).

No excerto 06, após a produção da elocução “**ele mora com a madrinha mesmo?**” (linhas 130-131), o suspeito produz a UCT lexical “não,” (linha 132), na qual ele parece discordar do conteúdo presente nessa elocução. A UCT “não,” (linha 132) é uma resposta que está de acordo com as restrições incorporadas na forma gramatical da elocução produzida pelo policial. Como, depois da resposta conformativa à elocução “**ele mora com a madrinha mesmo?**” (linhas 130-131), o suspeito apresenta uma resposta adicional à resposta “não,” (linha 132), explicando ao policial o motivo pelo qual o filho foi morar com a

madrinha (“ele tá assim- tá- tá estudando, tá com ela porque tá estudando.”-linhas 132-133), a elocução “**ele mora com a madrinha mesmo?**” (linhas 130-131) pode ser classificada como interrogativa sim/não, já que, segundo Raymond (2009), as interrogativas sim/não podem ser seguidas por respostas que fornecem alguma elaboração às respostas conformativas “sim” ou “não”.

Além disso, após a sequência de pergunta e resposta (turno das linhas 129-131/132-133), há pós-expansão dessa sequência (turno das linhas 134 e 135) e, conforme pontuado por Raymond (2009), somente as interrogativas sim/não são pós-expandidas.

Retomando o que foi mencionado por Raymond (2009) no que se refere às relações sociais evocadas pela forma gramatical das interrogativas sim/não e das declarativas sim/não, o autor afirma que, nas declarativas sim/não, o falante afirma algo que é de conhecimento do receptor, e este deve confirmar, ou não, o que foi afirmado. As declarativas sim/não, ao tornarem relevante a produção de confirmação de informação conhecida entre os falantes, contribuem para redução da assimetria entre eles quanto ao que cada um sabe. Nas interrogativas sim/não, o falante faz uma pergunta que não é de conhecimento dele, e o receptor deve apresentar uma resposta a tal pergunta. Ao contrário das declarativas sim/não, as interrogativas sim/não, ao proporem uma pergunta que não é de conhecimento do próprio falante, contribui para aumentar a assimetria entre os falantes no que tange ao conhecimento que cada um detém sobre a informação.

Tanto a elocução “**eles batem em vocês.**” (linha 430), do excerto 05, quanto a elocução “**ele mora com a madrinha mesmo?**” (linha 130-131), do excerto 06, apresentam informações que constam no BO, ou seja, o policial tem conhecimento dos fatos e pretende confirmá-los com a vítima I e com o suspeito, uma vez que ele precisa ter certeza se os menores realmente foram maltratados pelos pais para que estes sejam punidos. Ao solicitar confirmações das partes quanto às informações presentes no BO, o policial reduz a assimetria entre eles no que se refere ao conhecimento⁴⁸ dos fatos que estão no documento. Considerando que as declarativas sim/não possibilitam aos receptores confirmarem informações, uma vez que estes já têm conhecimento do que poderá ser confirmado, as elocuições “**eles batem em vocês.**” (linha 430) e “**ele mora com a madrinha mesmo?**” (linha 130-131), ao solicitarem confirmações de informação, podem ser classificadas como declarativas sim/não.

⁴⁸ Ressaltamos que o policial lê ou reformula o conteúdo do BO para as partes antes do início do interrogatório, para que elas fiquem cientes do motivo pelo qual foram intimadas a comparecerem na DRCCM. Como ele lê ou reformula os fatos presentes no BO, as partes têm conhecimento do que está escrito no documento.

Nesses exemplos, tentamos classificar as elocuições “**eles batem em vocês.**” (linha 430) e “**ele mora com a madrinha mesmo?**” (linha 130-131) como interrogativas sim/não ou declarativas sim/não, partindo dos aspectos de distinção entre essas duas formas de perguntas sim/não propostos por Raymond (2009): (i) a forma gramatical; (ii) a marcação prosódica; (iii) o tipo de resposta; (iv) a ocorrência de pós-expansão de sequência; (v) as relações sociais evocadas por cada uma.

A partir da análise de tais elocuições nos dois excertos, observamos que esses aspectos que distinguem as declarativas sim/não das interrogativas sim/não no inglês não se sustentam nos nossos dados em português. Por esse motivo, não restringiremos nossa análise dos dados à distinção entre interrogativas sim/não e declarativas sim/não. Para nos referirmos às perguntas que projetam respostas do tipo “sim” ou “não”, utilizaremos o termo que abrange as duas formas de pergunta apontadas por Raymond (2009): perguntas sim/não.

O terceiro tipo de pergunta são as perguntas alternativas, compostas por duas ou mais alternativas e cujas respostas consistem na escolha de uma das alternativas que compõem o formato da questão (KOSHIK, 2007). Em português, elas apresentam conjunções alternativas, como “ou” (por exemplo, “você quer sorvete de chocolate ou morango?”).

O quarto tipo de pergunta são as interrogativas negativas. No inglês, elas iniciam a unidade de construção de turno com um enquadre interrogativo, como “*isn't it...*”, “*doesn't this...*”, “*don't you...*” (HERITAGE, 2002, p. 1428), o que equivaleria, respectivamente, no português, a “isso não é...”, “isso não...”, “você não...”.

Ao analisar esse tipo de pergunta em entrevista jornalística, Heritage (2002) mostra que as interrogativas negativas não exercem a função de buscar informação, mas servem como veículos de asserções e têm a função de mostrar pontos de vista. Tais interrogativas projetam respostas esperadas ou preferidas, ou seja, por meio delas entrevistadores esperam que entrevistados concordem com a opinião nelas expressa ou dela discordem. Por meio das respostas, essas interrogativas podem ter seu status de pergunta negado pelos entrevistados e podem ser consideradas por eles como afirmação crítica, desafio, modo de instigar uma tomada de posição.

Embora Bolinger (*apud* HERITAGE, 2002) trate as interrogativas negativas como equivalentes a afirmações com *tag questions*, salvo pelo fato de o conteúdo proposicional das interrogativas estar implícito, enquanto o conteúdo das elocuições formatadas nas *tag questions* está explícito, Heritage (2002) sugere que as interrogativas negativas têm mais condutividade do que suas *tag* contrapartes.

Antes de tratarmos das diferenças entre as interrogativas negativas e as *tag questions*, sob o ponto de vista de Heritage (2002), mostraremos a formação gramatical das *tag questions*, as quais são outro tipo de pergunta. As *tag questions* são compostas por duas partes: uma afirmação e uma *tag* anexada. Um exemplo de uma declarativa, no inglês, seria “*you haven’t been to the doctor.*” (“Você não foi ao médico.”) (HEPBURN, POTTER, 2009, p. 72), cujo componente auxiliar da declarativa “*haven’t*”, de polaridade negativa, sofre inversão de polaridade negativa para polaridade positiva e é anteposto ao sujeito, formando a *tag* (“*have you?*”): “*you haven’t been to the doctor, have you?*” (“Você não foi ao médico, foi?”) (HEPBURN, POTTER, 2009, p. 72). Se o componente auxiliar da declarativa fosse de polaridade positiva, a *tag* teria polaridade negativa: “*you have been to the doctor, haven’t you?*” (“Você foi ao médico, né?”) (HEPBURN, POTTER, 2009, p. 72).

Apesar de essa inversão de polaridade das *tags* ocorrer também na formação das *tag questions* em português: “você está passando bem, né?” (inversão da polaridade positiva da afirmativa para a polaridade negativada da *tag*) e “você não está passando bem, tá?” (inversão da polaridade negativa da afirmativa para a polaridade positiva da *tag*), encontramos, nos dados da DRCCM, *tag questions* formadas por afirmação seguida de elemento *tag* na mesma polaridade da parte afirmada (e.g. “não dói, né?”). Em português, percebe-se ainda que a anteposição do verbo auxiliar ao sujeito não acontece gramaticalmente para a formação do elemento *tag*. Por outro lado, as *tag questions* tanto em português quanto em inglês exercem a mesma função: solicitar do outro a confirmação do que foi afirmado. Os elementos que se caracterizariam como *tags* no português seriam “né?”, “tá?”, etc.

Ao contrastar as interrogativas negativas com as *tag questions*, Heritage (2002) afirma que as interrogativas negativas são diferentes das *tag questions* pelo fato de a forma negativa (“isso não é...”; “isso não...”) das interrogativas negativas ocorrer no começo da UCT, enquanto, nas *tag questions*, o formato *tag* negativo (“*won’t you?*”, “*doesn’t it?*”) ocorre no final do turno. Nos dados de entrevista jornalística, o autor observa que os entrevistados tratam as *tag questions* como sendo perguntas, respondendo-lhes com “yes” ou “no”, enquanto as interrogativas negativas são entendidas como asserções com as quais se deve concordar ou das quais discordar.

Com base nisso, o autor conclui que as interrogativas negativas, por iniciarem UCTs e expressarem uma posição ou um ponto de vista, tornam-se mais assertivas, enquanto as *tag*

questions, por terem componentes *tag* no final dos turnos, são menos assertivas e são caracterizadas como perguntas.

A partir desses estudos, podemos observar que não só a forma gramatical das perguntas tem implicações no tipo de resposta a ser apresentada no turno seguinte, mas também as ações que as implementam tornam relevante, no próximo turno, a produção de uma ação de tipo específico. Conforme vimos, forma e tipo de ação executada na questão podem projetar respostas que podem estar em congruência, tanto com as restrições gramaticais impostas na pergunta, quanto com a ação realizada pela questão (preferência sobreposta). Por outro lado, essa harmonia não ocorre quando a resposta projetada e proferida pelo formato da pergunta não coincide com a resposta projetada pela ação da pergunta (preferência cruzada).

Centrados na tipologia de perguntas e respostas, esses estudos mostram que perguntas podem evocar relações sociais específicas, conforme pontuado por Raymond (2009), ao distinguir interrogativas sim/não das declarativas sim/não, e que respostas que não estão em conformidade com o formato ou com a ação da questão, podem sinalizar aspectos interacionais específicos, tal como observado em alguns tipos de respostas dadas às perguntas QU- (respostas a essas perguntas podem tratar o conteúdo da questão como problemático).

Os tipos de perguntas e respostas, apresentados nesta subseção, serão retomados no nosso capítulo de análise dos dados, no qual veremos as funções e contribuições das perguntas para que o inspetor de polícia atinja sua meta institucional nos interrogatórios policiais da DRCCM.

No próximo subitem, apresentaremos alguns estudos sobre perguntas em ambientes institucionais.

2.3.2 Perguntas em ambientes institucionais

Em interações de contextos institucionais, participantes orientam sua fala para a realização de tarefas específicas do ambiente em que estão inseridas, e perguntas são feitas para que determinada meta institucional seja alcançada. Dessa forma, perguntar é uma atividade comunicativa central nos encontros institucionais, na medida em que expressa e reflete metas específicas de uma instituição.

Tracy e Robles (2009) tratam o ato de perguntar como uma prática discursiva, através da qual a estrutura do mundo institucional é criada, de modo que perguntar reflete e constrói a própria realidade de uma instituição. Segundo as autoras, perguntas, como construtoras da realidade,

são buscadoras de relatos: elas fazem o trabalho de obter, bem como afirmar relatos da realidade. Tais relatos não recriam meramente grandes noções de identidade institucional ou posições oficiais abstratamente, mas realizam frequentemente muitas metas específicas, materiais, diárias⁴⁹ (TRACY, ROBLES, 2009, p. 133).

Como perguntas constroem as realidades institucionais e são usadas para o cumprimento de determinado mandato institucional, veremos, nesta subseção, alguns estudos (desenvolvidos em ambientes institucionais distintos – em contextos da área da saúde, em entrevista com candidatos políticos, em audiências de conciliação no PROCON, em Tribunais de Justiça, etc.) que mostram como perguntas são feitas e respondidas para que objetivos institucionais sejam atingidos. Grande parte desses estudos baseia-se nos pressupostos teóricos da ACE (RAYMOND, 2009; HEPBURN, POTTER, 2009; GAGO, SILVEIRA, 2006; CLAYMAN, HERITAGE, 2002), excetuando-se apenas um trabalho cujos autores não especificaram a teoria seguida (TRACY, PARKS, 2012).

No contexto da área de saúde, destacamos o trabalho de Raymond (2009) mencionado no subitem 2.3.1, deste capítulo. Nesse estudo, o autor analisa a forma gramatical de dois tipos de perguntas sim/não – as declarativas sim/não e as interrogativas sim/não – e a posição epistêmica que essas formas transmitem. Os dados usados na análise consistem de gravações, em áudio, de visitas de enfermeiras que trabalham para o Serviço de Saúde Nacional Britânico, para monitorar o estado de saúde de mães que acabaram de ter bebês. Tais enfermeiras são responsáveis por realizarem as seguintes tarefas durante as visitas às mães: 1) coletar informação através de uma pesquisa de opinião sobre o estado de saúde da mãe após o parto; 2) usar seu conhecimento de especialista na área de saúde para fornecer conselhos e informações às mães; 3) criar laços de amizade com as mães através de uma mistura de interações institucionais e conversacionais.

Na análise, o autor mostra que há momentos da interação em que as mães deduzem se a pergunta do tipo sim/não reflete o interesse pessoal da enfermeira ou reflete interesses institucionais sobre o estado de saúde delas e se as respostas a serem dadas às perguntas

⁴⁹ are account-seekers: they do the jobs of eliciting, as well as asserting accounts of reality. Such accounts do not merely ‘abstractly’ recreate grand notions of institutional identity or official positions, but oftentimes accomplish very specific, material, everyday goals (TRACY, ROBLES, 2009, p. 133).

podem ser a base de uma transição de atividades associadas ao papel da enfermeira de conselheira ou avaliadora.

De acordo com o autor, os dois tipos de perguntas sim/não – interrogativas sim/não e declarativas sim/não – são diferentes no que se refere à posição epistêmica da pessoa que faz pergunta (no caso, a enfermeira). Ao usar as declarativas sim/não, falantes alegam saber sobre o assunto da pergunta, enquanto, ao usar interrogativas sim/não, alegam não saber sobre o tema perguntado. Considerando tais diferenças, Raymond (2009) argumenta que os dois tipos de perguntas tornam relevantes tipos distintos de respostas. A interrogativa sim/não projeta, no próximo turno, uma resposta extensa, enquanto a declarativa sim/não projeta como resposta uma confirmação da informação declarada. Assim, ao usarem essas formas gramaticais de pergunta sim/não, falantes indexam relações sociais⁵⁰ alternativas que propiciam a apresentação de formas de respostas diferentes.

O autor demonstra como os diferentes tipos de perguntas estão ligados às metas institucionais distintas da enfermeira. Quando a enfermeira está desempenhando a tarefa burocrática de coletar informação para a pesquisa de opinião, ela utiliza mais as declarativas sim/não, possibilitando que as mães apenas confirmem as informações contidas na pergunta declarativa. Quando a enfermeira dá conselhos à mãe na tentativa de fazer amizade com ela, a profissional utiliza mais as interrogativas sim/não, tornando relevante a apresentação de uma resposta extensa.

Além desse trabalho, há o estudo de Hepburn e Potter (2009), que investigam o uso de *tag questions* por agentes de proteção à criança que registram abusos de crianças. Os dados utilizados pelos autores consistem em gravações de chamadas telefônicas feitas para agentes que trabalham na Sociedade Nacional de Prevenção de Crueldade com Crianças, no Reino Unido. Nesse estudo, eles mostram que *tag questions* são comuns durante as sequências de choro nessas chamadas, momento em que a pessoa que telefona tem dificuldade de expressar as razões pelas quais fez a ligação. Esse estudo centra-se também nos pressupostos teóricos da ACE.

Embora Hepburn e Potter (2009) observem que os agentes adotam tipicamente uma posição neutra e cética com relação à pessoa que telefona e à situação de dificuldade em que esta se encontra, durante as sequências de choro, eles “reconhecem simpaticamente⁵¹” (HEPBURN, POTTER, 2009, p. 69) o estado mental de quem telefona, no caso, o estado de perturbação e chateação por ter sofrido algum abuso.

⁵⁰ cf. subitem 2.3.1, p. 54.

⁵¹ “sympathetically acknowledge” (HEPBURN, POTTER, 2009, p. 69).

Os autores argumentam que as *tag questions* são afiliativas e têm uma fraca função de demandar resposta. Como tais perguntas são formadas por uma parte afirmativa e por outra interrogativa, a parte afirmativa pode validar a seriedade e a relevância do relato da pessoa que telefona para a Sociedade Nacional de Prevenção de Crueldade com Crianças e pode expressar alinhamento do agente com quem telefona. O componente interrogativo das *tags* também tem função afiliativa, já que valida a autoridade epistêmica da pessoa que telefona, encorajando-a a ficar na linha e a não desligar o telefone quando ela não quer falar mais sobre o assunto do abuso, o qual é constantemente interrompido pelo choro.

Nesse contexto estudado pelos autores, o uso de *tag questions* sinaliza que, embora a pessoa que telefona, solicitando ajuda dos agentes, não precise apresentar uma resposta a tais perguntas, ela é encorajada a ficar na linha telefônica mesmo quando não consegue ser colaborativa com os agentes e quando chora durante a ligação.

Perguntas são também estudadas por Gago e Silveira (2006), os quais têm como objeto comparar a prática de perguntar realizada em dois contextos distintos: entrevistas com candidatos políticos e audiências de conciliação no PROCON. Esse estudo comparativo é desenvolvido com a intercessão entre a Linguística Aplicada e a Análise da Conversa Etnometodológica, partindo de um ponto de vista êmico. As seguintes perguntas norteiam o estudo dos autores: “1) Quais ações estão associadas à prática de perguntar e responder nestes ambientes? 2) O que elas nos dizem sobre o mandato institucional de seus participantes?”⁵² (GAGO, SILVEIRA, 2006, p. 84)

Para a análise dos dados, os autores selecionaram uma entrevista com um dos candidatos a presidência na época, Lula, e uma audiência de conciliação do PROCON, na qual consumidores e representantes discutem problema nas relações de consumo.

Na entrevista com o candidato Lula, dois tipos de perguntas foram identificados: na primeira sequência da entrevista, o entrevistador inicia com uma declaração seguida de uma pergunta formulada negativamente que traz embutida uma avaliação (o entrevistador não tem o objetivo de buscar informação, mas fazer uma avaliação que é recusada pelo candidato); na segunda sequência da entrevista, a pergunta da entrevistadora é formada por uma interrogativa negativa, por meio da qual a entrevistadora não busca uma informação, mas faz uma

⁵² “1) What actions are associated with the practice of questioning and answering in these settings? 2) What do they tell us about the institutional mandate of its participants?” (GAGO, SILVEIRA, 2006, p. 84).

avaliação (o candidato apresenta como resposta uma justificativa para minimizar a responsabilidade de qualquer comportamento que lhe tenham imputado).

Na audiência de conciliação, os autores observam que as perguntas da mediadora têm a função de clarificar o problema em conflito e avançam para a atividade de negociação.

De acordo com Gago e Silveira (2006), há convergência entre os dois contextos no que se refere à condutividade das perguntas que perpassa os dois atores – o entrevistador e o mediador. Quanto ao mandato institucional e os objetivos de cada evento, as funções são diferentes: enquanto, no mandato dos entrevistadores, a função é clarificar a opinião pública, nas audiências de conciliação, os mediadores conduzem a interação para um enquadre legal propício para a negociação.

Outro estudo centrado na análise de perguntas em entrevista é o de Clayman e Heritage (2002). Baseando-se na teoria da Análise da Conversa Etnometodológica, tais autores desenvolvem um novo sistema para analisar as perguntas que jornalistas fazem a figuras públicas em entrevistas jornalísticas televisivas e em entrevistas coletivas. Trata-se de um estudo comparativo de formas de perguntas que caracterizam as entrevistas coletivas de Dwight Eisenhower e Ronald Reagan, focando no fenômeno da adversariedade no desenho das perguntas. Dez características de desenho de perguntas são examinadas, servindo como indicadores de quatro dimensões básicas de adversariedade dos entrevistadores: iniciativa (*initiative*), diretividade (*directness*), assertividade (*assertiveness*) e hostilidade (*hostility*).

As características de desenho de pergunta que compõem cada dimensão são: (i) iniciativa (*initiative*) – complexidade da pergunta (*question complexity*), pergunta em cascata (*cascades question*) e perguntas complementares (*follow-up questions*); (ii) diretividade (*directness*) – perguntas que estabelecem enquadre de referência ao outro e perguntas que estabelecem enquadre de referência ao *self*; (iii) assertividade (*assertiveness*) – prefácio de afirmação e perguntas formuladas negativamente; (iv) hostilidade (*hostility*) – prefácio de hostilidade, hostilidade global e perguntas de explicação.

Essas perguntas, feitas pelos jornalistas em trinta entrevistas coletivas, foram quantificadas pelos autores, os quais analisaram um total de 748 turnos de perguntas, divididos entre os dois presidentes: Dwight Eisenhower e Ronald Reagan. Cada pergunta foi codificada de acordo com as dez categorias das quatro dimensões de adversariedade, e a quantidade de perguntas de tipo específico feita a cada um dos presidentes para comparação foi registrada.

Segundo os autores, as dimensões de adversariedade funcionam como um eixo contínuo de comportamento, variando da deferência à hostilidade, apontando uma mudança na cultura jornalística entre a década de 1950 e meados da década de 1980, período em que as entrevistas foram realizadas.

A primeira dimensão – a iniciativa – consiste em perguntas que restringem a resposta do entrevistado ao que está determinado na agenda da entrevista e que têm o objetivo de checar o entrevistado. Quanto aos desenhos de pergunta – complexidade da pergunta (*question complexity*), pergunta em cascata (*cascades question*) e perguntas complementares (*follow-up questions*) – que compõem essa dimensão, serão tratados separadamente.

A complexidade de pergunta envolve as diversas maneiras como os turnos de pergunta podem ser elaborados: um turno pode ser composto por uma única pergunta, por múltiplas perguntas ou por afirmações preliminares seguidas de perguntas. Múltiplas perguntas são várias questões feitas dentro do mesmo turno, sendo a última pergunta do turno respondida primeiro; afirmações preliminares são informações contextuais que facilitam para que a pergunta seja mais inteligível para o público. Essas afirmações podem também ser usadas para introduzir informação que seja hostil ao entrevistado, pressionando-o a responder à questão.

Outro desenho de pergunta, identificado pelos autores nos dados, é pergunta em cascata: nesse desenho de pergunta, há a produção da segunda ou terceira versão de uma mesma pergunta em um único turno de fala. A última pergunta que compõe o turno de pergunta delimita as possibilidades de respostas no próximo turno. O turno da pergunta em cascata é diferente do turno da complexidade da pergunta: enquanto este é composto por uma série de perguntas que não tratam do mesmo assunto, aquele é composto por várias perguntas que têm relação temática entre si.

Além desse desenho de pergunta, Clayman e Heritage (2002) mostram outro – as perguntas complementares: o mesmo entrevistador que fez uma pergunta toma novamente o turno, após a resposta do entrevistado à primeira pergunta, e faz outra questão sobre o mesmo assunto, ou seja, após a PPP e a SPP de uma sequência de pergunta e resposta, há a produção de outra pergunta que pós-expande a sequência. Através das perguntas complementares, os entrevistadores demonstram insatisfeitos com a resposta dos entrevistados.

A segunda dimensão de adversariedade dos entrevistadores é a diretividade: entrevistadores procuram fazer perguntas que são mais claras e diretas. Conforme mencionamos anteriormente, duas categorias compõem essa dimensão: (i) perguntas que

estabelecem enquadre de referência ao outro; (ii) perguntas que estabelecem enquadre de referência ao *self*. As primeiras fazem referência à habilidade ou possibilidade de o entrevistado responder, de forma que as perguntas são constituídas por sintagmas como “você poderia...”, “você pode...” seguidas por verbos “comentar”, “explicar”, “contar”, etc. O uso desses sintagmas e verbos nas perguntas mitiga a força ilocucionária da questão e contribui para que o entrevistado evite tratar do assunto expresso na questão (e.g. “*Journalist: Sir, could you tell us how soon you expect to name a sucessor to Mr. Warren, the Comptroller General?/ Dwight Eisenhower: No, I can’t tell you.*”; “Jornalista: “Senhor, poderia nos dizer em quanto tempo você espera nomear um sucessor do Sr. Warren, a Controladoria Geral?/ Dwight Eisenhower: Não, eu não posso lhe dizer.”) (CLAYMAN, HERITAGE, 2002, p.759). As segundas fazem referência às intenções dos jornalistas, suas motivações ou capacidade de perguntar. As perguntas podem ser prefaciadas por “Eu quero...”, “Eu gostaria de perguntar...” (e.g. “*Journalist: I would like to ask whether you feel that the events which are now taking place create an opportunity for the administration to take any tangible action to support liberation in line with its stated objectives.*”/ “Jornalista: Eu gostaria de perguntar se você acha que os eventos que estão acontecendo criam uma oportunidade para a administração levar qualquer ação tangível para apoiar a liberação juntamente com seus objetivos afirmados.”) (CLAYMAN, HERITAGE, 2002, p. 761).

A assertividade é também uma dimensão de adversariedade dos entrevistadores. Essa dimensão é composta por perguntas, através das quais os jornalistas fazem sugestões ou apresentam opiniões sobre o assunto, demonstrando que não são neutros. Duas categorias são apresentadas por Clayman e Heritage (2002): (i) prefácio de afirmação – afirmações prefaciando a pergunta e orientando a resposta para “sim” ou “não”. Tais afirmações podem ser prejudiciais, ou não, à imagem do entrevistado ou à sua administração (e.g. “*Journalist: Mr. President, about 10 days ago your Chief of Staff said on a television interview program that he thought you were committed to running for a second term. And another aide of yours, Lyn Nofziger, has said virtually the same thing. Can you tell us, sir, if you are committed to running for a second term?*”/ “Jornalista: Sr. Presidente, entorno de 10 dias atrás, seu chefe de gabinete disse num programa de entrevista na televisão que acha que você estava empenhado para concorrer a uma reeleição. E outro assistente seu, Lyn Nofziger, tem dito a mesma coisa virtualmente. Você poderia nos dizer, senhor, se você está empenhado para concorrer uma reeleição?”) (CLAYMAN, HERITAGE, 2002, p. 763); (ii) perguntas formuladas

negativamente – perguntas que são introduzidas com formas negativas “isso não é...”, “você não está...”, “Você não acha que...” e que têm o efeito de induzir o entrevistado a apresentar uma resposta “sim”. (e.g. “*Journalist: And given the big déficits being projected by your own administration, isn’t it time for some strong action by you to get interest rates down?*”/ “Jornalista: E dado os grandes déficits sendo projetados pela sua própria administração, não acha que está na hora de [você propor] alguma ação forte para diminuir as taxas de juros?”) (CLAYMAN, HERITAGE, 2002, p. 765- adaptado). Essas perguntas são compreendidas pelos entrevistados como asserções em que os jornalistas emitem pontos de vista sobre o assunto.

A última dimensão de adversariedade dos entrevistadores, apontada pelos autores, é a hostilidade, que se relaciona com a atitude dos jornalistas de fazer perguntas criticando o entrevistado, sua equipe ou suas ações. Como exposto anteriormente, três categorias compõem essa dimensão: (i) prefácio de hostilidade; (ii) hostilidade global; (iii) perguntas de explicação.

O prefácio de hostilidade consiste em críticas hostis antes da pergunta, cuja verdade é pressuposta. As perguntas que seguem os prefácios de hostilidade induzem o entrevistado a responder a crítica contida no prefácio (e.g. “*Journalist: Mr. President, Aldlai Stevenson said in a civil rights speech in Harlem that you were trying to run on the Democratic record, that the Democrats started desegregation of the Armed Forces, and that the Republicans have made a brazen attempt to take credit for civil rights progress. Would you care to comment on that, Sir?*”/ “Jornalista: Sr.Presidente, Aldlai Stevenson disse num discurso de direitos civis em Harlem, que você estava tentando concorrer no partido Democrata, que os democratas começaram a desagregação das Forças Armadas, e que os republicanos fizeram uma tentativa descarada para levar o crédito do progresso dos direitos civis. Você gostaria de comentar sobre isto, senhor?”) (CLAYMAN, HERITAGE, 2002, p. 767)

A hostilidade global é composta por perguntas que apresentam críticas hostis e por prefácios que são também hostis, de forma que as perguntas desafiam o que foi dito antes pelo entrevistado (e.g. “*Journalist: Mr. President, You’ve mentioned your interest in easing tensions, and you’ve said you hope the Nicaraguan proposals will have that effect. Now your spokesman has said that the 4000 troops that you’re planning to send down there will... have standing orders to defend themselves if they’re fired upon. How does that help to ease tensions?*”/ *Ronald Reagan: this is just a standard order. We don’t want war. But I don’t think that you prevent war letting your personnel out there become the victims. / Journalist: But doesn’t this simply increase the chances of war?*”; “Jornalista: Senhor Presidente, você

mencionou seu interesse em aliviar as tensões e espera que as propostas Nicaraguenses vão ter um efeito. Agora, seu representante disse que as 4000 tropas que está planejando enviar terão ordem para se defenderem se abrirem fogo. Como que isso vai aliviar tensões?/ Ronald Reagan: isso é uma ordem padrão. Nós não queremos guerra. Mas eu não acho que você previne guerra deixando seu pessoal sair e se tornar vítimas./ Jornalista: Mas isso não simplesmente aumenta as chances de guerra?") (CLAYMAN, HERITAGE, 2002, p. 769).

Perguntas de explicação são aquelas que solicitam explicações para as ações do entrevistado, são mais formais, pois trazem a noção de que a conduta do entrevistado é imprópria, e ele deve se defender (e.g. "*Journalist: Mr. President, according to yesterday's report, the administration doesn't now include the minimal wage in its top measures for passage this year. Would you explain, Sir, Why this change in signals on the part of the administration?*")/ "Jornalista: Senhor Presidente, de acordo com a reportagem de ontem, a administração não inclui o salário mínimo como uma das medidas de prioridade para a passagem deste ano. Você poderia explicar, senhor, o porquê dessa troca de prioridade por parte da administração?") (CLAYMAN, HERITAGE, 2002, p. 769).

Os resultados mostraram diferenças significativas para todos indicadores, havendo uma crescente adversariedade dos jornalistas com os presidentes. Esse padrão sugere que os jornalistas se tornaram muito menos deferentes e mais assertivos no seu tratamento com os presidentes, em meados da década de 1980.

Nesse estudo, detectamos um problema: o fato de os autores observarem perguntas em turnos isolados, desconsiderando, na análise, a resposta do entrevistado. Eles procuraram apenas quantificar os desenhos de pergunta feitos aos presidentes e codificar o comportamento hostil dos jornalistas, sem considerar o outro na interação. O entrevistado, ao saber que o mandato institucional dos jornalistas, nesse encontro, é de confronto, pode não ter se sentido hostilizado. Dessa forma, ao não considerar a sequencialidade de ações organizadas na interação (isto é, sequências de pergunta e resposta), a análise dos autores não demonstra como ocorre a coconstrução do comportamento hostil dos jornalistas.

No artigo '*Tough questioning' as enactment of ideology in judicial conduct: marriage law appeals in seven US courts*, Tracy e Parks (2012)⁵³ estudam práticas de fazer perguntas durante argumentos orais apresentados por cinquenta juízes em sete estados do Supremo

⁵³ Apesar de esses autores utilizarem, no texto, termos advindos da Análise da Conversa Etnometodológica (turno, extensão de pergunta, etc.), eles não especificam, no artigo, a vertente teórica em que se baseia tal estudo.

Tribunal dos Estados Unidos. O objetivo desse trabalho é investigar como práticas de perguntar dos juízes, durante a argumentação oral, relacionam-se com uma ideologia política. Os dados analisados pelos autores são do período entre 2005 e 2008 e consistem em sete casos que envolvem a tomada de decisão de juízes no Tribunal Superior sobre casamentos homossexuais nos Estados Unidos. Os dados são gravações transcritas⁵⁴ de cada argumentação oral do Tribunal, onde juízes, advogados de defesa de cidadãos requerentes do processo e advogados de defesa do Estado discutem sobre o direito civil de homossexuais casarem-se legalmente. A decisão a favor ou contra é determinada por votação dos juízes, já que cada estado tem o direito de escolher sua própria lei que diz respeito ao casamento civil homossexual.

Baseados em Philips (*apud* TRACY, PARKS, 2012), Tracy e Parks (2012) acreditam que, através da maneira como juízes fazem perguntas, eles expressam uma ideologia. Philips (*apud* TRACY, PARKS, 2012), que estudou a prática de perguntar de juízes, durante sentenças judiciais, identifica duas ideologias dos juízes: (i) a liberal – expressa por meio de perguntas abertas que exploram as complexidades das circunstâncias da vida do réu, garantindo, assim, que os direitos do réu sejam protegidos e que os jurados saibam o que está acontecendo; (ii) a conservadora – expressa com poucas perguntas e tratam o texto escrito como algo que diz tudo. A responsabilidade do juiz é fazer poucas perguntas do tipo sim/não e verificar se o réu entendeu o que estava escrito no texto. Para Philips (*apud* TRACY, PARKS, 2012), perguntas não só servem para buscar informação, mas também expressam, por meio do seu conteúdo, uma posição ideológica particular.

Segundo Tracy e Parks (2012), alguns mecanismos de “interrogatório de recurso”⁵⁵ são usados por juízes para expressarem ideologias nos Tribunais Superiores. O primeiro deles é o argumento metalinguístico, que envolve “o uso específico de termos que marcam a ocasião como aquelas em que as partes estão argumentando”⁵⁶ (TRACY, PARKS, 2012, p. 08). Esse mecanismo, encontrado em 29 % de todos os turnos dos juízes, permite aos juízes apresentarem uma posição crítica sem discordar pessoalmente dos advogados.

Outro mecanismo é a referência ao caso legal, presente em 16% dos turnos dos juízes, cuja frequência mostra que juízes dão importância ao que o direito de recurso adota

⁵⁴ Segundo Tracy e Parks (2012), as transcrições apresentam menos detalhes do que aquelas usadas pelos analistas da conversa (ATKINSON, HERITAGE, 1999 *apud* TRACY, PARKS, 2012), mas são mais detalhadas do que aquelas criadas em procedimentos judiciais (HEFFER, 2005 *apud* TRACY, PARKS, 2012).

⁵⁵ “appellate questioning” (TRACY, PARKS, 2012).

⁵⁶ “the specific use of terms that mark the occasion as one in which parties are doing argument” (TRACY, PARKS, 2012, p. 08).

oficialmente: o uso de precedentes legais, em vez de suas próprias preferências políticas para a tomada de decisão.

O terceiro mecanismo, encontrado em 7% dos turnos de pergunta dos juízes, são os marcadores de neutralidade, os quais servem para separar uma ideia crítica do perguntador, isto é, juízes apresentam seu posicionamento crítico com relação ao Estado, sem expor isso clara e explicitamente.

Outro mecanismo de expressar ideologia é a pergunta judicial, que serve para juízes expressarem comprometimento de avaliar cada argumento das partes de acordo com critérios legais. Tal pergunta baseia-se em formas de transmitir posição, como o uso de formulação extrema e de humor direcionado às partes.

Formulações extremas são compostas por formas linguísticas (advérbios, adjetivos, pronomes, etc.) que são usadas em caso extremo para referir-se a um objeto ou a uma pessoa. Falantes as usam para reforçar um ponto de vista que estão defendendo em uma situação a que outros se opõem (POMERANTZ, 1986). Segundo Tracy e Parks (2012), em situações, como no Tribunal Superior, essas formulações podem ser usadas por juízes para sugerir uma ideologia política ou legal.

Por meio de humor, juízes também expressam ideologias. Em um exemplo analisado pelos autores, o juiz, de forma humorística, apresentou uma posição crítica contra a posição do Estado, demonstrando-se a favor da ideologia liberal.

Além desses mecanismos, os autores estudam, no Tribunal Superior, associando-se à posição ideológica dos juízes, o “interrogatório duro⁵⁷”, que ocorre quando juízes questionam duas partes: os advogados de defesa do requerente e os advogados de defesa do Estado, de forma que, ao questionar uma ou outra parte, os juízes fazem perguntas mais rigorosas com uma do que com a outra. Foram identificados seis aspectos que marcam o interrogatório duro: 1) um grande número de perguntas; 2) a complexidade (o comprimento) das perguntas; 3) o número de turnos, através do qual um assunto foi perseguido; 4) inícios interrompidos por um juiz; 5) inícios com sinal de discordância; 6) perguntas hipotéticas. A associação desses aspectos de interrogatório duro com ideologias dos juízes foi avaliada com base na frequência de cada aspecto conectado a cada juiz com cada parte.

Com relação ao número de perguntas feitas pelos juízes, Tracy e Parks (2012) detectaram um total de 922 turnos de perguntas. Resultados da análise mostraram que o

⁵⁷ “tough questioning” (TRACY, PARKS, 2012).

número médio de perguntas feitas por cada juiz foi afetado pela posição ideológica dos juízes e pelo direcionamento das perguntas às partes. Juízes a favor do casamento homossexual fizeram mais perguntas para advogados de defesa do Estado, enquanto juízes contra o casamento fizeram mais perguntas para os advogados dos requerentes.

No que se refere à extensão das perguntas, os autores afirmam que, como perguntas muito longas são contraditórias e mais direcionadas a uma parte do que a outra, elas indicam que o juiz está sendo mais rigoroso com apenas uma das partes. Nos dados, juízes fizeram perguntas mais extensas à parte contra a qual eles votaram.

No Tribunal Superior, juízes costumam perseguir alguma resposta dos advogados, fazendo uma série de perguntas antes de abandonar o turno. Quando o juiz persegue mais a resposta de um advogado do que de outro, ele é também mais rigoroso com tal advogado do que com o outro. Nos resultados da análise, Tracy e Parks (2012) detectaram que juízes perseguiram mais as respostas da parte contra a qual eles votaram.

Além de perseguirem respostas, juízes costumam também interromper os turnos dos advogados, demonstrando insatisfação com o que foi dito por estes. Interrupções com mais frequência em um lado do que em outro são indicativos de interrogatório mais duro. Na análise dos dados, percebeu-se que os juízes contrários ao casamento homossexual interromperam mais os advogados dos requerentes do que os advogados do Estado.

Tracy e Parks (2012) pontuam que juízes iniciam seus turnos de pergunta com marcadores que sinalizam discordância do que foi dito antes, como “mas” e “bem”. O uso frequente de perguntas iniciadas por tais marcadores para uma parte, e não para outra, indica também um interrogatório mais duro por parte dos juízes. Com relação à tomada de decisão por juízes da legalidade do casamento homossexual, os dados evidenciaram que juízes favoráveis aos direitos dos homossexuais usaram mais sinais de discordância em suas perguntas para se dirigirem aos advogados do Estado, enquanto juízes que votaram contra o casamento homossexual usaram mais sinais de discordância em perguntas direcionadas aos advogados dos requerentes.

Segundo tais autores, juízes fazem uso de perguntas hipotéticas para requerer dos advogados conclusões sobre um estado de coisas que não existem no mundo. O maior direcionamento desse tipo de pergunta para uma parte do que para outra sugere que o juiz está sendo mais rigoroso com um lado do que com outro. Os resultados da análise mostraram que, independentemente da ideologia dos juízes – se eles são favoráveis ou contrários ao

casamento civil homossexual (liberais ou conservadores) – mais perguntas hipotéticas foram feitas aos advogados dos requerentes do que aos advogados de defesa do Estado.

A partir de uma breve explanação desses seis aspectos que marcam o duro posicionamento de juízes, notamos que o interrogatório duro engloba um conjunto de ações. Tracy e Parks (2012) demonstraram que a prática de perguntar dos juízes está associada à posição ideológica assumida por eles: os que votaram a favor do casamento assumem uma posição liberal, enquanto os que votaram contra enquadram-se como conservadores.

Essa associação complexa entre perguntar e posição ideológica é importante para que profissionais legais compreendam que o ato de perguntar não se restringe a apenas buscar ou confirmar informações, mas estende-se a tomadas de decisões que podem ter implicações na vida das pessoas com relação aos seus direitos legais como cidadãs.

Esses estudos sobre perguntas deixam claro o amplo uso de perguntas como ferramentas de trabalhos em cenários institucionais. A partir do exposto, podemos concluir que perguntas não só exercem diferentes funções nos diversos contextos institucionais, variando seu uso em um ambiente para outro, mas também realizam funções distintas dentro de um mesmo contexto institucional, tal como vimos no trabalho de Raymond (2009), em que o autor mostrou que as enfermeiras – que trabalham para o Serviço de Saúde Nacional Britânico – fazem perguntas de tipos distintos para realizar metas institucionais diferenciadas.

A exposição desses trabalhos confirma a posição de que pergunta é uma prática (SIDNELL, 2009; TRACY, ROBLES, 2009) utilizada pelos interagentes para a realização de determinadas atividades sociais ligadas às metas institucionais.

Dentre esses diversos trabalhos, faremos referência, no capítulo de análise dos dados, a alguns desenhos de perguntas mencionados por Clayman e Heritage (2002).

Após esse panorama de estudos que tratam de perguntas em ambientes institucionais, focaremos, no próximo subitem, na apresentação de trabalhos que abordam o uso de perguntas e técnicas de interrogar em interrogatórios policiais.

2.3.3 Perguntas e técnicas de interrogar em interrogatórios policiais

Conforme vimos na subseção anterior, perguntas são feitas em diversos ambientes institucionais e servem para que determinadas metas sejam alcançadas. Nos interrogatórios

policiais⁵⁸, perguntas são recorrentes e seu uso varia de acordo com os objetivos pretendidos por quem as faz (buscar confissão do suspeito sobre o crime, desafiar a resposta da vítima, buscar a versão dos fatos, etc.). Embora, nesse contexto institucional, as perguntas sejam feitas predominantemente por policiais, veremos que, em alguns trabalhos, suspeitos fazem também perguntas (cf. CEROVIC, 2010; HAWORTH, 2006, neste subitem).

Nesta subseção, apresentaremos diversos trabalhos que se dedicaram a estudar perguntas e algumas técnicas de interrogar em interrogatórios policiais. Esses trabalhos propuseram-se a (i) analisar tipos específicos de perguntas e suas funções no contexto policial (STOKOE, EDWARDS, 2009; JOL, HOUWEN, 2014; JOHNSON, 2002; MARQUES, 2008; CEROVIC, 2010); (ii) mostrar quantitativamente as perguntas ou habilidades/técnicas de interrogar mais usadas em interrogatórios policiais (SNOOK et al., 2012; READ et al., 2014; KASK, 2012); (iii) analisar o equilíbrio de poder e controle da interação discursivamente construído pelos participantes durante a realização da atividade de perguntar e de responder (HAWORTH, 2006). Quanto ao embasamento teórico, esses estudos dividem-se em três blocos: (i) os estudos que se baseiam na Análise da Conversa Etnometodológica (STOKOE, EDWARDS, 2009; JOL, HOUWEN, 2014; MARQUES, 2008; CEROVIC, 2010; HAWORTH, 2006); (ii) um estudo que se baseia na Análise da Conversa, na Análise do Discurso, na Semântica e na Pragmática (JOHNSON, 2002); e (iii) os trabalhos que se pautam na Psicologia (SNOOK et al., 2012; READ et al., 2014; KASK, 2012).

Essa gama de trabalhos compreende a análise de interrogatórios policiais realizados com diferentes públicos (vítimas crianças, adolescentes e suspeitos adultos) de diferentes países: Reino Unido, Austrália, Canadá, Estônia, Brasil, Montenegro e Holanda. Alguns autores desses trabalhos mencionam ou citam algumas habilidades/técnicas ou formas de interrogar presentes em manuais (JOL, HOUWEN, 2014; SNOOK et al., 2012; READ et al., 2014), utilizados em alguns países (Reino Unido, Austrália, Canadá), para instruir policiais a como interrogar suspeitos e vítimas. Conforme mencionamos na introdução desta tese, no Brasil, policiais civis são treinados nas academias de polícia de cada estado para atuarem nas Delegacias de Polícia. Como não há unificação dos estados quanto ao período de treinamento

⁵⁸ Na literatura em inglês sobre perguntas e técnicas de interrogar, há textos que categorizam o evento interrogatório como entrevista policial, e há outros que o categorizam como interrogatório. Como, em nenhum dos artigos lidos, não é apresentada uma distinção entre esses dois termos, optamos por, nesta tese, denominar esse evento como interrogatório. A terminologia *interview*, presente em alguns artigos em inglês, para referir-se a tal evento foi traduzida para o português como interrogatório.

e à maneira como os policiais são treinados, não existe, no país, um manual que padronize as técnicas e/ou formas de perguntar em interrogatórios policiais.

No que diz respeito aos trabalhos que analisam tipos específicos de perguntas e suas funções no contexto policial, destaca-se o artigo *Asking silly questions in police-suspect interrogations*, de Stokoe e Edwards (2009), os quais, baseados nos pressupostos teóricos-metodológicos da ACE, estudam um tipo particular de perguntas produzidas em interrogatórios entre policiais e suspeitos: as perguntas idiotas. A partir de dados gravados em Delegacias do Reino Unido, os autores focam seu estudo nas funções dessas perguntas na contingência interacional e institucional, analisando tais perguntas em termos do desenho do turno, da localização sequencial, do entendimento e da função institucional.

Segundo os autores, uma pergunta idiota é aquela cuja resposta é conhecida tanto pelo policial (o perguntador) quanto pelo suspeito (o respondedor), já que ela é feita após os suspeitos já terem declarado suas ações. Apesar de parecerem desnecessárias, perguntas idiotas representam um papel central para a articulação do estado mental declarado pelo suspeito e para medir a intencionalidade do suspeito no momento em que ele executou as ações criminosas, influenciando, assim, na escolha da pena a ser aplicada.

O estudo de pergunta idiota em interrogatórios policiais é relevante porque tal tipo de pergunta é feito pelos policiais não para obter uma nova informação, mas para cumprir o mandato institucional: requerer informações que já são conhecidas entre suspeitos e policiais, explorando a base factual dos testemunhos apresentados pelos suspeitos e sua relevância para o crime de que são acusados.

Nos exemplos analisados pelos autores, as perguntas idiotas ocorrem após as formulações dos policiais que dizem respeito à admissão e testemunho dos suspeitos e, nos turnos em que aparecem, são antecedidas por atrasos, iniciação de reparos e prefácios (“pode parecer um pouco bobo, mas...”, “obviamente”). Tais prefácios podem caracterizar as perguntas como sendo “idiotas”, como “algo relatável para perguntar⁵⁹” (STOKOE, EDWARDS, 2009, p. 112) e como necessárias de serem perguntadas, sendo parte do procedimento do trabalho da polícia.

Estruturalmente, as perguntas idiotas são formadas pelas interrogativas do tipo sim/não, as quais projetam, na posição de SPP, respostas preferidas ou conformativas “sim” ou “não”. Respostas que não incluem “sim” ou “não” na posição de SPP são despreferidas ou não

⁵⁹ “accountable thing to ask” (STOKOE, EDWARDS, 2009, p. 112).

conformativas. Nos fragmentos de fala analisados, os autores mostram que os suspeitos geralmente fornecem respostas preferidas ou conformativas às perguntas interrogativas do tipo sim/não. Perguntas idiotas são formadas também por perguntas QU-, as quais são respondidas pelos suspeitos com uma palavra ou expressão, que fornece a informação requerida.

Embora, na maioria dos exemplos analisados por Stokoe e Edwards (2009), os suspeitos produzam respostas permeadas por risos, alinhando-se à pergunta proferida pelos policiais, ou seja, os suspeitos tratam as perguntas dos policiais como sendo idiotas ou óbvias, há um exemplo em que o suspeito apresenta uma resposta despreferida, sendo o turno iniciado pela palavra “bem”, seguida por uma contestação que projeta outra resposta na SPP, a qual é também contestada pelo policial.

Após a resposta à pergunta idiota, policiais costumam expandir a sequência de par adjacente de pergunta e resposta, repetindo a resposta do suspeito para confirmá-la com este e encerrar a sequência (terceiro turno de encerramento de sequência). Essa função das repetições nos dados dos autores é semelhante à função destas nas interações dos interrogatórios policiais da DRCCM (cf. capítulo 5).

Com base na análise das interações dos interrogatórios, Stokoe e Edwards (2009) apresentam um esquema das ações que compõem a sequência em que as perguntas idiotas são organizadas:

1. P [o policial] formula um aspecto criminalmente importante do testemunho de S [o suspeito] até aqui, envolvendo o que S alegou ter feito.
2. O par adjacente de pergunta e resposta “idiota” é iniciado por P:
 - a. a resposta de S à pergunta “idiota” é geralmente uma segunda parte do par preferida e é frequentemente seguida por um terceiro turno de encerramento de sequência de P, que confirma a resposta de S via repetição.
 - b. perguntas complementares podem mas nem sempre ocorrem depois que uma pergunta original tenha sido respondida.
3. P reformula o testemunho de S à luz da resposta de S à pergunta “idiota”⁶⁰ (STOKOE, EDWARDS, 2009, p. 120- adaptado.)

Cada uma dessas ações foi analisada pelos autores. As formulações dos policiais de algum aspecto do testemunho dos suspeitos são introduzidas pelo marcador “então” e não são contrariadas pelos suspeitos, os quais concordam com as formulações feitas pelos policiais.

⁶⁰ 1. P formulates a criminally important aspect of S's testimony so far, involving what S has claimed to have done.
2. The “silly” question-answer adjacency pair is launched by P:

- a. S's answer to the “silly” question is generally a preferred second pair part and is often followed by a sequence-closing third turn from P, who confirm S's answer via repetition.
- b. Follow-up questions may but do not always occur after the original one has been responded to.

3. P reformulates S's testimony in the light of S's response to the “silly” question. (STOKOE, EDWARDS, 2009, p. 120).

Conforme mencionado anteriormente, as perguntas idiotas são formadas pelas perguntas interrogativas do tipo sim/não e pelas perguntas QU-. Os turnos em que elas aparecem ocorrem depois de uma lacuna (pausa) e são iniciados com prefácios que caracterizam tais perguntas como sendo idiotas ou óbvias. Essas perguntas são também antecedidas por iniciação de reparos e projetam, no próximo turno, respostas conhecidas entre policiais e suspeitos, sendo produzidas por ser um procedimento de rotina do trabalho policial.

Apesar de as respostas às perguntas idiotas ocorrerem após uma lacuna (pausa)⁶¹, os suspeitos fornecem respostas preferidas, as quais são confirmadas pelos policiais por meio de repetições no terceiro turno de encerramento de sequência.

Posteriormente as respostas às perguntas idiotas, policiais podem fazer perguntas complementares para que suspeitos confirmem ter conhecimento de informações específicas que possam estar associadas aos crimes.

Os policiais reformulam também as confirmações de informações e o testemunho dos suspeitos, apresentando detalhes obtidos na sequência de pergunta-resposta idiota. Além de servirem para clarificar especificamente a intenção criminal das ações do suspeito, essas reformulações são importantes para “a criação do registro de um nível de intencionalidade relevante para a categoria do crime de que o suspeito pode, eventualmente, ser acusado⁶²” (STOKOE, EDWARDS, 2009, p. 127.).

Nesse artigo, Stokoe e Edward (2009) mostram como as perguntas idiotas são projetadas para iniciar curso de ação em que o conhecimento e as intenções do suspeito são explicitados para a composição do relatório. A partir da análise de exemplos de interações em interrogatórios policiais, os autores concluem que as perguntas idiotas são um eficiente método de obter a versão suscitada ou confessada pelos suspeitos de entendimentos, intenções, ações e consequências criminalmente relevantes para o relatório.

Tais perguntas servem para que policiais cumpram com seu mandato institucional nos interrogatórios, bem como possuem um caráter cultural e moral, já que os suspeitos seriam considerados insensatos, não cooperativos ou incompetentes pelos policiais, se não entendessem o enquadre das perguntas como idiotas ou óbvias.

⁶¹Schegloff (2007) afirma que algumas quebras da contiguidade da PPP e SPP estão associadas a alguma perturbação interacional, que resulta na produção de uma resposta despreferida.

⁶²“for establishing for the record a level of intentionality relevant to the category of crime that the suspect may eventually be charged with” (STOKOE, EDWARDS, 2009, p. 127).

Esse estudo pode ser impactante para o trabalho investigativo de policiais nas Delegacias, pois não só mostra a função das perguntas idiotas na prática policial, mas também torna visível para os policiais a aplicabilidade dessas perguntas, que, por serem idiotas ou óbvias, podem aparentar para eles, durante a realização da prática profissional, como não sendo tão importantes para se obterem informações sobre os fatos criminais.

Outro trabalho que trata de tipo e de função de perguntas sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise da Conversa Etnometodológica é o de Jol e Houwen (2014), os quais analisam perguntas que são prefaciadas por “*maar*”, palavra holandesa que significa “mas” em português. Associadas, muitas vezes, à discordância e à objeção, essas perguntas podem dar um *feedback* negativo⁶³. A partir da análise de sete interrogatórios policiais, gravados na Holanda, com crianças com idades entre 7 e 10 anos, os autores objetivam mostrar: (i) como essas perguntas podem tratar uma resposta anterior como insuficiente e como elas projetam a necessidade de outra resposta; (ii) em que medida elas guiam as crianças para a mudança de suas respostas; (iii) como elas atribuem responsabilidade à criança com relação à resposta insuficiente fornecida a uma pergunta feita de forma inadequada; e (iv) quanta pressão elas exercem. Optamos por apresentar esse estudo e outros (KASK, 2012; JOHNSON, 2002), que analisam interrogatórios com vítimas-crianças, por esses trabalhos assemelharem-se ao que encontramos nos dados da DRCCM, em que há também interrogatórios realizados com crianças.

A análise, focada na construção local de ações, diferencia esse trabalho dos estudos das áreas da Psicologia e Psicolinguística⁶⁴ (OXBURGH, MYLEBUST, GRANT, 2010 *apud* JOL, HOUWEN, 2014), que procuram analisar a confiabilidade do testemunho das crianças, apontando fatores que influenciam na sua apresentação: a idade da criança interrogada, a formalidade do ambiente onde ocorre o interrogatório, etc. (e.g. FIVUSH, SCWARZMUELLER, 1998; TOBEY, GOODMAN, 1992; LEICHTMAN, CECI, 1995; CECI, BRUCK, 1993; PETERSON, RIDEOUT, 1998 *apud* JOL, HOUWEN, 2014).

Para que os leitores entendam as funções do marcador discursivo holandês “*maar*”, os autores contrastam as funções deste com as funções do “*but*” em inglês. Enquanto este pode

⁶³ Segundo Jol e Houwen (2014), *feedback* positivo sugere que existem respostas certas (e erradas) fornecidas pelas crianças, ao passo que *feedback* negativo pode encorajá-las a mudarem suas respostas.

⁶⁴ Como pontuamos no início desta subseção, mostraremos, na nossa revisão teórica, alguns estudos da área da Psicologia. Entretanto, não trataremos de muitos trabalhos nessa área, dado que baseamos o nosso estudo na teoria da Análise da Conversa Etnometodológica. Devido a isso, propomos ao nosso leitor que recorra à referência bibliográfica sugerida por Jol e Houwen (2014) para um aprofundamento dos estudos da Psicologia e Psicolinguística em interrogatórios policiais com crianças.

sinalizar diferença de opinião e discordância (POMERANTZ, 1984a; KOTTHOFF, 1993 *apud* JOL, HOUWEN, 2014), aquele pode indicar retomada de tópicos problemáticos (MAZELAND, HUISKES, 1997; MAZELAND, HUISKES, 2001 *apud* JOL, HOUWEN, 2014). Nesse último caso, a elocução prefaciada por “*maar*”, que retoma o tópico anterior, constrói esse tópico não como suficientemente tratado ainda, definindo-o como o principal tópico na interação.

Em contraposição, para Jol e Houwen (2014), tanto o “*maar*” no holandês quanto o “*but*” no inglês podem marcar desacordo, discussão e redefinir uma contribuição como menos relevante. As elocuições prefaciadas por “*maar*” frequentemente ocorrem em um contexto interacional difícil e marcam efetivamente isso como tal.

As perguntas prefaciadas por “*maar*” indicam um problema na interação, pois podem fornecer um *feedback* negativo para as respostas das crianças, tratando-as como insuficientes. Esse *feedback* negativo dado pelos policiais às respostas das crianças não é sugerido no manual dos Países Baixos⁶⁵, o qual os instruem como interrogar crianças sem expressar crença ou descrença nas respostas, isto é, eles não devem apresentar *feedback* positivo ou negativo do que foi dito por elas.

Como os policiais tratam as respostas das crianças como insuficientes, pois não conseguem obter respostas que dizem respeito aos fatos criminais, eles utilizam as perguntas prefaciadas por “*maar*” para perseguir as respostas das crianças, na medida em que tais perguntas pressionam-nas a mudar a resposta, projetando outra resposta na posição de SPP.

Por meio das perguntas prefaciadas por “*maar*”, os policiais retomam as perguntas feitas por eles anteriormente como forma de retornar ao tópico da conversa anterior, tratando o tópico em curso, conduzido pela criança, como não sendo o adequado. Nessas perguntas prefaciadas, os investigadores fazem escolhas lexicais diferentes da pergunta anterior, levando as crianças a terem consciência de apresentar uma resposta adequadamente.

Esse tipo de pergunta pode desafiar explicitamente as respostas das crianças. Uma maneira de os policiais fazerem isso é contrastar as informações presentes na resposta das crianças com algo que elas já disseram antes ou com algo que os policiais já sabem por outras fontes para conseguir explicações dos fatos. Outra maneira de desafiar as respostas das crianças é sugerir uma resposta que seja possível ou lógica: ao retomarem o que foi dito pelas crianças nos turnos anteriores, os investigadores sugerem, nas perguntas, algum conteúdo

⁶⁵ Propomos a leitura desses manuais para maiores esclarecimentos das instruções dadas aos policiais para interrogar crianças nos Países Baixos (cf. DEKENS, VAN DER SLEEN, 2010 *apud* JOL, HOUWEN, 2014).

mencionado na fala anterior, que projeta algo possível ou lógico de ser apresentado na resposta da criança.

As perguntas prefaciadas por “*maar*” podem dar às crianças pistas de como melhorar a resposta, expondo informações específicas presentes na pergunta anterior. Essas perguntas, além de retomarem a pergunta anterior, podem torná-la mais precisa e clara, conduzindo a resposta da criança para uma determinada direção. Através dessas questões, os policiais orientam as crianças para o fornecimento de informações que lhes interessam saber. Em suma, esse tipo de pergunta trata a resposta das crianças como problemática, torna relevante uma nova resposta e indica uma pista de como mudar tal resposta.

Essa pergunta pode também apresentar, em seu formato, alternativas para a criança escolher qual resposta dar aos policiais. O formato da pergunta não só direciona a criança para melhorar a resposta anterior, como também lhe dá possíveis respostas, apresentando-lhe as opções de escolha. Entretanto, as duas opções, presentes na pergunta, podem ser interpretadas como as únicas propostas de respostas relevantes, o que pode torná-la coercitiva.

Por outro lado, as perguntas prefaciadas por “*maar*”, ao diminuírem a possibilidade de respostas relevantes, facilitam a criança apresentar uma resposta satisfatória no próximo turno, restringindo a possibilidade de produção de respostas.

Ao fornecer opções de escolha, o policial reformula e clarifica a pergunta feita, anteriormente, por ele, permitindo à criança fornecer outra resposta. Essa forma de o policial não aceitar a resposta anterior da criança e produzir uma pergunta prefaciada por “*maar*” com alternativas mostra o caráter assimétrico e institucional da conversa nos interrogatórios policiais. Segundo Jol e Houwen (2014), essas perguntas auxiliam o trabalho policial, uma vez que, por meio delas, os policiais conseguem informações mais claras, detalhadas e relevantes para a composição dos processos penais.

Os autores pontuam ainda que interrogatório policial com crianças não é uma atividade neutra ou objetiva. A análise dos dados evidencia que tais perguntas não são neutras e têm efeitos em diferentes níveis: no nível local, o formato delas tem implicações nas respostas que são solicitadas, na medida em que elas desafiam também as respostas anteriores; no nível global do interrogatório, elas contribuem para a construção de uma interação assimétrica; no nível institucional, essas perguntas permitem aos policiais realizarem o interrogatório como um cumprimento de metas institucionais.

Esse estudo dos autores contribui para a prática profissional policial, dado que, por meio das perguntas prefaciadas por “*maar*”, os investigadores orientam as crianças para o tópico central do interrogatório, impedindo-as de seguir outro caminho que não condiz com o que está sendo investigado. Além de fazer com que as crianças foquem a sua atenção em um determinado tópico do interrogatório, essas perguntas os ajudam a obter informações detalhadas, claras e precisas sobre os fatos criminais. Acredita-se que esse estudo possa servir de referência para policiais interrogarem crianças, de modo que tais perguntas possam auxiliá-los na obtenção de informações que comporão o processo criminal.

Outro estudo discursivo que trata de tipo e de função de perguntas em interrogatórios policiais é o de Johnson (2002), o qual mostra as funções das perguntas prefaciadas por “*so*” (em português, “então”) em interrogatórios policiais com crianças, adolescentes e adultos (suspeitos). Os dados do autor são compostos por exemplos do banco de dados *COBUILD Direct Corpus of the bank of English*, que dispõe de 9.3 milhões de palavras faladas no Reino Unido, e por interrogatórios policiais gravados em muitas regiões da Inglaterra. Tais interrogatórios foram realizados por policiais diferentes. A análise dos dados envolve a metodologia da Análise da Conversa e da Análise do Discurso, a Linguística de *corpus* e uma abordagem semântica e pragmática da linguagem.

Nesse trabalho, Johnson (2002) mostra que as perguntas prefaciadas por “*so*”, por exemplo, “*So can you tell me who sleeps in what bedroom then?*” (“Então você pode me dizer quem dorme em qual quarto então?”) (JOHNSON, 2002, p. 104) são diferentes quanto a sua função de acordo com o público (crianças, adolescentes e adultos) para quem elas são feitas.

Como crianças tendem a ser pouco cooperativas nos interrogatórios, não apresentando longas narrativas que contêm informações consistentes sobre o crime, policiais compensam essa habilidade limitada das crianças, usando as perguntas prefaciadas por “*so*”, nas quais os próprios policiais apresentam uma concentração substancial de conteúdos para a investigação. Dessa forma, eles facilitam para a criança apresentar uma resposta, podendo esta concordar com o conteúdo expresso na pergunta ou expandi-lo.

Em interrogatórios com crianças, essas perguntas, em associação com as prefaciadas por “*and*” (no português, “e”), permitem ao policial construir, resumir e organizar a narrativa da criança. Nas palavras do autor, “elas constroem, servem de andaime, sustentam, organizam

e reorganizam o discurso dentro de uma narrativa que pode dar poder à criança abusada”⁶⁶ (JOHNSON, 2002, p. 97).

Na tentativa de estabelecer empatia com as crianças, tais perguntas são usadas pelos policiais para iniciar tópico e focalizá-lo. Nesses momentos, a relação assimétrica entre os participantes é enfatizada, de forma que o policial controla o tópico da conversa e conduz a criança para seguir o tópico em questão.

Em interrogatórios com adolescentes, o uso de perguntas prefaciadas por “so” não é tão frequente quanto com crianças, uma vez que os adolescentes tendem a apresentar narrativas mais extensas pelo fato de os policiais os encorajarem a expor narrativas livres, sem colocar muito conteúdo nas perguntas. Nesse caso, tais perguntas são usadas para sustentar e estimular os jovens a narrar mais, organizando, assim, a sequência narrativa.

Nos interrogatórios com adultos (suspeitos), o policial os estimula a apresentar narrativas espontaneamente. Tais narrativas, ou parte delas, são retomadas pelas perguntas prefaciadas por “so”, que funcionam como reformulações. Ou seja, essas perguntas recapitulam, resumem e avaliam as respostas anteriores do suspeito para desafiar o relato do interrogado, a fim de que ele apresente informações mais significativas. Ao reformular o discurso apresentado pelo suspeito, o policial permite-lhe concordar com o que o próprio suspeito disse, fazendo com que este se comprometa com a informação anterior. Se o suspeito não concordar com a afirmação contida na pergunta, ele é desafiado a fornecer uma refutação que poderá culminar na realização de uma série de perguntas por parte do policial no interrogatório.

Quanto ao uso do elemento “so” pelos interrogados em narrativas, Johnson (2002) afirma que ele é usado como conjunção, significando “assim”, “a fim de” e é mais utilizado nas narrativas dos adultos e adolescentes do que nas narrativas das crianças, uma vez que estas apresentam narrativas mais curtas do que aqueles.

Conforme veremos no nosso capítulo de análise dos dados, perguntas, por meio das quais o policial recapitula o que foi relatado pela vítima ou pelo suspeito para que um destes confirme o que eles disseram anteriormente e se comprometam com a posição assumida por eles com relação à ocorrência, ou não, do crime, são usadas como ferramenta de trabalho pelo inspetor na DRCCM.

⁶⁶ “They construct, ‘scaffold’, support, arrange and rearrange the discourse into a narrative that empowers the abused child.” (JOHNSON, 2002, p. 97).

Entre os trabalhos que analisam perguntas inseridas em uma sequência de ações, destaca-se o de Marques (2008): a partir da análise de um interrogatório policial da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher, a autora evidencia como a construção sequencial de pares adjacentes de pergunta-resposta contribui para uma tentativa de construção da verdade. Para o desenvolvimento desse trabalho, a autora baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da ACE.

Ao analisar sequências de pergunta e resposta em todo o evento interrogatório, a autora observou que o inspetor de polícia, no início do interrogatório, faz perguntas tanto para o suspeito quanto para a mãe da vítima (representante legal da vítima – menor de idade) com as seguintes finalidades: checar documentos com as partes; verificar a veracidade e a correspondência entre o que está escrito no BO com o que foi relatado pela mãe da vítima aos policiais militares ou civis para preenchimento desse documento; checar com o suspeito a participação deste em crimes anteriores.

A localização das perguntas é também analisada por Marques (2008), que percebeu que, após as sequências de pergunta e resposta, o policial produz extensão de pergunta, repetindo o que o acusado apresentou como resposta para que este se comprometa com o conteúdo delas. Um esquema que demonstra a ocorrência de extensão de pergunta é o seguinte:

PPPb - pergunta
SPPb- resposta
PPP- repetição (extensão de pergunta)
SPP- resposta

Esquema 2: Extensão de pergunta feita pelo inspetor de polícia (MARQUES, 2008).

Observamos que a extensão de pergunta é tratada pelos analistas da conversa como pós-expansões não-mínimas (cf. subseção 2.1.3, p.29), isto é, há a ocorrência de um turno após a sequência de par adjacente de pergunta e resposta que projeta um turno a mais como resposta.

Quando o próximo falante não apresenta a resposta projetada pela pergunta anterior, o inspetor repara o turno anterior, com o intuito de receber uma nova resposta, cujo conteúdo

seja o esperado. Por meio do reparo, o policial faz com que as partes se comprometam com as informações prestadas por elas no turno anterior.

Marques (2008) afirma que esses mecanismos de comprometimento têm um papel central nos interrogatórios policiais, “dado que somente aquilo que é verbalizado, ou seja, expresso na fala das partes envolvidas pode ser levado em consideração e pode levar à resolução do caso, já que, é por meio da fala, que há confissão ou negação da culpa” (MARQUES, 2008, p. 70).

Além das perguntas de checagem, das extensões de perguntas e de reparo, a autora apresenta as perguntas de encurralamento, com estrutura “se X, então Y”, as quais servem para desacreditar ou mudar algum ponto anteriormente fornecido pelo suspeito ou pela vítima para que a verdade surja na DRCCM. Essa forma de encurralar o outro surge a partir do momento em que aparece uma falta de compatibilidade entre os fatos, detalhes omitidos ou explicados:

São empacotadas pelo inspetor como perguntas, que à primeira vista parecem ser descomprometidas, mas que, na verdade, carregam em si a preferência por respostas que visam a encurralar, no sentido de trazer à tona conteúdos e confissões, esclarecimentos até então omitidos pelos outros participantes (MARQUES, 2008, p. 73).

Através das perguntas de encurralamento, o policial solicita que as partes lhe deem explicações sobre algum detalhe por elas omitido anteriormente.

Por meio da análise das perguntas formuladas pelo inspetor de polícia da DRCCM às partes, Marques (2008) afirma que as sequências de pares adjacentes de pergunta e resposta desempenham um papel de suma importância no evento interrogatório policial, uma vez que, através das perguntas de encurralamento, das extensões de perguntas, de reparos, etc., o policial tenta chegar à verdade dos fatos, levando a cabo a interação pré-alocada do evento discursivo. Baseando-se em uma agenda tópica que leva em consideração o que consta no BO e o seu *knowhow*, o inspetor projeta em suas perguntas determinadas respostas para esclarecer o caso.

Embora esse trabalho apresente uma perspectiva analítica centrada na organização sequencial de ações na conversa, a autora analisa o evento interrogatório no todo, sem focar apenas no momento do interrogatório em que o policial efetivamente apura o crime na tentativa de buscar a verdade dos fatos. Isto é, ela mostra as sequências de perguntas e respostas, não só no momento em que o inspetor investiga a ocorrência, ou não, do delito (fase da apuração do crime), como também, nos instantes em que ele identifica as partes (na

fase de abertura do interrogatório), busca informações sobre a condenação anterior do suspeito e lê o BO (fases de abertura e da apresentação da acusação).

De acordo com as ações executadas pelo inspetor, não é em todo o evento interrogatório que ele tenta buscar diretamente a verdade dos fatos, já que, no início, ele checa com as partes os documentos apresentados por elas e, após à leitura do BO, ele faz perguntas ao declarante do BO (vítima ou mãe desta) para verificar se há relação entre o que consta no BO com o que foi relatado pelo declarante do documento aos policiais quando soube do ocorrido.

Dessa forma, há um equívoco, por parte da autora, ao tratar todas as perguntas feitas pelo policial em todo o evento como sendo aquelas que servem como ferramenta para que ele busque a verdade do crime. Diferentemente de Marques (2008), nesta tese, centraremos nossa análise nas práticas de apurar crimes na fase em que o inspetor de polícia apenas investiga os delitos.

O estudo de Cerovic (2010) também foca a análise de perguntas inseridas em sequências de ações. Baseada nos pressupostos teórico-metodológicos da ACE, essa autora estuda perguntas produzidas pelos participantes (detetives e suspeitos) nos interrogatórios policiais de uma Delegacia de Polícia em Montenegro. Como os detetives executam, por meio de perguntas, diversas ações com determinados propósitos institucionais (e.g. buscar a verdade, incriminar o suspeito ou resolver o caso), a autora centra o seu estudo nas ações de culpa, considerando que, através destas, os detetives conseguem obter confissões sobre os possíveis crimes e resolver os casos. Além disso, ela se interessa por mostrar como, por meio de sequências de pergunta e resposta, alguns “trabalhos” institucionais específicos são desempenhados.

Embora, em interrogatórios policiais, em geral, predominem prototipicamente sequências de pergunta e resposta, em que os detetives são os responsáveis por perguntar, enquanto os suspeitos, vítimas e testemunhas são encarregados de responder aos questionamentos que lhes são feitos, nos interrogatórios gravados pela autora, há momentos em que os suspeitos fazem perguntas retóricas aos detetives como forma de se defenderem das acusações feitas por estes. Essa técnica, usada pelos suspeitos, é também analisada pela autora.

O trabalho de Cerovic (2010) leva-nos a perceber que perguntas não são feitas sem alguma razão ou finalidade. Conforme já afirmamos, elas são proferidas para que determinadas metas institucionais sejam atingidas. No contexto analisado, tais metas não são alcançadas somente pelos detetives, mas também pelos suspeitos, os quais fazem perguntas

como forma de defesa. Isso mostra que o caráter assimétrico de algumas interações dos interrogatórios não é mantido.

Nesse trabalho, a autora trata (i) da forma e função das perguntas “sim/não” que contêm o verbo “*to know*” (“saber”) e que têm a forma “*do you know X*” (“você sabe X”). Tais perguntas sim/não, nos dados da autora, são marcadas pelo uso ou ausência do clítico *li*⁶⁷; (ii) da prática da repetição utilizada pelos detetives com os suspeitos nos interrogatórios; (iii) das perguntas retóricas feitas pelos suspeitos aos detetives.

Apesar de a abordagem da gramática da língua servo-croata não ser interessante para o nosso estudo, uma vez que os dados da DRCCM não estão nessa língua, trataremos, brevemente, da gramática servo-croata para que o nosso leitor entenda a formação e a função das perguntas analisadas por Cerovic (2010) nos interrogatórios policiais da Delegacia de Montenegro.

A autora cita quatro mecanismos usados para a formação das perguntas “sim/não” na língua servo-croata: o primeiro mecanismo consiste na fusão da partícula *da* e o clítico interrogativo *li* na frente do verbo, compreendido pelos interlocutores como um uso formal; o segundo é o uso do clítico *li* depois do verbo flexionado, entendido pelos interlocutores como perguntas que buscam informações; o terceiro consiste na negação da interrogativa *li*; e o último ocorre com a colocação da palavra interrogativa *zar* antes do verbo, compreendido pelos interlocutores como dúvida e descrença.

Dentre os quatro mecanismos, a autora analisa as interrogativas do tipo *li* (*Li interrogatives*), consideradas como variantes-padrão, e apresenta as variantes não-padrão, caracterizadas pela presença ou ausência do clítico *li* e pelo uso, algumas vezes, do pronome pessoal de segunda pessoa *ti* (*you*): (i) a interrogativa sem a partícula *li* (*non-li interrogatives*); (ii) a interrogativa sem *li*, mas contendo o pronome de segunda pessoa do singular *ti* (*non-li interrogatives + pronome pessoal ti*); (iii) a interrogativa contendo a partícula *li* e o pronome pessoal *ti* (essa variante não foi analisada pelo fato de haver poucas ocorrências nos dados da autora).

Cada uma dessas variantes apresenta aspectos interacionais específicos e é utilizada por falantes como ferramenta para a realização de ações específicas: as *li interrogatives* introduzem novos tópicos e buscam informações que possam comprometer os suspeitos com

⁶⁷Como os dados da autora foram gravados em uma Delegacia de Montenegro, a língua utilizada pelos participantes nos interrogatórios é a servo-croata. Tais interrogatórios foram traduzidos para o inglês. O clítico *li* é um mecanismo sintático, através do qual o falante sinaliza para o interlocutor o modo interrogativo da pergunta.

o crime; as *non-li interrogatives* têm relação com o tópico mencionado anteriormente e desempenham a atividade de solicitar confirmação da informação que coloca os suspeitos como culpados do crime; as *non-li interrogatives + pronome pessoal de segunda pessoa ti* podem também introduzir tópico e funcionam como pré-sequências, preparando o terreno para o surgimento da atividade principal da sequência. Segundo a autora, essas últimas interrogativas são entendidas pelos recipientes como pré-anúncios e desempenham o papel de encorajar (ou bloquear) a realização da ação central da sequência principal.

As formas de perguntas sim/não são também diferentes quanto às posições epistêmicas do falante e do interlocutor: as *li interrogatives* situam o falante na posição de pessoa que não tem conhecimento sobre algo e, por isso, buscam informação e colocam o interlocutor na posição de quem sabe a informação solicitada; as *non-li interrogatives* situam o falante na posição daquele que possui certo entendimento do que está sendo questionado e que requer confirmação do que ele pressupõe na pergunta.

Isso ocorre, porque tais perguntas são parecidas com as formas declarativas; as *non-li interrogatives + pronome pessoal de segunda pessoa ti* criam um efeito de “autoridade epistêmica do falante” (CEROVIC, 2010, p. 133): ao mesmo tempo em que o detetive pergunta aquilo de que o suspeito tem conhecimento, ele demonstra ter também conhecimento sobre aquilo que o suspeito sabe pelo fato de ter investigado os antecedentes do suspeito. Com isso, o detetive mostra ter conhecimento sobre o que o suspeito também tem conhecimento, pressionando-o a dizer o que sabe. Para a autora, a autoridade epistêmica é criada pela ausência do *li*, que indica a posição daquele que não tem conhecimento sobre algo e o contraste criado entre o pronome pessoal *ti* (*you*) e o *ja* (*I*).

O efeito de autoridade epistêmica produzido pelo uso das *non-li interrogatives + pronome pessoal de segunda pessoa ti* não está claro na análise dos dados da autora, pois a posição epistêmica assumida pelo falante nessas interrogativas e nas *non-li interrogatives* é parecida, já que, nas duas formas interrogativas, o falante demonstra ter certo conhecimento de algo a ser perguntado ao suspeito. Além disso, o contraste apresentado nas *non-li interrogatives + pronome pessoal de segunda pessoa ti* quanto ao uso dos pronomes *ti* e *ja* não é mostrado durante a análise dos dados.

A análise da autora acerca das perguntas “sim/não” na língua servo-croata mostra que as perguntas são um complexo fenômeno, através do qual diversas atividades, além da atividade de buscar informação, são realizadas.

Cerovic (2010) analisa também as repetições feitas pelos detetives às respostas dadas pelos suspeitos no turno anterior. Essa prática ocorre em terceira posição, ou seja, as repetições são produzidas pelos detetives após a sequência de par adjacente de pergunta e resposta. Eles repetem parte ou toda a resposta anteriormente proferida pelo suspeito como forma de desafiar a resposta deste e fazer com que o próprio suspeito reveja o que disse. Segundo a autora, as repetições são usadas pelos detetives quando estes percebem que os suspeitos estão bloqueando o curso do interrogatório, ao não confirmarem a participação no crime, ao afirmarem não ter conhecimento do crime e ao não demonstrarem honestidade em suas falas. Através das repetições, os detetives demonstram ceticismo e não aceitam as respostas dadas pelos suspeitos no turno anterior.

Em alguns exemplos analisados pela autora, as repetições podem ser seguidas por UCTs compostas por materiais de fala que servem como suporte ao que foi repetido. As UCTs que contêm tais materiais podem ser produzidas pelo próprio falante (por um detetive) dentro do mesmo turno em que a repetição foi proferida ou por outro falante (por outro detetive) no próximo turno. Através desses materiais de fala, o conteúdo desafiador presente na repetição feita pelo detetive torna-se mais explícito.

Segundo a autora, a técnica da repetição, utilizada pelos detetives, leva os suspeitos a se sentirem ameaçados e intimidados nos interrogatórios, apresentando como respostas às repetições dos detetives o silêncio, uma resposta mais agressiva de defesa e a manutenção da posição anterior que os isenta da culpa.

Perguntas retóricas feitas pelos suspeitos aos detetives também são analisadas pela autora. Elas ocorrem após as perguntas feitas pelos detetives que acusam os suspeitos (PPP), isto é, elas aparecem sequencialmente na posição de SPP. Nas interações dos interrogatórios, elas desempenham importante trabalho interacional: referem-se à acusação feita pelo detetive no turno anterior, desafiando-a como inadequada e inapropriada; são usadas pelos suspeitos como mecanismo de defesa; e podem ser iniciadas com marcadores que sinalizam ações não preferidas, como: *cus (listen to this) (escute isso)*, *a (and) (e)* e *pa (well) (bem)*, as quais contribuem para que o turno do suspeito seja entendido como litigioso.

Com base na literatura sobre perguntas retóricas, Cerovic (2010) pontua que tais tipos não precisam ser respondidos, porém, nos dados analisados por ela, os detetives respondem a algumas perguntas retóricas elaboradas pelos suspeitos. Algumas das respostas não são diretas, mas ocorrem por meio de perguntas ou afirmações que desafiam o que foi dito no

turno anterior. Outras respostas fornecidas pelos detetives são diretas e, em algumas vezes, são repetições que mantêm ceticismo em relação à pergunta retórica feita anteriormente.

A descrição analítica realizada pela autora das perguntas utilizadas como ferramenta para o desempenho de ações, como a ação de culpar o suspeito, permite aos leitores terem uma visão ampla, não só das formas e funções que tais perguntas executam nos interrogatórios, mas também como é organizado o evento interrogatório policial, no qual o papel de perguntador não é restrito ao detetive.

Em contraposição, o estudo da autora não demonstra a aplicabilidade das perguntas para o trabalho profissional dos detetives, por exemplo, impossibilitando os leitores de compreender como tais perguntas contribuem para o desenvolvimento da prática profissional dos policiais na Delegacia de Montenegro, e em que medida a análise dessas perguntas poderá servir de subsídio para o entendimento do fazer policial em outras Delegacias de Polícia.

Um trabalho na área da Psicologia que apresenta uma abordagem quantitativa das práticas de perguntar usadas por policiais em interrogatórios policiais é o de Snook et al. (2012), que analisa interrogatórios entre policiais canadenses e suspeitos. Na análise, foram considerados pelos autores os tipos de perguntas feitas, a extensão da resposta do interrogado a cada pergunta e a proporção de palavras ditas pelos policiais. Foi investigada também a solicitação de narrativas livres pelos policiais.

As amostras dos interrogatórios foram obtidas de uma Delegacia Policial no Canadá, realizadas entre 1999 e 2008, compondo um *corpora* de 80 interrogatórios, transcritos pelo escrivão da instituição policial e fornecidos aos pesquisadores em CDs. Diversos foram os crimes abordados nos interrogatórios: roubo, homicídio, agressão sexual, assédio verbal, abusos de crianças, ameaças, etc. Os autores apresentam um levantamento de tipos de perguntas, em inglês, encontradas na literatura científica sobre interrogatórios policiais (GRIFFITHS, MILNE, 2006; SNOOK, KEATING, 2010; WRIGHT, ALISON, 2004 *apud* SNOOK et al. 2012):

Pergunta aberta (*open-ended*): começando com “*tell*”, “*explain*” ou “*describe*” (“conte”, “explique” ou “descreva”), essa pergunta possibilita ao interrogado fornecer respostas que surgem livremente na memória e permite a apresentação de respostas mais amplas: “*Tell me about the argument with your wife.*” (“Conte-me a briga com sua esposa.”) (SNOOK et al. 2012, p. 1331).

Pergunta investigativa (*probing*): iniciada por “*who*”, “*what*”, “*why*”, “*where*” ou “*when*” (“quem”, “qual”, “por que”, “onde” ou “quando”), essas perguntas tanto possibilitam ao

interrogado relembrar fatos quanto limitam mais o escopo da resposta em comparação com as perguntas abertas (*open-ended*). Um exemplo usado pelos autores: “*what part of her body hit the ground first?*” (“Qual parte de seu corpo bateu primeiro?”) (SNOOK et al. 2012, p. 1331-1332).

Perguntas fechadas do tipo sim-não (*closed yes-no*): são perguntas que possibilitam ao interrogado relembrar fatos, mas permitem-no apresentar respostas somente do tipo “sim” ou “não”: “*Did he have his face covered?*” (“Ele tinha seu rosto coberto?”) (SNOOK et al. 2012, p. 1332).

Pergunta indutora (*Leading*): tendo a resposta esperada na própria pergunta, esse tipo possibilita também ao interrogado relembrar fatos, induzindo-lhe a uma resposta: “*You were drunk, right?*” (“você esteve bêbado, certo?”) (SNOOK et al. 2012, p. 1332).

Pergunta de escolha-forçada (*forced-choice*): fornece ao interrogado um número limitado de respostas: “*Did you kick or punch the other woman?*” (“Você chutou ou socou a outra mulher?”) (SNOOK et al. 2012, p. 1332).

Apresentação de opinião/declaração (*opinion/statement*): consiste na proposta de uma opinião ou na apresentação de declarações ao interrogado: “*I think you assaulted Mr. Eastwood.*” (“Eu acho que você assaltou o senhor Eastwood.”) (SNOOK et al. 2012, p. 1332).

Perguntas múltiplas (*multiple*): são várias perguntas feitas ao interrogado sem dar-lhe a oportunidade de respondê-las separadamente: “*How did you get there? What did you do inside? When did you first decide to steal the car?*” (“Como você chegou lá? O que você fez dentro? Quando você decidiu roubar o carro?”) (SNOOK et al. 2012, p. 1332).

Pergunta reformulada (*re-asked*): pergunta feita novamente pelo policial no interrogatório.

Pergunta de clarificação (*clarification*): consiste em perguntas em que o policial repete o que o interrogado disse: “Interviewee: John said he went to a movie. Interviewer: Okay, so John went to a movie? Interviewee: yes, that’s right” (“Interrogado: John disse que ele foi ao cinema. Interrogador: Ok, então John foi ao cinema? Interrogado: Sim, correto.”) (SNOOK et al. 2012, p. 1332).

Embora esses tipos de perguntas não tenham sido analisados por Snook et al. (2012) dentro de uma sequência organizada de ações, seu uso é quantificado, de modo que os autores mostram qual tipo é mais usado pelos policiais canadenses nos interrogatórios. Ao não realizarem uma análise qualitativa-interpretativista dos dados, os autores não nos permitem

entender como os suspeitos, por meio de suas repostas, interpretam tais perguntas, e se esses tipos de perguntas são eficazes para que os policiais consigam alguma confissão dos suspeitos dos delitos cometidos. Além disso, não sabemos se essas categorias são sustentadas pelos policiais que utilizam tais tipos de perguntas.

Os resultados do estudo de Snook et al. (2012) mostram que menos de 1% das perguntas eram perguntas abertas, e que as fechadas do tipo “sim” ou “não” e a investigativa consistiram, respectivamente, de 40% e 30% de todas feitas. As repostas mais longas foram obtidas através de perguntas abertas (90.98 palavras), seguidas das repostas às perguntas múltiplas (16.18 palavras) e às perguntas investigativas (15.22 palavras). Em 58,75% dos interrogatórios, os policiais falam mais que o interrogado. Foi solicitada a apresentação de narrativas livres aos suspeitos em 11 (13,8%) interrogatórios, sendo que, em 10, foi solicitada a apresentação de tais narrativas somente no começo do interrogatório.

Na análise desses resultados, os autores pontuam que práticas de perguntar que permitem aos suspeitos falarem ou fornecerem informações livremente foram pouco utilizadas. Os policiais tendem a fazer mais perguntas que solicitam respostas curtas do que perguntas abertas. Nos dados em estudo, os policiais poucas vezes faziam perguntas abertas iniciando com “conte”, “explique” ou “descreva”. Segundo Snook et al. (2012), essa restrição deve-se aos seguintes aspectos: essas palavras não serem comuns ou não pertencerem ao vernáculo desses profissionais no cotidiano; os policiais não serem treinados para fazerem esse tipo de pergunta; eles terem uma ideia pré-concebida de que suspeitos relutavam no fornecimento de um relato de acordo com o que desejariam saber a respeito do crime.

Quanto às respostas às perguntas abertas, esse trabalho corrobora outros estudos (MILL, BULL, 2003 *apud* SNOOK et al., 2012), que mostram como, através de tais perguntas, é possível conseguir mais informações do interrogado.

Perguntas fechadas do tipo “sim” ou “não” e pergunta investigativa podem ser apropriadas em certos momentos do interrogatório (depois de as perguntas abertas serem utilizadas), entretanto, o uso excessivo dessas perguntas para obter informação do interrogado é problemático, porque pode indicar uma estratégia usada pelo policial para controlar o interrogatório; pode restringir o escopo da investigação, pelo fato de tais questões requererem respostas específicas e mais curtas do que aquelas obtidas através das perguntas abertas; e pode fornecer pouca orientação para os policiais no que diz respeito à veracidade, ou não, da informação (se o suspeito está mentindo, ou se é realmente o culpado).

Policiais expressam suas opiniões ou fazem afirmações sobre fatos suspeitos para persuadir o interrogado a ser mais cooperativo e apresentar informações relacionadas aos crimes. De acordo com Snook et al. (2012), policiais podem expressar suas opiniões ou fazer afirmações de maneira acusatória para que suspeitos confessem os delitos.

No que tange às perguntas indutoras, múltiplas, de escolha-forçada e reformuladas, os autores observam que elas não são feitas, a todo momento, nos interrogatórios, porque os policiais não conseguem coletar grande quantidade de informações. Esses tipos de perguntas contaminam a memória do interrogado, impossibilitando-o de expor suas recordações sobre os possíveis delitos: as perguntas indutoras sugerem, no seu formato, uma resposta ao interrogado; perguntas múltiplas tornam difícil determinar qual pergunta é destinada para o interrogado responder; e perguntas de escolha-forçada permitem-no supor a resposta, ao selecionar uma das opções dadas.

Snook et al. (2012) ressaltam ainda que policiais falam mais do que interrogados. O policial monopoliza o tempo para convencer os suspeitos de que são culpados e minimiza o tempo da fala dos suspeitos para ter vantagem psicológica sobre estes, fazendo com que os acusados confessem ter cometido o delito.

Apesar de as narrativas livres terem sido poucas vezes solicitadas, respostas a perguntas que requerem narrativas foram 24 vezes mais longas do que aquelas fornecidas a outros tipos de perguntas.

Os autores comentam que, como tiveram acesso somente às transcrições dos interrogatórios, não foi possível analisar a entoação, bem como o movimento corpóreo dos participantes nas interações. Mesmo com tal restrição do trabalho, os autores mostraram que práticas que permitem os suspeitos apresentarem os seus relatos livremente não foram usadas pelos policiais nessa Delegacia de Polícia canadense. Isso indica que os profissionais dessa instituição não são orientados a usar tais práticas para a obtenção de informações, tal como é estabelecido em estudos de interrogatórios policiais (LAMB et al., 2008; MILNE, BULL, 2003; READ, POWELL, KEBBELL, MILNE, 2009 *apud* SNOOK et al., 2012). Desse modo, policiais canadenses não contribuem para coletar e reunir informações que comprometam efetivamente os suspeitos com os crimes.

Os autores acreditam que policiais precisam ser capacitados para utilizarem práticas que aumentem as possibilidades de conseguirem relatos mais completos e eficazes dos delitos.

Outro estudo da área da Psicologia que analisa dados de interrogatórios policiais é o de Read et al. (2014), os quais tratam das habilidades de interrogar (perguntar, afirmar fatos) usadas por policiais em interrogatórios policiais. Dentre os nove tipos de perguntas elencados por Snook et al. (2012), quatro coincidem com as habilidades propostas por Read et al. (2014): as perguntas abertas, as indutoras, as múltiplas e a de escolha-forçada, motivo pelo qual não são revisadas neste instante do capítulo. Além dessas, Read et al. (2014) apresentam quatorze habilidades de interrogar e suas descrições:

Perguntar com objetivo específico (*specific*): é a realização de perguntas que focam a atenção do suspeito em detalhes pré-revelados ou aspectos de sua experiência e especificam qual informação o interrogado precisa apresentar.

Produzir encorajadores mínimos (*minimal encouragers*): é a produção de expressões verbais ou não verbais que têm como propósito manter o interrogado falando.

Afirmar algo formal (*statement-formal*): é a realização de afirmações que dizem respeito aos procedimentos formais do interrogatório, o que acontecerá em seguida, etc.

Afirmar algo para buscar evidência (*statement-evidence*): é a realização de afirmações diretamente relacionadas à revelação de evidências.

Afirmar algo para instruir o outro (*statement-instructive*): é a realização de afirmações que servem para instruir o suspeito durante o interrogatório.

Afirmar algo para clarificar informações (*statement-clarifying*): é a realização de afirmações que clarificam o relato do suspeito ou informam-lhe algo.

Impor algo (*imposing*): é a produção de perguntas ou de afirmações, através das quais o policial expressa suas crenças, opiniões sobre o relato do suspeito.

Interromper algo (*interruptions*): é a produção de perguntas ou de comentários que interrompem a narrativa do suspeito.

Importunar o outro (*badgering*): é a maneira de o policial fazer a mesma pergunta três ou mais vezes, apesar de o suspeito fornecer a mesma resposta.

Interrogar o outro (*cross-examination*): consiste no uso inadequado do interrogatório, havendo uso de expressões de incredulidade.

Perguntar de forma capciosa (*Palmer questions*): fazer com que o suspeito responda sob a perspectiva da vítima.

Convidar o outro à negação (*invites denial*): consiste na formulação de perguntas de forma negativa para que admissões não sejam concedidas.

Perguntar de forma hipotética (*hypothetical*): fazer perguntas sobre fatos não encontrados ou provados.

Utilizar a linguagem de maneira pobre (*poor language use*): uso da linguagem inapropriada pelo policial através de gírias, jargão jurídico. (READ et al., 2014, p. 527).

Nem todas as definições das habilidades de interrogar, expostas pelos autores, estão claras para o leitor, como a definição da habilidade denominada “interrogar o outro”. Ela não explica, com precisão, o tipo de habilidade utilizada pelo policial, possibilitando ao leitor levantar, por exemplo, as seguintes questões a respeito de tal noção: como a forma de interrogar o outro é uma maneira inadequada de interrogar? Quais expressões de incredulidade sinalizam que o interrogatório está sendo feito inadequadamente? Além disso, nessas definições acima, não há exemplos que possam ajudar o leitor a entender melhor cada habilidade.

Embora classifiquem as habilidades de interrogar usadas por policiais, Read et al. (2014) não as analisam dentro de uma sequência organizada de ações porque o enfoque do trabalho deles é avaliar se policiais do Reino Unido e da Austrália estão aplicando adequadamente os três conceitos-chave presentes no manual de prática de interrogar denominado PEACE. Os *corpora* de dados dos autores são compostos por 81 interrogatórios gravados, selecionados aleatoriamente e transcritos. Tais interrogatórios ocorreram com suspeitos acusados de abusarem sexualmente de crianças.

Os conceitos-chave do PEACE são: (i) o estabelecimento de um processo, propósito e estrutura de interrogatório transparente, incluindo perguntas relacionadas ao entendimento do suspeito e exercício de seus direitos; (ii) o uso de perguntas que são apropriadas e inteligíveis, e o uso de um estilo de questionamento que permita ao suspeito falar e responder alegações; (iii) a adesão de abordagem liberal, de entendimento e não-crítica.

A transparência dos processos do interrogatório refere-se ao procedimento de estabelecimento e clarificação do evento antes de ser iniciado. Nessa etapa, o policial deve proporcionar ao suspeito a oportunidade de melhor entender e exercer os seus direitos. Esse conceito-chave é dividido em: avisos e direitos, preparação para o interrogatório e estrutura do interrogatório.

Em aproximadamente metade dos interrogatórios, os avisos não foram transcritos. Em interrogatórios cuja transcrição integral foi possível, os suspeitos foram indagados se eles entenderam sobre seus direitos.

Um aspecto importante para estabelecer o processo de transparência do interrogatório está relacionado ao seu planejamento e à sua preparação, o que requer ter conhecimento e familiaridade com o caso, incluindo saber como a evidência deverá ser descoberta. Segundo os autores, evidência revelada de maneira clara e precisa facilita o estabelecimento de um processo de interrogatório transparente.

Em 62 dos 81 interrogatórios, planejamento e preparação foram suficientes. Em 11 dos 81 interrogatórios, esses itens foram insuficientes devido ao fato de os policiais não terem conseguido nenhuma evidência relevante antes do interrogatório (filmagens, fotos, etc.). Quando os policiais não dispõem de evidências antes do interrogatório, tendem a perguntar de maneira hipotética aos suspeitos. Houve interrogatórios em que a descoberta de evidências ocorreu durante a sua realização. Isso aconteceu em um terço do interrogatório, no meio dele (18 em 81) e no final dele (8 em 81).

As alegações consistem em informações dadas aos suspeitos sobre o que lhes será questionado e na apresentação adequada de particularização. Read et al. (2014) definem particularização como “questionar o suspeito sobre cada ato separado com razoável precisão relativa a detalhes contextuais únicos, tais como tempo e lugar”⁶⁸ (READ et al., 2014, p. 531). Policiais introduzem alegações adequadamente quando eles fornecem detalhes sobre as acusações, revelam a identidade da vítima e detalhes contextuais, como data e lugar onde aconteceu o delito. Em oito interrogatórios, o suspeito teve pouco entendimento sobre o que lhe foi perguntado e, em dez, as alegações não foram expostas com detalhes.

A explicação da estrutura do interrogatório foi dada pelos policiais em 32 dos 81 interrogatórios. Naqueles em que isso não aconteceu, o questionamento começou imediatamente depois dos avisos.

Quanto ao uso adequado das técnicas de perguntar, os autores mostram que perguntas cuja linguagem era coloquial ou legal, e perguntas que importunavam o outro foram incomuns na amostra e ocorreram com a média de frequência menor do que 0.1% do total de interrogatórios. Perguntas indutoras ocorreram em 22 dos 81 interrogatórios, e o uso significativo dessas perguntas foi menor que 0.4% do total de interrogatórios. As perguntas mais usadas foram as fechadas e as perguntas com objetivos específicos com 36.90% e 18.61% do total dos interrogatórios, respectivamente.

⁶⁸ “questioning the suspect about each separate act with reasonable precision relating to unique contextual details such as time and place” (READ et al., 2014, p. 531).

Segundo os autores, perguntas que permitem ao suspeito falar, como as abertas, foram usadas em apenas 8 interrogatórios e feitas em uma média 11 vezes (3.5%). Quatro padrões foram encontrados na realização das perguntas abertas. Primeiro, o mais comum foi requerer detalhes na sequência, como, por exemplo, “*what happened then?*” (“o que aconteceu em seguida?”) (READ et al., 2014, p. 534) ou requerer mais informação, como “*what else happened?*” (“o que mais aconteceu?”) (READ et al., 2014, p. 534). Poucos policiais utilizaram perguntas abertas para buscar mais detalhes sobre um caso específico. Segundo, geralmente, após as respostas a essas perguntas, o investigador fez outra pergunta fechada ou pergunta com objetivo específico. Terceiro, essas perguntas abertas foram seguidas por pergunta fechada ou pergunta com objetivo específico dentro do mesmo turno de fala. Quarto, alguns policiais que tentaram obter um relato do suspeito por meio de perguntas abertas foram interrompidos pelo acusado durante as descobertas relacionadas à acusação.

Perguntas através das quais os policiais apresentavam alguma imposição sobre o relato dos suspeitos foram usadas em uma média de 11 vezes por interrogatório (2.2%). O uso destas resulta no aumento de pressão sobre os suspeitos para que eles digam a verdade e parecem ser mais frequentes após negações, relatos inconsistentes ou respostas incompletas.

No que se refere à adesão de uma abordagem liberal, de entendimento e não-crítica, Read et al. (2014) comentam que um aspecto desse componente-chave do PEACE é como o policial demonstrou o seu entendimento do contexto onde ocorreu o crime sexual, entre os 81 interrogatórios analisados: em 25 deles, policiais demonstraram bom entendimento do contexto criminal e usaram perguntas apropriadas na investigação; em outros 21, embora os policiais tenham tentado demonstrar entendimento do contexto criminal, o conteúdo e as formulações das perguntas foram inadequados; em 35 interrogatórios, faltaram perguntas, através das quais os investigadores demonstrassem entendimento do contexto; em aproximadamente um terço dos interrogatórios, policiais não perguntaram sobre o contexto do crime.

Os autores identificaram três pontos vulneráveis que dizem respeito à atitude dos policiais de perguntar sobre o contexto do crime: o primeiro relaciona-se com o fato de os policiais demonstrarem pouco entendimento do contexto para o suspeito, desencorajando-o a fornecer informações honestas; o segundo refere-se ao uso de perguntas que apresentam subtendidos negativos em sua composição; o terceiro refere-se ao uso de perguntas especulativas irrelevantes em termos argumentativos para o propósito do interrogatório.

Analisando os três conceitos-chave presentes no PEACE nos dados, os autores concluem que os interrogatórios policiais com suspeitos no Reino Unido e na Austrália precisam ser melhorados, necessitando-se, para isso, de maior transparência para o suspeito no início do evento. Apesar de serem dados avisos em todos os interrogatórios e de ser checado o entendimento dos suspeitos sobre os avisos e seus direitos, os interrogatórios poderiam ser melhorados com a explicação dos policiais quanto ao propósito e estrutura deles. Além disso, seria interessante que, ao introduzirem alegações sobre a acusação, os policiais fizessem mais referência a detalhes contextuais do que foi alegado pela vítima, como dia, lugar, etc., para que os suspeitos tivessem melhor entendimento sobre o que seriam interrogados.

Enquanto o PEACE determina o uso de perguntas abertas para a obtenção de narrativas livres dos suspeitos, os resultados desse estudo demonstram que policiais fazem poucas perguntas abertas e utilizam mais perguntas fechadas. De acordo com Read et al. (2014), as razões para o uso restrito de perguntas abertas não são claras na literatura que trata de interrogatório com suspeito. Pesquisas em interrogatórios com crianças sugerem que tal problema é multidimensional (READ et al., 2009 *apud* READ et al., 2014) e está relacionado à indecisão do investigador de saber detectar a informação requerida especificamente para composição do processo, à não familiaridade dos policiais com as perguntas abertas e à complexa distinção entre perguntas abertas e fechadas (WRGHT, POWELL, 2006 *apud* READ et al., 2014).

Outro problema detectado pelos autores é o uso de perguntas, através das quais os policiais apresentam alguma imposição sobre o relato dos suspeitos. Pelo fato de tais perguntas pressionarem os suspeitos a dizerem a verdade, elas acabam inibindo-os de apresentar uma resposta relevante sobre o crime.

Para os autores, os interrogatórios podem ser melhorados desde que policiais aprimorem suas habilidades de interrogar e pratiquem-nas em seu trabalho, passando a ouvir mais os suspeitos e a utilizar perguntas adequadamente.

Inserido também na área da Psicologia, o trabalho de Kask (2012) analisa quantitativamente interrogatórios feitos por policiais com crianças que sofreram abusos físicos ou sexuais. Os dados de Kask (2012) foram coletados entre 2004 e 2008 e consistem em interrogatórios, transcritos pela autora e gravados em vídeo, entre 66 crianças e policiais, em duas unidades policiais na Estônia.

Na literatura da Psicologia sobre tipos de perguntas em interrogatórios policiais com crianças, Kask (2012) pontua que, apesar de poderem contaminar a informação a ser prestada

em seguida, perguntas em que se propõem opções de respostas (*option-posing*) e perguntas sugestivas (*suggestive questions*)⁶⁹ são frequentemente utilizadas nesses interrogatórios (CEDERBORG, ORBACH, STERNBERG, LAMB, 2000 *apud* KASK, 2012).

Crianças de 4 a 6 anos apresentam respostas a essas perguntas mais detalhadas do que crianças mais velhas (HERHKOWITZ, ORBACH, LAMB, STERNBERG, HOROWITZ, 2002 *apud* KASK, 2012), ressaltando-se, obviamente, que as respostas daquelas não são tão elaboradas sintaticamente nem tão extensas como as respostas destas. Isso mostra que a faixa etária das crianças influencia na forma como o interrogatório deve ser realizado: de acordo com a idade das crianças, policiais utilizam técnicas diferentes para interrogá-las, de forma que, em comparação com as crianças mais velhas, em interrogatórios com crianças mais novas, policiais fazem mais perguntas em que se propõem opções de respostas e perguntas sugestivas.

Policiais tendem a fazer poucas perguntas abertas e mais perguntas fechadas, tanto com crianças mais novas quanto com crianças mais velhas (STERNBERG, LAMB, DAVIE, WESTCOTT, 2001; LAMB, ORBACH, STERNBERG, SPLIN, HERSHKOWITZ, 2002 *apud* KASK, 2012). O uso de muitas perguntas fechadas impossibilita a obtenção de respostas mais extensas e precisas, além de inibir a criança no fornecimento de relatos mais completos sobre tudo o que realmente aconteceu, dificultando, assim, a investigação dos policiais.

Após a apresentação dos resultados de alguns trabalhos sobre perguntas em interrogatórios policiais realizados com crianças na área da Psicologia, Kask (2012) mostra a análise quantitativa dos dados, considerando, para isso, duas variáveis independentes na análise: a idade das crianças, separando os interrogatórios em três grupos de acordo com a faixa etária (crianças de 4 a 7 anos; crianças de 8 a 11 anos; e crianças de 12 a 14 anos), e as técnicas de interrogar: (i) explicações (*explanations*) – consistem em elocuições do policial que não estão relacionadas ao crime em investigação, mas que fazem referência ao papel da criança no interrogatório; (ii) perguntas diretas (*direct questions*) – são aquelas por meio das quais os policiais tentam redirecionar a atenção das crianças para detalhes que elas mencionaram anteriormente; (iii) convites gerais (*general invitations*) – são aqueles através dos quais os policiais estimulam as crianças a apresentarem respostas de algo que elas lembrem; (iv) convites com dica (*cued invitations*) – é a apresentação de uma referência do detalhe mencionado anteriormente pela criança; (v) perguntas de proposta de opção (*option-posing questions*) – são aquelas através das quais os policiais tentam focar a atenção da

⁶⁹ A definição desses tipos de pergunta será apresentada ainda neste subitem.

criança para detalhes que não foram mencionados anteriormente por ela ou propõem que ela afirme, negue ou selecione uma das opções dadas pelo investigador; (vi) perguntas sugestivas (*suggestive questions*) – são aquelas através das quais policiais informam/sugerem qual resposta é esperada ou supõem detalhes que não são revelados pela criança; (vii) afirmações verbais (*verbal affirmations*) – consistem em respostas dos policiais às respostas das crianças. Além das variáveis independentes, a autora considera também as variáveis dependentes: 1) o número significativo de perguntas por interrogatório; 2) o número de palavras nas respostas das crianças; 3) o número significativo de perguntas em diferentes pontos dos interrogatórios.

Como a autora não exemplifica essas técnicas de interrogar nem as analisa no interior de sequências de ações, torna-se difícil entender claramente as descrições de cada técnica. No caso das perguntas de proposta de opção, por exemplo, não fica claro para o leitor que estas não sugerem uma resposta específica à criança tal como as perguntas sugestivas, se tais perguntas de proposta de opção são compostas por opções a serem escolhidas e apresentadas pela criança como respostas. Tanto a técnica em que o policial utiliza perguntas diretas quanto a técnica em que ele apresenta um convite com dica apresentam descrições parecidas, ou seja, em ambas, o investigador mostra à criança algum detalhe já mencionado anteriormente.

Quanto à média das técnicas de interrogar usadas pelos policiais com as crianças, a autora destaca que as perguntas diretas (média = 77.56) e de proposta de opção (média = 65.97) ocorreram com maior frequência, seguidas das afirmações verbais (média = 27.61), explicações (média = 4.59), convites com dica (média = 4.54), convites gerais (média = 4.43).

O amplo uso de perguntas de proposta de opção deve-se ao fato de policiais da Estônia sentirem-se pressionados pelas demandas legais associadas aos interrogatórios, uma vez que, se eles não conseguirem obter uma resposta adequada da criança, que possa incriminar os suspeitos, estes podem não ser processados (KASK, 2012).

Relacionando a faixa etária das crianças com as técnicas de interrogar, Kask (2012) corrobora o que estudos de interrogatórios policiais afirmam no que diz respeito ao uso significativamente maior de perguntas sugestivas com crianças entre 4 a 7 anos do que com crianças entre 8 e 11 anos e entre 12 e 14 anos. No decorrer dos interrogatórios, a média de explicações e convites gerais aumentou, enquanto a média de perguntas sugestivas e de proposta de opção diminuiu com crianças mais velhas.

Quanto às respostas das crianças, destacam-se respostas longas fornecidas mais à técnica de convites gerais do que às explicações, às afirmações verbais, às perguntas diretas, às

perguntas de proposta de opção e às perguntas sugestivas. As crianças apresentam também respostas extensas mais aos convites com dica do que às explicações, às afirmações verbais, às perguntas diretas, às perguntas de proposta de opção e às perguntas sugestivas. Elas produzem mais respostas longas às perguntas diretas do que às afirmações verbais, às perguntas de proposta de opção, às perguntas sugestivas e às explicações. As crianças mais velhas (12 a 14 anos) produziram respostas mais longas do que as dos grupos mais jovens (8 a 11 anos e 4 a 7 anos); e as crianças de 8 a 11 anos produziram respostas mais extensas do que as de 4 a 7 anos.

Baseada em Korkman et al. (*apud* KASK, 2012), Kask (2012) afirma que os resultados dos interrogatórios policiais com crianças na Estônia assemelham-se ao trabalho desses autores devido às longas respostas dadas pelas crianças às técnicas de convite, as quais, juntamente com as perguntas diretivas, servem de ferramenta para que investigadores obtenham relatos mais detalhados das crianças.

Dessa forma, perguntas que propõem opções de respostas e perguntas sugestivas devem ser feitas mais tarde nos interrogatórios, dado que os efeitos negativos destas são mais fortes quando elas são usadas no começo do evento interrogatório, já que inibem, desde o início, as crianças a apresentarem riqueza de conteúdo em seus relatos dos crimes (HOME OFFICE, 2011 *apud* KASK, 2012).

No que diz respeito às respostas dadas às técnicas de convite, a autora apresenta restrições de sua pesquisa. Embora crianças apresentem respostas mais extensas a essas do que às perguntas de proposta de opção, ela não sabe, se os detalhes obtidos dos relatos das crianças pelos policiais são corretos ou não, pois os detalhes dos casos de abuso sexual não são conhecidos pela pesquisadora. Com base nesse estudo, a autora pontua que policiais da Estônia necessitam de treinamento para passarem a utilizar mais as técnicas de convite, para que possam obter informações mais detalhadas dos crimes.

Embora esse trabalho revele as técnicas de interrogar mais usadas em interrogatórios policiais com crianças da Estônia, ele nos leva a entender, de maneira geral, as técnicas empregadas por policiais ao interrogar crianças. Em contrapartida, a análise quantitativa dos dados não nos permitiu entender como tais técnicas são realizadas nos interrogatórios, como as crianças compreendem as perguntas ou afirmações que lhes são feitas, porque se negligenciou uma análise sequencial das interações nos interrogatórios.

Dessa forma, torna-se difícil perceber a contribuição desse estudo para policiais, porque somente o levantamento numérico das técnicas mais usadas não é suficiente para demonstrar aos

investigadores qual técnica de interrogar é ou não mais eficaz para conseguir obter conteúdos relevantes dos delitos. Acredita-se que um estudo dessas técnicas num nível sequencial de ações na conversa possa apresentar resultados mais satisfatórios para a atuação desses profissionais.

No artigo *The dynamics of power and resistance in police interview discourse*, Haworth (2006) analisa o equilíbrio de poder e controle da interação, constatando que o status institucional dos participantes, os papéis discursivos que lhes são atribuídos pelo contexto e seu conhecimento relativo são importantes fatores que afetam a dinâmica do discurso. Ao utilizar uma abordagem de análise discursiva centrada na interface entre a Análise da Conversa, a Análise Crítica do Discurso e a Pragmática, a autora propõe a integração entre essas áreas e inclui, em sua análise, uma visão micro e macro do poder no discurso.

A análise parte de um interrogatório policial com um suspeito acusado de assassinato no Reino Unido. O caso estudado é o do Dr. Harold Shipman, condenado em janeiro de 2000 por ter assassinado em média 260 pessoas no período de 27 anos. O interrogatório analisado foi relacionado ao assassinato da senhora Kathleen Grundy, em 1998. Dr. Shipman mantém-se inocente durante o interrogatório, apesar de haver evidências que comprovam a ocorrência do crime.

Quatro aspectos discursivos são identificados como particularmente significativos: (i) o tópico; (ii) o tipo de pergunta; (iii) a sequência de pergunta e resposta; (iv) as referências ao status institucional. A análise detalhada da interação desses aspectos mostra que poder e controle estão constantemente em negociação.

Tais aspectos são tratados pela autora separadamente. Baseada em Greatbatch (*apud* HAWORTH, 2006), a autora apresenta tópico como um fator de distribuição de poder e controle em um interrogatório. Investigadores gerenciam a organização do tópico, cabendo aos interrogados lidar com as agendas tópicas presentes nos turnos das perguntas do investigador à medida que apresentam respostas a tais perguntas. O interrogado não deve mudar o tópico, mantendo-se em uma posição discursiva restrita – a de respondedor – enquanto o policial mantém o tópico da agenda.

Quanto ao tipo de pergunta, a autora pauta-se em Harris (*apud* HAWORTH, 2006) para classificar perguntas pela “natureza da resposta requerida⁷⁰”. Para Harris (*apud* HAWORTH, 2006), a maioria das perguntas usadas por juízes em tribunais requer respostas mínimas, e a prática de fazer perguntas é um poderoso instrumento de controle de discurso. Harris (*apud* HAWORTH, 2006) considera ainda a função das perguntas no contexto e identifica duas

⁷⁰ “the nature of the responses requested” (HARRIS, 1984 *apud* HAWORTH, 2006, p. 743).

funções de perguntas no Tribunal de Justiça: informação e acusação. De acordo com esse autor, pedidos de confirmação requerem uma confirmação de pergunta de informação ou de acusação.

Adaptando tais funções de pergunta ao contexto de interrogatório policial, Haworth (2006) comenta brevemente que há diferença entre pergunta que busca informação e outra que busca confirmação. Ela identifica quatro funções de perguntas: 1) buscar informação; 2) buscar confirmação; 3) buscar explicação; 4) realizar acusação. Cada uma delas não é explicada pela autora.

Com relação à sequência de pergunta e resposta, espera-se que o investigador, em interrogatórios policiais, faça perguntas, e o interrogado lhes responda. O papel discursivo de perguntador dá-lhe um amplo poder na interação, permitindo-lhe não somente estabelecer, para o próximo falante, o que é aceitável no próximo turno, como também sancionar o respondedor, se a resposta dele não for considerada aceitável. Em contrapartida, o respondedor pode agir em conformidade com a sequência esperada e cooperar com o investigador ou pode resistir a apresentar uma resposta preferida.

O status institucional, que se refere à identificação dos participantes com eles mesmos ou uns com os outros, em termos de seus papéis profissionais, é legitimado no interrogatório de duas maneiras: no âmbito de recursos dos participantes para seu próprio status institucional e na tentativa de prejudicar o status do outro. Tais aspectos são vistos na sequência do interrogatório policial concomitantemente às mudanças de poder e controle na interação.

Na análise de dados, a autora mostra que, embora o policial tenta exercer o controle total da interação, fazendo perguntas que buscam ou confirmam informação, por meio das quais ele introduz um tópico, o suspeito não restringe sua fala ao tópico proposto pelo policial, não apresentando uma resposta aceitável à pergunta, mas mudando o tópico da conversa e ficando com o piso conversacional durante um longo período de tempo. O investigador não interrompe os longos turnos do suspeito, atendendo a um procedimento significativo do contexto do interrogatório policial: deixar o suspeito falar para obter informações que possam incriminá-lo.

Ao permitir que o suspeito fique com o turno e prossiga a interação com o novo tópico introduzido por este, o policial transfere seu controle da interação para o suspeito, o qual demonstra conhecimento sobre o assunto e prejudica a posição discursiva do policial como interrogador. Este, por sua vez, tenta reafirmar o seu papel discursivo de interrogador, tratando o conteúdo do que o suspeito apresentou após a pergunta como sendo uma resposta. Ao fazer isso, o policial rejeita o desafio do suspeito de controlar a interação.

A mudança de tópico não é a única maneira de o suspeito não apresentar uma resposta aceitável à pergunta do policial: em alguns exemplos, o acusado nega apresentar explicações solicitadas pelo policial por meio de perguntas. Através da resposta negativa, o suspeito desafia a posição de poder e controle que o policial exerce sobre o interrogado – marcada por perguntas por meio das quais o policial requer do acusado uma justificativa de suas ações.

Há momentos, no interrogatório, em que o suspeito evita apresentar uma resposta às perguntas do policial, reformulando-as. Por meio delas, o suspeito passa a ter poder sobre o turno anterior do policial, uma vez que ele altera parte do que foi dito anteriormente e projeta outra resposta no turno seguinte. Com a reformulação da pergunta anterior, o suspeito apropria-se do papel do policial de perguntador, proferindo sua própria pergunta que projeta determinado tipo de resposta posteriormente.

Como forma de não negar as acusações de falsificação de documento e do assassinato feitas pelo policial por meio de algumas perguntas acusatórias, o suspeito apresenta elocuições como “isso é uma pergunta ou uma afirmação”. Ao proferir isso, em vez de expor uma negação, o suspeito desafia novamente o papel do policial de perguntador. No entanto, essa tática do suspeito pode contribuir para que sua posição de inocente seja enfraquecida, dado que ele não aproveita a pergunta do policial para relatar, no turno seguinte, fatos que poderiam inocentá-lo do crime.

Em alguns instantes do interrogatório, o policial retoma tópicos tratados até o momento na conversa. Quando o policial retoma tópicos que o suspeito não domina, este nega os fatos que o acusam de ter cometido o crime e acrescenta críticas ao papel profissional do policial. Apesar de o investigador, nesse momento, conseguir exercer o controle da interação, posicionando-se como perguntador, quando o policial faz referência a tópicos de que o suspeito tem conhecimento mais aprofundado, como a história médica do paciente, por exemplo, o suspeito apresenta respostas inconsistentes às perguntas sobre tal assunto, isto é, o conteúdo de tais respostas não responde às perguntas feitas pelo policial. Em suas possíveis respostas, o suspeito apenas enfatiza seu status institucional e profissional.

Os papéis institucionais dos participantes demonstraram ter uma forte influência sobre a interação: embora o suspeito tente, em vários momentos, refutar tal posição e assumir a de perguntador, ele usa seu status profissional para reforçar sua posição discursiva de respondedor, procurando também prejudicar o status do policial e o papel discursivo de perguntador. Nos dados, o policial raramente faz referência à sua posição institucional, uma vez que o seu papel discursivo de perguntador em si mesmo é uma manifestação desse status institucional.

Esse trabalho mostra não só que poder e controle são constantemente negociados pelos participantes na interação, mas também que o abandono destes por policiais pode ser uma maneira de eles tentarem obter alguma informação do suspeito sobre o crime, fazendo com que o acusado se sinta mais à vontade para expor sua versão dos fatos. Por outro lado, essa estratégia dos policiais pode ser uma forma de contribuir para que o suspeito negue ou tente esquivar-se das acusações, não apresentando respostas consistentes que possam incriminá-lo, tal como ocorreu nas interações do interrogatório analisado pela autora.

No que diz respeito à contribuição desse trabalho para o sistema judiciário do Reino Unido, Haworth (2006) afirma que a transcrição dos interrogatórios policiais, bem como uma análise linguística dos dados poderão ajudar a polícia a conseguir provas sobre o crime que comporão o processo criminal a ser julgado na Justiça Criminal do Reino Unido. Obviamente, os elementos probatórios, conseguidos no interrogatório, complementarão as provas que a polícia já detém.

Esses estudos levam-nos a um entendimento global dos tipos de perguntas e técnicas de interrogar usados por policiais em interrogatórios, bem como dos propósitos desses tipos e técnicas nesses eventos realizados em países distintos.

Apesar de a nossa análise dos dados centrar-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise da Conversa Etnometodológica, não descartaremos totalmente a possibilidade de os trabalhos baseados na área da Psicologia, expostos nesta subseção, ajudarem-nos a identificar as perguntas utilizadas pelo inspetor de polícia durante a investigação dos crimes na DRCCM. No capítulo de análise dos dados, veremos que algumas perguntas usadas pelo inspetor na Delegacia exercem a função descrita por pesquisadores da Psicologia.

A seguir, será brevemente apresentada uma discussão de Oxburgh et al. (2010) sobre tipos de perguntas, bem como nossa avaliação sobre a literatura deste subitem.

2.3.4 Discutindo tipos de perguntas e técnicas de interrogar em interrogatórios policiais

Embora existam várias perguntas usadas por policiais durante sua prática investigativa em interrogatórios policiais, há discrepância quanto à definição de certos tipos, especificamente os conceitos de perguntas abertas e fechadas. Tendo em vista tal discrepância, apresentaremos a discussão realizada por Oxburgh et al. (2010) com relação aos

tipos de perguntas em interrogatórios policiais, bem como nossa avaliação da literatura sobre pergunta e técnicas de interrogar nestes eventos.

Oxburgh et al. (2010) abordam algumas definições de perguntas presentes na literatura da área da Psicologia e em manuais de diversos países que prescrevem as técnicas usadas por policiais em interrogatórios. Denominado Alcançando a Melhor Evidência (ABE – Achieving Best Evidence), o documento, usado na Inglaterra e nos Países de Gales, define perguntas abertas como aquelas que permitem ao interrogado dar uma resposta irrestrita, enquanto as fechadas ou específicas são definidas como aquelas que começam com WH- (no português, QU-) (“*what?*”, “*Why?*”, “*when?*”, “*where?*”, “*who?*”). Em tal documento, postula-se ainda que policiais deveriam começar os interrogatórios com perguntas abertas (iniciadas com *tell* – conte – ou *describe* – descreva), seguidas por perguntas mais específicas (introduzidas por uma das 5 introduzidas por WH-). Mais adiante, o documento adverte que as perguntas iniciadas por WH- são abertas, já que elas possibilitam ao interrogado apresentar uma explicação.

Essa dificuldade de definir tipos de perguntas não é restrita aos manuais que servem para guiar policiais a como interrogar, mas estende-se também aos pesquisadores que tentam categorizar perguntas e apresentar definições mais consistentes. Oxburgh et al. (2010) referem-se a alguns pesquisadores, entre os quais Richardson et al. (*apud* OXBURGH et al., 2010), que subdividem as perguntas fechadas em mais categorias – (i) pergunta de identificação; (ii) pergunta de seleção; (iii) pergunta sim-não – e Aldridge e Cameron (*apud* OXBURGH et al., 2010), que apresentam cinco tipos: (i) perguntas que buscam relatos livres; (ii) perguntas abertas; (iii) perguntas específicas; (iv) perguntas condutoras; (v) perguntas não-condutoras⁷¹.

Além desses estudos, destaca-se o trabalho de Griffiths e Milne (*apud* OXBURGH et al., 2010), que divide as perguntas em duas categorias maiores, englobando as abertas e fechadas: produtivas e não produtivas. A categoria produtiva deve ser usada para obter um relato inicial do suspeito e inclui: (i) perguntas abertas, definidas como aquelas que começam com *tell* (*conte*) e *describe* (*descreva*); (ii) perguntas 5 WH- (referentes à pergunta de sondagem); (iii) perguntas fechadas apropriadas (definidas como perguntas sim/não, usadas na conclusão de um ponto particular do interrogatório em que as abertas e de sondagem tenham esgotado). Já a categoria não produtiva está associada às perguntas pobres e inclui: (i) perguntas indutoras (definidas como aquelas que sugerem uma resposta ao interrogado); (ii) perguntas

⁷¹ Propomos a leitura desses autores para terem acesso às definições dessas categorias, bem como a leitura de outros trabalhos que apresentam classificações de perguntas (LAMB et al., 1996; KORKMAN et al. 2006; LOFTUS, 1982 *apud* OXBURGH et al., 2010).

múltiplas (definidas como aquelas que constituem um número de sub-perguntas feitas uma vez); (iv) perguntas de escolha- forçada (definidas como aquelas que somente oferecem ao interrogado um número limitado de possíveis respostas); e (v) opinião ou afirmação (definida como afirmações ou opiniões pessoais dadas ao interrogado em vez de fazer uma pergunta específica).

Oxburgh et al. (2010) apontam também um estudo norueguês: Myklebust e Bjorklind (*apud* Oxburgh et al., 2010) definem como aberta a pergunta que requer muitas palavras como resposta adequada, enquanto a fechada é definida como a que poderia ser respondida adequadamente em poucas palavras, sendo categorizada como: (i) identificação (conhecida pelos pesquisadores como perguntas WH-); (ii) seleção (alternativas-fixas, semelhante à escolha-forçada).

Conforme podemos observar, esses estudos não mostram definições claras de perguntas abertas e fechadas, pois as encaixam dentro de categorias maiores ou apresentam conceitos pobres de conteúdo. Segundo Oxburgh et al. (2010), muitas dessas categorizações são propostas por pesquisadores que têm interesses psicológicos nos interrogatórios. Tais pesquisas da Psicologia, centradas em estratégias de investigação em interrogatórios, são impulsionadas pela preocupação com a não contaminação da memória do suspeito, anulação de falsas confissões e detecção de mentiras. Esses interesses são de importância operacional para policiais. Em contraposição à perspectiva da Psicologia, os autores pontuam que perguntas podem ser melhor compreendidas quando são estudadas as suas funções nos interrogatórios policiais que, para eles, são eventos discursivos específicos.

De acordo com Oxburgh et al. (2010), uma abordagem funcional das perguntas nos interrogatórios pode prevenir algumas confusões na categorização dos tipos de perguntas abertas e fechadas. Concentrando a atenção no propósito da pergunta (adquirir informação relevante para a investigação, acusar o suspeito, etc.) ou em uma sequência de perguntas e respostas, o foco na forma (formulação) da pergunta é movido para a sua função pragmática que envolve o que investigador está tentando fazer com tal pergunta em determinado momento do interrogatório. O entendimento de que a função de uma pergunta pode ser mais importante do que a sua forma é reforçado com a observação de que perguntas WH- (QU-), por exemplo, podem funcionar tanto como aberta quanto como fechada, dependendo de como elas são usadas.

Essa posição de Oxburgh et al. (2010) e o panorama geral de trabalhos (cf. subitem 2.4.3) baseiam-se em teorias distintas: Análise da Conversa Etnometodológica (STOKOE, EDWARDS, 2009; JOL, HOUWEN, 2014; MARQUES, 2008; CEROVIC, 2010; HAWORTH, 2006), Análise do Discurso, Semântica, Pragmática (JOHNSON, 2002) e teoria da Psicologia (SNOOK et al.,

2012; READ et al., 2014; KASK, 2012), e mostram-nos quão importante é a realização de uma análise qualitativa-interpretativa dos dados e uma análise sequencial de perguntas, uma vez que um estudo das sequências de ações realizadas pelos participantes na interação possibilita-nos não só notar como policiais questionam as partes, como estas compreendem tais perguntas, mas também entender como se processa o trabalho investigativo da polícia nos interrogatórios.

Desse modo, como pontuado por Oxburgh et al. (2010), as classificações de perguntas focadas apenas na forma, na sua composição linguística não são suficientes para defini-las como sendo de determinado tipo e não de outro. É necessário analisá-las inseridas em uma sequência de par adjacente, dado que uma pergunta não ocorre isoladamente, mas dentro de um lugar socialmente marcado, sendo carregada por pressupostos, expectativas do perguntador, o que torna relevante, no turno seguinte, uma resposta esperada. Essa perspectiva de organização sequencial de ações não é considerada em uma análise quantitativa dos dados, a qual apresenta resultados que demonstram qual tipo ou técnica mais usada pelos policiais nos interrogatórios.

Nas classificações dos tipos de perguntas ou habilidades/técnicas de interrogar, expostas nos trabalhos da área de Psicologia (SNOOK et al. 2012; KASK, 2012 – cf. subseção 2.3.3), observamos que alguns dos tipos de pergunta e algumas habilidades/técnicas de interrogar apresentam o formato de pergunta, proposto pelos analistas da conversa (cf. subitem 2.3.1): as perguntas investigativas (SNOOK et al. 2012) têm o formato de uma pergunta QU- (KOSHIK, 2007); as fechadas do tipo “sim/não” (SNOOK et al. 2012) têm a forma das perguntas sim/não, apontadas por Raymond (2009); as de proposta de opção (KASK, 2012) apresentam o formato das perguntas alternativas (KOSHIK, 2007).

A partir disso, notamos que há similiaridade quanto a algumas classificações apontadas pelos analistas da conversa e pelos psicólogos. Acreditamos que a pesquisa desenvolvida nesta tese possa complementar esses estudos sobre perguntas e habilidades/técnicas de interrogar em interrogatórios policiais, pois, por meio da análise sequencial de perguntas e respostas, veremos como o inspetor de polícia conduz a apuração de crimes na tentativa de coletar informações que comprovem a materialidade dos delitos. A seguir, trataremos do contexto da nossa pesquisa.

3 CONTEXTO DE PESQUISA⁷²

Conforme já mencionamos na introdução, as Delegacias da Mulher surgiram no final da década de 1970 e no início de 1980, com o movimento feminista brasileiro, cujo objetivo era promover a defesa dos direitos das mulheres vítimas de violência. Para as feministas, as Delegacias da Mulher seriam muito significativas para tornar os casos de violência conjugal e doméstica, até então considerados invisíveis e sem importância social, públicos e notórios. Dessa forma, o surgimento de tais Delegacias contribuiu para ampliar e reequilibrar a distribuição de justiça, expandindo a cidadania de uma categoria social discriminada e reelaborando o significado da violência com uma perspectiva de gênero (SOARES, 1999).

O advento das Delegacias especializadas ao atendimento de mulheres, vítimas de violência, foi uma tentativa da justiça brasileira de dar o devido tratamento à prática de violência de gênero, a qual não era reconhecida como crime passível de penalidade, já que agressões entre marido e mulher não eram consideradas questões de polícia, mas incidentes meramente familiares (BOSELLI, 2004).

Até 2006, os crimes de pequeno porte cometidos contra mulheres, como lesão corporal dolosa leve e ameaças, não eram conduzidos ao judiciário, sendo tratados nos Juizados Especiais Criminais (JECrins), já que tais casos eram considerados crimes de pequeno potencial ofensivo. Diferentemente do que ocorre quando os delitos são encaminhados ao judiciário, nos JECrins, há a banalização dos atos criminais, uma vez que os acusados de terem cometido os crimes pagam as penas com cestas básicas, prestação de serviço à comunidade (lei nº 9099/95), não sendo, portanto, punidos rigorosamente pelos seus atos.

Com a implantação das Delegacias da Mulher e, sobretudo, com a promulgação da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 –, houve uma mudança nos procedimentos adotados, até então, nas Delegacias de Polícia: as mulheres, vítimas da violência conjugal e doméstica, passaram a ter a garantia de que seus agressores seriam julgados com penas mais rigorosas, substituindo, então, as penas anteriores, que se reduziam ao pagamento de cestas básicas.

⁷² Este capítulo baseia-se no capítulo denominado “contexto de pesquisa”, presente na dissertação de mestrado de Pinto (2009). A decisão de pautarmos no capítulo elaborado por Pinto (2009) deve-se ao fato de, nesta pesquisa, compartilharmos o mesmo contexto estudado pela autora em 2009: a DRCCM. É relevante pontuar que, no presente capítulo, acrescentamos informações que achamos interessantes para o enriquecimento do nosso trabalho.

Assim, o surgimento das Delegacias da Mulher serviu para que as mulheres fizessem valer os seus direitos enquanto cidadãs e tivessem a garantia de que as investigações sobre o crime cometido pelos seus companheiros fossem condicionadas ao judiciário para posterior punição dos culpados.

No próximo subitem, trataremos da violência de gênero como um fenômeno social.

3.1 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO UM FENÔMENO SOCIAL

A violência de gênero acompanha, historicamente, a formação cultural da sociedade. O crescimento das cidades, as diferenças econômicas, a conjuntura do mercado de trabalho, principalmente a partir do novo contexto histórico do pós-capitalismo de consumo, e vários outros fatores políticos, econômicos e sociais, levaram a criação de novos quadros sociais, entre os quais a saída das mulheres da casa como cuidadoras do lar para inserirem-se no mercado laboral, mostrando-as como grandes percussoras de inovações na estrutura social (CHAVES, 2011).

Embora as mulheres, ao longo dos anos, venham ocupando espaço no mercado de trabalho e ganhando voz social, elas sofrem desigualdades sociais e são recriminadas por não se submeterem às exigências masculinas. Segundo Chaves (2011), as mulheres que não se adaptam às concepções cristalizadas do que é “ser mulher” (cuidadora do lar, dependente econômica e socialmente do homem, fonte de desejo masculino, reprodutora, etc.) – presente em nossa educação familiar, escolar ou educacional – são reprimidas violentamente por seus companheiros, para os quais a violência é a forma de exercício do poder masculino em detrimento do “sexo frágil” e submisso. A violência considerada forma de “poder” do homem sobre a mulher é o reflexo de uma cultura marcada pela ideia de que o uso da força (poder) é a saída para a solução dos problemas entre os casais.

Em contrapartida, a visualização das condutas de violência contra mulheres contribui para o surgimento de uma nova realidade: enquanto perpetuadas como normais, tais condutas foram arraigando-se e tornando-se um fator social. O reconhecimento da violência, como de gênero⁷³, assinala que sua presença “é uma construção social – do fracasso da falta de comunicação e incapacidade de estabelecer um ‘acordo ético’ –, e não uma derivação espontânea e natural, estendendo novas ideias nos diversos âmbitos sociais” (CHAVES, 2011, p. 16).

⁷³ Chaves (2011, p. 14) define violência de gênero como “toda conduta repressiva feita aos que não se submetem aos modelos sociais de gênero (homem X mulher), não suportando a imposição de características e comportamentos que ‘deveriam lhe ser inerentes’ por sua qualidade de homem ou mulher”.

Nessa perspectiva de reconhecimento da violência de gênero como um fenômeno social, é importante conscientizar as instituições e profissionais sobre a proteção “com a qual suas vítimas devem ser revestidas” (CHAVES, 2011, p. 16). Como instituições apropriadas para atender às mulheres vítimas de violência, destacam-se as Delegacias da Mulher, as quais são instrumento crucial na consolidação do processo de tratamento das práticas de violência contra mulheres, presentes no nosso seio social.

A seguir, trataremos das Delegacias da Mulher como órgãos institucionais de proteção à mulher.

3.2 AS DELEGACIAS DA MULHER E A PROTEÇÃO À MULHER

Conforme apontamos no início deste capítulo, as Delegacias da Mulher têm como objetivo garantir os direitos de mulheres que sofrem violência física, verbal ou psicológica pelos seus companheiros. Como a violência de gênero está presente amplamente em nossa sociedade, independentemente da classe social, raça, nacionalidade e cultura (CHAVES, 2011), as Delegacias da Mulher constituem órgãos importantíssimos no combate e na (re)socialização das mulheres vítimas de violência de gênero.

Para Chaves (2011), nessas Delegacias de Polícia, as peculiaridades e as individualidades de cada caso requerem uma investigação cuidadosa que leve os policiais a apresentarem um diagnóstico específico sobre o tratamento adequado a ser dado às vítimas, sendo crucial o apoio dado pelos policiais a elas, já que, com as frequentes ameaças, insultos, intimidações e agressões que lhes são desferidas, pouco a pouco elas se sentem não só envergonhadas de terem sido violentadas, mas também indefesas e impotentes para agirem contra seus companheiros. Fragilizadas, elas acabam tornando-se vulneráveis a novas agressões, necessitando, por isso, de um atendimento específico que faça valer seus direitos como cidadãs e que as reintegre na sociedade.

Desse modo, as Delegacias da Mulher revestem-se de um papel social de grande importância na esfera pública, recebendo e formalizando denúncias de violência, bem como promovendo uma socialização das vítimas que vá de encontro às práticas violadoras dos direitos das mulheres que sofrem violência de gênero.

Na subseção seguinte, apresentaremos a lei brasileira que garante os direitos das mulheres vítimas de violência de gênero.

3.3 A LEI MARIA DA PENHA

Conhecida como lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340/06 foi vigorada no Brasil em setembro de 2006 e recebeu esse nome em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que viu o seu marido ser absolvido, após tentar matá-la por duas vezes em casa.

Trata-se de uma lei especial para ser aplicada em casos de violência doméstica e para garantir mecanismos especiais às mulheres vítimas de agressão pelo marido ou parceiro. Ela impede que crimes considerados de pequeno potencial ofensivo (e.g., ameaças, etc.), que levam à pena máxima de até dois anos de prisão, sejam encaminhados aos JECrins⁷⁴, nos quais as penas previstas para o agressor culminam em prestação de serviço à comunidade, pagamento de fianças ou de cestas básicas.

De acordo com a Lei nº 11.340/06, qualquer tipo de violência que a mulher sofra (seja crime de pequeno porte, seja crime que leve à pena superior a dois anos), nas circunstâncias abaixo, deve ser investigado pela autoridade policial – pertencente à Delegacia da Mulher –, cuja tarefa é proteger a mulher contra a violência doméstica:

- I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

Em casos de violência domiciliar e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tiver ciência sobre o fato deverá tomar, entre outras, as seguintes providências:

- I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
- II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;
- III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
- IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
- V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis (BRASIL, 2006).

⁷⁴ Como já pontuamos em momentos anteriores, a partir de 1995, com a implantação da lei nº 9099/95, todos os crimes de pequeno potencial ofensivo eram encaminhados aos JECrins. Nessas instituições, o fato criminal não é registrado na folha de antecedentes criminais do autor nem é encaminhado ao judiciário.

De acordo com o artigo 12, da lei *Maria da Penha*, outros procedimentos que a autoridade policial deve efetuar, em caso de recebimento de denúncia de violência contra a mulher, são:

- I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;
- II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;
- III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;
- IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;
- V - ouvir o agressor e as testemunhas;
- VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;
- VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público (BRASIL, 2006).

Com relação a essas medidas, destacamos o procedimento de ouvir o suspeito e a vítima pela autoridade policial. Na DRCCM, onde geramos os nossos dados, essa prática se realiza nos interrogatórios policiais.

Como podemos observar, a lei *Maria da Penha*, além de oferecer recursos de proteção à mulher em ambiente domiciliar e familiar, dá-lhe também a garantia de que a notícia sobre o crime seja apurada e de que todos os autos sejam conduzidos ao judiciário para consequente punição do agressor.

A seguir, destacaremos o papel e a organização administrativa da polícia.

3.4 O PAPEL E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA POLÍCIA

Como a DRCCM é um tipo de Delegacia, neste subitem, apresentaremos o papel da polícia, suas divisões e seus procedimentos administrativos, como a realização do inquérito policial (cf. subitem 3.6, deste capítulo).

Segundo Mirabete (*apud* CAPEZ, 2001), a polícia é uma instituição de direito público cuja função é manter a paz e a segurança individual. A polícia se divide da seguinte forma: (i) quanto ao lugar de atividade: terrestre, marítima ou aérea; (ii) quanto à exteriorização: ostensiva e secreta; (iii) quanto à organização: leiga e de carreira; (iv) quanto ao objeto: administrativa (ou de segurança) e judiciária.

De cunho preventivo, a polícia administrativa tem como objetivo impedir a prática de atos lesivos a bens individuais e coletivos. Já a polícia judiciária exerce função auxiliar à justiça, atuando quando os atos que a polícia administrativa pretendia impedir não foram evitados. Essa polícia tem a finalidade de “apurar as infrações penais e suas respectivas autorias, a fim de fornecer, ao titular da ação penal, elementos para propô-la” (CAPEZ, 2001, p. 65).

A polícia judiciária atua na DRCCM e tem a finalidade de apurar as infrações penais para a verificação da autoria. Esse procedimento de apurar o crime e sua autoria, para que o titular da ação penal possa ingressar em juízo, é denominado inquérito policial. Este é um procedimento administrativo, realizado pela polícia judiciária, cuja função é apurar autoria do crime e materialidade do delito para servir de base à ação penal ou às providências cautelares, como corrobora Nucci (2008):

O inquérito policial é um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo, conduzido pela polícia judiciária e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria. Seu objetivo precípua é a formação da convicção do representante do Ministério Público, mas também a colheita de provas urgentes, que podem desaparecer, após o cometimento do crime. Não podemos olvidar, ainda, que o inquérito serve à composição das indispensáveis provas pré-constituídas que servem de base à vítima, em determinados casos, para a propositura da ação penal privada (NUCCI, 2008, p. 143).

De acordo com essa citação, notamos que o inquérito policial não é um processo penal, mas sim é um procedimento administrativo e pré-processual, uma fase preparatória, um procedimento prévio que visa preparar o processo penal, buscando delimitar a autoria da ocorrência de um possível ato criminoso, para a construção de provas que comprovem, ou não, a ocorrência de tal crime.

O inquérito policial tem valor probatório, uma vez que apresenta conteúdo informativo, cuja finalidade é fornecer ao Ministério Público ou ao ofendido, de acordo com a natureza da infração, os elementos necessários para a introdução da ação penal. Por outro lado, quando o Ministério Público ou o ofendido já tem provas suficientes para a propositura da ação penal, o inquérito policial é um procedimento administrativo dispensável.

Como o inquérito policial é uma peça meramente informativa, destinada apenas a autorizar o exercício da ação penal, os errôneos juízos que podem surgir na fase da apuração do crime podem ser corrigidos, sem prejuízo da ação penal a ser proposta, não ocorrendo, então, nulidades processuais (BOZOLO, 2003).

Além do inquérito policial, é relevante destacar outros tipos de inquéritos realizados por diferentes autoridades: (i) inquérito realizado pelas autoridades militares para a apuração de infrações de competência da justiça militar; (ii) o inquérito judicial que visa a apuração de infrações falimentares; (iii) o inquérito civil público, instaurado pelo Ministério Público para a proteção do patrimônio público social e do meio ambiente. Esse inquérito tem a finalidade de apurar a existência de crime conexo ao objeto de investigação; (iv) o inquérito em caso de infração penal cometida na sede ou dependência do Supremo Tribunal Federal; (v) o inquérito instaurado pela Câmara dos Deputados ou Senado Federal, em caso de crime cometido nas suas dependências (CAPEZ, 2001, p. 67-68).

Com relação ao inquérito policial, apresentamos, no quadro abaixo, suas características:

Características do inquérito policial	
Procedimento escrito	Todas as peças do inquérito policial são, num só processo, reduzidas a escrito e, em seguida, rubricadas pela autoridade.
Sigiloso	A autoridade deve assegurar no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.
Oficialidade	O inquérito policial é de caráter investigatório feito por órgãos oficiais.
Oficiosidade	A atividade das autoridades policiais independe de qualquer espécie de provocação, sendo a instauração do inquérito obrigatória diante da notícia de uma infração penal.
Autoritariedade	O inquérito é presidido por uma autoridade pública (a autoridade policial).
Indisponibilidade	Após a instauração do inquérito, este não pode ser arquivado pela autoridade policial.
Inquisitivo	Caracteriza-se como inquisitivo o procedimento em que as atividades persecutórias concentram-se nas mãos de uma única autoridade, a qual prescinde, para a atuação, da provocação de quem quer que seja, podendo e devendo agir de ofício, exercendo as atividades necessárias ao esclarecimento do crime e da sua autoria.

Quadro 1: Características gerais do inquérito policial (CAPEZ, 2001, p. 68-70)

Com base no que foi exposto, percebemos a importância do inquérito policial para o estabelecimento da verdade, bem como para a garantia dos direitos individuais, sem

prejudicar direitos coletivos, conduzindo as pessoas à justiça quando há indícios veementes que demonstram o crime e a autoria.

Passemos agora a tratar da Delegacia da Mulher, em que nossos dados foram gerados.

3.5 A DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER

A DRCCM é uma polícia judiciária especializada (polícia civil), que presta serviços às mulheres que sofrem alguma agressão física ou verbal, algum abuso ou constrangimento. Embora essa Delegacia seja adequada para atender especificamente a mulheres, dado o seu nome Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher, nessa instituição, são recebidos também outros tipos de casos: maus tratos de menores, abuso sexual de menor, etc.

Nessa Delegacia, o início do inquérito policial se dá por meio de um boletim de ocorrência (BO), expedido, geralmente, por um policial civil ou militar, que é chamado, por denúncias telefônicas ou pela própria vítima, a comparecer no local do crime. A vítima também pode fazer a denúncia, procurando algum posto policial mais próximo para relatar a sua versão dos fatos que julga ser criminais.

Esse BO é encaminhado à Delegacia onde é lido pelo delegado e despachado para o inspetor de polícia – autoridade responsável por intimar as partes (suspeito e vítima) para o interrogatório. Nesses interrogatórios, que incluem o inspetor e as partes dando os seus depoimentos, geramos os nossos dados.

Posteriormente ao interrogatório, o inspetor registra, em um relatório, tudo o que foi narrado pelas partes e tudo o que se caracteriza como provas que comprovem a infração realizada pelo suspeito (exame de corpo delito, fotografias que confirmam o crime, etc.). Esse relatório, quando apresenta elementos suficientes que corroboram o crime, é conduzido ao judiciário para propositura da ação penal, mas quando não apresenta provas suficientes que comprovam o delito, é encaminhado ao Ministério Público para posterior arquivamento.

Para um melhor entendimento sobre o inquérito policial, apresentaremos, no subitem seguinte, seu percurso de realização.

3.6 A INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

No contexto da Delegacia, o inquérito policial de um fato aparentemente criminoso pode ser iniciado por meio da *notitia criminis* (notícia do crime), da qual se divide em três tipos: (i) *notitia criminis* de cognição direta ou imediata: também denominada de *notitia criminis* espontânea ou inqualificada, ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento direto do crime por meio de suas atividades rotineiras, de jornais, da investigação feita pela própria polícia judiciária, por comunicação feita pela polícia ostensiva, pela descoberta ocasional do corpo do delito, por meio de denúncia anônima, através do requerimento do ofendido ou de seu representante, etc.; (ii) *notitia criminis* de cognição indireta ou mediata: também conhecida como *notitia criminis* provocada ou qualificada, ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento por meio de algum ato jurídico de comunicação formal do delito, como, por exemplo, a requisição da autoridade judiciária, do Ministério Público ou do Ministro da Justiça, e a representação do ofendido; (iii) *notitia criminis* de cognição coercitiva: ocorre quando há prisão em flagrante e a notícia do crime é a própria apresentação do autor (CAPEZ, 2001, p.73-74).

A representação do ofendido ou de seu representante legal depende da manifestação de vontade da vítima, ou de quem legalmente a representa, no sentido de permitir que o Estado desenvolva as necessárias atividades administrativo-judiciárias pendentes às investigações da infração penal, à apuração da respectiva autoria e à aplicação da lei penal. O ofendido só pode oferecer a representação se tiver mais de dezoito anos; se menor, a sua representação deverá ser feita pelo seu representante legal. A representação poderá ser apresentada à autoridade policial, judiciária ou ao representante do Ministério Público.

Nos casos em que se inicia o inquérito policial por requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, a autoridade policial poderá tomar conhecimento da notícia do crime somente depois que esta for registrada pela autoridade judiciária ou pelo promotor de justiça. A autoridade judiciária, por sua vez, não tendo elementos suficientes que verifiquem a existência do crime, pode requisitar a instauração do inquérito policial para obter uma melhor elucidação dos acontecimentos.

O inquérito policial pode também ser iniciado através do auto de prisão em flagrante (APF) – para qualquer espécie de infração penal – e da portaria feita pela autoridade policial (delegado de polícia). A portaria é um ato da autoridade policial e é instaurada em casos em

que não ocorre flagrante. Nessa portaria, deverá conter o esclarecimento das circunstâncias conhecidas (local, dia, hora, vítima, testemunhas, etc.), a capitulação legal da infração. A portaria é, geralmente, seguida pelo boletim de ocorrência (BO).

Ao fazer um BO, a vítima tem a opção de iniciar o inquérito policial e de indiciar o incriminado. O BO tem validade de seis meses e a vítima, durante esse período, pode requerer a abertura do inquérito policial ou pode interrompê-lo, ao não querer dar continuidade às investigações. Essa possibilidade que a vítima tem de interromper, ou não, o prosseguimento das investigações só ocorre quando o crime é de lesão corporal leve (crimes de ação penal pública condicionada⁷⁵). Em casos de lesão corporal mais grave, há a iniciativa pública, mas incondicionada (crimes de ação pública incondicionada⁷⁶).

É válido mencionar que, durante a geração de nossos dados de pesquisa, muitas mulheres recorriam à Delegacia para cancelarem o indiciamento de seus companheiros.

Dessa forma, apresentamos abaixo os diferentes recursos utilizados para a instauração do inquérito policial.

Portaria
Auto de prisão em flagrante
Requerimento do ofendido ou de seu representante
Requisição do Ministério Público ou da autoridade judiciária
Representação do ofendido ou de seu representante legal, ou requisição do ministro da justiça.

Quadro 2: Peças inaugurais do inquérito policial (CAPEZ, 2001, p.77)

⁷⁵ No Direito brasileiro, dividem-se os tipos de ações penais de acordo com a função do sujeito que detém a sua titularidade. Denomina-se ação pública incondicionada aquela que decorre de “crimes que ofendem sobremaneira a estrutura social e, por conseguinte, o interesse geral” (CAPEZ, 2001, p. 97). Esse tipo de ação pode ser introduzido pelas autoridades (policial, judiciária e pelo Ministério Público) independente da vontade das partes. Por outro lado, crimes que afetam imediatamente a intimidade do ofendido e apenas mediatamente o interesse geral, são também de iniciativa pública (do Ministério Público), mas condicionada à vontade do ofendido em prosseguir, ou não, com o processo penal. Esta é chamada de ação penal pública condicionada. Denomina-se ação penal privada quando há crimes que atingem imediata e profundamente o interesse do sujeito que sofreu a infração. “Na maioria dos casos, pela própria natureza do crime, a instrução probatória fica, quase que por inteiro, na dependência do concurso do ofendido. Em face disso, o Estado lhe confere o próprio direito de ação, conquanto mantenha para si o direito de punir, (...)” (CAPEZ, 2001, p. 97).

⁷⁶ cf. *Ibidem*, p. 123.

Cabe comentar também que o inquérito policial só pode ser instaurado pela autoridade policial, se houver justa causa (e.g., o fato se configura como ilícito penal; quando houver condições para punibilidade e sinais de existência do crime). Se a autoridade policial o fizer sem justa causa, “o ato será impugnável pela via do *habeas corpus*⁷⁷” (CAPEZ, 2001, p.74).

Com relação ao indiciamento, é importante dizer que, quando o provável autor do fato infringente da norma penal é indiciado a comparecer à Delegacia, todas as investigações passam a se concentrar sobre o indiciado. Este deve ser interrogado pela autoridade policial, que poderá conduzi-lo coercivamente à sua presença, no caso de o indiciado não apresentar justificativas que comprovem o seu descumprimento da intimação. No interrogatório policial, o indiciado não é obrigado a responder às perguntas que lhe forem feitas, pois tem o direito constitucional de ficar calado, sem que dessa escolha se possa extrair qualquer informação que o comprometa como infrator (CAPEZ, 2001, p. 81).

Para o interrogatório policial, o indiciado pode ir, ou não, acompanhado do seu advogado, não sendo, portanto, obrigação da autoridade policial providenciar advogado ou intimar o defensor público para acompanhar o indiciado e assistir ao interrogatório.

Porém, quando o indiciado é menor de idade, a autoridade policial deverá nomear-lhe um curador, que não precisa ser necessariamente advogado. O curador deve apresentar-se junto com o menor no interrogatório e em todos os momentos em que se exigir o comparecimento do menor, mas não pode interferir no ato, fazendo também perguntas. A ausência de um curador para acompanhar o menor não invalida o inquérito, uma vez que este é apenas uma peça informativa, mas diminui a força coercitiva e o valor probatório do ato.

Terminadas as investigações, a autoridade policial deve redigir um relatório do que tiver sido apurado no inquérito policial,

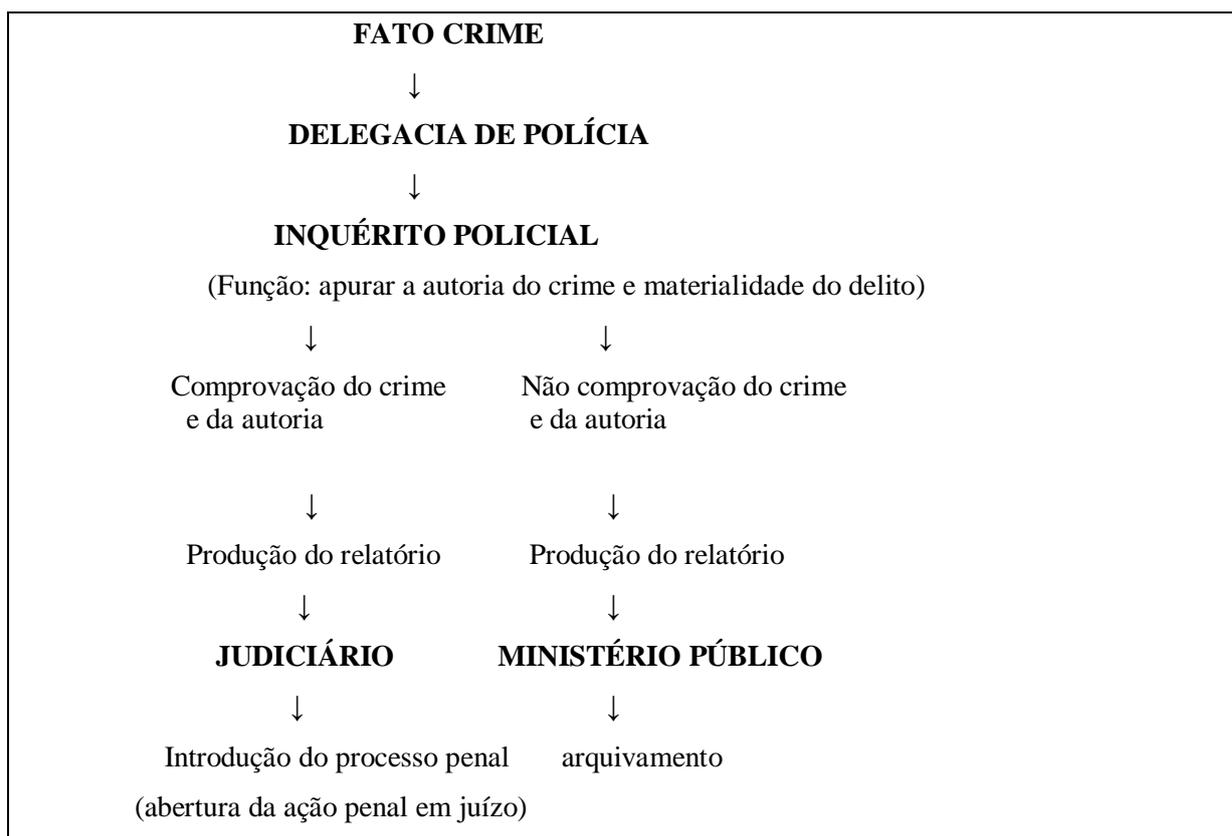
sem, contudo, expender opiniões, julgamentos ou qualquer juízo de valor, devendo, ainda, indicar as testemunhas que não forem ouvidas, bem como as diligências não realizadas. No caso de crime de tóxicos, a autoridade deverá indicar a classificação da conduta nos arts. 12 ou 16 (...) (CAPEZ, 2001, p. 85).

⁷⁷ O termo *habeas corpus* significa “que tomes o corpo e o apresentes”, ou seja, a ordem concedida pelo Tribunal, ao utilizar este termo, é “tomai o corpo desse detido e vinde submeter ao tribunal o homem e o caso” (CAPEZ, 2001, p. 462). Dessa forma, o conceito de *habeas corpus* é: “remédio judicial que tem por finalidade evitar ou fazer cessar a violência ou a coação à liberdade de locomoção decorrente de ilegalidade ou abuso de poder” (CAPEZ, 2001, p. 462).

Concluído o inquérito e feito o relatório, os autos são encaminhados ao juiz, acompanhados dos instrumentos do crime e dos objetos que interessarem à prova. Nos autos, devem também ser mencionados os dados relativos à infração e ao indiciado. Se, após o inquérito policial, houver comprovação do delito, cabe também à autoridade policial registrar o crime na folha de antecedentes criminais do autor, ficando este com *passagem* criminal pela polícia.

Caso a autoridade policial não consiga provas suficientes que comprovem a autoria do crime, é necessário endereçar ao Ministério Público um relatório sugerindo arquivamento, e este não pode ser determinado pelo juiz ou pela autoridade policial, ocorrendo somente mediante decisão judicial, provocada pelo Ministério Público.

Para melhor visualização do percurso do inquérito policial, apresentamos o seguinte esquema proposto por Pinto (2009):



Esquema 3: Instauração/encerramento do inquérito policial na Delegacia de Polícia.

Como já dissemos no início deste capítulo, a partir de 1995, com a implantação da lei nº 9099/95, tornou-se comum, nas Delegacias de Polícia em geral, a ocorrência de crimes

considerados de pequeno potencial ofensivo serem encaminhados aos JECrins, como um meio de diminuir a sobrecarga das Delegacias de Polícia com crimes de pequeno porte. Nesse sentido, a partir de 1995, as Delegacias de Polícia tornaram-se instituições responsáveis por atender apenas a fatos criminais que levam à pena de mais de dois anos.

Por outro lado, com o advento das Delegacias da Mulher, tanto crimes de pequeno porte quanto crimes de maior porte passaram a ser apurados pela autoridade policial pertencente a essas instituições e, quando comprovados, passaram a ser encaminhados ao judiciário, divergindo-se, então, dos procedimentos dos JECrins, que não os conduziam à justiça.

A seguir, trataremos brevemente dos meios de provas utilizados para a comprovação de delitos em apuração.

3.7 OS MEIOS DE PROVA

A prova é “um conjunto de atos praticados pelas partes, pelo juiz e por terceiros (por exemplo, peritos)” (CAPEZ, 2001, p. 243), com a finalidade de comprovar a verdade de uma alegação. Seu objetivo é influir na decisão do processo em juízo, ou seja, levar o juiz a formar sua convicção acerca da existência, ou não, de um fato, da falsidade ou veracidade de uma afirmação, contribuindo, então, para melhor apuração da causa.

Como meios de provas, compreende-se tudo aquilo que possa servir, direta ou indiretamente, à demonstração da verdade. Temos como meios de provas: a prova testemunhal (resulta no depoimento de alguém que tem algum conhecimento pertinente à infração penal); a prova documental (produzida por meio de documentos); a prova material (obtida por meio químico, físico ou biológico, como vistorias, exames, corpo delito, etc.)

Além desses meios de provas⁷⁸, destacam-se os interrogatórios, em que há o relato pessoal do possível culpado do que ele possivelmente sabe.

No subitem seguinte, trataremos do evento interrogatório.

⁷⁸ Capez (2001) expõe inúmeras classificações de provas relativas ao objeto, ao seu efeito ou valor, ao sujeito ou causa e à forma ou aparência. Dentro dessa classificação, os interrogatórios são meios de prova pessoais, dado que a prova tem “sua origem na pessoa humana, consistente em afirmações pessoais e conscientes, como as realizadas através de declaração ou narração do que se sabe” (CAPEZ, 2001, p. 247-248).

3.8 O INTERROGATÓRIO

Definido nos manuais de direito como “um ato judicial no qual o juiz ouve o acusado sobre a imputação contra ele formulada.” (CAPEZ, 2001, p. 264), o interrogatório é “o ato privativo do juiz e personalíssimo do acusado, possibilitando a este último o exercício da sua defesa, da sua autodefesa” (CAPEZ, 2001, p. 264). Embora seja um ato basicamente judicial, ocorrendo após a introdução da ação penal em juízo, nos nossos dados, percebemos que os encontros, gravados na DRCCM, apresentam características que os assemelham ao interrogatório judicial: (i) a oportunidade concedida ao suspeito para relatar a sua versão dos fatos, tendo, portanto, o seu direito de autodefesa; (ii) a possibilidade que o suspeito tem de fornecer à polícia provas que possam comprovar a sua inocência; e (iii) a possibilidade de o suspeito confessar a infração cometida. Assim, pode-se dizer que o interrogatório apresenta uma natureza mista: é um meio de prova e de defesa.

Capez (2001) pontua que, em juízo, o réu é interrogado e que, no decorrer do inquérito policial, o indiciado é apenas *ouvido*, podendo-se aplicar os procedimentos inerentes ao interrogatório judicial no interrogatório policial. O autor também apresenta-nos uma subdivisão do ato interrogatório judicial em dois momentos distintos: o de identificação e o de mérito.

No primeiro momento, o juiz elabora perguntas a fim de garantir a coincidência da pessoa apontada na denúncia e a presente, à sua frente, perguntando-lhe o nome, a naturalidade, o estado civil, a filiação, a idade, a residência onde mora, etc., isto é, o juiz questiona tudo o que for necessário para verificar a identidade física do acusado.

No segundo momento, o juiz, depois de cientificar o réu da acusação que lhe é dirigida, expondo-lhe os elementos probatórios contra ele, deve formular as perguntas necessárias para o esclarecimento do crime.

Essa subdivisão assemelha-se às atividades que o inspetor desempenha nos interrogatórios que gravamos. Os interrogatórios podem ser subdivididos⁷⁹ em três partes, de acordo com as tarefas e funções que o inspetor executa: (i) a tarefa de identificar os participantes, coletando informações sobre a identidade da vítima e do suspeito (interrogatório de identificação); (ii) a tarefa de ler ou reformular o BO, para informar as partes sobre a natureza da intimação; e (iii) a tarefa de interrogar (semelhante ao interrogatório de mérito) as partes com perguntas que se direcionam à tentativa de apurar a verdade dos fatos.

⁷⁹ Para maiores detalhes sobre as fases que compõem os interrogatórios, ver Marques, 2009.

Passaremos para o capítulo de metodologia de pesquisa.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA⁸⁰

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e interpretativa, com foco na explicação de processos de construção de sentidos através da linguagem na situação de interação. Em contraposição à concepção de mundo como concebido com estruturas pré-existentes, partimos do princípio de que o significado é construído sob a perspectiva dos participantes, uma vez que a realidade social é construída na interação por atores sociais que realizam suas ações cooperativamente.

Como forma de estudar a realidade social sob o ponto de vista dos participantes, levando em conta as práticas sociais concretizadas por meio da fala-em-interação, baseamos a nossa pesquisa no arcabouço da Linguística Aplicada das Profissões, ao focarmos no discurso proferido por um inspetor de polícia, durante a realização de suas atividades na DRCCM, e na Análise da Conversa Etnometodológica, para uma análise sequencial dos dados.

Antes de apresentarmos alguns conceitos ligados à metodologia usada para o desenvolvimento desta pesquisa, trataremos de duas correntes nas quais, historicamente, o termo metodologia se fundamenta: (i) a corrente positivista, relacionada às investigações e resultados das Ciências Naturais, e (ii) a corrente interpretativa, relacionada aos trabalhos em Antropologia e em Sociologia.

A partir desses dois paradigmas, surgem duas formas diferentes de se olharem os fatos do mundo: o quantitativo, baseado no positivismo e no objetivismo; e o qualitativo, baseado no interpretativo e subjetivo.

No próximo subitem, apresentaremos as diferentes correntes metodológicas: a positivista e a interpretativa.

4.1 A CORRENTE POSITIVISTA E A INTERPRETATIVA

A noção de paradigma⁸¹ utilizada, a partir do século XIX, nas Ciências Sociais, foi oriunda do positivismo das Ciências Naturais, que pressupõe que o conhecimento científico

⁸⁰ Para o desenvolvimento deste capítulo, baseamo-nos no capítulo teórico-metodológico da dissertação de mestrado de Pinto (2009). Isso se deve ao fato de os dados aqui analisados pertencerem ao mesmo *corpus* utilizado pela autora em 2009. Entretanto, salientamos que houve modificações em partes do presente capítulo, devido aos propósitos desta pesquisa.

⁸¹ A noção de paradigma é definida por Kuhn (1962) como um jogo de hipóteses inter-relacionais sobre o mundo social, que serve de arcabouço filosófico e conceitual para a organização do estudo desse mundo, ou seja, é uma

surge a partir da observação sistemática dos fenômenos sociais e da lógica matemática que favoreceu para que o conhecimento não só derivasse da quantificação, como também da divisão e da classificação para o posterior estabelecimento de relações sistemáticas.

De acordo com Cassell e Symon (1994), na corrente positivista, pressupõe-se que existe no mundo uma realidade objetiva que transcende a perspectiva individual e é expressa por regularidades estatísticas observáveis.

Sutton (1993) apresenta os seguintes princípios que regem essa corrente: (i) a realidade é uma propriedade do mundo empírico e não do observador; (ii) separação dos fatos de seus significados; (iii) teste formal de hipóteses em vários casos; (iv) manutenção da distância objetiva durante a pesquisa; (v) uso de linguagens descritivas não valorativas, normalmente envolvendo quantificação; (vi) geração de assertivas semelhantes a leis.

Nas Ciências Sociais, há duas vertentes, as quais são mencionadas por Santos (2003): uma, que se pautou nos princípios epistemológicos e metodológicos herdados das Ciências Naturais, tentando aplicar tais princípios ao estudo das sociedades; e outra, que pretendia criar princípios também epistemológicos e metodológicos próprios para as Ciências Sociais.

Nagel (1961) pontua que, nas Ciências Sociais, é inviável o controle metodológico de um fenômeno social, uma vez que os fenômenos sociais são de natureza subjetiva, determinados histórica e culturalmente, não podendo ser captados pela objetividade científica. Esse autor enfatiza ainda que a realização científica está ligada a valores subjetivos, dado que nem os observados nem o cientista social, em exercício de observação, mostram-se totalmente objetivos. Esse entendimento da realidade social como subjetiva é o principal ponto que diferencia a corrente interpretativa da positivista, já que naquela “o significado emerge por meio da interação e não é padronizado de lugar para lugar ou de pessoa para pessoa”⁸² (RUBIN, H., RUBIN, I., 1995, p. 31).

Semelhante ao pensamento de Nagel (1961), Santos (2003) afirma que o fato de a Ciência Social ser subjetiva decorre do caráter subjetivo da ação humana, ou melhor, para o autor, os fenômenos sociais devem ser compreendidos a partir das “atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações (...)” (SANTOS, 2003, p. 22).

disciplina matriz, formada por generalizações, valores e crenças que compõem a disciplina de interesse. Para esse autor, o paradigma é utilizado para guiar profissionais de uma determinada disciplina, uma vez que mostra os problemas e assuntos que posteriormente serão confrontados, para criar fonte de esquemas, modelos e teorias, para estabelecer ferramentas metodológicas e formas de geração de dados e para organizar os princípios usados por uma determinada disciplina, sendo, portanto, caracterizado como um produtor epistemológico.

⁸² “the meaning emerges through interaction and is not standardized from place to place or person to person” (RUBIN, H., RUBIN, I. 1995, p. 31).

Na próxima subseção, trataremos, brevemente, dos dois métodos que surgiram dessas correntes que mencionamos aqui.

4.2 OS MÉTODOS QUANTITATIVO E QUALITATIVO

O método quantitativo herdou das Ciências Naturais uma visão positivista, objetiva e uma lógica matemática baseada em um dedutivismo para a explicação dos fenômenos em estudo. Por outro lado, essa visão, ao ser utilizada nas Ciências Sociais com o intuito de analisar e de explicar os fatos do mundo social, provocou uma discussão metodológica, que culminou no surgimento do paradigma qualitativo (interpretativo), herdado dos estudos antropológicos e sociológicos e influenciado pelas propostas da Escola de Chicago⁸³, nas décadas de 20 e 30.

Denzin e Lincoln (2000) apontam que o termo qualitativo enfatiza as qualidades de entidades, nos processos e nos significados que não são experimentalmente examinados ou medidos em termos da quantidade, intensidade ou frequência. Ou seja, no paradigma qualitativo, o mundo não é feito de fatos observáveis e mensuráveis, mas os fenômenos que o compõem são entendidos em seu contexto natural de ocorrência, sendo o conhecimento e qualquer forma de realidade construída na interação social em contingência à ação humana. Desse modo, esses autores definem pesquisa qualitativa:

uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste de um conjunto de práticas interpretativas e materiais que constroem o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo. Elas convertem o mundo em uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações, lembretes. Nessa medida, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa, naturalística do mundo. Isso significa que pesquisadores qualitativos estudam as coisas nos seus ambientes naturais, atentando para a construção ou interpretação do fenômeno em termos do significado que as pessoas trazem com elas⁸⁴” (DENZIN, LINCOLN, 2000, p. 08).

⁸³ A Escola de Chicago é descrita como uma “combinação de uma filosofia pragmática, de uma orientação política reformista para as possibilidades de democracia num quadro de rápida industrialização e urbanização, e dos esforços para transformar a sociologia numa ciência empírica, sem deixar de atribuir grande importância às fontes pré-científicas do conhecimento experimental (...)” (JOAS, 1999, p. 131) (grifos nossos). Essa Escola também foi conhecida por valorizar a pesquisa empírica, sendo “fiel (...) ao espírito do pragmatismo” (JOAS, 1999, p. 142), e por produzir “um mosaico de estudos semi-etnográficos em lugar de tratados teóricos” (JOAS, 1999, p. 142-143).

⁸⁴ “Qualitative research is a situated activity that locates the observer in the world. It consists of a set of interpretative, material practices that make the world visible. These practices transform the world. They turn the world into a series of representations, including field notes, interviews, conversations, photographs, recordings, and memos to one’s self. At this level, qualitative research involves an interpretative, naturalistic approach to the world. This means that qualitative research studies things in their natural settings, attempting to make sense of, or to interpret, phenomena in terms of the meanings people bring to them” (DENZIN, LINCOLN, 2000, p. 08).

A partir disso, podemos dizer que as pesquisas qualitativas, ao se voltarem para o estudo das negociações dos atores sociais do ponto de vista da ordem social, apresentam um olhar humanístico e um posicionamento idealista para o entendimento da realidade social (FILSTEAD, 1979).

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador ressalta a natureza socialmente construída da realidade, buscando soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado (DENZIN, LINCOLN, 2000). Ao utilizar métodos qualitativos, o pesquisador está mais preocupado com o processo social do que com a estrutura social e, para isso, busca visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo, objeto de estudo, que implique melhor compreensão do fenômeno (NEVES, 1996).

Segundo Filstead, no paradigma qualitativo, os indivíduos são concebidos como agentes em construção do sentido das realidades que eles coconstroem, não respondendo às situações como “‘robôs’ de acordo com as expectativas dos papéis estabelecidos por estruturas sociais⁸⁵” (FILSTEAD, 1979, p. 35-36).

Essa visão de que a realidade é construída intersubjetivamente também encontramos em Schutz (1971), segundo o qual o senso comum é a matriz para a formação da ação social, ou seja, é a forma pela qual os homens se entendem no mundo ao se relacionarem uns com os outros e ao tentarem se adaptar aos outros e a si mesmos. O autor comenta também que a compreensão da realidade social se dá a partir do entendimento da subjetividade do ator, através da análise do significado que o ato tem para ele. Schutz conclui que a tarefa do cientista social é reconstruir a forma como os homens interpretam diariamente seu próprio mundo.

Nessa perspectiva se insere o pesquisador no paradigma qualitativo, colocando-se como observador de situações sociais com a intenção de interpretar o sentido dos fenômenos sob a perspectiva dos participantes. Para isso, ele utiliza vários materiais empíricos como: entrevistas, notas de campo, gravações, etc., na tentativa de representar o mundo em estudo. Já no paradigma quantitativo, os pesquisadores procuram medir as observações feitas, transformando-as em números.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, cremos que o instrumentário da pesquisa qualitativa contribui para a análise *micro e situada* das interações dos interrogatórios⁸⁶ da

⁸⁵ “robotlike fashion according to role expectations established by social structures” (FILSTEAD, 1979, p. 35-36.).

⁸⁶ É relevante ressaltar que nossa pesquisa configura-se como um estudo de caso, já que consiste numa investigação de dados coletados durante certo período de tempo, de *análise de um fenômeno empírico* inserido

DRCCM entre inspetor/vítima e suspeito, uma vez que o nosso trabalho visa observar, de forma não controlada, as ações humanas na realidade social, em oposição ao que ocorre em estudos quantitativos, em que a observação é controlada sob medida, já que a realidade social é relativamente estável.

No próximo subitem, trataremos brevemente da Etnografia e dos tipos de pesquisador.

4.3 A CONTRIBUIÇÃO DA ETNOGRAFIA PARA NOSSA PESQUISA E A TIPOLOGIA DE PESQUISADOR

Em contraposição às pesquisas experimentais e de laboratório, a nossa pesquisa tem como foco estudar a ação social a partir de dados reais de fala-em-interação. Nesse sentido, analisaremos interrogatórios policiais gravados na DRCCM, localizada na região sudeste do Brasil. A geração⁸⁷ dos dados baseou-se na Etnografia com notas de campo, que, sobretudo, serviram para dar maior suporte à análise de dados e um entendimento mais amplo do contexto para além da produção local discursiva dos participantes.

Segundo Erickson (1988), durante a geração de dados, faz-se necessário o uso de meios como: notas de campo e observação dos participantes. No nosso estudo, utilizamos as notas de campo como forma de registrar informações não evidenciadas nas transcrições: a disposição dos participantes no interior da sala onde acontecem os interrogatórios; a descrição do ambiente policial e a descrição do evento em si (se aquele evento trata de um caso de agressão à mulher, estupro, abuso sexual de menor, etc.). Essas informações, registradas em notas de campo sob a perspectiva do pesquisador-observador com relação às ações e às descrições dos encontros na Delegacia, formam um índice de registros que complementam o conteúdo das gravações.

Quanto ao processo de análise de dados, segundo Erickson (1988), ele deve começar dentro do próprio ambiente de pesquisa, quando está gerando os dados. O autor também aponta que o pesquisador, como observador dos participantes, deve reler as notas de campo e escutar as gravações como estratégia para decidir qual próximo passo tomar para a geração de mais dados.

em seu *contexto* e tem como objetivo “fornecer uma análise do contexto e dos processos que iluminam as questões teóricas sendo estudadas*” (HARTLEY, 2004, p. 323). Isso está em conformidade com Yin (2005) que afirma: “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (...)” (YIN, 2005, p. 32), ou melhor, “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real” (YIN, 2005, p. 20).

* “to provide an analysis of the context and processes which illuminate the theoretical issues being studied” (HARTLEY, 2004, p. 323).

⁸⁷ A justificativa do uso do termo *geração* em vez de *coleta* se encontra no subitem 4.8, deste capítulo.

No que diz respeito à observação dos participantes no decorrer da geração dos dados, Dewalt, K. e Dewalt, B. (2002) sugerem que as observações feitas pelo pesquisador podem ser uma maneira de aumentar a validade do estudo. Segundo esses autores, a validade tem mais força com o uso de outras estratégias em interface com a observação: notas de campo, análises de documentos, etc., que dão suporte ao pesquisador para melhor compreender o objeto em estudo. Dessa forma, a observação dos participantes pode ajudar o pesquisador a responder as suas questões de pesquisa, a construir teorias e a gerar ou testar hipóteses.

De acordo com as posições de observações do observador, é importante apontar a descrição de Spradley (1980) de vários papéis que os observadores vêm assumindo, de acordo com o grau de participação: (i) não-participação – atividades são observadas exteriormente ao ambiente de pesquisa; (ii) participação passiva – atividades são observadas no ambiente, mas sem a participação em atividades; (iii) participação moderada – atividades são observadas no ambiente com completa participação do observador em atividades; (iv) participação completa – atividades são observadas no ambiente com completa participação na cultura.

Dentre essas várias posições que os pesquisadores podem assumir, no ambiente em estudo, encaixamo-nos na posição de *participantes passivos*, uma vez que temos como meta principal gerar dados sem nos inserirmos como membros do grupo e sem participarmos de atividades, observando-as ser desempenhadas na Delegacia de um ponto onde os participantes tenham plena consciência de que estão sendo observados.

A seguir, trataremos da ACE como instrumento metodológico de pesquisa.

4.4 ANÁLISE DA CONVERSA ETNOMETODOLÓGICA: IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS DE PESQUISA

Como a nossa pesquisa tem ênfase na análise sequencial da conversa etnometodológica, propomos, nesta subseção, apresentar a visão da ACE, a qual explicita métodos de inteligibilidade da ação social, fundamentalmente, sob o ponto de vista dos atores sociais.

A relação da Análise da Conversa com a Etnometodologia reside no fato de que a linguagem constitui a vida social, ou seja, o mundo social se constitui através da conversa, por meio da qual se realizam todas as atividades e tarefas que desempenhamos em sociedade.

Outro princípio etnometodológico é a concepção de que a realidade e a ordem social não são pré-existentes, uma vez que “os traços da aparente estabilidade da organização social

são continuamente criados” (POLLNER, 1974 *apud* COULON, 1995, p. 31). Assim, podemos dizer que a realidade social na Etnometodologia é descritível, inteligível, analisável e, sobretudo, relatável (*accountable*).

Com relação ao papel do ator social, os etnometodólogos pontuam que este não é um reproduzidor de normas de comportamento adquiridas, mas é um ser atuante no mundo que age em seu ambiente, criando a realidade a sua volta, ao aplicar conhecimentos, regras de comportamento, etc., que atuam constantemente na definição das situações em que tais atores se encontram. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que, para os etnometodólogos, um policial, um professor e um médico só são policial, professor e médico na medida em que desempenham, respectivamente, os papéis de policial, de educador e de médico, sendo seus estatutos expressos pelo conjunto de suas condutas em sociedade.

Sabendo-se que a organização da fala está vinculada aos acontecimentos locais e que os enunciados produzidos têm sentido na realização da prática social, é importante ressaltar aqui a convergência entre os estudos da Análise da Conversa e da Etnometodologia. Como o objetivo da Análise da Conversa é descobrir os procedimentos e as competências sociolinguísticas sublinhadas na produção e interpretação da fala em sequências organizadas de interação, pode-se dizer que esta se atrela à perspectiva etnometodológica, uma vez que parte de métodos empíricos para descrever a realização e a interpretação das ações dos indivíduos na fala-em-interação.

Esse interesse da ACE em descrever padrões recorrentes da interação social e do uso da linguagem é dividido com o interesse da Etnografia em descrever “padrões culturais como recursos de produção em atuação situada⁸⁸” (ERICKSON, 1988, p. 1093), isto é, em analisar como os diversos aspectos de práticas de fala se situam na sociedade em que eles ocorrem.

Por outro lado, a Etnometodologia e a Análise da Conversa se divergem quanto à natureza metodológica: a Análise da Conversa utiliza como metodologia a gravação de dados reais de fala-em-interação, enquanto na Etnometodologia, Garfinkel baseou sua metodologia em métodos experimentais de quebra de expectativa⁸⁹ (GARFINKEL, 1967).

⁸⁸ “(...) culture patterns as production resources in situated performance” (ERICKSON, 1988, p. 1093).

⁸⁹ Para um melhor entendimento sobre os métodos experimentais de quebra de expectativa, sugerimos a leitura de Garfinkel (1967).

Outro autor que contribui para os estudos em ACE é Peräkylä (1998). Ele aponta três fatores⁹⁰ que revelam a confiabilidade dos trabalhos em Análise da Conversa: (a) seleção do que é gravado – o pesquisador deve selecionar o que gravar (sala de aula, consulta médica, interrogatórios policiais), bem como deve decidir a quantidade de gravações, de modo que tenha um *corpus* bem amplo; (b) qualidade técnica das gravações – é importante ter uma boa qualidade de gravação para que o pesquisador não corra o risco de perder alguma coisa importante para análise; (c) adequação das transcrições – as transcrições devem corresponder fielmente ao que foi gravado.

Além disso, Peräkylä (1998) apresenta-nos algumas questões distintas de validação em Análise da Conversa: (i) validação pelo *próximo turno*; (ii) questões sobre o caráter institucional da interação; (iii) a generalização dos resultados da pesquisa.

No que se refere à validação pelo *próximo turno*, o autor aponta como procedimento fundamental de validade nas pesquisas em Análise da Conversa o entendimento mútuo entre os interagentes da ação executada em um turno para a produção do próximo turno, ou seja, o próximo turno é aquele em que os próximos falantes mostram os seus entendimentos sobre o que foi produzido no turno anterior.

Segundo Sacks (*apud* PERÄKYLÄ, 1998), a importância de se analisar a relação entre o turno anterior e o próximo turno, em caráter sequencial e adjacente, reside no fato de que é a partir do próximo turno que o analista pode validar a relação das ações do turno anterior com as ações do próximo turno como constituintes de uma sequência de pares adjacentes, ou seja, o analista só poderá validar uma sequência de pares adjacentes de cumprimento-cumprimento, por exemplo, se a segunda parte do par (SPP - próximo turno) de uma primeira parte do par (PPP) de um cumprimento for também um cumprimento.

Com relação à validação referente às pesquisas da Análise da Conversa institucional, o autor esboça dois critérios básicos citados por Schegloff (1987, 1991, 1992b *apud* PERÄKYLÄ, 1998) para a validade do caráter institucional: (i) a relevância da categorização, já que, em um dado contexto institucional, muitos aspectos podem ser avaliados para qualquer interação, ou melhor, as partes envolvidas em suas condutas selecionam categorias (sexo, idade, classe social, etc.), que são relevantes ou evocadas pelo contexto. Porém, Schegloff (1987, 1991, 1992b *apud* PERÄKYLÄ, 1998) enfatiza que se

⁹⁰ Com relação à utilização desses três fatores apontados por Peräkylä (1998) na nossa pesquisa, trataremos deles nos subitens 4.8, 4.9 e 4.10, deste capítulo.

deve ter cuidado com a noção de *relevância*, uma vez que o que pode ser tratado como relevante em um determinado contexto institucional pode levar a uma análise prematura, na qual a organização, realmente relacionada à conversa, pode não ser compreendida completamente; (ii) a consequencialidade procedimental do contexto - Schegloff (1991 *apud* PERÄKYLÄ, 1998) argumenta que não é o contexto em particular que orienta as ações dos participantes na interação, mas são aspectos específicos do contexto que desencadeiam consequências para aspectos específicos da interação, de forma que o objetivo “é fazer uma conexão direta entre o contexto e o que, efetivamente, se processa na conversa” (SCHEGLOFF, 1991 *apud* PERÄKYLÄ, 1998, p. 213).

Nesse sentido, ressaltamos que a Análise da Conversa valida o caráter institucional das interações, ao buscar aspectos centrais em um dado ambiente institucional como, por exemplo, em que medida as dimensões e o caráter institucional/autoritário do inspetor de polícia na DRCCM influenciam na interação.

Em contraposição às pesquisas da conversa cotidiana, cujos resultados são, em sua maioria, generalizáveis (embora possam ser bloqueados por limites linguísticos e culturais), dado que há estruturas intrínsecas a quase todas as línguas como a relação de adjacência, estudos de casos de interações em ambientes institucionais têm uma generalização muito restrita, uma vez que estudar um lugar em específico possibilita somente fazer conclusões nos ambientes em que há similaridades entre profissionais (PERÄKYLÄ, 1998).

No subitem seguinte, trataremos da Linguística Aplicada das Profissões.

4.5 LINGUÍSTICA APLICADA DAS PROFISSÕES

A Linguística Aplicada das Profissões é desenvolvida por Sarangi (2005)⁹¹, o qual propõe a interface entre o discurso profissional e a Linguística Aplicada como forma de estudar a prática de profissionais, durante a execução de tarefas destes ligadas ao contexto onde trabalham.

Segundo Sarangi (2005), a linguagem em uso é central para o estudo da Linguística Aplicada, pois, através dela, é possível descrever a conduta dos profissionais durante a

⁹¹Esse autor possui uma série de artigos na área da saúde, inseridos na Linguística Aplicada das Profissões: Sarangi (2001), Sarangi (2004), Sarangi (2006), Sarangi (2010), entre outros. Além dos artigos desse autor, existem outros, que se encontram no livro *Handbook of communication in organisations and professions*, editado por Candlin e Sarangi (2011). Tais trabalhos tratam de estudos relacionados às práticas de profissionais em vários contextos institucionais (consulta médica, sala de aula, interrogatório policial, tribunais de justiça, etc.).

execução de suas atividades laborais. De acordo com o autor, os linguistas aplicados e analistas do discurso têm o papel de (re)categorizar e de (re)interpretar o que profissionais categorizam, por meio do uso da linguagem, na sua prática profissional. Assim, o discurso profissional torna-se, para os linguistas aplicados e os analistas do discurso, tanto o objeto de estudo quanto o processo pelo qual eles estudam a prática profissional.

Por outro lado, a construção do conhecimento da prática profissional não é só construída pelos analistas ou linguistas, como também pelos membros que praticam as suas ações profissionais. Além disso, segundo o autor, o linguista aplicado considera o conhecimento do profissional em sua análise, realizando uma pesquisa colaborativa.

Na presente tese, ressaltamos que esta pesquisa se insere no panorama da Linguística Aplicada das Profissões (SARANGI, 2005; CANDLIN, SARANGI, 2011), ao estabelecermos relações entre o estudo da linguagem e um contexto profissional específico (a DRCCM), partindo da análise do discurso proferido por um inspetor de polícia durante a realização de sua prática profissional nos interrogatórios policiais de uma Delegacia da Mulher. A aplicabilidade deste estudo se deve ao fato de ser uma contribuição relevante para a atuação dos policiais civis no contexto policial. Entretanto, esta pesquisa não é de cunho colaborativo⁹², uma vez que não fizemos uso do conhecimento profissional do inspetor de polícia para a interpretação dos dados.

No próximo subitem, trataremos da nossa pesquisa de campo na DRCCM.

4.6 A DRCCM: NOSSO *LOCUS* DE PESQUISA E ENTRADA NO CAMPO

Nossa motivação para pesquisar o ambiente institucional da DRCCM aconteceu em virtude de enquadrar nosso *locus* de estudo em interações, nas quais houvesse o envolvimento de terceiras partes⁹³, a qual se presta a contribuir para a resolução de conflitos das outras partes.

⁹² Durante a geração dos dados, não conseguimos conversar informalmente ou entrevistar o inspetor de polícia para tomarmos conhecimento do que ele sabe sobre a prática policial na DRCCM. Isso não foi possível devido à imensa quantidade de crimes a serem investigados diariamente pelos policiais nessa Delegacia de Polícia.

⁹³ A decisão de pesquisarmos em ambientes onde atuasse uma terceira parte também se deve ao fato de esta pesquisa estar inserida no projeto de pesquisa do orientador Prof. Dr. Paulo Cortes Gago, que, em 2007 (ano em que foram gravados os interrogatórios), investigava “o contexto de intervenção de terceiras partes em situações de conflito em contextos parajudiciais e judiciais” (Projeto FAPEMIG, SHA- APQ2129). Com relação aos princípios éticos desta pesquisa, ressaltamos que esta pertence ao projeto “A apuração de crimes nos interrogatórios policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra”, aprovado pelo comitê de ética e pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (cf. parecer de aprovação do projeto no anexo B, p. 259).

Desse modo, decidimos gerar⁹⁴ nossos dados na DRCCM, porque, nesse ambiente, há a intervenção de um membro da instituição como terceira parte – inspetor de polícia – nos problemas criminais e familiares que chegam à Delegacia de Polícia.

Dentre uma gama de ambientes institucionais, nos quais esse perfil é encontrado, podemos citar como exemplos: ambientes de mediação, como o PROCON (GAGO, SILVEIRA, 2005; PINTO, WEISS, 2006), em que o mediador intervém nos conflitos entre reclamante e reclamado, a fim de resolvê-los; e os tribunais de justiça (DREW, 1984), em que há a intervenção de um juiz para tentar resolver os problemas familiares entre as partes em conflito (casos ligados à área de família) ou tentar desvendar algum crime, que, se comprovado, pode levar à condenação do réu.

Para justificarmos a nossa escolha de gerar dados no ambiente da DRCCM, expomos, como exemplo, um caso criminal, o qual se trata de abuso sexual sofrido por um menino de 4 anos, que foi obrigado a praticar sexo oral com o seu cunhado (suspeito). A denúncia desse crime foi feita pela mãe da vítima (responsável legal do menor), que procurou a polícia para apresentar sua versão dos fatos. Tomamos, inicialmente, conhecimento sobre esse possível delito através do BO, que o inspetor de polícia nos mostrou, quando visitamos, pela primeira vez, a Delegacia.

Esse fato marcado pelo sofrimento da mãe do menor ao ver o seu filho sendo abusado por uma pessoa com quem possui certo contato afetivo, já que o suspeito é casado com sua filha, chamou-nos a atenção e motivou-nos a iniciar a geração dos dados nessa instituição. Dessa forma, o que nos motivou a gravar os interrogatórios policiais nessa Delegacia foram os tipos de casos investigados: abuso sexual, maus tratos de menores, agressão verbal e física, etc.

Nossa primeira visita à Delegacia foi no dia 18 de abril de 2007, quando fomos apenas recebidas pela secretária da delegada, para quem expusemos o nosso objetivo de pesquisa nesse ambiente. A secretária consultou a delegada e, posteriormente, nos disse que esta não poderia nos atender naquele momento, porque estava muito atarefada e propôs, então, que voltássemos na semana seguinte, dia 25 de abril de 2007, às 10:00.

⁹⁴ Os dados foram gerados por Débora Marques (Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - Rio) e por Priscila Júlio Guedes Pinto. Em 2007, tanto Débora quanto Priscila estavam ingressadas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

No dia e horário agendados, retornamos à DRCCM e fomos, finalmente, atendidas pela delegada. Apresentamos a ela a nossa proposta de pesquisa, expondo que gostaríamos de analisar interações, nas quais se têm agressor (ou suspeito), vítima e representante legal da instituição, o qual interage com as duas partes para apuração dos fatos e desvendamento do crime.

No primeiro momento, a delegada não concordou com a nossa intenção de gravar os interrogatórios, deixando claro que seria totalmente ilegal se revelássemos imagens, nomes, endereços e outras informações das pessoas que participariam dos encontros. Argumentamos, porém, que, nas transcrições desses interrogatórios, substituiríamos os nomes, endereços etc. por nomes fictícios e por papéis institucionais, como suspeito e vítima, para conservar o anonimato das pessoas envolvidas.

Por sua vez, a delegada nos autorizou a gravar tais interrogatórios mediante a apresentação de uma declaração, assinada por nós e pelo coordenador do Programa de Pós-Graduação, expondo a nossa pretensão de não identificarmos os participantes presentes nos interrogatórios. Posteriormente, a delegada nos encaminhou para o inspetor de polícia, responsável pela condução dos interrogatórios.

Fomos muito bem recebidas pelo inspetor, que se mostrou paciente, atencioso e interessado em nosso trabalho. Ele também permitiu a gravação dos interrogatórios, desde que levássemos o documento exigido pela delegada, assinado e despachado por ela. O inspetor nos falou como funciona, superficialmente, a Delegacia e o que, geralmente, acontece nos interrogatórios. Gentilmente, ele nos mostrou ainda a agenda da semana com os interrogatórios marcados. Retornamos à Delegacia no dia seguinte e começamos a geração de dados, que se realizou no período de cinco meses.

No próximo subitem, descreveremos fisicamente o ambiente da DRCCM.

4.7 DESCRIÇÃO DO CONTEXTO DE PESQUISA: ESTRUTURA FÍSICA

A DRCCM funciona de segunda a sexta, nos horários de 08:30 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 e está situada no interior de uma construção de um pavimento, onde se localizam também vários outros tipos de Delegacias, como a Delegacia de Trânsito, etc.

Na entrada da DRCCM, há um quadro com a lei *Maria da Penha* fixada, e vários pôsteres com propagandas referentes aos diversos crimes, como: exploração sexual de menores e violência de mulheres.

A infraestrutura dessa instituição é muito precária e o espaço é pequeno: há um galpão na entrada, onde o público é atendido; um gabinete da delegada, onde encontramos apenas uma mesa com computador, telefone, três cadeiras e um pequeno sofá; duas salas, também muito pequenas, em uma delas, ficam os estagiários de direito e os policiais civis, que realizam o trabalho administrativo da Delegacia; e na outra, ficam o inspetor e mais duas policiais. Nessa última sala, com apenas um computador antigo, um telefone, três mesas com poucas cadeiras e vários outros pôsteres de propagandas fixados nas paredes, acontecem os encontros com as partes e o inspetor.

Sobre a mesa do inspetor, há várias pastas, nas quais se encontram os BOs despachados pela delegada, os registros das investigações em andamento e as cópias de relatórios que foram enviados ao judiciário ou que foram arquivados. Como a demanda de BOs para a Delegacia é muito grande, o inspetor opta por priorizar a investigação de crimes considerados mais graves: agressão física e abuso sexual, já que denúncia de crimes, como ameaça verbal, é, na maioria das vezes, cancelada pelas vítimas.

A descrição de alguns desses crimes veremos na subseção a seguir, na qual apresentaremos como ocorreu a geração dos nossos dados na DRCCM.

4.8 A GERAÇÃO DOS DADOS

Antes de relatarmos como ocorreu a geração de dados na DRCCM, gostaríamos de salientar que, tal como proposto por Mason (1998), o termo *coleta de dados* foi aqui substituído por *geração de dados*, uma vez que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa/interpretativa, refuta-se a ideia de que o pesquisador possa ser completamente neutro durante sua *geração de dados* no mundo social em análise. Essa substituição do termo *coleta* por *geração* é também sugerida por Garcez, Bulla e Loder (2014), para os quais:

“o que examinamos em nossas análises são registros que efetivamente geramos, desde a própria gravação, o que implica escolher um equipamento a ser disposto em algum lugar, um ângulo de diafragma que seleciona parte do campo visual disponível aos atores sociais no ali-e-então, um “operador” que ocupa lugar e participa, uma qualidade de áudio distinta daquela disponível aos atores sociais no ali-e-então. Além disso, nossos procedimentos envolvem grandes transformações dos registros gerados até chegarmos a um excerto de transcrição, que, em geral, é tudo o que o interlocutor de nossa produção acadêmica avista diretamente” (GARCEZ, BULLA, LODER, 2014, p. 262).

No que diz respeito à geração de nossos dados na DRCCM, destacamos que isso ocorreu nos períodos de abril a maio e de agosto a outubro de 2007⁹⁵. Gravamos um total de 10 (dez) interrogatórios policiais (IPs) em que havia, no mínimo, três partes presentes: o inspetor, a vítima e o suspeito. Para essa gravação, utilizamos o gravador disponível no aparelho de MP3, o que permitiu o armazenamento digital de nossos dados.

A fim de exemplificar, apresentamos abaixo o resumo de dois casos gerados na DRCCM: um interrogatório que gravamos tratava de um possível crime de lesão corporal, cometido pelo marido de uma mulher. A denúncia foi feita pela vítima, que procurou a polícia e deu abertura a um BO, o qual foi encaminhado à Delegacia, onde as partes foram intimadas pelo inspetor a comparecerem para apresentarem suas versões dos fatos. Nesse interrogatório, o suspeito nega tal acusação, e o inspetor, ao perceber que as partes têm problemas de conviverem juntas dentro da mesma casa, propôs a separação do casal e o encaminhamento do caso à vara de família.

Outro interrogatório que gravamos foi o caso de desaparecimento de uma menor de 16 anos. A denúncia foi feita pela mãe da menor (vítima), a qual relatou para a polícia militar que a filha foi levada de casa pelo suspeito (namorado da menor). No decorrer do interrogatório, o inspetor percebeu que não houve desaparecimento, já que a menor alegou ter saído de casa para viver com o suspeito por vontade própria. A interação se encerra com o inspetor aconselhando a menor a visitar os pais.

Com base nesses exemplos, podemos notar que a DRCCM não trata apenas de crimes relativos à agressão, física ou verbal, sofrida por mulheres, deparando-se também com casos ligados à área de família, que envolvem conflitos entre pessoas que mantêm relações afetivas entre si, conforme apresentamos, nesta subseção, o caso de desaparecimento da menor.

Por ser uma instituição policial, a DRCCM tem como foco apurar fatos para tentar buscar a verdade sobre o crime em investigação. Nesse ambiente, gravamos diversos casos que tratam de crimes de naturezas diferentes, o que sobrecarrega o serviço dos policiais e dificulta, por vezes, o andamento e a execução de inquéritos para outros tipos de crimes.

Apresentaremos, em apêndice (cf. apêndice G, p. 252), um quadro em que constam os resumos dos 10 (dez) interrogatórios gravados na DRCCM. Dentre esses (10) dez, detectamos as práticas de apurar crimes em 9 (nove) IPs, uma vez que o inspetor de polícia, nestes, investiga as acusações presentes no BO, enquanto, em um interrogatório – *IP IX: Agressão:*

⁹⁵ A geração de dados foi interrompida nos meses de junho e julho de 2007 em virtude da greve aderida pelos policiais civis que reivindicaram aumento de salários e melhores condições de trabalho.

casal separado com problemas para visitação dos filhos –, ele atua como negociador, tentando resolver o problema familiar que envolve a regulamentação de visitas dos filhos por pais separados. O levantamento das práticas de apurar crimes encontra-se no quadro presente no capítulo 5⁹⁶.

Ressaltamos ainda que, dentre os 9 (nove) interrogatórios, em 4 (quatro) IPs, o policial começa a apurar os crimes e, em seguida, começa a negociar com as partes, na tentativa de resolver os seus problemas familiares. Nos outros 5 (cinco) IPs, o inspetor apenas apura os crimes na fase do interrogatório em si. No quadro abaixo, há os IPs, em que o policial desempenha as tarefas de investigar crimes e de negociar com as partes:

Apuração do crime	Apuração do crime/ negociação	Negociação
IP I: Assédio sexual de menor.	IP V: Agressão verbal contra companheira e enteada.	IP IX: Agressão: casal separado com problemas para visitação dos filhos.
IP II: Estupro de menor de 12 anos.	IP VII: Agressão física do marido contra esposa.	
IP III: Tentativa de estupro de menor.	IP VIII: Desaparecimento de menor.	
IP IV: Agressão física de ex-marido contra ex-mulher.	IP X: Agressão física incitada por dívida entre irmãos.	
IP VI: Denúncia de maus tratos de menores.		

Quadro 03: Relação dos IPs, em que o inspetor de polícia apura os crimes e negocia com as partes.

Apesar de detectarmos as práticas de apurar crimes em 9 (nove) interrogatórios (cf. quadro 04, p.151), analisaremos fragmentos de fala extraídos de apenas 5 (cinco) IPs (cf. transcrições a partir do anexo C, p. 261), pelo fato de, nestes, elas serem utilizadas com mais recorrência pelo policial. Alguns dados de base etnográfica desses 5 (cinco) IPs estão disponíveis em apêndice (cf. a partir do apêndice B, p.242).

⁹⁶ É relevante destacar que dividiremos o capítulo 5 em subseções, tomando como base as práticas de apurar crimes presentes nos interrogatórios.

Com relação às informações de base etnográfica que anotamos durante as gravações dos interrogatórios, apontaremos, na próxima subseção, a organização das notas de campo, que nos auxiliaram na nossa análise de dados.

4.9 GERAÇÃO DOS DADOS: NOTAS DE CAMPO

Por utilizarmos uma metodologia ancorada também em estudos de base etnográfica, realizamos, durante a geração de dados, notas de campo com o intuito de registrar impressões não captáveis pelo gravador, tais como apresentação de documentos.

Para padronizar nossas anotações de campo, criamos um modelo de preenchimento (cf. apêndice A, p. 241) que conseguisse coletar o máximo de informações adicionais possível para nos auxiliar na análise de dados.

Para tanto, deixamos campos reservados para a data, para os participantes presentes nos interrogatórios, para a descrição do espaço físico da sala onde acontecem esses eventos e para os comentários gerais que pensávamos serem pertinentes para a nossa pesquisa.

Quanto às transcrições dos interrogatórios, apresentaremos, na próxima subseção, como nós a realizamos.

4.10 TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

Para a realização das transcrições dos interrogatórios, utilizamos as convenções do sistema adotado por Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]) (cf. anexo A, p.258).

Nas transcrições, mantemos as interações que o inspetor realizava também com os funcionários da Delegacia, durante as seções de interrogatório.

Com relação à utilização dos nomes dos atores sociais, optamos por utilizar as identidades sociais dos participantes por três motivos: (i) combinamos previamente com a delegada que assim faríamos, em virtude de havermos gerado nossos dados em um ambiente institucional especialmente *delicado* (cf. subseção 4.6, deste capítulo); (ii) pensamos que, mesmo havendo outras identidades *possíveis* de emergirem ao longo da interação, há identidades maiores – inspetor; vítima e suspeito – para as quais os participantes se engajam na maior parte do tempo

durante os interrogatórios policiais gerados e analisados⁹⁷; e (iii) observamos que alguns trabalhos que tratam de pesquisas em ambientes legais (ANDRADE, OSTERMANN, 2007; DREW, 1984; OSTERMANN, 2002) utilizam também as identidades institucionais.

Com relação a esse respeito, Garcez (2002) aponta que:

não me parece desejável utilizar categorias de identidade social para a identificação dos participantes, pois, segundo Schegloff, Firth, Wagner e outros analistas da conversa, me parece que essas identificações serão equivocadas na maior parte do tempo, não apenas por nos cegarem para outras possibilidades, mas também porque as identidades relevantes são muitas vezes simultaneamente múltiplas, às vezes deliberadamente ambíguas em sua simultaneidade, além de cambiantes no fluxo da interação, o que torna difícil acreditar que uma única identificação possa ser correta em qualquer extensão de transcrição (GARCEZ, 2002, p. 91-92).

Segundo esse autor, os trabalhos em ACE, que envolvem participantes com identidades institucionais, não deveriam ser categorizados como tais, uma vez que isso poderia atrapalhar o analista em sua percepção de outras identidades possivelmente emergentes.

Em contrapartida, para o tipo de análise institucional que nos propomos a fazer, embora possa haver outras identidades possíveis, as de inspetor, de vítima e de suspeito *são sustentadas*, majoritariamente, pelas participações/falas desses atores sociais nas atividades institucionais em que estão engajados.

Além disso, para justificar a utilização de identidades sociais e não a de nomes próprios, consideramos um argumento apontado por Oliveira (2006, p. 99):

(...) os títulos de nossas transcrições são compostos por categorias identitárias, do tipo “conversa telefônica entre mãe e filho”. Não queremos, com isso, restringir as outras possibilidades de identificação dos participantes, mas apontar uma característica proeminente dos atores na cena social em curso. Isso, de certa forma, revela um pouco do envolvimento do pesquisador com os dados da pesquisa, uma vez que somos nós quem elegemos tais características como merecedoras do título da transcrição, mas procuramos, também, apesar disso, destacar um aspecto identitário que “ligasse” as duas partes e/ou que criasse uma relação entre eles em torno dos tópicos abordados nas conversas.

De forma semelhante, optamos pela utilização – não apenas nos títulos, tal como Oliveira (2006), mas na transcrição como um todo – das identidades sociais ligadas à tarefa

⁹⁷ Embora alguns *suspeitos*, por exemplo, não agissem, em todos os momentos da interação como tais, privilegiamos categorizar com essa identidade institucional por levarmos em consideração o caráter *marcado* que os participantes têm dentro do ambiente institucional e legal da DRCCM.

institucional, por acreditarmos que essas identidades apontam para uma característica extremamente relevante e recorrentemente utilizada no evento analisado.

É relevante destacar que, mesmo valendo-nos do uso de identidades institucionais para categorizar os participantes envolvidos nos interrogatórios policiais gravados, nos momentos em que houve, durante as interações, chamamentos por meio de nomes próprios e a autoidentificação do inspetor, utilizamos nomes fictícios: “dona **vilma**, meu nome é **roberto**, viu, inspetor aqui da delegacia, dona **vilma**, um documento do senhor, um documento da senhora.” (IP VII, 2007, 02: 01-03).

Além disso, nas nossas transcrições, especificamos as siglas ditas pelo inspetor, como BO (boletim de ocorrência), PM (polícia militar), OAB (Ordem dos Advogados no Brasil) para facilitar o entendimento do leitor e procuramos acrescentar as informações que anotamos durante a geração de dados, como os momentos em que o inspetor sai e retorna à sala de interrogatório, os momentos em que ele solicita a documentação das partes e em que ele anota informações sobre a investigação para a produção do relatório, etc., para que o nosso leitor possa melhor compreender o que se processa nas interações dos interrogatórios.

Com relação à segmentação desse material transcrito para análise, explicaremos na subseção seguinte.

4.11 A SEGMENTAÇÃO DOS DADOS

Em virtude de a ACE trabalhar com ações construídas turno-a-turno, optamos por recortar nossos dados em termos de ações realizadas pelos participantes.

Como estamos focando nas práticas de apurar crimes, utilizadas pelo inspetor de polícia nos IPs, nosso recorte obedece à apresentação de ações, imediatamente, anteriores e posteriores a essas práticas, a fim de que nosso leitor possa entender, numa perspectiva sequencial, como se processou a realização dessas práticas nas interações da DRCCM.

Para ilustrar nossa segmentação, apresentaremos abaixo um excerto utilizado no capítulo de análise de dados deste trabalho:

Excerto 17: [IPVI, 2007, 307-308:423-477]

0423 Inspetor puxa a cadeira, pode puxar ô:: ô menina, pega a
0424 cadeira lá, eu tenho que fazer uma pergunta pra
0425 vocês, eu não quero o mal do pai de vocês↑ eu não
0426 quero o mal da mãe de vocês, mas >a gente< tem
0427 que saber né? então me fala uma coisa.
0428 (2.0)
0429 Inspetor vocês gostam do pai de vocês e da mãe de vocês, é
→ 0430 claro que gostam, °né°? eles batem em vocês. eu
0431 tenho que saber↓=
0432 Vítima I =não.=
→ 0433 Inspetor =não ba[tem.]
0434 Vítima I [não,] só um tapinha à to::a,=
→ 0435 Inspetor =um tapinha à toa.=
0436 Vítima I =é.
→ 0437 Inspetor mas não dói.=
0438 Vítima I =não dói.
→ 0439 Inspetor não dói, né?
0440 (1.7)
0441 Inspetor né botafogo? .hhh.((dirige-se à vítima III))
0442 (0,1)
→ 0443 Inspetor então me fala uma coisa, e::: como é que é o co-
→ 0444 como é que é a comida lá na casa de vocês, é
→ 0445 boa?=
0446 Vítima I =é:[::]
0447 Inspetor [tem que ser né,] cê que faz né.=
0448 Vítima I =é:: hhh=
→ 0449 Inspetor =e o que que teve lá hoje? de almoço↓
0450 Vítima I de almoço?=
0451 Inspetor =é.=
0452 Vítima I =arroz, feijão::, angu.=
0453 Inspetor =com angu.=
0454 Vítima I =carne.=
→ 0455 Inspetor =tem carne lá, macarrão? sobrou pra eu- pra eu
→ 0456 poder ir lá, não?=
0457 Vítima I =carne?=
→ 0458 Inspetor =sobrou alguma coisa pra eu poder ir lá, não?=
0459 Vítima I ãhãm? .hhh. sobrou↓=
→ 0460 Inspetor =sobrou? então já era, deixa eu te falar, e::cês
→ 0461 têm passado mal e-pra ir a- quando vocês passam
→ 0462 mal seu pai leva no médico, direitinho ou não,
→ 0463 num leva?
0464 Vítima I ah, minha mãe faz [chá mate]
→ 0465 Inspetor [faz chá,] hã,
0466 Vítima I ela dá remédio↓=
→ 0467 Inspetor =e dá pra vocês.=
0468 Vítima I =dá.
0469 Inspetor °entendi°, é isso mesmo, né? chama seu pai lá pra
0470 mim e a sua mãe, ((inspetor pede que vítima I
0471 chame seus pais))
0472 (0,4)

Consoante ao que propusemos nesta subseção, priorizamos apresentar ações imediatamente anteriores e posteriores à atividade de apurar crime neste fragmento de fala, extraído do IP VI: *Denúncia de maus tratos de menores*. Anteriormente à prática de apurar, iniciada na linha 430, o inspetor realiza uma série de ações, como: (i) pede às vítimas-crianças para sentarem mais próximo dele (“puxa a cadeira, pode puxar ô:: ô menina, pega a cadeira lá,” – linhas 423-424); (ii) formula o que ele fará naquele momento do interrogatório (“eu tenho que fazer uma pergunta pra vocês,” – linhas 424-425); (iii) explica às vítimas que o que ele irá fazer não prejudicará os pais deles (“eu não quero o mal do pai de vocês† eu não quero o mal da mãe de vocês,” – linhas 425-426), bem como explica-lhes o motivo de interrogá-las (“mas >a gente< tem que saber né?” –linhas 426-427); (iv) pré-anuncia o que vai fazer (“então me fala uma coisa.” – linha 427); (v) apresenta a afirmação (“vocês gostam do pai de vocês e da mãe de vocês,” – linha 429) ; e (vi) solicita-lhes uma confirmação do que foi exposto na UCT anterior (“é claro que gostam, °né°?” – linhas 429-430).

Posteriormente a essas várias ações, o policial começa a investigar se os menores são agredidos pelos responsáveis na linha 430 (“eles batem em vocês.”). A apuração do crime se estende por quase todo o segmento de fala (da linha 430 até a linha 469), no qual o policial faz diversas perguntas⁹⁸ à vítima I, a fim de saber se ela e os irmãos são maltratados pelos pais. Tal atividade de apurar crime é encerrada no turno das linhas 469-472 com a produção das UCTs “°entendi°,” (linha 469) e “é isso mesmo, né?” (linha 469) pelo inspetor de polícia. Após as ações relacionadas ao processo de investigação, o policial faz um pedido à vítima I (“chama seu pai lá pra mim e a sua mãe,” – linhas 469-471).

Conforme podemos observar, nesse excerto, apresentamos ações que circundam o nosso foco de estudo: as práticas de apurar crimes, mostrando ações que são executadas antes dessas práticas (“puxa a cadeira, pode puxar ô:: ô menina, pega a cadeira lá, eu tenho que fazer uma pergunta pra vocês, eu não quero o mal do pai de vocês† eu não quero o mal da mãe de vocês, mas >a gente< tem que saber né? então me fala uma coisa.” – linhas 423-427; “vocês gostam do pai de vocês e da mãe de vocês, é claro que gostam, °né°?” – linhas 429-430) e ações que surgem

⁹⁸ Uma análise turno- a- turno desse excerto encontra-se na subseção 5.8 do capítulo de análise dos dados. Nessa subseção, veremos detalhadamente os tipos de perguntas, as suas funções e as respostas fornecidas pela vítima I às questões feitas pelo policial.

posteriormente ao desempenho dessas práticas pelo policial (“chama seu pai lá pra mim e a sua mãe, ((inspetor pede que vítima I chame seus pais))” – linhas 469-471).

Destacamos ainda que tais práticas serão analisadas na terceira fase dos interrogatórios policiais, denominada por Marques (2009), como o interrogatório em si. Não pretendemos descrever outras práticas utilizadas pelo inspetor durante a realização de outras tarefas nessa fase.

A partir dessa breve demonstração de como segmentamos os nossos dados, esperamos ter esclarecido ao leitor como recortamos os outros fragmentos de fala, os quais serão analisados no próximo capítulo.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme expusemos na introdução da tese, a tarefa de investigar crimes pelo inspetor de polícia nos interrogatórios policiais é de suma importância para a constituição do inquérito policial, dado que todas as informações coletadas são registradas em um relatório que compõe a ação penal a ser enviada ao judiciário.

Devido à relevância de tal tarefa na DRCCM, propomos, neste capítulo, mapear e analisar as práticas de apurar crimes utilizadas pelo policial durante as seções dos interrogatórios policiais.

Como ferramenta para a realização da análise dos dados, utilizaremos recursos oriundos da ACE no que se refere ao estudo sequencial da fala.

O mapeamento de tais práticas de apurar crimes foi realizado na terceira fase dos interrogatórios policiais – fase em que o policial⁹⁹, sobretudo, interroga vítima e suspeito na tentativa de buscar a verdade dos fatos (cf. subseção 3.8, p. 127).

Antes de partirmos para a análise dos fragmentos de fala em que encontramos o desempenho dessas práticas pelo policial, propomo-nos, no quadro abaixo, a quantificá-las para que nosso leitor possa melhor visualizar a recorrência delas nos nossos dados e observar quais práticas são usadas em cada IP:

⁹⁹ Conforme já mencionamos anteriormente, além de apurar crimes, o policial desempenha outras tarefas em alguns IPs: avalia a situação em conflito e a conduta das partes, explica-lhes seus direitos quanto aos bens materiais que possuem, negocia com elas, etc.

INTERROGATÓRIOS POLICIAIS →	IP I	IP II	IP III	IP IV	IP V	IP VI	IP VII	IP VIII	IP X	OCORRÊNCIAS NOS IPs ↓
PRÁTICAS DE APURAR CRIMES ↓										
5.1 Buscando relato livre dos participantes sobre o crime	1	6	3		3	2	1	3	3	22
5.2 Buscando informações sobre o crime por meio de apresentação de evidências		5		1			1			7
5.3 Buscando evidências de provas	2		6				2	3		13
5.4 Buscando informações relacionadas indiretamente com o crime	6	1						4		11
5.5 Estabelecendo relação de confiança para buscar informações sobre o crime	1									1
5.6 Solicitando ponto de vista dos participantes a respeito do crime	2									2
5.7 Solicitando explicações dos participantes sobre circunstâncias relacionadas ao crime	3		1	1				2		7
5.8 Buscando informações sobre o crime a partir do conteúdo no boletim de ocorrência	1					7	2			10

Quadro 04: Ocorrências das práticas de apurar crimes nos interrogatórios policiais da DRCCM.

Com base no quadro acima, observamos que a prática mais recorrente é aquela em que o inspetor de polícia busca o relato livre dos participantes sobre o crime (22 ocorrências),

detectada em 8 (oito) IPs. Dentre esses 8 (oito), o policial utiliza mais essa prática no IP II (6 ocorrências).

Outra prática usada com frequência pelo policial foi aquela em que há a busca de evidência de prova (13 ocorrências). Apesar da recorrência dessa última prática nos nossos dados, observa-se que ela ocorre em apenas 4 (quatro) IPs (IPs I, III, VII e VIII), sendo mais utilizada no IP III (6 ocorrências).

Embora a prática que consiste na busca de informações relacionadas indiretamente com o crime seja também muito usada pelo inspetor de polícia, havendo 11 (onze) ocorrências, ela foi utilizada em apenas três IPs (I, II e VIII), sendo mais recorrente no IP I (6 ocorrências). Foram encontradas 10 (dez) ocorrências da prática (também utilizada em apenas três IPs) em que o policial busca informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO. Dentre os 3 (três) IPs, ela foi mais usada no IP VI (7 ocorrências).

Além dessas, localizamos, nos interrogatórios, outras práticas: aquela em que o inspetor busca informações sobre o crime por meio de apresentação de evidências (7 ocorrências), sendo mais recorrente no IP II (5 ocorrências); aquela em que ele estabelece uma relação de confiança para buscar informações sobre o crime (1 ocorrência); aquela em que ele solicita o ponto de vista dos participantes a respeito do crime (2 ocorrências); e aquela em que ele solicita explicações dos participantes sobre circunstâncias relacionadas ao crime (7 ocorrências), sendo mais recorrente no IP I (3 ocorrências).

A fim de mostrarmos a variabilidade dessas práticas nos IPs, estudaremos, neste capítulo, as 8 (oito) práticas de apurar crimes, partindo de alguns exemplos¹⁰⁰ de cada uma encontrada nos IPs.

¹⁰⁰ Com relação à seleção dos exemplos a serem analisados, destacamos que analisaremos apenas o único exemplo das práticas que encontramos apenas um exemplo (cf. quadro 04); porém, no caso das práticas em que tivermos mais de um excerto, iremos analisar segmentos de fala pertencentes ao IP, onde as práticas são mais recorrentes. Pontuamos ainda que, em cada exemplo, utilizamos o recurso das setas para destacar as ações que implementam cada prática desempenhada pelo policial.

5.1 BUSCANDO RELATO LIVRE DOS PARTICIPANTES SOBRE O CRIME¹⁰¹

O inspetor de polícia tenta obter informações da vítima e do suspeito (ou da testemunha, da mãe da vítima, dos advogados em alguns interrogatórios) sobre os possíveis delitos por meio de perguntas que permitam aos interrogados apresentarem seus relatos livremente, ou seja, ele dá abertura para que eles digam o que sabem sobre os possíveis crimes.

Para os participantes (vítima, suspeito, testemunha, etc.) apresentarem sua versão do ocorrido, o policial utiliza perguntas abertas, como (i) as diretas, introduzidas pelo elemento QU- (KOSHIK, 2007); e (ii) as indiretas, iniciadas por expressões “quero saber de você”, seguidas do elemento QU-.

Além dessas, o inspetor faz uso de perguntas sim/não¹⁰² (RAYMOND, 2003, 2009), as quais servem para que o policial confirme informações sobre os possíveis crimes. Em contraposição, encontramos nos IPs perguntas desse tipo que, além de projetarem respostas conformativas sim/não, seguindo as restrições incorporadas na forma gramatical, elas são usadas para possibilitar aos interrogados apresentarem respostas adicionais à resposta “sim”, de modo que estes relatem fatos do delito.

Nesse sentido, pergunta fechada do tipo sim/não que, em um primeiro momento, poderia receber apenas respostas restritas (sim/não), pode receber respostas mais extensas, compostas por narrativas, o que é típico de perguntas abertas. A função das perguntas sim/não associa-se à própria finalidade do interrogatório policial de coletar informações que possam comprovar o cometimento dos delitos pelos suspeitos para a composição da ação penal a ser encaminhada ao judiciário.

Em alguns momentos da interação, perguntas do tipo sim/não e perguntas QU- podem também ser caracterizadas como perguntas em cascata (*cascades question*), quando têm relação temática entre si e ocorrem em série dentro de um mesmo turno (CLAYMAN, HERITAGE, 2002).

¹⁰¹ Optamos por utilizar essa terminologia, em vez de “buscando a confissão do crime”, porque o termo “confissão” se adequa para buscar a verdade dos fatos com o suspeito, dado que este é o possível autor do crime, podendo revelar à polícia o cometimento de tal infração. Já para buscar a verdade com a vítima, esse termo não seria apropriado, pois a vítima é a parte que sofreu o crime, cabendo a ela apenas apontar fatos que indicam a ocorrência do delito pelo suspeito, e não admitir um crime que não cometeu.

¹⁰² Conforme expusemos no subitem 2.3.1, do capítulo teórico, não exploraremos, nos nossos dados, as formas das perguntas sim/não – interrogativas sim/não e declarativas sim/não – apontadas por Raymond (2009), uma vez que essa distinção não contempla nossos dados em português.

Durante a realização dessa prática de apurar crimes pelo policial, há momentos em que ele atua como animador¹⁰³ da vítima ou do suspeito, reproduzindo o que não foi dito verbalmente no turno anterior pela vítima, ou reformulando a posição assumida pelo suspeito sobre o crime. Entretanto, a responsabilidade do que é dito pelo policial é atribuída às partes.

Nos fragmentos de fala em que o policial desempenha tal prática, há repetições da resposta dos suspeitos para levar os acusados a se comprometerem com o que foi dito por eles anteriormente ou para encerrar sequências. A utilização das repetições, nos dados da DRCCM, coaduna-se com o que é afirmado por Marques (2008) e Stokoe e Edwards (2009), os quais pontuam que policiais, após sequências de pergunta e resposta, repetem o que o acusado apresentou como resposta para que este se comprometa com o conteúdo delas (MARQUES, 2008), para que o suspeito confirme o que foi dito por ele antes e para o encerramento da sequência (STOKOE, EDWARDS, 2009).

Analisaremos, nesta subseção, um segmento de fala, extraído do IP II, em que essa prática é utilizada com frequência pelo policial (6 ocorrências) (cf. quadro 04, p. 151). Optamos por analisar também esse fragmento de fala pelo fato de o investigador interrogar todas as partes presentes no evento (vítima, mãe desta e suspeitos) e utilizar as perguntas descritas neste subitem.

O trecho de fala a ser analisado foi extraído do IP II, denominado *Estupro de menor de 12 anos*, em que suspeitos I e II (primos) são acusados de cometer um possível abuso sexual contra uma menor de idade, a qual foi obrigada a praticar sexo anal e utilizar objetos eróticos durante as relações sexuais. Apesar de a vítima e sua mãe confirmarem tal prática de abuso, os suspeitos negam sua realização. O exemplo abaixo ocorre após a apresentação do boletim de ocorrência (BO) às partes:

¹⁰³ Goffman (1998 [1979]) decompôs os papéis de falante em categorias mais específicas, ou mais especificamente no que ele chama de *formato de produção*: o *animador* é a caixa sonora de emissão dos enunciados; o *autor* é o que compõe as palavras; e o *responsável* é o que se responsabiliza pelas palavras e “está comprometido com o que as palavras expressam” (GOFFMAN, 1998 [1979], p. 87). Um estudo mais aprofundado desses papéis encontra-se em Goffman (1998 [1979]).

Excerto 07: [IPII, 2007, 270-271:47-100]

0047 (0.2)
0048 Inspetor aí nós é:: em força disso remetemos a menor pra
0049 fazer exames, temos aqui um laudo é:: sob a lavra
0050 do::- juliano, joão ((entrega os laudos)) sob a
0051 lavra do doutor fábio lourenço, ginecologista
0052 obstetra que efetivamente houve a ruptura
0053 himenial. tem aqui alguns documentos de orkurt.=
0054 (0.2)
0055 Inspetor = e por fim a gente vai conversar sobre isso pra
0056 apurar isso aí, a senhora que noticiou isso pra
→ 0057 nós, a senhora tem mais alguma coisa pra nós além
→ 0058 disso aqui? é isso mesmo? a sua filha se
0059 relacionou, e é isso mesmo?
0060 Mãe isso.
→ 0061 Inspetor e você, moça, quer falar alguma coisa?=
0062 ((a vítima sinaliza negativamente com a cabeça))
0063 Inspetor =não. é isso mesmo? então o seu nome é::=
0064 Suspeito I = juliano.
→ 0065 Inspetor juliano, juliano quero saber de você onde entra a
→ 0066 sua participação nesta história.
0067 Suspeito I eu num tenho participação nenhuma não, eu nem
0068 nunca fiz nada com ela.
0069 Inspetor não.
0070 Suspeito I eu também nossa senhora tá doido, eu num ia me
0071 meter com criança não.
0072 Inspetor não. você conhece esta moça?
0073 Suspeito I eu conheço ela.
0074 Inspetor da onde?
0075 Suspeito I ela mora perto do quartel.=
0076 Inspetor =do quartel.=
0077 Suspeito I =a gente tinha um depósito perto da casa dela lá.
→ 0078 Inspetor tá, você nega qualquer coisa.
0079 Suspeito I qualquer coisa, eu nunca fiz nada com ela.
→ 0080 Inspetor tá, e você?
0081 Suspeito II eu também não.
→ 0082 Inspetor você nega.
0083 ((o suspeito II sinaliza afirmativamente com a
0084 cabeça))
0085 Suspeito II vou te contar uma coisa, eu tenho uma mulher que
0086 tem trinta e um anos ()
→ 0087 Inspetor entendi. você também não?
0088 (0.2)
0089 Inspetor nós aqui antes mesmo de:: (0.2) antes mesmo da
0090 gente poder chamá-los aqui a gente faz uma
0091 °apuração° primeira pra ver se existe
0092 possibilidade das pessoas que são aqui suspeitas
0093 de alguma coisa, né?=
0094 (0.2)
0095 Inspetor =serem efetivamente quem fez, quem praticou o ato
0096 ou não, então a gente tem essa qualidade aqui,
0097 então nós procuramos saber e fomos inclusivamente
0098 saber do síndico do prédio onde você mora, o
0099 senhor (), é isso mesmo? ou eu tô enganado?
0100 Suspeito I não.

Posteriormente à explicação do inspetor aos participantes da conversa no IP (vítima, mãe, suspeitos I e II) sobre os procedimentos tomados pela polícia após o recebimento da notícia crime (“aí nós é:: em força disso remetemos a menor pra fazer exames,” – linhas 48-49), sobre a apresentação das provas que comprovam o crime (“temos aqui um laudo é:: sob a lavra do::- juliano, joão ((entrega os laudos)) sob a lavra do doutor Fábio Lourenço, ginecologista obstetra” – linhas 49-52 e “tem aqui alguns documentos de orkurt.” – linha 53), sobre a reformulação do conteúdo do laudo expedido pelo médico (“que efetivamente houve a ruptura himenial.” – linhas 52-53), e sobre a explicação do que o policial e as partes irão fazer na DRCCM (“e por fim a gente vai conversar sobre isso pra apurar isso aí,” – linhas 55-56), o investigador dirige-se à mãe da vítima com a produção da UCT (“a senhora que noticiou isso pra nós,” – linhas 56-57), na qual a mãe é colocada no papel de noticiadora do crime, já que ela registrou o BO contra os suspeitos quando soube do ocorrido.

Dentro do turno das linhas 55-59, há uma série de perguntas em cascata (*cascades question*) (CLAYMAN, HERITAGE, 2002) feitas pelo inspetor de polícia à responsável legal da vítima: “a senhora tem mais alguma coisa pra nós além disso aqui?” (linhas 57-58), “é isso mesmo?” (linha 58) e “e é isso mesmo?” (linha 59). Tais perguntas possibilitam, respectivamente, à mãe da menor expor mais informações sobre o possível delito e confirmar a acusação constante no BO.

Embora, dentro do turno das linhas 55-59, o policial faça uma pergunta sim/não (“a senhora tem mais alguma coisa pra nós além disso aqui?” – linhas 57-58), que restringe as possibilidades de resposta no próximo turno, projetando resposta conformativa sim/não, essa questão pode permitir à mãe apresentar alguma informação adicional ao conteúdo do BO¹⁰⁴. Se a mãe apresentar a resposta “sim”, por exemplo, ela pode relatar mais fatos sobre o ocorrido, pois as expressões “mais alguma coisa” e “além disso aqui”, que formam a questão, dão-lhe abertura para isso. Em contraposição, se ela apresentar a resposta “não”, mais informações sobre o delito não serão fornecidas, sendo o turno formado apenas pelo item lexical de negação (“não”). Pelo fato de a pergunta “a senhora tem mais alguma coisa pra nós além disso aqui?” (linhas 57-58) possibilitar à senhora relatar mais fatos

¹⁰⁴ Na pergunta em análise, o policial faz referência ao crime descrito no BO, ao utilizar o pronome demonstrativo anafórico “isso”, que remete ao caso de estupro. Destacamos ainda que, apesar de essa pergunta ter relação com o fato criminal no BO, ela possibilita à mãe da vítima expor mais informações sobre o delito, mas não tem a função de solicitar confirmação dos fatos neste documento, tal como ocorre na prática *buscando informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO* (cf. subitem, 5.8, deste capítulo).

após à resposta “sim”, notamos que, por meio desta, o policial começa a desempenhar, nesse fragmento de fala, a prática *buscando relato livre dos participantes sobre o crime*.

Após essa questão, a mãe da vítima não toma o turno, permanecendo o próprio inspetor com o piso conversacional, fazendo a pergunta sim/não (“é isso mesmo?” – linha 58), composta pelo pronome demonstrativo anafórico “isso”, que se refere ao conteúdo do BO, para confirmar com a mãe o que consta nesse documento. Novamente, a senhora não toma o turno, e o policial continua com este, reformulando parte do conteúdo do BO¹⁰⁵ (“a sua filha se relacionou” – linhas 58-59). Em seguida, o inspetor faz a pergunta sim/não à mãe da vítima (“e é isso mesmo?” – linha 59), requerendo, mais uma vez, a confirmação da senhora do fato criminal registrado no documento. Através das perguntas “é isso mesmo?” (linha 58) e “e é isso mesmo?” (linha 59), o investigador realiza outra prática de apurar crime, da qual trataremos no subitem 5.8, deste capítulo.

Dentre essas perguntas em cascata (*cascades question*) feitas pelo inspetor no turno das linhas 55-59, a mãe da menor responde apenas à questão “e é isso mesmo?” (linha 59), que aparece por último no turno. Como resposta, ela produz a UCT lexical “isso.” (linha 60), que confirma a fala reformulada pelo policial da informação presente no BO (“a sua filha se relacionou,” – linhas 58-59).

Na linha 61, ele direciona sua fala para a vítima, proferindo outra pergunta sim/não: “e você, moça, quer falar alguma coisa?=". Embora essa questão projete resposta do tipo sim/não, ela pode possibilitar à vítima apresentar informações além da resposta “sim”, pois a expressão “quer falar alguma coisa?=" dá margem para que ela, caso queira, continue com o turno e exponha relatos sobre o crime.

Na linha 62, a vítima não se manifesta verbalmente sobre o caso, apresentando uma resposta com o movimento corporal “((a vítima sinaliza negativamente com a cabeça))” (linha 62), que está em conformidade com o tipo de resposta projetado pela pergunta.

O inspetor, na linha 63, reproduz verbalmente a resposta da vítima à pergunta da linha 61 “=não.”, atuando como animador da menor, sendo a caixa sonora da resposta não verbal fornecida pela vítima no turno anterior. Como a menor não apresentou um “sim” como resposta à pergunta “e você, moça, quer falar alguma coisa?=" (linha 61), não houve o relato do estupro por ela.

¹⁰⁵ Sugerimos a leitura do início da transcrição do IP D (cf. anexo 4, p. 269) para acesso ao conteúdo do BO.

Em seguida, dentro do turno da linha 63, o inspetor faz a pergunta sim/não (“é isso mesmo?”) à vítima, solicitando uma confirmação desta com relação ao ato criminal. Embora a vítima pudesse ter tomado o turno depois dessa pergunta, dado que houve um lugar relevante para a transição, sinalizado pela finalização prosódica, sintática e pragmática¹⁰⁶ da pergunta, o inspetor continua com o piso conversacional, mudando a pessoa a ser endereçada “então o seu nome é::=”.

Depois da identificação do suspeito I, na linha 64, o policial começa a apurar o crime com os suspeitos. Primeiramente, ele interroga o suspeito I, fazendo-lhe o seguinte questionamento: “juliano, juliano quero saber de você onde entra a sua participação nesta história.” (linhas 65-66). Essa pergunta caracteriza-se como uma pergunta QU- indireta, composta pela expressão “quero saber de você”, antes do elemento “onde”, e apresenta, no seu conteúdo proposicional, o envolvimento do suspeito com o possível crime “sua participação nesta história.” (linha 66). Nessa pergunta, o inspetor de polícia apresenta o seu ponto de vista com relação à prática de estupro pelo suspeito I, assumindo a posição epistêmica (HERITAGE, 2013) de ter conhecimento quanto ao envolvimento deste com o caso.

Além de o policial demonstrar tal conhecimento para o suspeito I, o inspetor, por meio da parte QU- da pergunta “onde entra a sua participação nesta história.” (linhas 65-66), dá abertura para que o acusado exponha seu relato dos fatos livremente, ou seja, ele requer que o suspeito apresente informações que relacionem a participação deste com o crime.

Na posição de SPP à pergunta, o suspeito I nega ter abusado sexualmente da menor, proferindo duas UCTs: “eu num tenho participação nenhuma não,” (linha 67) e “eu nem nunca fiz nada com ela.” (linhas 67-68). A primeira apresenta mais de um elemento de negação (“num”, “não,”) e é composta pelo vocábulo “participação” repetido da pergunta. A segunda é constituída pelo advérbio “nunca”, que dá um caráter extremo (formulação extrema¹⁰⁷) à posição de negação assumida pelo suspeito com relação ao estupro, ou seja, esse advérbio reforça a posição do acusado de não ter cometido o delito.

¹⁰⁶ De acordo com Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]), os pontos possíveis de finalização de UCTs se dão a partir de sua completude sintática que ocorre quando uma elocução possui um predicado declarado ou recuperável. Além do sintático, elas também podem apresentar finalização prosódica e pragmática. Esta é definida pela potencialidade das elocuições de constituírem uma ação em uma sequência interacional, e aquela é realizada com entonação ascendente ou descendente e contínua, representadas graficamente pelo ponto de interrogação ou pela seta para cima, pelo ponto final ou pela seta para baixo e pela vírgula, respectivamente.

¹⁰⁷ Segundo Pomerantz (1986), formulações de caso extremo dizem respeito ao emprego de termos extremos para se referir a um objeto ou a uma pessoa, tais como *novíssimo*, *totalmente inocente*, *ele estava se comportando perfeitamente*, *ele não disse uma palavra*, *o tempo todo*, *todo mundo* etc., cujas utilizações são para

A sequência de pergunta e resposta do turno das linhas 65-66/67-68 é expandida com a produção da UCT “não.” (linha 69) pelo inspetor de polícia, repetindo parte do que foi dito pelo suspeito I nas linhas 67-68 e projetando um turno a mais como resposta: “eu também nossa senhora tá doido, eu num ia me meter com criança não.” (linhas 70-71). Através da repetição da negação do suspeito I, o inspetor persegue a resposta negativa do acusado, levando-o a se comprometer com a posição assumida por ele, nas linhas 67-68, com relação ao delito.

Diante da negativa do suspeito I, o policial, na linha 72, repete novamente a posição do acusado que diz respeito ao abuso (“não.”), encerrando a sequência de pergunta e resposta iniciada nas linhas 65-66. Ainda no turno da linha 72, o inspetor inicia outra sequência de pergunta e resposta, produzindo uma pergunta sim/não “você conhece esta moça?”. Nesse momento, ele averigua com o suspeito I se este viu a garota em algum lugar ou se ele manteve algum contato com ela. Obviamente, ao realizar tal pergunta, o inspetor não deixa de estar apurando o crime, dado que, dependendo da resposta do suspeito I, ele pode ter mais alguma evidência que possa ter relação com o envolvimento do acusado com a menor. Entretanto, o policial, a partir dessa pergunta até o turno das linhas 78, com o proferimento da elocução “tá,” não realiza a prática em foco nesta subseção, pois não permite ao próximo falante expor relatos do crime.

No que se refere à apuração do crime feita pelo policial até a linha 72, notamos que ele controla a alocação dos turnos, determinando quem tomará o turno para apresentar sua versão dos fatos, bem como atinge sua meta institucional de investigar o caso de estupro, realizando perguntas que permitem à vítima, à mãe dela e ao suspeito I relatar o ocorrido. Diante da negativa do suspeito I, o inspetor lança mão do recurso das repetições das respostas do acusado para que este confirme e se comprometa com a posição assumida anteriormente (MARQUES, 2008; STOKOE, EDWARDS, 2009).

No turno das linhas 72, 74, 75, 76,77 e 78, diversas ações são realizadas pelo investigador e pelo suspeito I. Na linha 73, este confirma o conteúdo expresso na pergunta “eu conheço ela.” (linha 72), e aquele, em seguida, profere a pergunta QU- (“da onde?” - linha 74), a qual é respondida, no próximo turno, com a alegação “ela mora perto do quartel.” (linha 75). O investigador repete, na linha 76, parte dessa resposta do acusado para buscar uma informação que possa estar associada à relação da vítima com o suspeito I (“=do quartel.” - linha 76).

defender ou justificar uma descrição ou uma avaliação, especialmente em casos de desafio. Propomos a leitura do artigo da autora para aprofundamento do assunto.

Após a justificativa do suspeito I relativa ao fato de este conhecer a menor “=a gente tinha um depósito perto da casa dela lá.” (linha 77), o inspetor encerra a sequência de par adjacente de pergunta e resposta iniciada na linha 72, com o proferimento da UCT “tá,” (linha 78), que sinaliza recebimento de informação, e reformula, em seguida, a posição assumida pelo acusado nas linhas 67-68, que diz respeito ao abuso sexual (“você nega qualquer coisa.” – linha 78). A UCT “você nega qualquer coisa.” é constituída por termos específicos de contextos policiais, como o uso do verbo “negar”, e caracteriza-se como sendo uma pergunta sim/não¹⁰⁸ (RAYMOND, 2009), a qual é respondida pelo suspeito I no turno seguinte “qualquer coisa, eu nunca fiz nada com ela.” (linha 79), confirmando não ter cometido o delito. Através de tal reformulação, o inspetor atribui a responsabilidade do que o suspeito I disse nas linhas 67-68 ao próprio acusado, ou seja, ele reformula a posição anterior do suspeito I com relação à não realização do crime, mostrando tal posição ao próprio suspeito.

A resposta concedida pelo acusado à tal reformulação é formada por duas UCTs “qualquer coisa,” e “eu nunca fiz nada com ela.”: a primeira consiste na repetição de parte do conteúdo presente na pergunta “você nega qualquer coisa.” (linha 78), e a segunda é repetição de parte da resposta do suspeito I (linhas 67-68): (“eu num tenho participação nenhuma não, eu nem nunca fiz nada com ela.”). Na UCT “eu nunca fiz nada com ela.”, temos um caso de formulação extrema, pois o advérbio “nunca” dá um caráter extremo à posição de negação assumida pelo suspeito com relação ao estupro.

No turno da linha 80, o policial profere a UCT “tá,”, que indica recebimento de informação e encerra a sequência de pergunta e resposta iniciada no turno da linha 78, com a pergunta sim/não “você nega qualquer coisa.”. Em seguida, o inspetor direciona a sua fala para o suspeito II, fazendo-lhe a pergunta “e você?” (linha 80), a qual é composta por uma UCT, que é constituída por um sintagma. Nessa pergunta, todo o tópico que diz respeito ao possível abuso sexual, tratado nas questões das linhas 65-66 e 78, é retomado inferencialmente pelo policial para que o suspeito II apresente sua posição sobre o caso. Como o suspeito I e o suspeito II compartilham a mesma identidade institucional no ambiente

¹⁰⁸ Conforme destacamos no capítulo teórico, as elocuições com a finalização prosódica descendente serão estudadas como sendo perguntas quando tais elocuições forem entendidas, sequencialmente, pelo próximo falante como perguntas. Nesse exemplo, a elocução “você nega qualquer coisa.” (linha 78), com entoação descendente, é entendida pelo suspeito I como uma pergunta, pois este apresenta a resposta “qualquer coisa, eu nunca fiz nada com ela.” (linha 79).

da DRCCM, cabe ao suspeito II inferir que, após a pergunta “e você?” (linha 80), ele deve apresentar uma resposta que se associe ao assunto de todas as perguntas feitas anteriormente pelo policial ao outro suspeito, pois tal questão faz remissão a todo conteúdo expresso nas perguntas endereçadas ao primeiro suspeito.

Na linha 81, o suspeito II nega também sua participação no crime “eu também não.”, e o inspetor, no próximo turno, apresenta uma pergunta sim/não, que se configura como uma reformulação (“você nega.”) da resposta dada pelo acusado anteriormente. A UCT “você nega.” (linha 82) é composta pelo verbo “negar”, que é um termo específico de contextos policiais. Por meio da reformulação, o policial, atuando como animador do suspeito II, atribui a responsabilidade da posição assumida por este ao próprio acusado. No turno seguinte, o suspeito II não expressa verbalmente uma resposta à reformulação, mas confirma com a movimentação corporal “((o suspeito II sinaliza afirmativamente com a cabeça))” (linhas 83-84) o seu não envolvimento com o crime.

No turno das linhas 85-86, o suspeito II apresenta uma justificativa de não se relacionar com a menor “vou te contar uma coisa, eu tenho uma mulher que tem trinta e um anos ()”, isentando-se da culpa. Entretanto, o inspetor continua perseguindo a resposta desse suspeito, fazendo-lhe, após a UCT “entendi.”, que indica recebimento de informação e encerra a sequência de pergunta e resposta iniciada na linha 80, a seguinte pergunta sim/não “você também não?” (linha 87), a qual é uma reformulação da negativa de participação do crime pelo suspeito II, para verificar com ele a posição de não ter praticado o delito.

O suspeito II mantém-se em silêncio, marcado pela pausa, na linha 88 (“0.2”), e o policial começa a falar da prática policial e dos procedimentos tomados pela polícia antes de convocar os suspeitos para comparecerem à DRCCM. A sequência desse fragmento de fala encontra-se no subitem 5.2.

A análise desse segmento de fala permite-nos observar que o inspetor de polícia faz alguns tipos de perguntas, por meio dos quais dá abertura para que vítima, suspeitos e mãe da vítima apresentem suas versões dos fatos e persegue as respostas dos suspeitos, buscando confirmações de suas posições com relação ao crime. Embora o policial não consiga obter uma confissão dos acusados, tendo apenas a confirmação da vítima e da mãe desta sobre a ocorrência do abuso, ele desempenha sua tarefa institucional de apurar crimes, tentando fazer com que eles digam algo sobre o ocorrido.

Não obtendo informações que indiquem o envolvimento dos acusados com o estupro sexual, o investigador vale-se da prática “*buscando informações sobre o crime por meio de apresentação de evidências*” para conseguir a confissão dos suspeitos. Essa prática será estudada no subitem seguinte.

5.2 BUSCANDO INFORMAÇÕES SOBRE O CRIME POR MEIO DE APRESENTAÇÃO DE EVIDÊNCIAS

Em forma de afirmações, para que os suspeitos confessem a ocorrência do possível delito, o inspetor de polícia apresenta evidências de provas, que consistem em provas testemunhais e materiais conseguidas por meio da atuação policial *in loco*. Ao contrário da prática mencionada no subitem 5.1, em que o policial apura o crime com a vítima e suspeito, na prática *buscando informações sobre o crime por meio de apresentação de evidências*, ele investiga o delito apenas com os suspeitos.

Essa prática foi detectada em três IPs: II, IV e VII. Analisaremos um fragmento de fala, extraído do IP II – *Estupro de menor de 12 anos* – pelo fato de, nesse IP, essa prática ser mais recorrente (5 ocorrências) (cf. quadro 04, p. 151) e, no fragmento de fala a seguir, haver seguidos momentos em que o policial apresenta ao suspeito evidências de provas para conseguir a confissão do crime.

O próximo trecho de fala ocorreu após o início da apuração, em que o inspetor deixa os participantes (vítima, mãe desta e suspeitos) apresentarem livremente seus relatos sobre o crime (cf. excerto 07):

Excerto 08: [IPII, 2007, 271-272:89-140]

0089 Inspetor nós aqui antes mesmo de:: (0.2) antes mesmo da
0090 gente poder chamá-los aqui a gente faz uma
0091 °apuração° primeira pra ver se existe
0092 possibilidade das pessoas que são aqui suspeitas
0093 de alguma coisa, né?=
0094 (0.2)
0095 Inspetor =serem efetivamente quem fez, quem praticou o ato
0096 ou não, então a gente tem essa qualidade aqui,
→ 0097 então nós procuramos saber e fomos inclusive
→ 0098 saber do síndico do prédio onde você mora, o
0099 senhor (), é isso mesmo? ou eu tô enganado?
0100 Suspeito I não.
0101 Inspetor não? então eu devo tá enganado, lá tem síndico?
0102 Suspeito I ⁰sim⁰
0103 Inspetor tem síndico? qual é o nome do síndico?
0104 Suspeito I wagner.
0105 Inspetor wagner. desde quando?
0106 Suspeito I ()
→ 0107 Inspetor obrigado. a gente procurou ver lá e vimos que
→ 0108 efetivamente esta menor freqüentou o seu
→ 0109 apartamento.
0110 Suspeito I o meu apartamento?
0111 Inspetor sim.
0112 Suspeito I ele falou que viu ela entrando lá?
→ 0113 Inspetor sim. não foi o wagner que falou, foram as pessoas
→ 0114 que moram ali que viram efetivamente isso, mesmo
0115 assim você nega?
0116 Suspeito I nego.
0117 (0.2)
0118 Suspeito I ela não tem nenhuma amiga, nem nada naquele
0119 prédio?
0120 Inspetor hein?
0121 Suspeito I ela não tem nenhuma amiga, nada. =
0122 Inspetor =não.
0123 (0.2)
0124 Inspetor é::
0125 (1.0)
→ 0126 Inspetor nós temos aqui uma descrição, tá. nós tomamos
→ 0127 cuidado de pegar com a menor descrição de seu
→ 0128 apartamento, né? então, eu não vou dizer o que ela
→ 0129 me disse porque:: eu acho desinteressante, seria
→ 0130 fornecer elementos que nesse momento num vão num
→ 0131 vão assim acrescentar, mas nós temos a descrição
→ 0132 do seu apartamento, tá?
0133 Suspeito I mas isso daí qualquer um pode dá, né?
0134 Inspetor desde que tenha entrado dentro de lá, não é isso
0135 mesmo?
0136 Suspeito I é, o vizinho dela faz faxina direto lá em casa.
0137 Inspetor o vizinho dela faz faxina?
0138 Suspeito I direto.
0139 Inspetor ótimo.
0140 Suspeito I bruninho.

O trecho de fala começa com o policial explicando às partes sobre a prática policial na DRCCM (“nós aqui antes mesmo de:: (0.2) antes mesmo da gente poder chamá-los aqui a gente faz uma ‘apuração’ primeira pra ver se existe possibilidade das pessoas que são aqui suspeitas de alguma coisa, né?” – linhas 89-93 e “=serem efetivamente quem fez, quem praticou o ato ou não,” – linhas 95-96), avaliando o fazer da polícia (“então a gente tem essa qualidade aqui,” – linha 96) e explicando ao suspeito I os procedimentos realizados por ela antes de convocar os acusados para interrogá-los (“então nós procuramos saber e fomos inclusive saber do síndico do prédio onde você mora,” – linhas 97-98). Durante o desempenho dessas tarefas, o inspetor, na sua fala, faz uso dos pronomes “nós” e “a gente”, sinalizando não só o fazer da polícia em geral, mas também do próprio policial, o qual se inclui como membro desse grupo. Na UCT “então nós procuramos saber e fomos inclusivamente saber do síndico do prédio onde você mora,” (linhas 97-98), o inspetor começa a apresentar ao suspeito I evidências de provas, conseguidas por meio da atuação policial na investigação do crime *in loco*. Ao fazer isso, ele investiga o crime utilizando a prática *buscando informações sobre o crime por meio de apresentação de evidências*.

Entretanto, ele não desempenha tal prática em todos os momentos da interação, realizando ações que estão associadas a sua atividade institucional de buscar informações que têm relação indireta com o crime e que possam orientá-lo na apuração do delito. A respeito da prática em que o inspetor busca informações relacionadas indiretamente com crime, trataremos no subitem 5.4, deste capítulo. Como o nosso foco, nesta subseção, é a apuração de crimes sendo realizada através da prática *buscando informações sobre o crime por meio de apresentação de evidências*, não exploraremos outras ações que não estejam relacionadas a essa prática.

Após a realização de diversas perguntas pelo inspetor para obter informações a respeito do síndico¹⁰⁹ do prédio onde o suspeito I mora (“o senhor (), é isso mesmo? ou eu tô enganado?” – linhas 98-99; “não?” – linha 101; “lá tem síndico?” – linha 101; “tem síndico? qual é o nome do síndico?” – linha 103; “desde quando?” – linha 105), já que o possível estupro ocorreu no apartamento deste, segundo relato da vítima em momentos anteriores

¹⁰⁹ Ressaltamos que a obtenção dessas informações é importante para ajudar o inspetor de polícia na composição do inquérito policial. Ou seja, se, no prédio onde o suspeito I mora, há síndico, este pode ter visto a menor frequentando o local do crime. Dessa forma, o síndico do prédio pode ser uma testemunha que possa confirmar o envolvimento do acusado com a menor.

a este no interrogatório¹¹⁰, e as respostas do suspeito I às perguntas (turnos: 100, 102,104), o policial, dentro do turno das linhas 107-109, apresenta evidências de provas que possam indicar o envolvimento do suspeito I com a vítima (“a gente procurou ver lá e vimos que efetivamente esta menor freqüentou o seu apartamento.” –linhas 107-109). Nessa UCT, percebemos o uso do advérbio “efetivamente”, que enfatiza o fato de testemunhas terem presenciado a ida da menor ao apartamento do suspeito I, ou seja, esse advérbio reforça o valor da evidência. Isso seria um caso de formulação extrema, dado que tal termo confere um caráter extremo à descrição apresentada pelo inspetor sobre o que as pessoas testemunharam.

A formulação de evidência de prova (“a gente procurou ver lá e vimos que efetivamente esta menor freqüentou o seu apartamento.” – linhas 107-109) apresenta o formato de uma declarativa, é composta pela expressão “a gente” e por verbos conjugados na primeira pessoa do plural “vimos”, sinalizando que a polícia e o próprio inspetor, como parte da corporação de policiais civis, realizaram a tarefa de investigação.

No turno da linha 110, o suspeito I parece não concordar com a afirmação presente nas linhas 107-109, repetindo parte do que foi dito pelo policial “o meu apartamento?” (linha 110), demonstrando estranhamento à afirmação anterior. Essa repetição é composta por uma UCT sintagmática e configura-se como uma pergunta sim/não, dado que o falante seguinte atende às restrições gramaticais incorporadas na pergunta, apresentando “sim.” (linha 111) como resposta.

Na linha 112, o suspeito I faz o questionamento ao policial: “ele falou que viu ela entrando lá?”, reformulando as evidências de prova apresentadas nas linhas 97-98 e 107-109, a fim de fazer com que o policial confirme o conteúdo da questão. Nessa reformulação, podemos notar que o acusado recupera o conteúdo inferencial presente na afirmação das linhas 107-109 com relação às idas da menor ao apartamento do suspeito I e retoma a pessoa, mencionada nas linhas 97-98, que poderia ter fornecido tal informação à polícia (o síndico do prédio). No turno seguinte, o inspetor parece inicialmente confirmar parte do conteúdo da pergunta referente à ida da menor ao apartamento do acusado (“sim.” – linha 113), em seguida, ele não confirma a informação constante na pergunta que diz respeito à pessoa que testemunhou ter visto a vítima frequentando o local do crime (“não foi o wagner que falou,” – linha 113).

¹¹⁰ Destacamos que, no BO lido pelo inspetor de polícia, não contém informação do local onde o crime pode ter acontecido (cf. início da transcrição do IP II, no anexo D, p. 269).

Dentro ainda do turno das linhas 113-115, o investigador, por meio da reformulação da afirmação das linhas 107-109, explica ao suspeito I o tipo de evidência de prova obtida por ele: o testemunho dos vizinhos (“foram as pessoas que moram ali que viram efetivamente isso,” – linhas 113-114). Assim como no turno das linhas 107-109, nesse instante do IP, o policial lança evidências de provas a fim de conseguir a confissão do crime do suspeito.

A afirmação do policial, nas linhas 113-114, é seguida pela pergunta sim/não (“mesmo assim você nega?” – linhas 114-115), por meio da qual o inspetor persegue a resposta apresentada pelo suspeito I com relação a não participação deste no crime (cf. excerto 07). Essa pergunta “mesmo assim você nega?” trata também de uma reformulação da posição assumida pelo acusado em momentos anteriores a este no interrogatório. Ela é composta por um vocabulário legal (o verbo “negar”) e projeta respostas sim/não que indicam a confirmação, ou não, do conteúdo expresso nela.

Na posição de SPP, o suspeito I continua negando ter cometido o crime (“nego.” – linha 116) e, após a uma pausa (“0.2” – linha 117), o acusado toma o turno, levantando a possibilidade do acaso para se eximir da culpa (“ela não tem nenhuma amiga, nem nada naquele prédio?” – linhas 118-119). Nesse momento da interação, o suspeito I faz uma pergunta ao policial, cujo conteúdo se contrapõe à afirmação do inspetor de que testemunhas viram a menor entrando no apartamento do suspeito. Nos instantes em que o suspeito I faz pergunta (turnos: 110, 112 e 118-119), observamos a mudança de papéis discursivos entre os interagentes: o suspeito I assume o papel de perguntador enquanto o inspetor assume o papel de respondedor, evidenciando que a tomada de turno entre inspetor e suspeito I foi negociada interacionalmente entre eles. Vale comentar ainda que o suspeito I faz perguntas ao policial para evitar de apresentar uma resposta ao que é afirmado pelo inspetor de polícia nos turnos das linhas 107-109, 113-114, ou seja, o acusado esquivava-se de apresentar a sua versão dos fatos.

Na linha 120, o inspetor apresenta um problema de entendimento com relação ao que foi dito pelo suspeito I no turno anterior, sendo a fala das linhas 118-119 reparada – reparo iniciado pelo outro e levado a cabo pelo falante da fonte de problema (SCHEGLOFF, JEFFERSON, SACKS, 1977), na linha 121, pelo próprio suspeito I, que repete parte da pergunta (“ela não tem nenhuma amiga, nem nada naquele prédio?” – linhas 118-119): “ela não tem nenhuma amiga, nada. =” (linha 121). Na linha 122, o inspetor, engata na fala do suspeito e nega a possibilidade do acaso apontada pelo acusado anteriormente.

Posteriormente à pausa “0.2” (linha 123), o policial toma o turno, proferindo “é::” (linha 124), que sinaliza preenchimento de pausa. A fala dele continua nos turnos das linhas 126-132, depois de outra pausa na linha 125 (“1.0”). O turno das linhas 126-132 é iniciado com explicações dadas pelo inspetor ao suspeito I: “nós temos aqui uma descrição, tá. nós tomamos cuidado de pegar com a menor descrição de seu apartamento, né?” (linhas 126-128). Nessas explicações, o policial mostra outro tipo de evidência de prova obtida pela polícia: a descrição do local onde poderia ter acontecido o crime. Tal descrição pode ajudar o inspetor na investigação do delito, se as informações do apartamento do suspeito, prestadas pela menor, coincidirem com o que realmente consta em tal local, quando a polícia fizer vistoria nesse ambiente para buscar alguma prova concreta do crime.

As UCTs “nós temos aqui uma descrição, tá.” (linha 126) e “nós tomamos cuidado de pegar com a menor descrição de seu apartamento, né?” (linhas 126-128) são formadas por afirmação de *polaridade positiva* + *elementos “tá” ou “né”*. Embora essas elocuições estruturalmente se assemelhem às *tag questions*, não as trataremos como tais pelo fato de os elementos “tá” e “né” estarem exercendo uma função diferente das partículas *tags*. Enquanto os elementos *tags* têm a função de solicitar do próximo falante a confirmação da parte afirmativa da pergunta (HEPBURN, POTTER, 2009), os elementos “tá” e “né”, nessas elocuições, requerem do outro apenas uma confirmação do recebimento da informação, e não a confirmação do conteúdo afirmado¹¹¹. Ou seja, o policial não requer que o acusado confirme as evidências de prova contra ele, mas demonstre que está recebendo o que está sendo dito.

Nessas elocuições, o investigador faz uso do pronome pessoal de primeira pessoa do plural para fazer referência à polícia e a ele, como membro da corporação policial. Tal uso, no entanto, não permanece em todo o turno, pois ele muda para o pronome pessoal de primeira pessoa do singular quando diz “então, eu não vou dizer o que ela me disse porque:: eu acho desinteressante, seria fornecer elementos que nesse momento num vão num vão assim acrescentar,” (linhas 128-131). Nesse ponto do interrogatório, ele apresenta sua posição com relação ao não fornecimento de informações sobre o apartamento do suspeito (“então, eu não vou dizer o que ela me disse” – linhas 128-129) e justifica a não exposição dessas informações (“porque:: eu acho desinteressante, seria fornecer elementos que nesse momento num vão num vão assim acrescentar,” – linhas 129-131). Em seguida, ele repete o que ele disse na linha 126

¹¹¹ Apesar de apontarmos a distinção entre os elementos “tá” e “né” e as partículas *tags* nessas elocuições, não descartamos a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre esse assunto.

(“nós temos aqui uma descrição, tá.”), proferindo a afirmação “mas nós temos a descrição do seu apartamento,” (linhas 131-132), seguida do elemento “tá?” (linha 132), a fim de requerer do interrogado uma confirmação do recebimento da informação.

Dentro do turno das linhas 126-132, o inspetor, por meio das elocuições “nós temos aqui uma descrição, tá.” (linha 126), “nós tomamos cuidado de pegar com a menor descrição de seu apartamento, né?” (linhas 126-128) e “mas nós temos a descrição do seu apartamento, tá?” (linhas 131-132), demonstra ao suspeito I que o próprio policial e a polícia têm conhecimento do que há no apartamento do acusado (HERITAGE, 2013).

No turno seguinte à pergunta “mas nós temos a descrição do seu apartamento, tá?” (linhas 131-132), o acusado apresenta uma possibilidade de acaso “mas isso daí qualquer um pode dá, né?” (linha 133), que vai de encontro à afirmação do inspetor de que ele tem a descrição do apartamento do suspeito como prova de que a menor esteve nesse local. Ao levantar essa possibilidade, o suspeito I esquivava-se novamente de confessar seu envolvimento com a vítima.

Nas linhas 134-135, o inspetor não concorda com o que foi dito pelo suspeito, contrapondo-se à pergunta “mas isso daí qualquer um pode dá, né?” (linha 133) e apresentando uma condição seguida da pergunta “não é isso mesmo?” (linhas 134-135): “desde que tenha entrado dentro de lá, ” (linha 134), como forma de solicitar do suspeito confirmação da informação “desde que tenha entrado dentro de lá, ” (linha 134).

Como resposta à pergunta do inspetor, nas linhas 134-135, o suspeito I confirma o que foi dito pelo policial, na linha 134, proferindo a UCT “é, ”, e apresentando uma informação que diz respeito à pessoa que tem acesso ao apartamento do suspeito e que, possivelmente, poderia ter fornecido a descrição desse local à vítima (o vizinho da menor) (“o vizinho dela faz faxina direto lá em casa.” – linha 136).

É interessante observar que o suspeito I, ao conceder uma informação que vai de encontro ao que é evidenciado pelo policial (o fornecimento da descrição do apartamento do acusado pela vítima) no turno das linhas 126-132, desconstrói o que é afirmado por este, havendo, nesse instante da interação, um conflito discursivo entre o que é dito pelo inspetor (a apresentação de evidências de prova contra o suspeito I) e o que é declarado pelo suspeito I (a alegação de que o faxineiro do acusado é vizinho da menor), já que a partir da declaração “o vizinho dela faz faxina direto lá em casa.” (linha 136), pode-se inferir que as informações sobre o que há no apartamento do suspeito, concedidas pela menor à polícia,

foram conseguidas através do possível contato dela com o faxineiro do acusado, e não pelas vezes em que ela frequentou o local do crime.

Após as elocuções da linha 136, a interação prossegue com o inspetor buscando informações sobre o faxineiro (parte não mostrada aqui). A prática de apurar desempenhada pelo inspetor, nesse momento, é *buscando informações relacionadas indiretamente com crime*, da qual trataremos no subitem 5.4, deste capítulo.

Com base na análise desse fragmento de fala, podemos notar que o inspetor de polícia procura conseguir a confissão do suspeito I sobre o estupro a partir da apresentação de evidências de provas que são apresentadas por meio de afirmações de elementos probatórios, conseguidos pela polícia.

No entanto, através dessa prática, ele não conseguiu fazer com que o suspeito I revelasse ter realizado o crime. Conforme vimos, o acusado, ao levantar fatos casuais, demonstrou-se resistente junto às alegações do policial de que havia provas testemunhais que comprovavam a ida da vítima ao apartamento onde poderia ter acontecido o abuso sexual.

Além de apresentar evidências do crime para buscar a confissão dos suspeitos, o inspetor de polícia utiliza, durante a apuração, a prática *buscando evidências de provas*, que abordaremos no próximo subitem.

5.3 BUSCANDO EVIDÊNCIAS DE PROVAS

O inspetor de polícia tenta obter provas ou indícios de provas criminais da vítima e do suspeito (ou da mãe da vítima, ou da testemunha, etc.), solicitando-lhes que, por meio de perguntas QU- (KOSHIK, 2002), de perguntas sim/não (RAYMOND, 2003, 2009) e de *tag questions* (HEPBURN, POTTER, 2009), apresentem elementos probatórios.

Dentre essas perguntas, as do tipo QU- tanto dão abertura aos participantes para apresentarem as provas de que dispõem, pois não especificam o tipo de prova que as partes devem apresentar, como, por exemplo, “Qual prova você possui contra ele?”, quanto delimitam as respostas dos participantes, ao especificarem o tipo de prova requerida, como: “Com qual roupa ele estava?” (explicita o tipo de prova a ser apresentada pelo próximo falante: a roupa usada pelo suspeito no dia do crime). As perguntas sim/não e as *tag questions* possibilitam aos participantes (vítima, suspeito, mãe da vítima, etc.) corroborarem o conteúdo mencionado na pergunta, pois elas especificam os tipos de evidência que o inspetor procura obter. Em alguns

momentos dos IPs, as *tag questions* são usadas para confirmar a informação prestada pela vítima ou pelo suspeito no turno anterior.

Durante o desempenho dessa prática pelo policial, há a produção de repetições e reformulações, por parte do investigador, do que foi dito pelo falante anterior para confirmar informação (STOKOE, EDWARDS, 2009).

Apesar de encontrarmos a prática *buscando evidências de prova* nos IPs I, III, VII e VIII (cf. quadro 04, p.151), analisaremos apenas dois fragmentos de fala em que o policial desempenha tal prática nos IPs VIII e III, dado que, nesses IPs, ela é utilizada com maior recorrência (IP VIII- 3 ocorrências e IP III- 6 ocorrências). Optamos também por analisarmos trechos de fala desses IPs pelo fato de encontrarmos neles os tipos de perguntas descritos acima. Como o policial busca evidência de provas com participantes distintos (suspeito, vítima, testemunha, mãe da vítima, menor), decidimos mostrar dois exemplos em que ele interroga pessoas diferentes: no primeiro, ele interroga uma menor de idade, e no segundo, o suspeito.

O segmento de fala seguinte pertence ao IP VIII denominado *Desaparecimento de menor*, no qual a mãe (vítima) de uma menor de idade registra um BO contra o suspeito, acusando-o de levar a garota de casa sem o consentimento dos responsáveis. A menor alega que saiu de casa porque gostaria de ter uma vida conjugal com o suspeito (seu namorado), e este afirma que foram os pais dela que a levaram em seu trabalho. No decorrer desse interrogatório, o policial percebe que a menor, a qual está grávida do suspeito, não desapareceu nem abandonou os pais.

Há um momento, nesse evento, em que a mãe da menor acusa o suspeito de agressor, alegando que o genro bate em mulheres. A menor nega tal acusação e, mais adiante no interrogatório, diz apresentar provas que inocentam o companheiro. No próximo exemplo, o inspetor retoma o momento em que ele investiga se o suspeito agrediu, ou não, a menor e permite à menina apresentar as provas que tem a favor do namorado. Esse exemplo ocorre logo após a tentativa do inspetor de fazer com que o pai e a mãe da garota entendam a saída da filha de casa para morar com o suspeito (parte não mostrada aqui).

Excerto 09: [IPVIII, 2007, 318:375-400]

0375 Inspetor eles agora estão sabendo então que é mentira,
0376 que o João não te bate.
0377 Menor não me bate,
0378 Inspetor não.
0379 Menor e prova disso que eu tenho.
0380 Inspetor tem?
0381 Menor tenho.
→ 0382 Inspetor qual prova? que prova que você tem que ele não
→ 0383 te bate?
0384 Vítima é ()
→ 0385 Inspetor você não tem marca nenhuma, tem?
0386 Menor não.
→ 0387 Inspetor isso aí é o quê? ((inspetor aponta para os
0388 hematomas no corpo da menor))
0389 Menor isso daqui sou eu mesmo.
→ 0390 Inspetor foi você mesmo? [me fala uma coisa,]
0391 Menor [sou eu mesmo.]
0392 Inspetor se eu mandar a detetive ir lá agora, tudo bem eu
0393 acredito, se eu mandar a detetive ir lá agora
0394 pra olhar se tem os móveis se tem comida nas
0395 panelas, tem?
0396 Menor tem sim.
0397 Inspetor tem comida na lata lá?
0398 Menor tem sim.
0399 Inspetor tem?
0400 Menor tem sim.

Nesse excerto, antes de o inspetor de polícia desempenhar a prática *buscando evidências de provas*, a menor e ele executam ações que contribuem para que o policial comece a realizar tal prática no turno das linhas 382-383. Devido a isso, apresentaremos as ações que antecedem a prática em foco nesta subseção.

Dentro do turno das linhas 375-376, o investigador reformula o que foi alegado pela vítima (mãe da menor) em outros momentos do interrogatório (parte não mostrada aqui) (“eles agora estão sabendo então que é mentira, que o João não te bate.” – linhas 375-376). Como resposta à reformulação, a menor nega ser agredida pelo companheiro (“não me bate,” – linha 377), repetindo parte do que foi dito pelo policial no turno anterior, ou seja, ela concorda com o que é projetado na fala anterior. No turno seguinte, o inspetor repete parte da resposta da menor (“não.” – linha 378), encerrando a sequência – terceiro turno de encerramento de sequência (SCHEGLOFF, 1995) – iniciada com a reformulação das linhas 375-376.

Na linha 379, a menor levanta a possibilidade de ter prova que possa inocentar o suspeito: “e prova disso que eu tenho.” (linha 379). O inspetor, em seguida, faz a pergunta à menor “tem?” (linha 380), composta apenas por um único verbo, repetindo parte

do que foi dito por ela como forma de fazer com que a menina confirme o que disse. Tal confirmação é dada na linha 381.

Como a menor, na linha 379, alega ter prova que inocente o suspeito de agredi-la, o policial solicita-lhe que apresente as provas que possui a favor do suspeito, fazendo as seguintes perguntas QU- a ela: “qual prova?” e “que prova que você tem que ele não te bate?” (linhas 382-383). Nesse momento, o investigador desempenha a prática em foco *buscando evidências de provas*. Embora tais questionamentos sejam endereçados à menina, a vítima (mãe da menor) toma o turno na linha 384.

Depois das perguntas das linhas 382-383 e da resposta da vítima na linha 384, o policial faz a pergunta à menina “você não tem marca nenhuma, tem?” (linha 385), a qual se configura como uma *tag question* e tem a função de verificar se a garota foi, ou não, agredida pelo suspeito. Essa pergunta é também uma reformulação das perguntas das linhas 382-383, dado que há a recuperação do conteúdo inferencial presente nas perguntas anteriores. Na *tag question* da linha 385, notamos que há a especificação, por parte do inspetor, do que seria uma prova de que o suspeito agride mulheres (a marca no corpo).

Na linha 386, a menor responde: “não.”, confirmando o conteúdo proposicional da parte negativa da questão (“você não tem marca nenhuma, tem?”). Outra pergunta é feita pelo inspetor no turno seguinte: “isso aí é o quê?” (linha 387), a qual é do tipo QU- e solicita uma informação da menor com relação à marca que ela tem no corpo. Quanto ao formato dessa pergunta, podemos observar que há o deslocamento do elemento QU- do início para o final da pergunta. Através dessa questão, seguida do movimento corporal do policial nesse momento da interação, o investigador especifica ainda mais o tipo de prova que pode incriminar o suspeito, isto é, ele mostra os hematomas no corpo da menor como uma prova concreta de que ela foi possivelmente agredida pelo companheiro.

Nesse ponto da interação, percebemos como o inspetor de polícia, em diversos turnos (linhas 382-383, 385 e 387), busca discursivamente evidências que possam comprovar as agressões possivelmente feitas pelo namorado da menor, utilizando perguntas QU- e *tag questions*.

Como resposta à pergunta da linha 387, a menor se apresenta como autora dos hematomas que possui no corpo “isso daqui sou eu mesmo.” (linha 389), inocentando o suspeito da acusação. No turno da linha 390, o policial persegue essa resposta da menina, repetindo o que foi afirmado por ela anteriormente (“foi você mesmo?” – linha 390). Essa

repetição encontra-se no formato de uma pergunta sim/não, através da qual o policial verifica com a garota o que ela disse para inocentar o suspeito (STOKOE, EDWARDS, 2009).

Em sobreposição à parte da fala do inspetor, na linha 390, na qual ele começa a mudar o tópico da interação, a menina, no turno da linha 391, confirma a informação prestada por ela na linha 389. A interação, nesse fragmento de fala, prossegue com o policial investigando a condição de vida dada pelo suspeito à menor. Não analisaremos as ações executadas por ele, a partir da linha 392, pelo fato de tais ações não estarem associadas à prática em foco na subseção.

Podemos notar, nesse exemplo, que os diversos tipos de perguntas usados pelo inspetor de polícia servem para que ele busque elementos probatórios sobre a acusação feita pela mãe da menor de que o suspeito agride mulheres e verifique informações prestadas pela menor a respeito da acusação. Conforme vimos, a menor se contrapõe à acusação feita pela mãe, negando inicialmente ter algum hematoma no corpo como indicativo de ter sido agredida pelo companheiro e afirmando ter sido machucada por ela mesma para inocentar o suspeito.

No segmento de fala seguinte, extraído do IP III – *Tentativa de estupro de menor* – o policial busca evidência de prova com o suspeito, o qual é acusado de abusar sexualmente de uma adolescente de 16 anos (vítima). A denúncia foi feita pela mãe da vítima, a qual alega que mantém um relacionamento afetivo com o suspeito, mesmo ele sendo casado legalmente com outra mulher. O suspeito nega ter praticado tal abuso. De acordo com o conteúdo do BO, o crime aconteceu por volta das sete e quarenta e cinco da manhã, no dia vinte e sete de julho. Apesar disso, o suspeito afirma que, nessa data, ficou em casa com a filha, enquanto a esposa foi à rua com o filho. Isso está presente no exemplo abaixo, o qual ocorre depois de a mãe da vítima apresentar para o inspetor mensagens de celular enviadas pelo suspeito. Nesse interrogatório, encontram-se presentes: vítima, sua mãe, suspeito, testemunha, advogado do suspeito e advogada da vítima.

Excerto 10: [IPIII, 2007, 13-14:708-786]

0708 Inspetor eu peço que vocês tenham um pouco de paciência
0709 aí, tá certo? e esperar um pouco mais aí pra
0710 poder ver a necessidade porque:::
0711 (0.2)
0712 Inspetor por exemplo eu entendo que existe aí uma- uma
0713 situação muito carente probatória, eu vou mesmo
0714 pedir o pessoal da rua pra poder dá uma
0715 chegadinha, ir na médici vê se alguém pode
0716 informar, né? assim como vou sugerir o senhor,
0717 né? que
0718 (0.4)
0719 Inspetor dê aí a possibilidade de mostrar que nesse dia
0720 onde o senhor tava,
0721 Suspeito olha aí eu pos- porque eu estava de férias,
0722 Inspetor hãm,
0723 suspeito tá. nesse dia vinte e sete eu pago a prestação do
0724 carro,
0725 Inspetor hum,
0726 Suspeito nesse dia vinte e sete a minha esposa veio na
0727 rua,=
0728 Inspetor =hum.=
0729 Suspeito =tá. veio com meu filho de doze anos e eu fiquei
0730 com a minha menina de três anos em casa, ela veio
0731 na rua e comprou dois jogos,=
0732 (0.4)
0733 Suspeito =pro meu filho entendeu. eles ficaram na rua.
0734 eles chegaram na rua umas dez horas ficaram a
0735 tarde toda na rua porque eles- eu estava de
0736 férias, tava com o negócio do pan eu fiquei eu
0737 fiquei em casa assistindo os jogos, então eles
0738 ficaram na rua e ela- eles foram pro cinema e
0739 chegaram em casa umas nove horas e- dez horas da
0740 noite no dia vinte e sete na sexta-feira,
→ 0741 Inspetor eles saíram a que horas?
0742 suspeito eu acredito que eles saíram umas dez, onze horas
0743 da manhã, minha esposa e-=
→ 0744 Inspetor =sairam onze horas e depois chegaram.
0745 Suspeito isso. eu fiquei- eu fiquei em casa com a minha
0746 filha de três anos.aí foi onde ele- ele comprou
0747 esse jogo,
0748 Inspetor tá.
0749 Suspeito na sexta-feira=
0750 Inspetor =tá.=
0751 Suspeito = dia vinte e sete ele realmente comprou o jogo
0752 aí eles levaram, quando ele chegou nove horas
0753 () foi jogar,
0754 Inspetor hum.
0755 Suspeito tava legal o outro não estava legal,
0756 Inspetor hum.
0757 Suspeito tá. não estava legal.
0758 Inspetor tá.
0759 Suspeito aí "pai amanhã você troca o::: o jogo pra mim?
0760 filho eu troco o jogo só que amanhã eu quero ver
0761 a decisão da da-"
→ 0762 Inspetor = o senhor tem aqui esse- essa nota esse cupom
→ 0763 fiscal essa [c o i s a ?]
0764 Suspeito [ah num tenho não]

→ 0765 Inspetor num tem não, né?
 0766 Suspeito do jogo- a única data que eu tenho é a do
 0767 pagamento do carro.
 → 0768 Inspetor entendo. do pagamento do carro.
 0769 Suspeito do carro.
 0770 Advogada I [aí conforme for o caso]=
 → 0771 Inspetor [e a que horas foi ?]
 0772 Advogada I =[conversa com uma pessoa da loja,]
 0773 Inspetor [c o m c e r t e z a,]
 0774 Advogada I [e pediria a ela pra vir aqui]
 0775 Suspeito eu não sei, porque aí é muito:: vendedores eu não
 0776 sei se ele ()=
 0777 Inspetor hãhã.=
 0778 Suspeito = mas eu sei aonde ele comprou esse jogo.
 0779 Inspetor tá.
 0780 Suspeito tá.
 0781 Inspetor e::: deixa eu anotar o nome da senhora, qual é o
 0782 nome da senhora?
 0783 Testemunha: eu?
 0784 Inspetor é.
 0785 Testemunha luciana.
 0786 (0.2)

Inicialmente, o inspetor de polícia e o suspeito realizam diversas ações, as quais não pertencem à prática *buscando evidências de provas*. Apresentá-las-emos para que o nosso leitor possa entender o porquê do desempenho dessa prática pelo policial na linha 741.

Dentro do turno das linhas 708-710 e 712-717, o investigador faz um pedido às partes (“eu peço que vocês tenham um pouco de paciência aí, tá certo? e esperar um pouco mais aí” – linhas 708-709); em seguida, começa a dar explicações aos participantes (vítima, mãe da menor, suspeito, testemunha, advogados) (“pra poder ver a necessidade porque:::” – linhas 709-710) até a linha 712 (“por exemplo”); depois, ele avalia a carência de provas (“eu entendo que existe aí uma- uma situação muito carente probatória,” – linhas 712-713), explica aos participantes os procedimentos que serão tomados por ele para conseguir alguma prova de que o suspeito esteve na casa da vítima no dia vinte e sete de julho (“eu vou mesmo pedir o pessoal da rua pra poder dá uma chegadinha, ir na médoci vê se alguém pode informar, né?” – 713-716) e anuncia a apresentação de uma sugestão (“assim como vou sugerir o senhor, né? que” – linhas 716-717), a qual é dada dentro do turno das linhas 719-720 (“dê aí a possibilidade de mostrar que nesse dia onde o senhor tava,”) depois de uma pausa “0.4” (linha 718).

Como, nas linhas 719-720, houve a finalização prosódica, sintática e pragmática da fala do inspetor, o suspeito toma o turno e apresenta uma justificativa: “olha aí eu pos-

porque eu estava de férias,” (linha 721). Após a produção do continuador “hãhã,” como forma de encorajar o suspeito a falar, e o elemento “tá.” (linha 723), através do qual o suspeito parece solicitar do policial recebimento de informação¹¹², o acusado começa a relatar o que ele faz habitualmente “nesse dia vinte e sete eu pago a prestação do carro,” (linhas 723-724), o que a esposa, o filho e ele fizeram nesse dia “nesse dia vinte e sete a minha esposa veio na rua,=” (linhas 726-727) e “veio com meu filho de doze anos e eu fiquei com a minha menina de três anos em casa, ela veio na rua e comprou dois jogos,=” (linhas 729-731).

Entre o relato do suspeito, o inspetor engata na fala deste e produz continuadores “hum,” (linha 725) e “=hum.=” (linha 728), estimulando o acusado a ficar com o piso conversacional. Esse relato se estende no turno das linhas 733-740 (“=pro meu filho entendeu. eles ficaram na rua. eles chegaram na rua umas dez horas ficaram a tarde toda na rua porque eles- eu estava de férias, tava com o negócio do pan eu fiquei eu fiquei em casa assistindo os jogos, então eles ficaram na rua e ela- eles foram pro cinema e chegaram em casa umas nove horas e- dez horas da noite no dia vinte e sete na sexta-feira,”), no qual o suspeito se lembra de detalhes do dia de vida da família. Durante o relato do acusado, notamos que há momentos em que ele apresenta elementos que servem como *álibi* para provar a sua inocência: “nesse dia vinte e sete a minha esposa veio na rua,=” (linhas 726-727) e “veio com meu filho de doze anos e eu fiquei com a minha menina de três anos em casa, ela veio na rua e comprou dois jogos,=” (linhas 729-731). Ao alegar que, no dia do crime, ele estava em casa com a filha, ele procura isentar-se da culpa.

Devido a essa alegação do suspeito de que, no dia do crime, ele e a filha ficaram em casa enquanto a esposa e o filho foram à rua, o policial, por meio de uma pergunta QU- (“eles saíram a que horas?” – linha 741), cujo elemento QU- é deslocado do início para o final da pergunta, busca uma informação para entender a situação relatada pelo acusado. O entendimento dessa situação pode levar o inspetor a concluir que o suspeito abusou sexualmente da vítima, pois, se a esposa e o filho saíram de casa às dez ou onze horas da manhã, como afirmado pelo suspeito, nas linhas 742-743 (“eu acredito que eles saíram umas dez, onze horas da manhã, minha esposa e-=”), ele ficou em casa nesse horário, mas não no horário em que o possível crime foi praticado, ou seja, às sete e quarenta e cinco

¹¹² Em alguns momentos das interações nos IPs, o elemento “tá” não funciona como uma partícula *tag* de *tag question*. Tratamos dessa diferença no subitem 5.2, deste capítulo.

da manhã, no dia vinte e sete de julho (informação presente no BO), o acusado pode ter comparecido à casa da vítima para realizar o delito.

Com relação à resposta do suspeito à pergunta da linha 741, notamos que a afirmação “eu acredito que eles saíram umas dez, onze horas da manhã, minha esposa e=” (linhas 742-743) é iniciada pela expressão modalizadora “eu acredito que”, através da qual o suspeito demonstra apresentar uma informação hipotética ao policial, não tendo certeza do conteúdo afirmado. Como o acusado apresenta uma informação incerta, o policial, no próximo turno, engata na fala do suspeito e reformula parte do que este disse nas linhas 742-743 (“=sairam onze horas e depois chegaram.” – linha 744), para confirmar a informação prestada anteriormente. Esta é concedida dentro do turno das linhas 745-747, com a produção da UCT “isso.” (linha 745).

Em seguida, o suspeito repete e reformula parte do que ele relatou nos turnos das linhas 729-731 e 733-740: “eu fiquei- eu fiquei em casa com a minha filha de três anos. aí foi onde ele- ele comprou esse jogo,” (linhas 745-747), “na sexta-feira=” (linha 749) e “= dia vinte e sete ele realmente comprou o jogo aí eles levaram,” (linhas 751-752). Entre os turnos das linhas 744-747 e 749, o policial produz elocuições como “tá.” (linha 748) e “=tá.=” (linha 750), indicando que está recebendo a informação apresentada pelo suspeito.

Em vários turnos, o acusado continua lembrando-se do que aconteceu no dia em que esteve com a família: “quando ele chegou nove horas () foi jogar,” (linhas 752-753), “tava legal o outro não estava legal,” (linha 755), “não estava legal.” (linha 757), “aí “pai amanhã você troca o:: o jogo pra mim? filho eu troco o jogo só que amanhã eu quero ver a decisão da da-“=” (linha 759-761). No decorrer da apresentação dessas recordações, o inspetor de polícia produz o elemento “tá.” (linha 758), demonstrando ao suspeito que está recebendo informação, e profere continuadores “hum.” (linha 754 e 756), encorajando-o a falar.

A partir do relato do suspeito de que, no dia do crime, o filho e a esposa compraram um jogo, o inspetor, em contiguidade à fala do suspeito, toma o turno, solicitando, por meio de uma pergunta sim/não, uma evidência de prova específica que possa comprovar se o suspeito está, ou não, dizendo a verdade (“= o senhor tem aqui esse- essa nota esse cupom fiscal essa [c o i s a ?]” – linhas 762-763). Ou seja, o policial busca um elemento probatório, no caso, o cupom fiscal da compra efetuada pela esposa do suspeito,

para verificar se tal compra ocorreu na data do crime e se há veracidade na informação prestada pelo suspeito. Em sobreposição à parte da fala do inspetor, o suspeito alega não ter tal prova “[ah num tenho não]” (linha 764). Essa resposta configura-se como conformativa, pois atende às restrições que compõem a forma gramatical da pergunta (RAYMOND, 2009), e é composta por dois elementos que marcam a negação “num” e “não”. No turno seguinte, o policial repete a fala do acusado, apresentando a *tag question* “num tem não, né?” (linha 765), por meio da qual requer do suspeito uma confirmação do que este disse na linha 764 (STOKOE, EDWARDS, 2009), ou seja, investigador solicita que o acusado corrobore uma informação que este prestou antes, mas que tem relação com a evidência de prova requerida na pergunta “= o senhor tem aqui esse- essa nota esse cupom fiscal essa [c o i s a ?]” (linhas 762-763): o cupom fiscal da compra realizada pela esposa do suspeito no dia do acontecimento do crime.

Conforme vimos no capítulo teórico sobre perguntas, as *tag questions* em inglês são formadas por duas partes: uma parte afirmativa e outra composta pelo elemento *tag*, sendo que a polaridade da parte *tag* da pergunta é a inversa da polaridade da parte afirmativa (HEPBURN, POTTER, 2009). No entanto, a *tag question* “num tem não, né?” (linha 765) apresenta o formato: afirmação negativa + *tag* de polaridade negativa, ou seja, a polaridade entre as duas partes que compõem a pergunta é a mesma. Apesar dessa forma estrutural, a função dessa *tag question* é a mesma que a das *tag questions* no inglês: promover a confirmação do conteúdo afirmado.

Na posição de SPP à tal pergunta, o suspeito apresenta uma prova: “do jogo- a única data que eu tenho é a do pagamento do carro.” (linhas 766-767). Embora, nas linhas 766-767, o acusado ressalte a realização do pagamento do carro dele, ele não afirma quem foi pagar a prestação do veículo, não ficando claro se foi o próprio suspeito ou a esposa que efetuou tal pagamento na data do crime. Se foi o próprio suspeito que realizou o pagamento, o policial pode chegar à conclusão de que o acusado esteve na rua no dia do crime, estando, por isso, mentindo quando alegou ter ficado em casa com a filha.

No turno da linha 768, após a UCT “entendo.”, o inspetor repete parte do que o suspeito disse antes para verificar informação com ele (“do pagamento do carro.” – linha 768). Depois da confirmação do acusado, na linha 769, a advogada do suspeito, nas linhas 770, 772 e 774, apresenta uma sugestão ao policial para conseguir algum testemunho que comprove a compra do jogo na data do crime. Nesse instante, a advogada demonstra-se como

colaboradora da investigação realizada pelo policial, o qual concorda com tal sugestão na linha 773 (“[c o m c e r t e z a,]”).

Na linha 771, o inspetor, em sobreposição à fala da advogada do suspeito, faz a pergunta QU- ao acusado “[e a que horas foi ?]” para buscar informação, que diz respeito ao horário em que foi efetuado o pagamento da prestação do carro. Se o horário da realização do pagamento estiver próximo do horário em que aconteceu o crime, o policial pode deduzir que o suspeito pode ter participado do delito.

Como a advogada do suspeito, em sobreposição a tal pergunta, apresenta uma sugestão ao inspetor “[conversa com uma pessoa da loja,]” (linha 772) e “[e pediria a ela pra vir aqui]” (linha 774), e há a aceitação desta pelo policial “[c o m c e r t e z a,]” (linha 773), o suspeito não apresenta a informação requerida na pergunta “[e a que horas foi ?]” (linha 771), mas profere a UCT “eu não sei,” (linha 775), como resposta ao que é sugerido pela advogada. Essa elocução “eu não sei,” (linha 775) é seguida de uma justificativa que diz respeito à dificuldade de se conseguir o testemunho de um vendedor da loja “porque aí é muito:: vendedores eu não sei se ele ()=” (linhas 775-776). Na linha 778, ele apresenta uma evidência de prova “= mas eu sei aonde ele comprou esse jogo.”.

Na linha 777, o inspetor profere o marcador de concordância “hãhã.=”, e, na linha 779, produz “tá.”, indicando recebimento de informação. No turno seguinte, o suspeito repete o elemento “tá.” (linha 780), e o inspetor muda de atividade, deixando de apurar o crime para identificar a testemunha.

Nesse fragmento de fala, notamos que há momentos em que o policial, através das perguntas QU-, consegue com o suspeito a informação requerida nelas, e há outros, em que tal informação não é fornecida pelo acusado. Por meio das perguntas sim/não, o inspetor obtém respostas que estão em conformidade com a forma gramatical da pergunta (no exemplo, o interrogado apresenta resposta do tipo “não”), no entanto, ele não consegue fazer com que o suspeito apresente alguma evidência de prova que pudesse incriminá-lo. Através das *tag questions*, o inspetor obtém uma evidência de prova que não foi a requerida inicialmente por ele. Além disso, observamos que, por meio de algumas repetições e reformulações, o investigador conseguiu levar o interrogado a confirmar o conteúdo expresso nas elocuições.

Apesar de, nesse fragmento de fala, o policial tentar conseguir algum indício de prova que possa, ou não, relacionar o suspeito com o crime, o acusado não se demonstra muito

colaborativo para apresentá-lo, nem sempre respondendo ao que é requerido nas perguntas e procurando isentar-se da culpa durante a apresentação de relatos.

Enquanto, no desempenho da prática *buscando evidências de provas*, o inspetor de polícia solicita que os participantes apresentem indícios de provas que tenham relação direta com o delito, na realização da prática *buscando informações relacionadas indiretamente com o crime*, ele procura obter da vítima e do suspeito informações que estejam associadas indiretamente com o delito. Trataremos dessa prática a seguir.

5.4 BUSCANDO INFORMAÇÕES RELACIONADAS INDIRETAMENTE COM O CRIME

O inspetor de polícia tenta extrair do suspeito, da vítima (adulto e menores de idade) e da mãe da vítima informações que podem ter relação indireta com o crime. Há, por exemplo, um interrogatório em que o policial faz perguntas à mãe da vítima na busca de informações sobre o comportamento da vítima – uma criança de 4 anos de idade que sofreu abuso sexual – após a realização do crime pelo suspeito. Informações que dizem respeito à mudança de comportamento de uma criança pode ter relação indireta com o crime, já que, se o comportamento dela mudou no dia a dia, ela pode ter sido realmente abusada sexualmente.

Há outros interrogatórios em que o inspetor tenta obter informações associadas indiretamente com os delitos. No IP II, ele procura saber dos suspeitos informações sobre as pessoas que têm ou tiveram contato com a vítima estuprada. No IP VIII, ele busca informações com uma menor sobre o atual estado de saúde dela, uma vez que esta se encontra grávida do suspeito, e sobre a condição financeira do acusado, o qual garante o sustento dessa menor.

A apresentação ou confirmação de informações como essas por um dos participantes (vítima, suspeito, mãe da vítima) poderá ajudar o inspetor na apuração do crime, já que, por meio das respostas dadas por eles, ele pode conseguir alguma evidência que tenha indiretamente ligação com o fato criminal.

Para conseguir as informações aqui mencionadas, o policial faz uso de (i) perguntas no formato QU- (KOSHIK, 2002) para buscar informações ligadas indiretamente ao delito e solicitar explicações da vítima, do suspeito ou da mãe da vítima sobre alguma circunstância ligada indiretamente ao fato criminal; (ii) perguntas sim/não (RAYMOND, 2003, 2009) para confirmar algo já mencionado anteriormente nos interrogatórios; e (iii) perguntas

alternativas¹¹³ (KOSHIK, 2002) para os participantes poderem escolher uma das opções que as compõem, confirmando parte do conteúdo na pergunta.

Através das perguntas sim/não e das perguntas alternativas, o policial expõe o seu ponto de vista como forma de coagir as partes a apresentarem a informação que ele busca obter, i.e., ele apresenta, na pergunta, a informação que ele quer que as partes apresentem como resposta.

Embora encontremos essa prática de apurar nos IPs I, II e VIII (cf. quadro 04, p. 151), analisaremos, a seguir, dois fragmentos de fala, pertencentes ao mesmo interrogatório – *IPI: Assédio sexual de menor*, pois tal prática é recorrente nesse IP (6 ocorrências), e detectamos todos os tipos de pergunta descritos acima nesses fragmentos. No IP I, a mãe de um menino de 4 anos de idade acusa o suspeito (genro dessa senhora e cunhado da criança) de abusar sexualmente do menor (vítima). De acordo com o conteúdo do BO, lido pelo policial, a criança foi obrigada a praticar sexo oral com o suspeito, o qual nega ter cometido o crime.

No excerto seguinte, o policial faz perguntas à mãe da vítima para conseguir alguma informação sobre a mudança do comportamento da criança. Esse exemplo ocorre depois de a mãe relatar a sua versão dos fatos.

¹¹³ Outras denominações para esse tipo de pergunta são apresentadas por Kask (2012) e Snook et al. (2012). Estes denominam as perguntas alternativas como perguntas de escolha-forçada (*forced-choice*) e, aquela denomina essas perguntas como perguntas de proposta de opção (*option-posing questions*) (cf. definições dessas perguntas no subitem 2.3.3, do capítulo teórico). Na nossa análise, utilizaremos o termo perguntas alternativas para referir-se a esse tipo de pergunta.

Excerto 11: [IPI, 2007, 263-264:102-133]

0102 Mãe aí, lá que-que o médico falou realmente né? que tinha
0103 coisado isso, né? aí, o-o conselho tutelar↑ me
0104 encaminhou entendeu? pra eu vim aqui.
0105 Inspetor e a senhora fez tudo isso? levou ao médico tal.
0106 Mãe levei↓
→ 0107 Inspetor e ele tá-e o comportamento dele, como é que tá sendo?
0108 Mãe o comportamento dele?
→ 0109 Inspetor é↓ ele vai à aula, pra escolinha?
0110 Mãe ele tá na escolinha.
→ 0111 Inspetor ele tá indo na escolinha normalmente?
0112 Mãe tá↓
→ 0113 Inspetor tá. tá lanchando e jantando tudo direitinho?
0114 Mãe olha, isso aí ele nunca foi mesmo não↓
0115 Inspetor tá↓
0116 Mãe ele come- ele come mas só come uma vez por dia.
→ 0117 Inspetor então tá normal o comportamento dele?
0118 Mãe tá::
0119 Inspetor o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.((se dirige
0120 ao suspeito))
0121 Suspeito o que eu tenho pra falar com você, eu tenho uma filha,
0122 tenho sobrinho, tem um monte lá- e ele tomô raiva de
0123 mim, sabe por causa de quê? lá tem um montão de criança,
0124 aí foi um negócio de papagaio, só que pra ele ele queria
0125 papagaio que fazia de vareta, e eu fiz-só que aí eu
0126 peguei uma folha de caderno, amassei no meio e amarrei
0127 duas linhas e tal, aí eu falei, ô andré,eu não vou vou
0128 fazê pro cê senão as criança, daí ele arrumou um- e
0129 chorou pra caramba, aí desse dia pra lá ele tomô raiva
0130 de mim
0131 (0,2)
0132 Suspeito eu tenho filha também eu jamais faria isso com os
0133 meninos.

No início desse excerto, a mãe da vítima e o inspetor de polícia realizam ações que não estão relacionadas à prática *buscando informações relacionadas indiretamente com o crime*. Devido a isso, não analisaremos tais ações.

A prática, tratada nesta subseção, começa a ser desempenhada pelo policial, na linha 107, com a pergunta QU- “e ele tá-e o comportamento dele, como é que tá sendo?”, por meio da qual ele solicita uma explicação da mãe quanto ao comportamento da vítima após o crime. Essa pergunta dá abertura para a senhora apresentar informações relacionadas ao tema: o comportamento da criança, o qual é colocado em foco com o deslocamento do objeto direto “e o comportamento dele,” para o início da pergunta.

Como, no turno seguinte, a mãe apresenta um problema de entendimento à pergunta feita pelo policial, não há a produção de uma resposta à tal pergunta, mas o proferimento de uma pergunta pela mãe (“o comportamento dele?” – linha 108), demonstrando sua

incompreensão do que foi dito no turno anterior. Esse problema de entendimento é resolvido no próximo turno quando o policial repara a fala da linha 107 – reparo iniciado pelo outro e levado a cabo pelo falante da fonte de problema – (SCHEGLOFF, JEFFERSON, SACKS, 1977), confirmando o conteúdo da pergunta da mãe (“é↓”- linha 109) e questionando-a: “ele vai à aula, pra escolinha?” (linha 109). Nessa pergunta sim/não, o inspetor recupera o conteúdo inferencial presente no turno da linha 107, reformulando o que foi dito antes. O termo “comportamento” foi trocado pelos vocábulos “aula” e “escolinha”, especificando o que estaria atrelado ao comportamento do menor. Por meio dessa questão, o inspetor apresenta a informação que busca obter como resposta: se o menor vai à escola.

Na linha 110, a mãe confirma o conteúdo da pergunta “é↓ ele vai à aula, pra escolinha?” (linha 109), proferindo a UCT “ele tá na escolinha.”, na qual ela não indica mudança de comportamento do menino.

Em seguida, o policial, na linha 111, reformula a pergunta da linha 109, verificando com a mãe, através da pergunta sim/não, se a criança frequenta a escola: “ele tá indo na escolinha normalmente?”. O uso do advérbio “normalmente?” torna essa pergunta mais específica do que a questão da linha 109. Por meio da questão “ele tá indo na escolinha normalmente?” (linha 111), o investigador, mais uma vez, expõe a informação que quer obter da mãe e persegue a resposta desta da linha 110, a fim de fazer com que ela confirme a informação específica na pergunta. No próximo turno, tal informação é confirmada pela mãe (“tá↓” – linha 112).

No turno da linha 113, após a repetição da resposta da mãe (“tá.” – linha 113), o inspetor reformula a pergunta da linha 107, buscando confirmação de informação sobre um aspecto do comportamento do menor: a alimentação. Essa reformulação configura-se como uma pergunta sim/não (“tá lanchando e jantando tudo direitinho?” – linha 113), a qual é respondida, no turno seguinte, pela mãe da vítima “olha, isso aí ele nunca foi mesmo não↓” (linha 114), que alega não haver nenhuma mudança no hábito alimentar da criança. Nessa pergunta, nota-se que o policial substitui o vocábulo “comportamento” presente na linha 107 por “lanchando” e “jantando”, na linha 113, especificando quais elementos estão relacionados aos hábitos alimentares do menor. Por meio dessa questão, o inspetor tenta coagir a senhora, expondo a informação que deseja que ela apresente como resposta.

A análise desse excerto, até esse momento da interação, permite-nos notar que o inspetor, nas linhas 109, 111 e 113, reformula a pergunta “e ele tá-e o comportamento dele, como é que tá sendo?” (linha 107), a qual não foi compreendida pela mãe da vítima, a fim de não só tornar mais específico para a senhora o que estaria ligado ao termo “comportamento” (frequência na escola, o hábito alimentar), clareando a informação por ele requerida, mas também coagi-la, de modo que a mãe do menor apresente como resposta a informação que consta na pergunta.

Posteriormente à resposta da pergunta da linha 113, o inspetor, na linha 115, produz a UCT “tá↓”, indicando receber a informação da senhora, e, no turno seguinte, a mãe apresenta com que frequência o menor se alimenta (“ele come- ele come mas só come uma vez por dia.” – linha 116), acrescentando informação à resposta da linha 114.

Como forma de retomar tudo o que foi dito antes com relação ao comportamento do menor, o inspetor apresenta a pergunta sim/não “então tá normal o comportamento dele?” (linha 117), na qual ele avalia o comportamento do menor como “normal” e checa com a mãe como está a conduta da criança. Essa pergunta consiste em uma reformulação de tudo o que foi mencionando até o momento na interação, e ela finaliza o tópico relacionado ao comportamento do menino. Na linha 118, a mãe concorda com o conteúdo expresso em tal pergunta.

Em seguida, o policial apura o crime com o suspeito. Esse momento não será analisado aqui, dado que a pergunta “o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.” (linhas 119-120) é aberta e permite ao suspeito apresentar livremente sua versão sobre os fatos (cf. essa prática no subitem 5.1, deste capítulo).

Nesse fragmento de fala, podemos notar que, como o inspetor de polícia não conseguiu inicialmente (turno das linhas 107/108) obter uma resposta da mãe a respeito da conduta do menor posteriormente à ocorrência do crime, uma vez que a senhora demonstra não entender a pergunta “e ele tá-e o comportamento dele, como é que tá sendo?” (linha 107), ele procura torná-la mais clara para ela, fazendo reformulações (linhas 109,111, 113 e 117) para conseguir alguma informação sobre a mudança, ou não, do comportamento da criança. Nas reformulações feitas pelo policial, este demonstra seu ponto de vista, expondo, na pergunta, a informação que ele busca obter como resposta da mãe. Quando se trata de abuso sexual de criança, a obtenção de informações relacionadas ao seu comportamento cotidiano é importante, dado que alguma mudança na sua conduta, após o crime, pode ser um indicativo de ocorrência do delito.

No entanto, nesse trecho de fala analisado, a mãe não apresenta nenhuma resposta às perguntas que sinalize alguma modificação na conduta diária do menor. Isso pode levar o inspetor a concluir que o suspeito não cometeu o abuso sexual.

No próximo excerto, o policial investiga ainda o comportamento da criança com a mãe da vítima. Esse segmento de fala ocorre depois de o inspetor tentar extrair alguma informação sobre o possível delito com o menor:

Excerto 12: [IPI, 2007, 265:200-227]

0200 Inspetor o quê que levou a senhora a entender que isso era
0201 verdade.
0202 Mãe é porque, foi assim↓, ele comentou isso comigo, né, aí,
0203 foi assim, ele tava brigando-brincando-brigando com a
0204 minha neta, de tarde↓
0205 Inspetor hum.
0206 Mãe nós mora no mesmo terreiro, minha neta mora nos fundos.
0207 Inspetor quantos anos tem sua neta?
0208 Mãe oito-nove.
0209 Inspetor nove?
0210 Mãe aí, eu peguei e falei assim com ele, porque ele é
0211 violento, sabe↓, é:: qualquer coisa tá batendo, aí eu
0212 falei, filho, não fica brigando com ele assim não,
0213 porque quando você for lá, eles vão te tratar mal, aí
0214 ele falou assim, mãe eu não vou lá não.
→ 0215 Inspetor ele conversa bem ou tá tímido agora?
0216 Mãe tá tímido.
→ 0217 Inspetor ele conversa direitinho? tá tímido?
0218 Mãe ah tá::, no dia que eu fui levar ele lá, nossa senhora:
0219 Inspetor hum.
0220 Mãe aí ele pegou e falou assim, é::
0221 Inspetor eu quero saber da senhora o que te leva a acreditar que
0222 isso aconteceu, eu quero uma resposta simples da
0223 senhora, agora eu tô perguntando simples pra senhora.
0224 Mãe ah tá.
0225 Inspetor o quê que te leva a entender que isto aconteceu?
0226 Mãe ah::num sei:::, é porque é coisa que eu ouvi da boca
0227 dele.

Esse excerto é iniciado com o inspetor de polícia solicitando da mãe da vítima, nas linhas 200 e 201, um posicionamento com relação à ocorrência, ou não, do delito (cf. para maiores esclarecimentos dessa prática, sugerimos a leitura do subitem 5.6) (“o quê que levou a senhora a entender que isso era verdade.”). Respostas à tal solicitação são dadas pela mãe da vítima em diversos turnos (linhas: 202-204, 206 e 210-214). Não analisaremos as ações que os compõem, nem outras realizadas pelo policial (linhas 207, 209),

devido ao nosso foco nas ações que implementam a *prática buscando informações relacionadas indiretamente com o crime*.

Essa prática é executada pelo inspetor através da seguinte pergunta feita à mãe da vítima: “ele conversa bem ou tá tímido agora?” (linha 215). Nesse momento, ele busca informações que tenham relação com a mudança de comportamento do menor depois do abuso. Se o menor conversava normalmente antes do crime e, após este, passou a ficar mais inibido socialmente, isso pode ser um indicativo de que a criança foi realmente abusada.

Tal como no exemplo anterior, a obtenção de informações relacionadas ao comportamento da criança após o crime pode ter relação indireta com o delito, uma vez que a mudança da conduta dela pode sinalizar que ela sofreu violência sexual.

Quanto ao formato da pergunta “ele conversa bem ou tá tímido agora?” (linha 215), esta caracteriza-se como sendo alternativa, marcada pelo uso da conjunção “ou”. Nessa questão, o policial expõe a informação que busca obter da mãe da vítima, apresentando duas opções de resposta para ela. Na linha 216, a mãe da vítima opta por uma das alternativas como resposta, repetindo parte do conteúdo da pergunta “tá tímido.”.

De acordo com Kask (2012), essas perguntas alternativas, denominadas pela autora como perguntas em que se propõem opções, contaminam a informação a ser fornecida posteriormente, inibindo, assim, o interrogado de apresentar relatos mais completos sobre tudo o que realmente aconteceu. Essa contaminação da informação, a ser fornecida no turno seguinte, pode ser observada nesse fragmento em análise, pois a mãe da vítima escolhe uma das opções que compõe a pergunta, apresentando uma resposta restrita que confirma parte do que consta na elocução anterior.

Na linha 217, o policial faz as perguntas sim/não “ele conversa direitinho?” e “tá tímido?”, as quais são reformulações da pergunta alternativa no turno da linha 215. Por meio dessas perguntas, o inspetor de polícia persegue a resposta anterior da mãe, solicitando-lhe que reconfirme o que ela disse na linha 216. Por meio dessas perguntas, o inspetor coage a senhora a apresentar uma resposta que seja a informação que as compõem.

No turno posterior, a mãe profere inicialmente a UCT “ah tá::,” (linha 218) que parece ser uma resposta afirmativa ao conteúdo expresso na pergunta “tá tímido?” (linha 217). Logo após a UCT “ah tá::,” (linha 218), a mãe inicia a apresentação de um relato “no dia que eu fui levar ele lá, nossa senhora:”. A produção do continuador

“hum.” (linha 219) pelo inspetor, no turno seguinte, encoraja a mãe a continuar seu relato, que tem continuidade na linha 220 (“aí ele pegou e falou assim, é::”).

Apesar de o turno da linha 220 não ter sido finalizado, pois há, após a UCT “aí ele pegou e falou assim,”, o prolongamento da vogal “é::”, indicando que a mãe iria continuar com o relato; o inspetor toma o turno conversacional, requerendo novamente um posicionamento da mãe com relação à ocorrência, ou não, do delito (“eu quero saber da senhora o que te leva a acreditar que isso aconteceu,” – linhas 221-222) e expondo o tipo de resposta que deseja receber “eu quero uma resposta simples da senhora,” (linhas 222-223). Dentro do turno das linhas 221-223, ele avalia a ação que está desempenhando (“agora eu tô perguntando simples pra senhora.” – linha 223). Nesse instante da interação, ele retoma o assunto que inicia o excerto: o cometimento, ou não, do crime pelo suspeito. Conforme já expusemos, a análise detalhada dessa outra prática utilizada pelo inspetor para apurar o crime está na subseção 5.6, deste capítulo.

Como podemos observar, a prática de buscar informação relacionada indiretamente com o crime ocorreu inserida em uma sequência em que o inspetor requer da mãe da vítima uma posição sobre a ocorrência, ou não, do delito. O momento em que o policial busca informação sobre o comportamento do menor é iniciado na linha 215 e finalizado na linha 220 até que ele, no turno das linhas 221-223, solicita novamente uma posição da mãe, retomando a ação executada por ele nas linhas 200-201.

Nesse fragmento de fala, notamos que a mãe da vítima, ao confirmar que o menor encontra-se tímido, indica, para o policial, que houve alguma modificação na conduta do menor. Essas informações, que sinalizam a mudança de comportamento da criança, podem levar o inspetor de polícia concluir que o crime foi praticado pelo suspeito.

A fim de tentar obter alguma informação do menino de 4 anos que confirme o cometimento do crime pelo suspeito, o policial utiliza outra prática, a qual estudaremos a seguir.

5.5 ESTABELECENDO RELAÇÃO DE CONFIANÇA PARA BUSCAR INFORMAÇÕES SOBRE O CRIME

Essa prática de apurar crimes consiste na tentativa de o inspetor extrair informações de vítimas-crianças nos IPs. Ao interagir com crianças, ele age de forma descontraída, procurando entretê-las de modo que elas confiem nele e lhe digam algo que confirme, ou não, o caso.

Em interações com crianças, o policial convida a vítima para brincar, oferece-lhe um brinquedo na tentativa de levá-la a sentir-se à vontade e apresentar alguma informação que tenha relação com o ato criminal. Durante a realização dessas ações, o inspetor faz perguntas sim/não (RAYMOND, 2003, 2009) de polaridade tanto positiva quanto negativa. As perguntas do tipo sim/não, em alguns momentos da interação, ocorrem em série e inseridas dentro de um mesmo turno de fala, sendo classificadas, por Clayman e Heritage (2002), como perguntas em cascata (*cascades question*).

Essa prática ocorre apenas no IP I, onde o policial apresenta formas diferentes de falar ao interagir com a mãe da vítima, agindo de forma mais séria, menos descontraída, e com a vítima-criança, brincando com o menor para obter informações sobre o delito. Ao mudar seu modo de falar quando se dirige às pessoas com idades diferentes (um adulto e uma criança), o policial muda de *footing*¹¹⁴ (GOFFMAN, 1998 [1979]).

Nesta subseção, propor-nos-emos a analisar o único segmento de fala em que encontramos essa prática. No IP I, como mencionamos anteriormente, a mãe de um menino de 4 anos de idade registra um BO, acusando o suspeito de abusar sexualmente do menor. O suspeito nega ter cometido tal delito.

No excerto seguinte, o policial tenta obter alguma informação sobre o abuso com a criança:

¹¹⁴ Goffman (1998 [1979]) define *footing* como “o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção” (GOFFMAN, 1998 [1979], p. 70). De acordo com esse autor, os *footings* são os alinhamentos, uma vez que a mudança de *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros de acordo com a forma como conduzimos e recebemos uma elocução. Os *footings* sinalizam o que dizemos ou fazemos, bem como indicam como interpretamos o que é dito ou feito. Sugerimos a leitura do texto de Goffman (1998 [1979]) para aprofundamento desses conceitos.

Excerto 13: [IPI, 2007, 264-265:152-194]

0152 Inspetor a sua irmã fica em casa o dia inteiro?
0153 Mãe a minha filha?
0154 Inspetor é, a sua filha↓
0155 Mãe não, às vezes ela sai ué.
0156 Inspetor sai?
0157 Mãe é.
0158 Inspetor e a senhora trabalha?
0159 Mãe não.
0160 Inspetor a senhora fica em casa, cuidando dos afazeres de casa↓
0161 Mãe fico em casa.
0162 Inspetor entendi.
0163 (0,1)
0164 Inspetor é e-e-e-e-ele sempre reclamou disso ou foi a primeira
0165 vez que ele reclamou?
0166 Mãe não↓, ele me reclamou aquele dia né?
0167 Inspetor ((se dirige ao suspeito)) me espera lá fora um
0168 pouquinho, eu te chamo já já.
0169 Mãe ele reclamou aquele dia::
0170 Inspetor senta o menino ali.
0171 (0,8)
0172 Mãe aqui?
0173 Inspetor isso↓
0174 (0,2)
0175 Inspetor senta lá senhora.
0176 (0,3)
0177 Inspetor deixa eu te falar um negócio::
0178 Mãe no dia que eu fui levar ele lá no posto médico () ele
0179 ficou chorando,=
0180 Inspetor xô te perguntar um negócio.
0181 Mãe =ficou chorando,
0182 Inspetor andré, não::
0183 (0,2)
0184 Inspetor aqui ô, vou te dar um negócio.
0185 Mãe fala com ele meu filho, não vai te acontecer nada não↓
0186 ((o inspetor traz um brinquedo para a vítima))
→ 0187 Inspetor quer brincar? () quer sentar aqui na minha cadeira?
→ 0188 eu sento aí, quer? eu sento ali quer? senta lá, no meu
→ 0189 lugar.
0190 Mãe senta lá meu filho↓
→ 0191 Inspetor ouve aqui () quer falar comigo não?
0192 Mãe fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a
0193 mamãe,=
0194 Inspetor não quer falar, não quer falar não↓

Nesse segmento de fala, antes de o inspetor de polícia desempenhar a prática *estabelecendo relação de confiança para buscar informações sobre o crime*, na tentativa de

obter alguma informação do menino de 4 anos, ele interroga a mãe da vítima¹¹⁵. Na linha 152, ele inicia uma sequência de pergunta e resposta com a pergunta sim/não “a sua irmã fica em casa o dia inteiro?”, através da qual busca informações sobre a permanência de alguém em casa. Como o policial pergunta se a irmã da mãe da vítima fica em casa, a mãe da criança repara a fala do inspetor, apontando que não é a irmã, mas a filha (linha 153). Nesse momento, a sequência iniciada na linha 152 é interrompida por uma sequência de reparo, a qual é finalizada no turno da linha 154, quando o policial confirma o que foi reparado pela senhora “é, a sua filha”. Na linha 155, a mãe responde à pergunta da linha 152: “não,”, negando, a princípio, a permanência da filha em casa e, dentro do mesmo turno, apresenta a frequência com que a filha sai de casa “às vezes ela sai ué.” (linha 155). Em seguida, o policial pós-estende a sequência de pergunta e resposta (turnos: 152/155), repetindo parte da fala da senhora no turno anterior “sai?” (linha 156), como forma de checar a informação prestada pela mulher, na linha 155. Por meio dessa repetição, ele persegue a resposta da mãe anteriormente. Na linha 157, a mãe da vítima confirma a informação que ela prestou no turno 155 e encerra a sequência iniciada na linha 152.

O policial prossegue o interrogatório com a pergunta sim/não direcionada para a mãe da vítima “e a senhora trabalha?” (linha 158) para continuar investigando a permanência de pessoas em casa. Com essa pergunta, o investigador abre outra sequência de pergunta e resposta. No próximo turno, a senhora apresenta uma resposta que atende às restrições gramaticais expressas na pergunta (“não.” – linha 159). Logo após a essa resposta, o investigador reformula a pergunta “e a senhora trabalha?” (linha 158), especificando o conteúdo presente nela “a senhora fica em casa, cuidando dos afazeres de casa.” (linha 160). Nesse momento, ele pós-estende a sequência de pergunta e resposta do turno das linhas 158/159. Como resposta à reformulação, a senhora repete parte do que foi dito pelo policial no turno anterior “fico em casa.” (linha 161), confirmando a informação. A sequência iniciada com a pergunta “e a senhora trabalha?” (linha 158) é encerrada no turno da linha 162, com o proferimento, pelo inspetor, da UCT “entendi.”, sinalizando recebimento de informação.

Depois da pausa “0, 1” (linha 163), o policial muda o tópico da interação, verificando, por meio da pergunta alternativa “é e-e-e-e-ele sempre reclamou disso ou foi a

¹¹⁵ Mostraremos as ações executadas pelo policial antes de desempenhar a prática em foco desta subseção para que o nosso leitor perceba que ele muda de *footing*, ao falar de forma diferente quando se dirige a pessoas com faixa etária distinta.

primeira vez que ele reclamou?” (linhas 164-165), a frequência com que o menor comentou do abuso com a mãe. Na posição de SPP, a senhora apresenta como respostas as UCTs “não,,” (linha 166), que parece negar o conteúdo de parte da pergunta “foi a primeira vez que ele reclamou?”, e “ele me reclamou aquele dia né?” (linha 166), que indica a frequência com que o menino disse algo sobre o ocorrido.

Nas linhas 167-168, o policial pede para que o suspeito se retire da sala do interrogatório “me espera lá fora um pouquinho, eu te chamo já já.”, para começar a interagir com a criança. Posteriormente ao pedido, a mãe da vítima toma o turno e repete parte da resposta fornecida por ela na linha 166 (“ele reclamou aquele dia:” – linha 169).

No turno da linha 170, o inspetor pede à mãe da vítima que assente a criança em outra cadeira, para que ele possa fazer algumas perguntas à vítima. Após o policial determinar onde a criança e a mãe da vítima deveriam assentar (linhas 170, 173, 175), ele se dirige ao menor, anunciando que conversará com o menino e que lhe fará uma pergunta: “deixa eu te falar um negócio: ô andré!” (linha 177) e “xô te perguntar um negócio.” (linha 180).

Posteriormente à fala do inspetor “andré, não::: ” (linha 182) e à pausa “0,2” (linha 183), o policial oferece um brinquito à vítima “aqui ô, vou te dar um negócio.” e começa a “brincar” com o menino: “quer brincar? () quer sentar aqui na minha cadeira? eu sento aí, quer? eu sento ali quer? senta lá, no meu lugar.” (linhas 187-189). Nesse instante do IP, o investigador executa a prática *estabelecendo relação de confiança para buscar informações sobre o crime*.

Dentro do turno das linhas 187-189, o inspetor faz uma série de perguntas sim/não – de polaridade positiva – ao menor “quer brincar? () quer sentar aqui na minha cadeira? eu sento aí, quer? eu sento ali quer?” (linhas 187-188). De acordo com Clayman e Heritage (2002), essas várias perguntas que tratam do mesmo assunto e compõem um único turno de fala são perguntas em cascata. Há perguntas, através das quais ele cogita a possibilidade de trocar de lugar com o menor “quer sentar aqui na minha cadeira? eu sento aí, quer? eu sento ali quer?” (linhas 187-188). Ao fazer isso, o policial parece dar a oportunidade ao menino de assumir o papel de investigador, enquanto o próprio inspetor assume a posição de investigado (“vítima”). Essa iniciativa do policial, de trocar de posição com o menino, é uma maneira de levar a criança a sentir-se mais à vontade no ambiente da Delegacia e dizer alguma informação que confirme, ou não, a ocorrência do possível delito.

Na linha 191, o inspetor ainda tenta estabelecer um contato com o menino de modo menos formal “ouve aqui () quer falar comigo não?”, utilizando uma pergunta de polaridade negativa (“quer falar comigo não?”), porém ele não consegue obter informações sobre o abuso.

Nesse exemplo, podemos observar que o inspetor, inicialmente, faz perguntas à mãe de uma maneira mais séria, menos descontraída, tentando buscar ou checar informações com relação à permanência dela ou da filha em casa (linhas 152, 158). A permanência de uma das duas em casa pode ser uma pista para o policial concluir que o assédio sexual não tenha ocorrido, pois o suspeito encontraria dificuldades de ficar sozinho com a vítima e realizar o crime.

Com a pergunta alternativa “é e-e-e-e-ele sempre reclamou disso ou foi a primeira vez que ele reclamou?” (linhas 164-165), o inspetor tenta saber da mãe da vítima se a fala da criança sobre o possível abuso sexual é de rotina ou não. Dependendo da resposta da mãe, o inspetor pode deduzir se o possível delito ocorreu mais de uma vez ou não. Por meio dessa pergunta, o policial não tenta estabelecer nenhum tipo de brincadeira com a mãe. Entretanto, quando ele se dirige à criança, o seu modo de falar muda, pois apresenta um discurso mais descontraído, fazendo “brincadeiras” com o menino (linhas 187-189, 191) na tentativa de entreter a criança de modo que esta confie nele e lhe diga algo sobre o possível abuso sexual. Ao interagir de modo diferente com o menor e com a mãe, o policial muda de *footing*, alinhando-se de maneira distinta com o que é proferido e interpretado por ele do que é dito, ou não, pelas partes.

Nesse fragmento em análise, notamos ainda que a mãe da criança também muda de *footing*: ela deixa de relatar os fatos para o inspetor (linhas 178-179 e 181) e se dirige ao filho, demonstrando uma relação mais afetiva com a criança (marcada pelo uso de “meu filho”, “mamãe”) – “fala com ele meu filho,”; “senta lá meu filho!”; “fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a mamãe,=” (linhas 185, 190, 192-193), procurando também fazer com que o menino tenha confiança em falar com o policial – “não vai te acontecer nada não!” (linha 185).

Como o inspetor de polícia não consegue obter do menor nenhuma informação que comprove a ocorrência do delito, ele tenta conseguir da mãe da vítima um posicionamento com relação ao delito que não se baseie somente no relato da criança concedido a ela anteriormente ao interrogatório. Para isso, o policial utiliza a prática de apurar crime *solicitando ponto de vista dos participantes a respeito do crime*, que será mostrada na próxima subseção.

5.6 SOLICITANDO PONTO DE VISTA DOS PARTICIPANTES A RESPEITO DO CRIME

Quando há, nos IPs, vítimas-crianças, o inspetor de polícia solicita que o responsável por elas apresente um ponto de vista sobre o ocorrido. Essa prática é executada pelo policial pelo fato de as crianças, em suas narrativas, poderem apresentar fatos imaginários e não verídicos sobre o crime.

Apesar de vítimas-crianças não apresentarem, em alguns exemplos dos nossos dados, seu depoimento sobre o caso, mantendo-se em silêncio (cf. subitem 5.5, deste capítulo), elas relatam aos seus responsáveis legais fatos que os levam a procurar a Delegacia de Polícia para registrar o BO.

Como forma de o policial não se basear somente no que foi relatado pelas crianças aos pais, dado que elas podem estar mentindo ou podem misturar realidade com ficção durante a apresentação dos fatos, ele requer dos responsáveis uma posição sobre a ocorrência, ou não, do crime.

Essa prática de apurar é feita tanto por meio de perguntas do tipo QU- (KOSHIK, 2002), que são prefaciadas, ou não, pela expressão “eu quero saber ...”, quanto por perguntas sim/não (RAYMOND, 2003, 2009), introduzidas pela expressão “a senhora acha que...”. Enquanto estas projetam, na posição de SPP, respostas que confirmam, ou não, o fato criminal, aquelas requerem um posicionamento do responsável sobre o delito.

O policial também utiliza as perguntas alternativas (KOSHIK, 2002) para que o outro escolha uma das opções que as compõe, confirmando parte do conteúdo da pergunta. Em alguns momentos da interação, essas perguntas descritas configuram-se como reformulações de perguntas anteriores como forma de perseguir uma resposta do próximo falante (no caso, o responsável pela criança) que demonstre o envolvimento do suspeito com o crime.

Nos nossos dados, essas perguntas descritas acima podem ter relação temática entre si e ocorrer em série dentro de um único turno de fala, sendo caracterizadas como perguntas em cascata (*cascades question*) (CLAYMAN, HERITAGE, 2002). No único interrogatório em que o policial realiza tal prática (IP I), ele utiliza essas perguntas para tentar conseguir da mãe da vítima uma conclusão com relação ao delito que não se baseie somente no relato da vítima (no caso, um menino de 4 anos de idade), concedido a ela antes do início do processo de inquérito (isto é, antes da edição do BO).

O desempenho dessa prática de apurar crimes pelo inspetor é relevante nesse interrogatório, uma vez que ele precisa ter certeza de que o delito aconteceu para poder encaminhar o caso ao judiciário.

No segmento de fala seguinte, o inspetor de polícia solicita o ponto de vista da mãe da vítima em diversos turnos:

Excerto 14: [IPI, 2007, 265-266:187-249]

- 0187 Inspetor quer brincar? () quer sentar aqui na minha cadeira?
0188 eu sento aí, quer? eu sento ali quer? senta lá, no meu
0189 lugar.
0190 Mãe senta lá meu filho!
0191 Inspetor ouve aqui () quer falar comigo não?
0192 Mãe fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a
0193 mamãe,=
0194 Inspetor não quer falar, não quer falar não!
0195 Mãe =do mesmo jeito.
→ 0196 Inspetor não quer falar! o quê levou a senhora a entender que
→ 0197 isto era verdade? é isso que eu quero entender.
0198 Mãe hum?
→ 0200 Inspetor o quê que levou a senhora a entender que isso era
→ 0201 verdade.
0202 Mãe é porque, foi assim!, ele comentou isso comigo, né, aí,
0203 foi assim, ele tava brigando-brincando-brigando com a
0204 minha neta, de tarde!
0205 Inspetor hum.
0206 Mãe nós mora no mesmo terreiro, minha neta mora nos fundos.
0207 Inspetor quantos anos tem sua neta?
0208 Mãe oito-nove.
0209 Inspetor nove?
0210 Mãe aí, eu peguei e falei assim com ele, porque ele é
0211 violento, sabe!, é:: qualquer coisa tá batendo, aí eu
0212 falei, filho, não fica brigando com ele assim não,
0213 porque quando você for lá, eles vão te tratar mal, aí
0214 ele falou assim, mãe eu não vou lá não.
0215 Inspetor ele conversa bem ou tá tímido agora?
0216 Mãe tá tímido.
0217 Inspetor ele conversa direitinho? tá tímido?
0218 Mãe ah tá::, no dia que eu fui levar ele lá, nossa senhora:
0219 Inspetor hum.
0220 Mãe aí ele pegou e falou assim, é::
→ 0221 Inspetor eu quero saber da senhora o que te leva a acreditar que
→ 0222 isso aconteceu, eu quero uma resposta simples da
→ 0223 senhora, agora eu tô perguntando simples pra senhora.
0224 Mãe ah tá.
→ 0225 Inspetor o quê que te leva a entender que isto aconteceu?
0226 Mãe ah::num sei:::, é porque é coisa que eu ouvi da boca
0227 dele.
→ 0228 Inspetor e o quê que [a senhora acha?=
0229 Mãe [é coisa que eu ouvi da boca dele:
→ 0230 Inspetor =a senhora acha que aconteceu pelo que a senhora conhece
→ 0231 do seu vizinho aí?
0232 Mãe é-é como se diz né? prova né, esta palavra prova, a
0233 gente não pode ter:
→ 0234 Inspetor eu não tô perguntando prova!, eu tô te perguntando
→ 0235 simplezinho, o quê que te leva a concluir que isso
→ 0236 aconteceu, seu filho já reclamou isso alguma vez ou foi
→ 0237 a primeira? o quê que a senhora conclui, porque eu

→ 0238 dependo do que a senhora falar pra falar com ele.
0239 Mãe não:::o que ele: não
0240 (0,1)
0241 Mãe ele não falou mais vezes não, foi só aquela mesmo.
0242 Inspetor quatro anos, saber o sexo oral, como é que é, né?
0243 (0,2)
0244 Inspetor então eu concludo que possa ter existido isso, não é
0245 isso? não é isso? porque ele não tem acesso a este tipo
0246 de foto, de filme, ou tem?↓
0247 Mãe não↓
0248 Inspetor não, não tem isso não
0249 (0,3)

Depois de o policial tentar extrair alguma informação da criança, nos turnos das linhas 187-189, 191 (cf. subitem 5.5, deste capítulo) e da produção das UCTs “não quer falar, não quer falar não↓” (linha 194) e “não quer falar↓” (linha 196), as quais dizem respeito à atitude do menor de não apresentar nenhum depoimento sobre o ocorrido, o inspetor de polícia solicita um posicionamento da mãe da vítima com relação ao entendimento dela sobre a ocorrência, ou não, do delito (“o quê levou a senhora a entender que isto era verdade?” – linhas 196-197). Essa solicitação é realizada por uma pergunta do tipo QU- e é seguida pela elocução “é isso que eu quero entender.” (linha 197).

Como a mãe da vítima parece não compreender o que foi dito pelo policial no turno anterior, dizendo “hum?” (linha 198), o inspetor repete a pergunta “o quê levou a senhora a entender que isto era verdade?” (linhas 196-197), no turno das linhas 200-201 (“o quê que levou a senhora a entender que isso era verdade.”) como forma de reparar o problema de entendimento tido pela senhora com relação à pergunta das linhas 196-197 (reparo iniciado pelo outro e levado a cabo pelo falante da fonte de problema-SCHEGLOFF, JEFFERSON, SACKS, 1977).

No turno posterior à pergunta QU- (“o quê que levou a senhora a entender que isso era verdade.” – linhas 200-201), a mãe da vítima demonstra compreender o que lhe foi perguntado, apresentando a resposta: “é porque, foi assim↓, ele comentou isso comigo, né,” (linha 202), na qual ela explica ao policial como soube do ocorrido. Nessa resposta, a mãe, baseando-se no relato do menor apresentado a ela antes de procurar a polícia, confirma que o crime aconteceu.

Depois dessa confirmação com relação ao abuso sexual cometido pelo suspeito, diversas ações são executadas tanto pelo inspetor quanto pela mãe da vítima até a

reformulação da pergunta “o quê que levou a senhora a entender que isso era verdade.” (linhas 200-201) no turno das linhas 221-223. Destacam-se tais ações¹¹⁶: (i) o relato de fatos apresentados pela mãe (“aí, foi assim, ele tava brigando-brincando-brigando com a minha neta, de tarde!” – linhas 202-204; “nós mora no mesmo terreiro, minha neta mora nos fundos.” – linha 206; “aí, eu peguei e falei assim com ele, porque ele é violento, sabe!, é:: qualquer coisa tá batendo, aí eu falei, filho, não fica brigando com ele assim não, porque quando você for lá, eles vão te tratar mal, aí ele falou assim, mãe eu não vou lá não.” – linhas 210-214; “ah tá::, no dia que eu fui levar ele lá, nossa senhora:” – linha 218; “aí ele pegou e falou assim, é::” – linha 220); (ii) o questionamento do inspetor à mãe, buscando informações relativas à idade da neta da mulher (“quantos anos tem sua neta?” – linha 207; “nove?” – linha 209), e as respostas fornecidas pela senhora (“oito-nove.” – linha 208); (iii) o questionamento do inspetor à mãe quanto à mudança, ou não, de comportamento do menor após o crime (“ele conversa bem ou tá tímido agora?” – linha 215); (iv) e a resposta apresentada pela mãe (“tá tímido.” – linha 216).

Visto que várias ações, não associadas à prática *solicitando ponto de vista dos participantes a respeito do crime*, foram realizadas pela mãe da vítima e pelo inspetor depois da sequência de pergunta e resposta dos turnos das linhas 200-201/202-204, o policial retoma a pergunta das linhas 201-202, no turno das linhas 221-223, como forma de requerer novamente da mãe um posicionamento com relação à ocorrência, ou não, do delito (“eu quero saber da senhora o que te leva a acreditar que isso aconteceu,” – linhas 221-222).

Quanto à forma, a pergunta do tipo QU- “eu quero saber da senhora o que te leva a acreditar que isso aconteceu,” (linhas 221-222) é prefaciada pela expressão “eu quero saber da senhora”. Ela se configura também como uma reformulação do que foi perguntado nas linhas 200 e 201, pois o policial mantém o conteúdo inferencial presente na questão “o quê que levou a senhora a entender que isso era verdade.” (linhas 200-201), modificando o tempo verbal passado para presente, tornando o acontecimento mais próximo da atualidade para a mãe, e trocando o verbo “entender” por “acreditar”, requerendo da senhora uma posição que se baseie na crença, na suposição de ter acontecido o delito e não na observação dos fatos para a construção de um entendimento do que aconteceu.

¹¹⁶ Não analisaremos com detalhes essas ações devido ao foco desta subseção na prática em que o inspetor solicita ponto de vista dos participantes a respeito do crime.

Em seguida, ele avalia o tipo de resposta que deseja da mãe (“eu quero uma resposta simples da senhora,” – linhas 222-223) e a ação executada por ele (“agora eu tô perguntando simples pra senhora.” – linha 223). Nesse instante da interação, o inspetor de polícia procura levar a mãe a focar em apresentar a informação requerida na pergunta – uma posição da senhora quanto ao cometimento, ou não, do abuso sexual pelo suspeito – e a não ficar relatando fatos que não dizem respeito ao que o policial procura saber.

Na linha 224, a mãe concorda com o que foi dito pelo policial no turno anterior “ah tá.”, demonstrando entender o que ele está perguntando, e, no próximo turno, o inspetor reformula a pergunta das linhas 221-222 (“eu quero saber da senhora o que te leva a acreditar que isso aconteceu,”), solicitando, novamente, o ponto de vista da mãe com relação ao acontecido (“o quê que te leva a entender que isto aconteceu?” – linha 225). Nessa reformulação, a qual consiste em uma pergunta QU-, o investigador recupera o conteúdo inferencial presente na pergunta das linhas 221-222 e substitui o verbo “acreditar” por “entender”, contribuindo para que a senhora apresente uma resposta que parta do entendimento construído por ela a partir dos fatos narrados pelo menor.

Na linha 226, embora a mãe da criança não apresente, inicialmente, uma posição do acontecimento do crime, alegando “ah::num sei:::,”, ela expõe uma justificativa “é porque é coisa que eu ouvi da boca dele.” (linhas 226-227), através da qual parece demonstrar um entendimento do acontecido a partir do que foi dito pela criança.

No turno seguinte, o policial solicita, mais uma vez, o ponto de vista da mãe sobre o abuso sexual, fazendo outra pergunta QU- “e o quê que [a senhora acha?=” (linha 228), que é uma reformulação da pergunta “o quê que te leva a entender que isto aconteceu?” (linha 225). Em sobreposição à fala do inspetor, a senhora repete parte da resposta apresentada por ela nas linhas 226 e 227, reafirmando que o que ela sabe sobre o ocorrido é baseado no relato do menor (“[é coisa que eu ouvi da boca dele:” – linha 229).

Como a mãe da vítima pauta-se na visão do menor sobre o caso, não apresentando nenhuma posição que garanta a ocorrência do delito, o policial insiste em perguntar-lhe novamente: “=a senhora acha que aconteceu pelo que a senhora conhece do seu vizinho aí?” (linhas 230-231). Em relação às perguntas QU- dos turnos anteriores (linhas: 196-197; 200-201; 221-223; 225 e 228), as quais dão abertura para a senhora apresentar uma resposta mais extensa no turno seguinte, essa pergunta sim/não restringe o escopo de resposta

no próximo turno, cabendo à senhora responder apenas “sim” ou “não” para corroborar, ou não, a realização do delito pelo suspeito.

Em termos estruturais, a pergunta sim/não “=a senhora acha que aconteceu pelo que a senhora conhece do seu vizinho aí?” (linhas 230-231) é introduzida pela expressão “=a senhora acha que” e é composta por um conteúdo que não foi expresso nas questões anteriores “a senhora conhece do seu vizinho aí?”, que diz respeito ao conhecimento que a mulher tem do suspeito por ela conviver com ele no mesmo terreno, conforme mencionado na linha 206 “nós mora no mesmo terreiro, minha neta mora nos fundos.”. Tal como as perguntas das linhas 225, 228, essa pergunta sim/não é também uma reformulação dessas questões anteriores e tem a função de perseguir uma resposta da mãe da vítima que indique o envolvimento do suspeito com o abuso sexual.

Nas linhas 232-233, a mãe não apresenta uma resposta associada às restrições que compõem a forma gramatical da pergunta sim/não (“=a senhora acha que aconteceu pelo que a senhora conhece do seu vizinho aí?” – linhas 230-231), ou seja, ela não apresenta uma resposta de tipo conformativo “sim” ou “não”, mas mostra dificuldade de apresentar provas (“é-é como se diz né? prova né, esta palavra prova, a gente não pode ter:” – linhas 232-233).

Posteriormente, o policial toma o turno e se contrapõe ao que foi alegado pela senhora “eu não tô perguntando prova↓,” (linha 234). Dentro do turno das linhas 234-238, ele continua desempenhando a prática *solicitando ponto de vista dos participantes a respeito do crime*, refazendo as perguntas anteriores como forma de solicitar a conclusão da senhora com relação ao cometimento, ou não, do abuso sexual pelo suspeito. A primeira pergunta “o quê que te leva a concluir que isso aconteceu,” (linhas 235-236), presente nesse turno, configura-se como QU- e é anteposta por uma avaliação da ação executada pelo inspetor “eu tô te perguntando simplezinho,” (linhas 234-235).

Dentro ainda do mesmo turno, o inspetor faz duas perguntas: uma, composta por duas alternativas “seu filho já reclamou isso alguma vez ou foi a primeira?” (linhas 236-237), e outra, do tipo QU- “o quê que a senhora conclui,” (linha 237). Na primeira, o policial requer que a mãe confirme uma das opções que compõe a questão, enquanto, na segunda, ele requer, mais uma vez, um posicionamento da senhora sobre o delito. Após essas perguntas, ele justifica o motivo pelo qual deseja obter esse posicionamento (“porque eu dependo do que a senhora falar pra falar com ele.” – linhas 237-238). Para entendimento do nosso leitor

sobre essa elocução, ressaltamos que, nesse momento do interrogatório, o suspeito não se encontra na sala onde acontece o evento, estando presentes a mãe da criança, a vítima e o policial.

Ao final das elocuições: “o quê que te leva a concluir que isso aconteceu,” (linhas 235-236); “seu filho já reclamou isso alguma vez ou foi a primeira?” (linhas 236-237), “o quê que a senhora conclui,” (linha 237), houve a finalização prosódica, sintática e pragmática para que a mãe tomasse o turno, no entanto, isso não aconteceu, permanecendo o piso conversacional com o inspetor de polícia. Isso mostra o caráter assimétrico da conversa no interrogatório, sendo o policial quem estabelece o controle da interação.

Essas várias perguntas feitas ao próximo falante sem dar-lhe oportunidade de respondê-las, uma de cada vez, são denominadas por Snook et al. (2012) como perguntas múltiplas. Já para Clayman e Heritage (2002), diversas perguntas, que tratam de um mesmo assunto e proferidas em único turno são denominadas de perguntas em cascata (*cascades question*)¹¹⁷.

Após a finalização prosódica, sintática e pragmática da UCT “porque eu dependo do que a senhora falar pra falar com ele.” (linhas 237-238), a mãe da vítima toma o turno nas linhas 239 e 241, apresentando uma resposta somente à pergunta “seu filho já reclamou isso alguma vez ou foi a primeira?” (linhas 236-237): “não:::o que ele: não ” e “ele não falou mais vezes não, foi só aquela mesmo.”. Nesse momento, a mãe do menor se desvia do que o policial procura saber com a questão “o quê que a senhora conclui,” (linha 237).

Na linha 242, o inspetor solicita da senhora uma explicação para o fato de uma criança ter conhecimento do que seja sexo oral: “quatro anos, saber o sexo oral, como é que é, né?”. No turno seguinte, a mãe mantém-se em silêncio, marcado pela pausa “0,2” (linha 243).

O policial toma o turno, mais uma vez, nas linhas 244-246, apresentando a afirmativa “então eu concluo que possa ter existido isso,” (linha 244), através da qual ele demonstra o seu próprio posicionamento quanto ao caso criminal. Seguindo-se a essa afirmação, ele profere duas vezes a expressão “não é isso?” (linhas 244-245), para que a mãe confirme o conteúdo afirmado.

Novamente, o inspetor controla a interação, continuando com o piso conversacional, proferindo outra pergunta dentro do turno das linhas 244-246: “porque ele não tem acesso a este tipo de foto, de filme, ou tem?↓” (linhas 245-246), buscando um indicativo de que o menor pode ter conhecimento do que seja sexo oral a partir de filmes eróticos. A mãe apresenta uma resposta a essa questão “não↓” (linha 247), sendo esta repetida

¹¹⁷ Como nossa pesquisa baseia-se na ACE, utilizaremos a terminologia proposta por Clayman e Heritage (2002).

“não,” (linha 248) e reformulada “não tem isso não” (linha 248) pelo policial no próximo turno, a fim de fazer com que a mãe confirme o que ela disse na linha 247. No entanto ela se mantém em silêncio no turno seguinte “0,3” (linha 249).

Conforme podemos observar, nesse fragmento de fala, o inspetor de polícia solicita um ponto de vista da mãe com relação à ocorrência, ou não, do crime em vários turnos (linhas 196-197; 200-201; 221-223; 225; 228; 230-231; 234-238). Visto que a mãe da vítima não apresentou a informação requerida logo após a primeira pergunta (linhas 196-197), o policial continuou questionando-a em vários momentos.

Essa persistência por parte do inspetor em repetir e reformular a pergunta de solicitação na tentativa de conseguir algum posicionamento da mãe tem relação com a necessidade dele de ter certeza de que o crime aconteceu para formalizar o inquérito policial.

Enquanto, nessa prática de apurar crimes, o inspetor de polícia solicita o ponto de vista dos participantes sobre o crime para se certificar de que o suspeito cometeu a infração, na prática que mostraremos a seguir, o investigador solicita explicações dos participantes sobre circunstâncias relacionadas ao crime. Passemos agora para a análise do exemplo dessa prática.

5.7 SOLICITANDO EXPLICAÇÕES DOS PARTICIPANTES SOBRE CIRCUNSTÂNCIAS RELACIONADAS AO CRIME

Essa prática é composta por perguntas do tipo QU- (KOSHIK, 2007), seguidas, ou não, por formulações como “a senhora me explica isso pra eu entender.”. Através dessas perguntas, o inspetor de polícia solicita explicações dos suspeitos e do responsável legal pela vítima sobre circunstâncias relacionadas ao crime (e.g. como foi o acesso do suspeito à casa da vítima; por que o suspeito bateu na mulher; como uma criança sabe o que é sexo oral, etc.). Ela é distinta da prática de solicitação do ponto de vista dos participantes a respeito do crime, uma vez que nesta o policial requer um posicionamento da mãe da vítima, que não se baseie apenas no relato de uma criança, sobre o cometimento do crime pelo suspeito, ou seja, ele tenta obter da senhora uma posição ou conclusão sobre a ocorrência do delito, enquanto que *na solicitação de explicações dos participantes sobre circunstâncias relacionadas ao crime*, ele busca esclarecimentos dos suspeitos e do responsável pela vítima sobre a situação associada ao crime para entender o caso.

Nos dados, algumas das perguntas do tipo QU- são prefaciadas pelo elemento “mas”. Tal como exposto por Jol e Houwen (2014) (cf. subitem 2.3.3, do capítulo teórico), perguntas prefaciadas por “mas” retomam o tópico anterior como sendo o principal e mais importante a ser tratado.

O conteúdo das perguntas feitas pelo inspetor durante a realização dessa prática é baseado no seu conhecimento de mundo ou nas informações prestadas pelos participantes (suspeito ou responsável pela vítima) no turno anterior ou em instantes anteriores ao interrogatório.

Essas perguntas, por meio das quais o inspetor requer explicações dos participantes sobre circunstâncias ligadas ao crime, são denominadas por Marques (2008) como perguntas de encurralamento, que, conforme expusemos na subseção 2.3.3, do capítulo teórico, servem para desacreditar ou mudar algum ponto anteriormente fornecido pelo suspeito ou pelo responsável pela vítima para que a verdade emerja na DRCCM.

Embora essa prática de apurar crimes seja desempenhada pelo policial nos IPs I, III, IV e VIII (cf. quadro 04, p. 151), analisaremos apenas um fragmento de fala, extraído do IP I, pois tal prática é mais recorrente nesse IP (3 ocorrências) do que nos outros, e encontramos todos os tipos de perguntas descritos acima no excerto 15, no qual perguntas são direcionadas tanto para o suspeito quanto para a mãe da vítima. Esse exemplo ocorre depois de o policial deixar a mãe do menino de 4 anos de idade apresentar sua versão dos fatos e verificar com ela se a criança mudou de comportamento após ter sofrido o abuso sexual:

Excerto 15: [IPI, 2007, 264:119-150]

0119 Inspetor o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.((se dirige
0120 ao Suspeito))
0121 Suspeito o que eu tenho pra falar com você, eu tenho uma filha,
0122 tenho sobrinho, tem um monte lá- e ele tomô raiva de
0123 mim, sabe por causa de quê? lá tem um montão de criança,
0124 aí foi um negócio de papagaio, só que pra ele ele queria
0125 papagaio que fazia de vareta, e eu fiz-só que aí eu
0126 peguei uma folha de caderno, amassei no meio e amarrei
0127 duas linhas e tal, aí eu falei, ô andré,eu não vou vou
0128 fazê pro cê senão as criança, daí ele arrumou um- e
0129 chorou pra caramba, aí desse dia pra lá ele tomô raiva
0130 de mim
0131 (0,2)
0132 Suspeito eu tenho filha também eu jamais faria isso com os
0133 meninos.
→ 0134 Inspetor mas como é que um menino de quatro anos de idade vai
→ 0135 saber como é que é chupar, como é que é isso?
0136 Suspeito () eu falei até com a mãe dele (), a briga comigo
0137 é por causa de papagaio.
→ 0138 Inspetor tá:: mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein? a
→ 0139 senhora me explica isso pra eu entender.
0140 Mãe ah:: num sei↓
→ 0141 Inspetor pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode ter
→ 0142 visto?
0143 Suspeito não::↓ele não vive lá em casa-eu-eu trabalho ()
0144 Inspetor e trabalha onde?
0145 Suspeito eu trabalho na amarerer ué↓
0146 Inspetor hein? na amarerer?
0147 Suspeito é trabalho, pego das sete horas da manhã e saio às duas.
0148 Mãe mas hein, desde este dia pra cá eu tenho cortado
0149 entendeu?
0150 Inspetor tem cortado.

Antes de o inspetor de polícia começar a desempenhar a prática *solicitando explicações dos participantes sobre circunstâncias relacionadas ao crime*, ele busca o relato livre do suspeito com relação ao delito, por meio da pergunta QU- aberta “o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.” (linha 119) (cf. subitem 5.1, deste capítulo), que inicia uma sequência de pergunta e resposta. Na posição de SPP, o suspeito anuncia, inicialmente, o que irá fazer (“o que eu tenho pra falar com você,” – linha 121), começa o relato (“eu tenho uma filha, tenho sobrinho,” – linhas 121-122), sendo a UCT (“tem um monte lá-” – linha 122) autointerrompida, e dá explicações ao policial sobre o que aconteceu entre o menino de 4 anos e ele: “e ele tomô raiva de mim, sabe por causa de quê? lá tem um montão de criança, aí foi um negócio de papagaio, só que pra ele ele queria papagaio que fazia de vareta, e eu fiz-só que aí eu peguei uma folha de caderno, amassei no meio e amarrei duas linhas e tal, aí eu falei, ô andré,eu não vou vou fazê pro cê senão as criança, daí ele arrumou um- e

chorou pra caramba, aí desse dia pra lá ele tomô raiva de mim ” (linhas 122-130)¹¹⁸. Após a uma pausa “0,2” (linha 131), ele apresenta uma justificativa, por meio da qual se isenta da culpa “eu tenho filha também eu jamais faria isso com os meninos.” (linhas 132-133). Tal justificativa encerra a sequência de pergunta e resposta iniciada no turno das linhas 119-120.

Nas linhas 134-135, o inspetor de polícia começa a desempenhar a prática de apurar crimes *solicitando explicações dos participantes sobre circunstâncias relacionadas ao crime*, abrindo outra sequência de pergunta e resposta com as perguntas QU-: “mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar,” e “como é que é isso?”.

Como o suspeito, dentro do turno das linhas 121-130 e 132-133, não apresentou informações que pudessem indicar sua relação com o crime, o policial retoma o tópico inicial relativo ao abuso sexual em específico, introduzido com a pergunta “o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.” (linha 119), ao lançar a questão “mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar,” (linhas 134-135), prefaciada pelo elemento “mas” (JOL, HOUWEN, 2014). Com essa pergunta prefaciada por “mas”, o policial muda também a prática de apurar o crime, não possibilitando ao suspeito apresentar, por meio de relatos, sua versão dos fatos, tal como fez com a pergunta das linhas 119-120, mas requerendo uma explicação sobre de que forma uma criança sabe como se pratica sexo oral. No que se refere ao conteúdo dessa pergunta (linhas 134-135), pode-se dizer que ela é baseada no conhecimento de mundo do inspetor, pois, na nossa cultura, não é comum uma criança de 4 anos de idade saber o que é sexo oral, a não ser que tenha sido abusada sexualmente ou tenha visto isso em filmes, revistas com algum adulto dando-lhes explicações disso.

Por meio da questão “como é que é isso?” (linha 135), o investigador também solicita que o interrogado lhe dê esclarecimentos sobre como uma criança entende o que seja sexo oral. O pronome demonstrativo anafórico “isso” retoma o que foi dito na UCT anterior “mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar,” (linhas 134-135).

Marques (2008) denomina perguntas como essas duas “mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar,” e “como é que é

¹¹⁸ Não exploraremos com detalhes ações que não estão relacionadas à prática em foco nesta subseção.

isso?” (linhas 134-135) como perguntas de encurralamento, através das quais o policial procura encurralar o outro para que este lhe forneça esclarecimentos de fatos, até o momento, não apresentados.

No turno seguinte, o suspeito não apresenta uma resposta que contenha a informação requerida por essas perguntas, explicando ao policial o motivo pelo qual houve uma desavença entre o acusado e o menino “() eu falei até com a mãe dele (), a briga comigo é por causa de papagaio.” (linhas 136-137). Na linha 138, o investigador pós-expande a sequência de pergunta e resposta dos turnos das linhas 134-135/136-137 com o proferimento da UCT “tá↓::”, que não só indica recebimento da informação fornecida pelo suspeito, mas também encerra a sequência de pergunta e resposta – terceiro turno de encerramento de sequência (SCHEGLOFF, 1995).

Dentro do turno das linhas 138-139, o inspetor inicia mais uma sequência de pergunta e resposta com a pergunta do tipo QU- “mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein?” (linha 138), prefaciada pelo elemento “mas”. Visto que o suspeito não explicou aquilo que o inspetor de polícia solicitou na pergunta das linhas 134-135, o investigador, através da pergunta “mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein?” (linha 138), retoma o tópico tratado na questão das linhas 134-135, que diz respeito ao entendimento do menino do que seja abuso sexual. Entretanto, há uma diferença entre as questões “como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar,” (linhas 134-135) e “mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein?” (linha 138): a primeira é direcionada ao suspeito e é composta estruturalmente pelo elemento “como”; já a segunda é dirigida à mãe do menino e é constituída pelo elemento “onde”, requerendo uma informação mais específica da responsável pela criança: o local onde o garoto pode ter tido acesso ao que seja sexo oral. Dentro do mesmo turno em que essa última pergunta é produzida, o policial apresenta a formulação “a senhora me explica isso pra eu entender.”, solicitando-lhe uma explicação com relação ao fato de uma criança de 4 anos entender o ato sexual cometido pelo suspeito. Nesse momento, o inspetor, mais uma vez, procura encurralar o outro, tentando fazer com que a mãe lhe dê algum esclarecimento, até então, omitido por ela (MARQUES, 2008).

Na posição de SPP à solicitação, a mãe da vítima profere a elocução “ah:: num sei↓” (linha 140), não colaborando com o policial na apresentação da explicação requerida. Ao dizer isso, a mãe da vítima esquiva-se da pergunta feita pelo investigador. Devido a esse tipo de

resposta da senhora, ele pós-expande a sequência de pergunta e resposta (turnos: 138-139/140), reformulando a questão “mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein?” (linha 138) como forma de solicitar do suspeito uma explicação sobre onde o menor pode ter tido acesso ao que seja sexo oral (“pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode ter visto?” – linhas 141-142). Como na pergunta “pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode ter visto?” (linhas 141-142), o inspetor apresenta uma informação a mais à pergunta anterior, alegando que o menor possivelmente frequentava a casa do suspeito, dado que isso foi mencionado pela mãe da criança em momentos anteriores nesse IP.

No turno posterior à questão das linhas 141-142, o suspeito não apresenta o que foi requerido na UCT “onde é que ele pode ter visto?” (linhas 141-142), mas responde o que consta na UCT “se ele vive na tua casa,” (linha 141), contrapondo-se à suposição apontada pelo policial anteriormente (“não::↓ele não vive lá em casa-eu-eu trabalho ()” – linha 143). Através dessa resposta, o suspeito não só procura isentar-se da culpa, explicando o motivo pelo qual o menor não frequenta a casa do acusado “ele não vive lá em casa-eu-eu trabalho ()” (linha 143), mas também muda o tópico da conversa, levando o policial, nos turnos das linhas 144 e 146, a deixar de tratar do possível abuso sexual para buscar informação do local onde o suspeito trabalha. O desempenho da prática de apurar em foco, nesta subseção, é interrompido nesse momento da interação.

Embora o policial, nesse segmento de fala, tenha requerido, por meio de perguntas QU-, tanto do suspeito quanto da mãe da vítima, uma explicação sobre como e onde o menor poderia ter tido contato com o que seja sexo oral, as partes não trouxeram à tona nenhuma informação que lhe desse um esclarecimento disso.

Além de o inspetor de polícia solicitar explicações dos participantes sobre a situação ligada ao crime, ele parte de informações presentes no BO para apurar os delitos. Estudaremos essa prática, especificamente, no próximo subitem.

5.8 BUSCANDO INFORMAÇÕES SOBRE O CRIME A PARTIR DO CONTEÚDO NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

O policial procura conseguir com suspeitos e vítimas (adultas e crianças) alguma informação sobre a ocorrência do possível delito, realizando perguntas que têm relação com o conteúdo presente no BO¹¹⁹.

Diferentemente da prática em que o policial busca informações relacionadas indiretamente com o crime, na busca de informações partindo do que consta no boletim de ocorrência, ele procura obter das vítimas e suspeitos informações que tenham ligação direta com os fatos criminais.

Como ferramenta para desempenhar essa última prática, o policial utiliza as perguntas sim/não (RAYMOND, 2003, 2009) e as *tag questions* (HEPBURN, POTTER, 2009) para checar com vítimas e suspeitos informações constantes no BO. Ele usa também as perguntas do tipo QU- (KOSHIK, 2002) para buscar informações que tenham relação direta com os fatos no documento. Perguntas alternativas (KOSHIK, 2002) são usadas pelo policial para que o interrogado selecione uma das opções como resposta e confirme parte do conteúdo nelas expresso. Nas perguntas sim/não e nas perguntas alternativas, o inspetor de polícia apresenta informações que ele busca obter como resposta das partes, ou seja, ele as coage a confirmar o conteúdo expresso nas questões.

Nos segmentos de fala em que o inspetor desempenha essa prática de apurar, o policial repete, em alguns momentos, a pergunta que ele fez anteriormente para checar informação com as partes, bem como repete as respostas destas como forma de perseguir a resposta apresentada no turno anterior e de fazer com elas se comprometam com o que disseram. O uso das repetições, nos IPs, está de acordo com as funções das repetições apontadas por Marques (2008) e Stokoe e Edwards (2009).

Apesar de essa prática de apurar crimes estar presente nos IPs I, VI e VII (cf. quadro 04, p. 151), optamos por analisar dois fragmentos de fala extraídos apenas do IP VI pelo fato de tal prática ser recorrente nesse IP (7 ocorrências), e encontrarmos, nesses trechos, os tipos de perguntas descritos acima, além de notarmos o desempenho dessa prática pelo inspetor com ambas as partes (suspeito e vítima).

¹¹⁹ Apesar de não termos acesso ao texto original do BO, o policial lê ou reformula, no início dos eventos interrogatórios, as informações presentes nesse documento para situar as partes do ocorrido. Por isso, é possível perceber que ele se baseia nas informações do BO para investigar os possíveis delitos.

O IP VI, denominado *Denúncia de maus tratos de menores*, consiste numa denúncia anônima de maus tratos em que um casal (suspeita e suspeito) é acusado de maltratar física e psicologicamente os filhos (menores de idade) e de mantê-los fora da escola. De acordo com o BO¹²⁰, lido pelo policial às partes, as vítimas I, II e III, com idade entre 9 e 15 anos, não têm alimentação adequada e são proibidas de sair de casa. As meninas (vítimas I e II) são proibidas de ir ao médico. Devido à situação financeira da família, o filho do casal (vítima III) foi morar com a madrinha.

Na apuração, o policial interroga tanto os suspeitos (pai e mãe das crianças) quanto os menores. Como ele não dispõe de provas concretas que incriminam os suspeitos, o inspetor decide não encaminhar o caso à justiça.

O excerto a ser analisado a seguir ocorreu depois de o inspetor permitir que o suspeito (pai das crianças) apresentasse livremente seu relato sobre o caso.

¹²⁰ Sugerimos a leitura do início da transcrição do IP VI (cf. anexo F, p. 299) para acesso ao conteúdo do BO.

Excerto 16: [IPVI, 2007, 302:127-166]

0127 Inspetor =não existe isso não.
0128 Suspeito =não.
0129 Inspetor é:: o:: é- é essa coisa de- o alfredo, você tem
→ 0130 um filho chamado alfredo, ele mora com a madrinha
→ 0131 mesmo?
0132 Suspeito não, ele tá assim- tá- tá estudando, tá com ela
0133 porque tá estudando.=
→ 0134 Inspetor =tá estudando|=
0135 Suspeito =é.
→ 0136 Inspetor as meninas estudam?
0137 Suspeito elas estão agora paradas né,
→ 0138 Inspetor tão paradas,
0139 Suspeito é, que nós viemos do:: do
0140 interi[or]
0141 Inspetor [há quanto tempo?]
0142 Suspeito tem uns::
0143 (2.0)
0144 Suspeito tem um mês mais ou menos que a gente-
0145 Inspetor vocês vieram daonde?
0146 Suspeito eu vim de ipatinga.
→ 0147 Inspetor ipatinga, lá elas estudavam?
0148 Suspeito °estudavam°=
→ 0149 Inspetor =estudavam?=
0150 Suspeito =estudavam.
→ 0151 Inspetor e elas pararam esse ano de estudar?
0152 Suspeito parou, porque ela >num achou< vaga quando veio
0153 pra aqui né.=
0154 Inspetor =entendi.
0155 Suspeito aí elas, foram atrás de vaga e não achou.=
0156 Inspetor =entendi↓, a senhora quer faLAR, dona mariana
0157 júlia?
0158 Suspeita ()o que eu tenho pra te falar é isso, eu
0159 também- sou também uma mãe () e então, eu
0160 num gosto dos meus filhos na rua não, pode pegar
0161 mal companhia ali, aí pega mal companhia >na rua<
0162 sei lá o que pode acontecer, >vamos supor<, aí a
0163 mãe num- num- num corrige, quando for amanhã eles
0164 vão cair em outro lugar pra outra pessoa
0165 corrigir,=
0166 Inspetor =entendi=

Antes de o policial começar a buscar informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO, ele confirma com o acusado a posição assumida por este de que não agride fisicamente os filhos: “=não existe isso não.” (linha 127). Em seguida, o suspeito reconfirma tal posição “=não.” (linha 128) e, após a produção das UCTs (“é:: o:: é- é essa coisa de- o alfredo,” e “você tem um filho chamado alfredo,” – linhas 129-130) pelo inspetor para verificar o nome de um dos filhos com o suspeito, o policial pergunta-lhe: “ele mora com a madrinha mesmo?” (linhas 130-131). Com essa pergunta sim/não, o investigador procura verificar com o pai das crianças uma informação presente no BO – o fato

de um dos filhos ir morar com a madrinha (cf. anexo F, p. 299). Nessa questão, o inspetor apresenta a informação que ele busca obter do acusado.

Quanto à assimetria de conhecimento entre o policial (perguntador) e o suspeito (respondedor) (HERITAGE, 2013), pode-se observar que as elocuições “você tem um filho chamado alfredo,” (linhas 129-130) e “ele mora com a madrinha mesmo?” (linhas 130-131) reduzem a assimetria entre eles, pois ambos compartilham o conhecimento dos fatos presente no BO.

Na posição de SPP da sequência de pergunta e resposta, o suspeito inicialmente parece não confirmar o conteúdo expresso na pergunta, dizendo “não,” (linha 132). Em seguida, ele apresenta o motivo pelo qual o filho está sob os cuidados da madrinha “ele tá assim- tá- tá estudando, tá com ela porque tá estudando.” (linhas 132-133). Nessa justificativa, o suspeito aponta uma informação que se contrapõe à parte do que consta no BO, de acordo com o qual as crianças haviam interrompido os estudos devido à falta de condição financeira da família. Já, na fala do suspeito, uma delas, o Alfredo, está estudando.

Ao expor tal justificativa para o policial, o acusado mostra-lhe que é um bom pai por preocupar-se com a educação dos filhos, deixando o filho com outra pessoa para que este não interrompa os seus estudos.

Em contiguidade à fala do suspeito, o policial toma o turno e expande a sequência de pergunta e resposta, repetindo (“=tá estudando↓=” – linha 134) parte do que foi dito no turno anterior (“ele tá assim- tá- tá estudando, tá com ela porque tá estudando.” – linhas 132-133) para confirmar com o pai das crianças se o menor realmente está estudando. Com a repetição de parte da resposta do suspeito, o policial investiga outro tópico presente no BO: o fato de os filhos terem parado de estudar (cf. anexo F, p. 299). Na linha 135, o suspeito, em contiguidade à fala do inspetor, confirma tal informação “=é.”, encerrando a sequência de par adjacente iniciada no turno das linhas 129-131.

Outra sequência de pergunta e resposta é iniciada na linha 136, quando o policial faz a pergunta sim/não ao suspeito “as meninas estudam?”, a fim de averiguar com ele a mesma informação verificada no turno das linhas 134/135 com relação ao fato de as filhas terem parado de estudar (informação constante no BO). Na questão da linha 136, o policial expõe a informação que ele deseja obter como resposta do suspeito.

No turno seguinte, o pai das crianças confirma a informação do BO, alegando “elas estão agora paradas né,” (linha 137). O uso do advérbio “agora” indica que os estudos

das filhas foram interrompidos recentemente pelo fato de a família ter vindo de uma cidade do interior, como mencionado pelo suspeito, após a fala repetida do inspetor na linha 138 (“tão paradas,”): “que nós viemos do:: do interi[or]” (linhas 139-140). Nesse IP, o policial investiga se as crianças estão estudando, já que os pais têm legalmente obrigação de manterem os seus filhos (menores de idade) matriculados na escola. Dessa forma, obter informações indicativas de que os filhos estão estudando é importante para o inspetor verificar se os pais das crianças estão cumprindo a lei e se há consistência, ou não, nos fatos presentes na denúncia anônima.

Conforme podemos observar, a sequência de pergunta e resposta no turno das linhas 136/137 é expandida com a repetição “tão paradas,” (linha 138) de parte do que foi dito pelo suspeito no turno anterior. Tal fala repetida projeta um turno a mais como resposta (linhas 139-140). Dentro do turno das linhas 139-140, o suspeito confirma o conteúdo afirmado na linha 138, proferindo a UCT “é,” e justifica o porquê de as filhas terem os estudos interrompidos atualmente (“que nós viemos do:: do interi[or]”).

Em sobreposição à parte da fala do suspeito, o inspetor faz uma pergunta QU- “[há quanto tempo?]” (linha 141) ao pai dos menores, a fim de buscar informação no que diz respeito ao período de tempo em que a família encontra-se hospedada na cidade. A sequência de pergunta e resposta do turno das linhas 136/137 é finalizada com a resposta “tem um mês mais ou menos que a gente-” (linha 144), fornecida pelo suspeito após a UCT “tem uns::” (linha 142), não concluída em termos prosódicos, sintáticos e pragmáticos, e à pausa “2.0” (linha 143). A pausa, na linha 143, pode indicar que o pai das crianças está em processo de formulação da resposta. No turno da linha 141, o investigador não realiza a prática de apurar *buscando informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO*, mas busca informações adicionais ao que consta no documento.

A busca de informações adicionais ao conteúdo do BO prossegue no turno da linha 145, no qual o policial abre outra sequência de pergunta e resposta, com o proferimento da pergunta QU- “vocês vieram daonde?” (linha 145), para buscar mais informação com o pai das crianças sobre a cidade de origem da família. No próximo turno, o suspeito responde ao que é requerido na pergunta “eu vim de ipatinga.” (linha 146), e o inspetor pós-expande tal sequência, repetindo parte da fala do suspeito (“ipatinga,” – linha 147). A sequência, iniciada na linha 145, é encerrada com a UCT “ipatinga,” (linha 147) – terceiro turno de encerramento de sequência (SCHEGLOFF, 1995).

Na linha 147, o policial retoma o tópico que diz respeito aos estudos dos filhos, presente no turno das linhas 132-133, 134 e 136, fazendo a pergunta sim/não “lá elas estudavam?” (linha 147) ao suspeito. Por meio desta, ele abre outra sequência de pergunta e resposta e continua verificando com os pais das crianças um fato registrado no BO: a não manutenção dos menores na escola.

Diferentemente da pergunta “as meninas estudam?” (linha 136), através da qual o inspetor investiga a vida escolar das filhas atualmente, na questão “lá elas estudavam?” (linha 147), ele averigua a situação escolar das menores anteriormente. Na linha 148, o suspeito, no tom de voz mais baixo, confirma que as filhas estavam estudando na cidade onde moravam, demonstrando-se como um pai responsável que se preocupa com a educação delas.

Como uma pós-expansão da sequência de pergunta e resposta do turno das linhas 147/148, o policial, em contiguidade à fala do suspeito, repete a resposta deste, ao proferir a UCT “=estudavam?” (linha 149), composta por um único verbo, como forma de fazer com que o acusado se comprometa com o que foi dito no turno anterior. Na linha 150, o pai das crianças mantém sua resposta anterior “=estudavam.”, finalizando a sequência, iniciada com a pergunta “lá elas estudavam?” (linha 147).

Embora, o inspetor de polícia, na linha 151, trate ainda do assunto anterior – a permanência dos menores na escola –, ele inicia mais uma sequência de pergunta e resposta com a pergunta sim/não “e elas pararam esse ano de estudar?” (linha 151), através da qual solicita confirmação do pai das crianças quanto ao período em que as filhas não frequentaram a escola. Nessa questão, há expressa a informação que o investigador busca obter do acusado: o período que as filhas tiveram os seus estudos interrompidos (no caso, neste ano). Nas linhas 152-153, o suspeito confirma a informação contida na pergunta, dizendo “parou,” (linha 152) e, dentro do mesmo turno, justifica o motivo pelo qual as filhas não estão estudando (“porque ela >num achou< vaga quando veio pra aqui né.” – linhas 152-153). Tal justificativa prossegue na linha 155 (“aí elas, foram atrás de vaga e não achou.”), após a produção da UCT “=entendi.” pelo inspetor, o qual demonstra estar recebendo informação. Esse indicativo de recebimento de informação ocorre também na linha 156, com a UCT “=entendi↓,” que encerra a sequência.

Depois de interrogar o suspeito, o inspetor investiga o caso com a mãe das crianças (suspeita). Quanto à prática de apurar utilizada posteriormente à prática de buscar

informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO, sugerimos a leitura da subseção 5.1, deste capítulo.

Com base na análise desse fragmento de fala, podemos observar que o policial investiga os fatos mencionados na denúncia anônima, realizando perguntas que se pautam nos tópicos constantes no BO: a saída do menor, Alfredo, da casa dos pais para ir morar com a madrinha e a manutenção dos menores na escola. Durante a investigação do caso, vimos que o inspetor realiza perguntas que dizem respeito à permanência das vítimas na escola tanto no presente quanto no passado, para averiguar se os pais não só cumprem a lei, mas também desempenham os seus papéis de responsáveis legais pelos menores, exercendo suas obrigações de pai e mãe.

A análise desse fragmento de fala evidencia também que, por meio das perguntas sim/não e repetições, o policial atingiu sua meta institucional, pois apurou o crime, partindo de informações contidas no BO. As perguntas e repetições serviram como ferramentas para o investigador conseguir obter confirmações de fatos presentes na denúncia anônima.

Essa prática de apurar crimes é também encontrada no exemplo seguinte, extraído também do IP VI. Nesse IP, quando o policial investiga o caso de maus tratos com os menores de idade, ele se baseia também em informações que constam no BO.

O excerto a ser analisado ocorreu depois de o inspetor interrogar os suspeitos (mãe e pai dos menores) e as crianças. Nesse exemplo, ele interroga novamente a vítima I, buscando confirmações sobre as agressões sofridas por ela e pelos irmãos e buscando informações sobre o tipo de alimentação que eles têm em casa e sobre o tratamento dado pelos pais aos menores quando estes estão doentes. Nesse momento do evento, os suspeitos encontram-se fora da sala onde acontecem os interrogatórios.

Excerto 17: [IPVI, 2007, 307-308:423-477]

0423 Inspetor puxa a cadeira, pode puxar ô:: ô menina, pega a
0424 cadeira lá, eu tenho que fazer uma pergunta pra
0425 vocês, eu não quero o mal do pai de vocês↑ eu não
0426 quero o mal da mãe de vocês, mas >a gente< tem
0427 que saber né? então me fala uma coisa.
0428 (2.0)
0429 Inspetor vocês gostam do pai de vocês e da mãe de vocês, é
→ 0430 claro que gostam, °né°? eles batem em vocês. eu
0431 tenho que saber↓=
0432 Vítima I =não.=
→ 0433 Inspetor =não ba[tem.]
0434 Vítima I [não,] só um tapinha à to::a,=
→ 0435 Inspetor =um tapinha à toa.=
0436 Vítima I =é.
→ 0437 Inspetor mas não dói.=
0438 Vítima I =não dói.
→ 0439 Inspetor não dói, né?
0440 (1.7)
0441 Inspetor né botafogo? .hhh.((dirige-se à vítima III))
0442 (0,1)
→ 0443 Inspetor então me fala uma coisa, e::: como é que é o co-
→ 0444 como é que é a comida lá na casa de vocês, é
→ 0445 boa?=
0446 Vítima I =é:[::]
0447 Inspetor [tem que ser né,] cê que faz né.=
0448 Vítima I =é:: hhh=
→ 0449 Inspetor =e o que que teve lá hoje? de almoço↓
0450 Vítima I de almoço?=
0451 Inspetor =é.=
0452 Vítima I =arroz, feijão::, angu.=
0453 Inspetor =com angu.=
0454 Vítima I =carne.=
→ 0455 Inspetor =tem carne lá, macarrão? sobrou pra eu- pra eu
→ 0456 poder ir lá, não?=
0457 Vítima I =carne?=
→ 0458 Inspetor =sobrou alguma coisa pra eu poder ir lá, não?=
0459 Vítima I ãhãm? .hhh. sobrou↓=
→ 0460 Inspetor =sobrou? então já era, deixa eu te falar, e::cês
→ 0461 têm passado mal e-pra ir a- quando vocês passam
→ 0462 mal seu pai leva no médico, direitinho ou não,
→ 0463 num leva?
0464 Vítima I ah, minha mãe faz [chá mate]
→ 0465 Inspetor [faz chá,] hã,
0466 Vítima I ela dá remédio↓=
→ 0467 Inspetor =e dá pra vocês.=
0468 Vítima I =dá.
0469 Inspetor °entendi°, é isso mesmo, né? chama seu pai lá pra
0470 mim e a sua mãe, ((inspetor pede que vítima I
0471 chame seus pais))
0472 (0,4)

Nesse excerto, o momento em que o inspetor de polícia começa a investigar com a vítima I se ela e os irmãos são maltratados pelos pais é iniciado dentro do turno das linhas 429-431, no qual ele faz a pergunta sim/não à menor “eles batem em vocês.” (linha 430), baseando-se em parte do conteúdo do BO que diz respeito às agressões físicas sofridas pelos menores (cf. anexo F, p. 299). Através dessa pergunta, o policial tenta coagir a menor, procurando confirmar com ela a informação que consta na pergunta.

Antes de o policial questionar a vítima I sobre a agressão praticada pelos pais, ele realiza uma série de ações¹²¹: (i) pede às crianças para assentarem mais próximo dele (“puxa a cadeira, pode puxar ô:: ô menina, pega a cadeira lá,” – linhas 423-424); (ii) formula o que ele fará naquele momento do interrogatório (“eu tenho que fazer uma pergunta pra vocês,” – linhas 424-425); (iii) explica aos menores que o que ele fará não prejudicará os pais deles (“eu não quero o mal do pai de vocês, eu não quero o mal da mãe de vocês,” – linhas 425-426), bem como explica-lhes o motivo de interrogá-las (“mas >a gente< tem que saber né?” – linhas 426-427); (iv) pré-anuncia o que vai fazer (“então me fala uma coisa.” – linha 427); (v) apresenta a afirmação (“vocês gostam do pai de vocês e da mãe de vocês,” – linha 429); e (vi) solicita uma confirmação do que foi exposto na UCT anterior (“é claro que gostam, né?” – linhas 429-430). Essas ações servem para preparar as crianças para a próxima ação a ser executada pelo policial: a realização da pergunta sim/não “eles batem em vocês.” (linha 430), como forma de checar com a vítima I se ela e os irmãos são agredidos pelos pais. Essa pergunta abre uma sequência de pergunta e resposta e é seguida pela apresentação da necessidade de o inspetor obter uma resposta da menor (“eu tenho que saber, =” – linhas 430-431), pois ele precisa ter certeza se os menores realmente foram maltratados pelos pais para que estes sejam punidos.

No turno seguinte, a vítima I engata na fala do inspetor e não confirma que as crianças são agredidas pelos pais (“=não.=” – linha 432). Essa elocução “=não.=” (linha 432) está em conformidade com o tipo de resposta projetada pela pergunta (RAYMOND, 2009).

Na linha 433, o inspetor engata também na fala da vítima I e pós-expande a sequência, repetindo a resposta fornecida por ela no turno anterior (“=não ba[tem.]”). Através dessa repetição, o policial persegue a resposta da vítima I, fazendo com que ela reconfirme a posição assumida na linha 432.

¹²¹ Não analisaremos detalhadamente tais ações, pois focaremos nas ações que estejam associadas à prática de apurar crime *buscando informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO*.

Em sobreposição à parte do turno do inspetor, a vítima I continua negando ser agredida pelos suspeitos (“[não,]” – linha 434) e expande o tamanho de sua resposta, produzindo a UCT “só um tapinha à to::a,=”. Ao utilizar o termo “tapinha”, em vez de “batem”, a menor ameniza o conteúdo expresso na elocução “eles batem em vocês.”, apresentada pelo inspetor, ou seja, ela coloca o sentido que o verbo bater carrega – dar pancada (CEGALLA, 2005, p. 121) – em um *grau menor*, não tratando a ação de bater realizada, ou não, pelos suspeitos como um crime de agressão física, mas como algo que se reduz a um tapa que provavelmente não machuca e não provoca dor.

Na linha 435, o policial engata na fala da menor e repete a afirmação dada por ela no turno anterior “=um tapinha à toa.=” como forma de fazer com que ela reconfirme a informação prestada. Esta é reconfirmada pela vítima I no turno posterior, com o proferimento da UCT “=é.” (linha 436).

A fim de buscar mais detalhes sobre como é o “tapinha” que os pais dão aos filhos, o inspetor avalia como é esse “tapinha” por meio da elocução “mas não dói.=” (linha 437). No turno seguinte, a menor concorda com a avaliação feita pelo policial “=não dói.” (linha 438), e o inspetor faz-lhe a *tag question* “não dói, né?” (linha 439), para que a menina reconfirme o que ela disse na linha 438.

Conforme vimos no capítulo teórico sobre perguntas, as *tag questions* em inglês são formadas por duas partes: uma parte afirmativa e outra composta pelo elemento *tag*, sendo que a polaridade da parte *tag* da pergunta é a inversa da polaridade da parte afirmativa (HEPBURN, POTTER, 2009). Entretanto, nos nossos dados reais de fala-em-interação, encontramos *tag questions* cujo formato é o seguinte: afirmação negativa + *tag* de polaridade negativa, ou seja, a polaridade entre as duas partes que compõem a pergunta é a mesma. A função da *tag question*, nesse exemplo, é a mesma que a das *tag questions* no inglês: promover a confirmação do conteúdo afirmado.

Embora a garota pudesse ter tomado o turno na linha 440, dado que houve um lugar relevante para transição de turno, marcado pela finalização prosódica, sintática e pragmática do que foi dito pelo policial, ela se mantém em silêncio, havendo a ocorrência da pausa “1.7”, na linha 440.

Como a menor não responde verbalmente à pergunta “não dói, né?” (linha 439) realizada na linha 439, o policial dirige-se à vítima III (“né botafogo?” – linha 441), utilizando a categoria “botafogo” para se referir ao menor. O uso dessa categoria pelo policial pode ser uma forma de ele tentar aproximar-se da criança, levando-a a sentir-se mais

à vontade e dizer-lhe algo. O menor mantém-se em silêncio, havendo, no turno posterior, a ocorrência da pausa “0.1” (linha 442). Nesse momento, encerra-se a sequência iniciada com a pergunta “eles batem em vocês.” (linha 430).

Em seguida, o inspetor muda o tópico da conversa, passando a tratar, nesse momento, da alimentação dada pelos pais aos filhos. Esse assunto encontra-se no BO, no qual os suspeitos são acusados de não fornecerem uma alimentação adequada aos filhos (cf. anexo F, p. 299).

Antes de questionar a vítima I quanto à alimentação recebida em casa, o policial produz um pré-anúncio “então me fala uma coisa,” (linha 443). Uma pergunta é iniciada com a elocução “e::: como é que é o co-”, a qual é reparada pelo inspetor – reparo iniciado e levado a cabo pelo falante da fonte de problema (SCHEGLOFF, JEFFERSON, SACKS, 1977) – com a produção da pergunta do tipo QU- (“como é que é a comida lá na casa de vocês,” – linha 444), através da qual ele busca informação sobre a alimentação dada pelos pais aos filhos. Tal pergunta é complementada com a UCT “é boa?=” (linha 445), a qual é tanto uma avaliação do tipo de comida encontrada na casa das crianças quanto uma pergunta sim/não, por meio da qual ele checa com a vítima I a qualidade da comida e espera que a menor apresente a informação presente na questão, ou seja, confirme o conteúdo expresso nela. Além de essas perguntas “como é que é a comida lá na casa de vocês, é boa?=” (linhas 444-445) introduzirem um novo tópico, elas abrem outra sequência de pergunta e resposta.

Na linha 446, a menor apresenta uma resposta (“=é: [::]”) que faz referência à última pergunta do turno das linhas 443-445, ou seja, ela confirma a qualidade da comida feita na casa dela.

Em sobreposição à parte do turno da vítima I, o policial pós-expande a sequência de par adjacente, mostrando à menor o motivo pelo qual a comida da casa das crianças é de boa qualidade (“[tem que ser né,] cê que faz né.=” – linha 447). A fala do inspetor, na linha 447, é baseada em informações prestadas pela vítima I em momentos anteriores no interrogatório. Posteriormente a essa fala do policial, a menor concorda com o que foi dito por ele, produzindo “=é: :” seguida de aspiração “hhh=”. Nesse ponto, há o encerramento da sequência de pergunta e resposta, iniciada com as UCTs “como é que é a comida lá na casa de vocês, é boa?=” (linhas 444-445).

Apesar de o policial, no próximo turno, manter o tópico anterior, ele inicia outra sequência de pergunta e resposta com a pergunta QU- “e o que que teve lá hoje? de almoço?” (linha 449) direcionada à menor para que ela lhe apresente os componentes alimentícios no almoço. A partir dessa pergunta, o policial busca informações que possam indicar se os pais cumprem suas obrigações, cuidando adequadamente dos menores.

Na linha 450, a menina não apresenta uma resposta à pergunta, mas repete parte da pergunta do policial para certificar-se de qual refeição a que ele fez referência (“de almoço?” – linha 450). Na linha 451, ele engata na fala da vítima I e confirma qual informação ele busca (“=é.=”). A pergunta “de almoço?” (linha 450) e a resposta “=é.=” (linha 451) formam uma sequência inserida, ou seja, ela se localiza após a PPPb (linha 449) e antes da SPPb (linha 452). Posteriormente à sequência inserida, a vítima I engata também na fala do policial e aponta-lhe alguns componentes alimentícios presentes no almoço “=arroz, feijão:, angu.=” (linha 452), isto é, ela apresenta uma resposta que condiz com o que foi requerido na pergunta “=e o que que teve lá hoje? de almoço?” (linha 449).

Novamente, o policial engata no turno da vítima I e repete o último componente apontado por ela na fala anterior (“=com angu.=” – linha 453). A informação repetida não é confirmada pela menina no turno seguinte, pois ela continua apontando os alimentos que compuseram o almoço do dia (“=carne.=” – linha 454).

Dentro do turno das linhas 455-456, o inspetor engata na fala da menor e repete o componente mencionado por ela anteriormente “=tem carne lá,” (linha 455). Em seguida, ele apresenta outro componente alimentício que poderia compor o almoço das crianças (“macarrão?” – linha 455) e faz-lhe a *tag question* “sobrou pra eu- pra eu poder ir lá, não?” (linhas 455-456). Através da repetição “=tem carne lá,” da pergunta composta por um único sintagma “macarrão?” e da *tag question* “sobrou pra eu- pra eu poder ir lá, não?”, o inspetor checa, respectivamente, com a menor (i) o que ela disse no turno da linha 454, (ii) se o componente alimentício mencionado por ele “macarrão?” esteve presente no almoço das crianças e (iii) se há ainda resto de comida do almoço na casa da família (“sobrou pra eu- pra eu poder ir lá, não?”).

Devido à diversidade de informações a serem verificadas pelo inspetor nas linhas 455-456, a vítima I responde à questão “sobrou pra eu- pra eu poder ir lá, não?”, levantando outra questão composta por um único sintagma “=carne?” (linha 457). Nessa pergunta, ela aponta um componente alimentício mencionado tanto pelo policial, na linha 455,

quanto por ela na linha 454: “=carne?=” (linha 457). No turno seguinte, o inspetor repete a pergunta das linhas 455-456: “ =sobrou alguma coisa pra eu poder ir lá, não?=” (linha 458), checando novamente se há comida do almoço na casa onde as crianças moram. A menina confirma ter comida em casa (“ãhãm? .hhh. sobrou!=” – linha 459) e, após a repetição de parte do que foi dito pela menor, no turno anterior “=sobrou?” (linha 460), e dizer “então já era,” (linha 460), o policial finaliza a sequência de pergunta e resposta iniciada na linha 449 e muda o tópico da conversa.

Como podemos observar, o policial, dos turnos das linhas 443-445 até o início do turno das linhas 460-463, utiliza diversas perguntas, faz repetições, tendo como referência parte do conteúdo do BO que diz respeito à alimentação dada pelos pais às crianças, na tentativa de investigar se estes exercem seu papel de pai e mãe, fornecendo alimentação adequada aos filhos.

No turno das linhas 460-463, o inspetor de polícia pré-anuncia o que ele vai dizer no turno “deixa eu te falar,” (linha 460) e começa a elaborar uma questão “e::cês têm passado mal e-pra ir a-” (linhas 460-461), a qual é reparada por ele mesmo – reparo iniciado e levado a cabo pelo falante da fonte de problema (SCHEGLOFF, JEFFERSON, SACKS, 1977) – com a produção das UCTs “quando vocês passam mal seu pai leva no médico, direitinho ou não, num leva?” (linhas 461-463). A pergunta “quando vocês passam mal seu pai leva no médico, direitinho ou não, num leva?” configura-se como alternativa, sendo composta por duas opções de respostas a serem escolhidas pelo próximo falante, ou seja, por meio dessa questão, o investigador direciona a criança a apresentar uma das informações que a constitui. Além disso, tal pergunta abre uma sequência de pergunta e resposta e introduz outro tópico constante no BO: a proibição das meninas de irem ao médico (cf. anexo F, p. 299).

Segundo Kask (2012), essas perguntas alternativas, denominadas pela autora como perguntas em que se propõem opções, contaminam a informação a ser fornecida posteriormente, inibindo, assim, o interrogado de apresentar relatos mais completos sobre tudo o que realmente aconteceu.

Na posição de SPP à pergunta alternativa, a vítima I não apresenta como resposta uma das opções proposta na pergunta e não confirma parte do conteúdo expresso na questão, mas fornece ao policial uma informação adicional: “ah, minha mãe faz [chá mate]” (linha 464). Obviamente, o conteúdo dessa resposta pode conduzir o inspetor a inferir que a mãe ou

o pai não levam as crianças ao médico quando adoecem, mas cuidam delas em casa com tratamentos alternativos (e.g., o uso de chá como medicamento).

Diferentemente do exposto por Kask (2012), a pergunta alternativa “quando vocês passam mal seu pai leva no médico, direitinho ou não, num leva?” (linhas 461-463), apesar de ter possibilitado à menor escolher uma das opções presente nela, não a inibiu de fornecer outro tipo de resposta que não se restringiu às alternativas que a compunham.

Em sobreposição à parte do turno da menor, o inspetor repete um item da fala dela “[faz chá,]” (linha 465) e produz o continuador “hã,” (linha 465), encorajando-a a expor mais informações sobre o tratamento dado pelos pais às crianças. Nesse instante, ele expande a sequência de pergunta e resposta iniciada nos turnos das linhas 461-463.

Na linha 466, ela expõe outro recurso utilizado por um dos suspeitos para tratar das crianças quando estas adoecem “ela dá remédio↓=”. Na linha 467, o policial engata na fala da menor e retoma o conteúdo inferencial da elocução “ela dá remédio↓=” (linha 466), formulada pela vítima I, a qual confirma, na linha 468, que os pais dão remédio aos filhos quando estes estão doentes. No próximo turno, ele encerra a sequência par adjacente iniciada com a pergunta “quando vocês passam mal seu pai leva no médico, direitinho ou não, num leva?” (linhas 461-463), proferindo a UCT “°entendi°,” (linha 469), que indica recebimento de informação, e a *tag question* “é isso mesmo, né?” (linha 469), através da qual procura confirmar com a menor a informação prestada por ela no turno anterior. Dentro ainda do turno, o investigador solicita que um dos menores vá buscar os pais que, conforme já mencionamos, encontram-se, nesse instante do interrogatório, fora da sala onde acontece o evento (“chama seu pai lá pra mim e a sua mãe,” – linhas 469-470).

Nessa última sequência de pergunta e resposta, iniciada dentro do turno das linhas 460-463, notamos que o policial, a partir dos questionamentos feitos à vítima I, bem como da repetição e retomada de informação mencionada por ela no turno anterior, tem como propósito investigar se os menores são bem cuidados pelos seus responsáveis, recebendo assistência médica adequada quando adoecem.

Considerando a análise do excerto como um todo, podemos pontuar que o policial, por meio da prática em que ele apura o possível crime a partir de informações constantes no BO, consegue extrair da vítima I informações indicativas de que os menores não são agredidos nem maltratados, mas são assistidos pelos pais. Essas informações ajudam-no a chegar à conclusão, no final do IP VI, de que a denúncia anônima de maus tratos de menores não

procede (parte não mostrada aqui), sendo o processo do inquérito policial encaminhado ao ministério público para arquivamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propusemo-nos mapear as práticas de apurar crimes, desempenhadas por um inspetor de polícia, nos interrogatórios policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher. O mapeamento dessas práticas contribuiu para mostrar que o evento social, desenvolvido no ambiente da Delegacia de Polícia, é organizado, sobretudo, por meio de sequências de pergunta e resposta, através das quais o inspetor pode conseguir obter informações que comprometam os suspeitos com os crimes.

Para a realização desta pesquisa, pautamo-nos na teoria da Linguística Aplicada das Profissões e nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise da Conversa Etnometodológica (ACE). O primeiro suporte teórico justifica-se pelo fato de nosso estudo partir do discurso proferido pelo inspetor de polícia durante o desempenho da atividade de apurar crimes nos interrogatórios policiais; o segundo, porque se dedica ao estudo da atividade humana através da linguagem, tendo como objetivo principal descrever e explicar as ações empreendidas pelos atores sociais ao se engajarem num processo de interação social. Dessa forma, nossa análise dos dados centrou-se na perspectiva dos participantes, procurando interpretar as ações construídas *intersubjetivamente* entre os participantes da conversa na DRCCM.

Considerando a tarefa principal do inspetor de polícia de apurar crimes nos interrogatórios policiais, procuramos responder, no decorrer da análise, às seguintes perguntas apontadas na introdução:

- (1) Quais são as práticas de apurar crimes utilizadas pelo inspetor de polícia nos interrogatórios policiais da DRCCM?

Para a realização da sua tarefa central nos interrogatórios policiais, o inspetor de polícia utiliza 8 (oito) práticas, a saber:

Por meio da prática denominada *buscando relato livre dos participantes sobre o crime*, o policial dá abertura para que vítima e suspeito (ou testemunha, mãe da vítima, advogados) exponham seus relatos. Embora essa prática possibilite ao inspetor coletar um conjunto abrangente de informações, no exemplo analisado (excerto 07), notamos que os interrogados não colaboraram com o inspetor, não apresentando relatos extensos que contribuíssem para que ele conseguisse informações indicativas do envolvimento dos suspeitos com o delito. Na nossa análise, vimos que os suspeitos negam, a todo momento, o

cometimento do crime, enquanto a vítima e sua mãe apenas confirmam a ocorrência do estupro.

Outra prática de apurar crimes é a intitulada *buscando informações sobre o crime por meio de apresentação de evidências*, através da qual o investigador apresenta evidências de provas aos suspeitos para que eles confessem ter cometido o crime.

Diferentemente da anterior, o uso dessa prática de apresentar evidência não permite ao policial conseguir muitas informações sobre os delitos, pois ele apresenta indícios de provas materiais e testemunhais como indicativo de que o crime foi consumado, buscando a confissão dos suspeitos. No segmento de fala analisado (excerto 08), a cada evidência de prova lançada pelo policial aos suspeitos, estes se eximiam da culpa.

A prática, denominada *buscando evidências de provas*, é usada pelo inspetor de polícia para obter provas ou indícios de provas criminais dos interrogados. Na nossa análise dos dados, percebemos que os interrogados não se demonstram muito colaborativos para apresentarem elementos probatórios, já que nem sempre respondem ao que é requerido na pergunta, e, em alguns exemplos, a companheira do suspeito o inocenta do crime, e o acusado procura isentar-se da culpa.

Outra prática utilizada pelo investigador durante a apuração dos crimes é *buscando informações relacionadas indiretamente com o crime*, através da qual ele procura extrair dos interrogados informações as quais podem ter relação indireta com o crime: a mudança de comportamento de uma criança de 4 anos de idade (vítima) que sofreu abuso sexual; a permanência de pessoas em casa onde poderia ter acontecido o possível delito; as pessoas que têm ou tiveram contato com a vítima, etc.

No capítulo de análise, observamos que o policial tenta obter da mãe de um menino de 4 anos de idade informações que dizem respeito à mudança da conduta diária do menor. Conforme expusemos, se o comportamento da criança mudou, após ela ter noticiado ao seu responsável legal o ato criminal cometido pelo suspeito, ela pode ter sido realmente vítima de violência sexual. Nos exemplos analisados (excertos 11 e 12), vimos que a mãe da vítima nem sempre apresentou respostas que pudessem indicar alguma modificação na conduta do menor, colaborando pouco com o policial no fornecimento de informações que pudessem levá-lo a concluir que o menor foi abusado.

Outra prática encontrada nos nossos dados é a *estabelecendo relação de confiança para buscar informações sobre o crime*, que consiste na tentativa de o policial obter

informações sobre os delitos com vítimas-crianças. A fim de fazer com que as crianças confiem nele e lhe digam algo sobre o crime, o policial interage de forma descontraída com elas, diferentemente de quando se dirige a vítimas-adultas. Ao agir de forma diferente com públicos de faixas etárias distintas (crianças e adultos), ele muda de *footing*.

Apesar de o investigador, na interação presente no segmento de fala 13, tentar estabelecer uma relação de confiança com a criança para que esta apresente alguma informação que comprove o cometimento do crime pelo suspeito, ele não consegue nenhuma pista da fala do menor que pudesse incriminar o acusado.

Através da prática *solicitando ponto de vista dos participantes a respeito do crime*, o policial solicita dos responsáveis por vítimas-crianças o ponto de vista deles sobre o ato criminal. Essa prática é usada somente quando o inspetor investiga casos que envolvem vítimas-crianças, as quais podem apresentar, durante seus relatos dos crimes, fatos que não sejam verídicos. Como o inspetor necessita ter certeza de que os crimes aconteceram, uma vez que registra, em um relatório, as informações prestadas pelas partes, ele requer um posicionamento dos responsáveis pelas crianças a respeito do crime. No entanto, tal posicionamento não é concedido pelos responsáveis, os quais apresentam respostas que se desviam do questionamento feito pelo policial.

Outra prática utilizada pelo investigador é a *solicitando explicações dos participantes sobre circunstâncias relacionadas ao crime*. Por meio dessa prática, o inspetor de polícia busca esclarecimentos dos suspeitos e da mãe da vítima sobre a situação associada ao crime para entender o caso. Conforme observado na análise dos dados, tais esclarecimentos não foram concedidos pelo suspeito e pela mãe da vítima. Esta apresenta respostas à questão que se esquivam do que lhe foi requerido, e aquele não apresenta respostas que condiz com o que foi solicitado na questão ou opõe-se, em alguns instantes da interação, à suposição presente na pergunta feita pelo policial, mudando, em seguida, o tópico da conversa.

Buscando informações sobre o crime a partir do conteúdo no boletim de ocorrência é uma prática de apurar crimes, por meio da qual o investigador tenta conseguir com vítimas e suspeitos informações sobre os delitos, fazendo-lhes perguntas que têm associação com os fatos presentes no boletim de ocorrência (BO). Distinta da prática em que o policial busca informações relacionadas indiretamente com o crime, nesta, ele busca informações que tenham ligação direta com os fatos criminais. Conforme vimos na análise dos excertos 16 e 17, por meio dessa prática, o inspetor atinge sua meta institucional, apurando se as vítimas

foram maltratadas por seus responsáveis legais a partir de informações presentes no BO. Nos exemplos, percebemos que ele consegue obter de uma das vítimas informações que indicam que os menores não são maltratados pelos pais, mas são assistidos por eles.

Levando em conta as ferramentas utilizadas pelo inspetor de polícia para desempenhar tais práticas, propusemo-nos responder à nossa segunda pergunta de pesquisa:

(2) Quais são os tipos e funções de perguntas e/ou afirmações usadas pelo inspetor durante a apuração de crimes?

Durante a realização das práticas expostas acima, o policial faz uso de afirmações e de diversos tipos de perguntas. As perguntas que implementam as práticas de apurar crimes apresentam semelhanças quanto à forma gramatical. Nas práticas, detectamos os seguintes tipos de perguntas: (I) perguntas QU-, diretas e indiretas; (II) perguntas sim/não; (III) *tag questions*; e (IV) perguntas alternativas. Essas perguntas apresentam uma variabilidade de funções na apuração dos crimes.

As perguntas QU-, usadas pelo investigador durante a realização das práticas de *buscar o relato livre dos participantes sobre o crime, buscar evidências de provas, solicitar ponto de vista dos participantes a respeito do crime, solicitar explicações dos participantes sobre circunstâncias relacionadas ao crime, buscar informações relacionadas indiretamente com o crime, buscar informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO*, exercem a função de solicitar: (i) a apresentação de relatos livres dos interrogados; (ii) provas criminais; (iii) posição dos responsáveis por vítimas-crianças com relação ao crime; (iv) explicações sobre circunstâncias associadas ao crime; e (iv) informações diretas ou indiretas sobre o ocorrido.

Nos dados, encontramos algumas perguntas QU- que são introduzidas por prefácios “eu quero saber ...” ou seguidas por expressões como “a senhora me explica isso pra eu entender.” e servem para o policial requerer uma posição do responsável legal sobre o crime e explicações relacionadas ao ato criminal.

Durante a prática *solicitando explicações dos participantes sobre circunstâncias relacionadas ao crime*, observamos que algumas das perguntas QU- são prefaciadas pelo elemento “mas” e retomam o tópico anterior da conversa como sendo o principal e mais importante a ser tratado naquele momento da interação (JOL, HOUWEN, 2014).

As perguntas sim/não são usadas durante o desempenho de quase todas as práticas, a saber: (i) *buscando relato livre dos participantes sobre o crime*; (ii) *buscando evidências de*

provas; (iii) buscando informações relacionadas indiretamente com o crime; (iv) estabelecendo relação de confiança para buscar informações sobre o crime; (v) solicitando ponto de vista dos participantes a respeito do crime; e (vi) buscando informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO.

Tais perguntas têm a função de confirmar informações associadas direta ou indiretamente ao crime. Enquanto as perguntas QU- podem permitir ao interrogado apresentar turnos extensos como respostas, as perguntas sim/não restringem as possibilidades de respostas no turno seguinte, projetando respostas conformativas do tipo sim/não (RAYMOND, 2003, 2009).

Embora as perguntas sim/não delimitem o tipo de resposta no próximo turno, há exemplos dos IPs em que, após a resposta conformativa “sim”, o interrogado pode apresentar respostas adicionais à forma “sim”, relatando mais fatos do delito. Essas perguntas, ao permitirem aos interrogados, em alguns instantes da interação, apresentarem respostas mais extensas, podem contribuir para o trabalho investigativo do policial, pois se vítima e suspeito relatarem mais fatos, o investigador pode conseguir obter mais informações criminais, as quais o ajudarão a comprovar a ocorrência do crime e a compor a ação penal a ser encaminhada ao judiciário.

Em um exemplo (excerto 13), o policial utiliza perguntas desse tipo para interrogar uma criança de 4 anos de idade, vítima de abuso sexual. Na interação com o menor, elas não são usadas pelo inspetor para solicitar confirmação de fatos criminais, mas para entreter a criança, de modo que esta confie nele e lhe diga algo sobre o ocorrido.

Na análise dos dados, observamos também que, em alguns instantes dos IPs, as perguntas sim/não são compostas por ponto de vista do policial e têm a função de coagir os interrogados, ou seja, nelas, há expressa a informação que o investigador busca obter como resposta da parte interrogada. Em algumas práticas de apurar, essas perguntas e as do tipo QU-, ao terem relação temática entre si e ao ocorrerem em série dentro de um único turno de fala, são caracterizadas como perguntas em cascata (*cascades question*) (CLAYMAN, HERITAGE, 2002).

Além das perguntas QU- e das perguntas sim/não, o inspetor de polícia utiliza *tag questions* na realização de duas práticas: (i) *buscando evidências de provas* e (ii) *buscando informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO*. Através desse tipo de pergunta, o

inspetor confirma com as partes o conteúdo da questão que especifica o tipo de evidência de prova que o policial procura obter e checa informações com as partes.

Quanto à forma, nem toda *tag question* presente nos dados apresenta o formato das *tag questions* em inglês. Conforme vimos nesta tese, as *tag questions* em inglês são formadas por duas partes: uma parte afirmativa e outra composta pelo elemento *tag*, sendo que a polaridade da parte *tag* da pergunta é a inversa da polaridade da parte afirmativa (HEPBURN, POTTER, 2009). Nos fragmentos de fala dos IPs, encontramos *tag questions* em que a polaridade da parte afirmativa é a mesma da parte *tag* (afirmação negativa + *tag* de polaridade negativa).

Outra pergunta usada pelo policial durante a apuração dos crimes é a alternativa, presente em três práticas: (i) *buscando informações relacionadas indiretamente com o crime*, (ii) *solicitando ponto de vista dos participantes a respeito do crime* e (iii) *buscando informações sobre o crime a partir do conteúdo no BO*. Por meio delas, o inspetor leva os interrogados a confirmarem parte da informação presente na pergunta. Como mencionamos nesta tese, as perguntas alternativas contaminam a informação a ser fornecida posteriormente, inibindo, assim, o interrogado de apresentar relatos mais completos (KASK, 2012).

Como ferramenta para apurar os crimes, o inspetor de polícia não só utiliza perguntas, mas também faz uso de afirmações para expor evidências de provas na tentativa de conseguir a confissão do crime dos suspeitos. Nos dados, essas afirmações aparecem nos momentos em que o policial explica aos acusados os procedimentos tomados pela polícia antes de interrogá-los e os tipos de evidências de provas de que dispõe contra eles. Dessa forma, as afirmações estão associadas às explicações (*accounts*) fornecidas pelo policial aos acusados.

Nos nossos dados, notamos que muitas das perguntas descritas acima são repetições ou reformulações de algo já dito anteriormente. A partir das repetições, o policial verifica com as partes informação apresentada anteriormente, persegue a resposta do suspeito como forma de fazer com que este se comprometa com a posição assumida por ele com relação ao crime, solicita um posicionamento do responsável legal da vítima sobre o crime e encerra sequências.

Por meio das reformulações, o inspetor verifica com as partes informações sobre o delito, dá explicações ao suspeito com relação ao tipo de prova de que dispõe contra ele, solicita-lhe explicações sobre como uma criança sabe o que seja sexo oral, requer um ponto de vista do responsável legal da vítima com relação ao delito e atribui a responsabilidade do que o suspeito disse a respeito do delito ao próprio acusado.

Embora as perguntas utilizadas pelo inspetor como ferramenta de trabalho sejam as mesmas em quase todas as práticas (exceto na prática *buscando informações sobre o crime por meio de apresentação de evidências*), elas formam um conjunto de tipos de perguntas usadas na apuração dos crimes dos interrogatórios policiais da DRCCM. Isso nos mostra que a fase de apuração de crimes é composta predominantemente por meio de sequências de pergunta e resposta, as quais exercem um importante papel no evento interrogatório, já que, por meio de diversos tipos de perguntas, o policial visa coletar informações que comprovem a materialidade dos delitos, atuando como aquele que leva a cabo a interação pré-alocada do evento discursivo, objeto de nosso estudo na DRCCM.

Apesar de, em alguns momentos dos IPs (cf. excerto 08), notarmos a atuação dos suspeitos como perguntadores, esse papel não é o desempenhado predominantemente pelos acusados, cabendo-lhes apenas responder aos questionamentos feitos pelo inspetor. A nossa análise mostrou que as perguntas feitas pelos suspeitos consistiram num recurso usado para que eles se esquivassem das evidências de provas lançadas pelo inspetor para levá-los a confessar o delito. A predominância de perguntas feitas pelo policial, nos dados, permitiu-nos perceber que a interação é controlada pelo inspetor de polícia, responsável, institucionalmente, por interrogar as partes.

No que se refere às respostas fornecidas às perguntas feitas pelo policial, percebemos, na nossa análise, que, enquanto há momentos em que as respostas condizem com a forma gramatical e com as ações das perguntas, há outros em que as respostas não se relacionam à forma gramatical e à ação executada na questão. Como vimos no capítulo de análise, nem sempre o interrogado apresenta como respostas às perguntas alternativas uma das opções sugeridas na forma da pergunta, havendo a exposição de informações adicionais àquelas sugeridas pelo policial na questão. Quando o investigador solicita um ponto de vista do responsável legal pela vítima-criança sobre o crime, a mãe ou o pai do menor não apresenta uma resposta que condiz com o que lhe foi requerido, desviando-se da ação projetada pela pergunta. Há instantes da apuração em que a parte interrogada mantém-se em silêncio, não respondendo às perguntas feitas pelo policial.

Quanto às evidências de provas, em forma de afirmação, mostradas aos suspeitos, notamos que os acusados fazem perguntas ao policial, que se contrapõem ao que foi afirmado pelo investigador, como forma de se eximir da culpa.

Na fase da apuração dos crimes, a análise sequencial das ações, permite-nos observar que a parte interrogada, em alguns momentos das interações, demonstra-se pouco colaborativa com o policial, não fornecendo informações que possam levá-lo a concluir o cometimento dos delitos pelos suspeitos.

Tendo em vista a aplicabilidade deste trabalho para a atuação policial nas Delegacias de Polícia, responderemos à nossa terceira pergunta de pesquisa:

(3) Em que medida as práticas de apurar crimes e as ações que as implementam contribuem para que o policial atinja sua meta institucional?

Embora os nossos dados sejam gerados em uma Delegacia da Mulher, não analisamos, no capítulo de análise, fragmentos de fala em que tivemos casos que tratassem da violência contra mulheres. Isso se deve ao fato de os nossos *corpora* serem compostos por interrogatórios policiais em que se investigam crimes cometidos contra menores de idade, como: abuso sexual de menores, maus tratos de menores, etc.

Devido à gama de casos recebidos na DRCCM, que não tratam de crimes sofridos por mulheres, a questão da violência contra a mulher não se tornou visível na nossa análise, mas isso não nos impossibilitou de detectarmos e analisarmos as práticas de apurar crimes desempenhadas pelo policial desta Delegacia.

Na nossa análise dos dados, notamos que o policial, apesar de não conseguir, durante a fase da apuração, nenhuma confissão dos suspeitos de terem praticado os delitos, nem tampouco algum elemento probatório das vítimas e dos acusados que comprovem a ocorrência dos atos criminais, ele apurou os crimes, atingindo, assim, sua meta institucional principal, fazendo perguntas ou apresentando afirmações, na tentativa de obter informações que comprovem a realização dos delitos pelos suspeitos.

Dentre as 8 (oito) práticas aqui estudadas, percebemos que o policial, em apenas 2 (duas), consegue as informações que ele busca obter, a saber: na prática em que ele busca informação relacionada indiretamente com o crime e na prática em que ele busca informações sobre o crime a partir do conteúdo no Boletim de Ocorrência. Através desta, ele consegue extrair informações de um dos suspeitos (pai dos menores) e de uma das vítimas (menor de idade) que indicam que a denúncia anônima de maus tratos de menores não procede, pois de acordo com o depoimento das partes, as vítimas recebem alimentação adequada, são assistidas pelos responsáveis quando adoecem e não são violentadas por eles. Por meio daquela, ele, em um dos fragmentos de fala analisado, obtém da mãe da vítima informações que podem sinalizar

o envolvimento do suspeito com o crime, dado que o menor manteve-se tímido após o possível abuso sexual.

Como o inspetor de polícia não conseguiu, por meio de grande parte das práticas aqui detectadas, fazer com que os suspeitos admitissem a culpa e nem coletar informações que comprovassem explicitamente o envolvimento destes com os delitos, notamos, na análise dos dados, que o policial parece ter como base, além dos elementos probatórios conseguidos durante a investigação dos crimes *in loco*, o relato da vítima ou da mãe desta no BO, ou a confirmação de ambas do que aconteceu para redigir o relatório a ser arquivado ou encaminhado ao judiciário para punição dos acusados.

Apesar de a maioria dessas práticas não tenham sido eficazes para o policial comprovar a materialidade dos delitos, destacamos que o conhecimento adquirido pelos policiais civis dessas práticas possa contribuir para o desenvolvimento do trabalho policial nas Delegacias de Polícia, de modo que os próprios policiais passem a refletir sobre o seu fazer investigativo nesse ambiente e especializem-se mais na busca de novas práticas que possam ajudá-los a desvendar os crimes.

REFERÊNCIAS

ABELED, M. De LA O. L. **Uma compreensão etnometodológica da aprendizagem de língua estrangeira na fala-em-interação de sala de aula.** Tese de Doutorado. 2008. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, 2008.

ANDRADE, D. N. P.; OSTERMANN, A. C. O interrogatório policial no Brasil: a fala institucional permeada por marcas de conversa espontânea. In: **Revista Calidoscópico**, v. 5, n. 2, p. 92-104, mai/ago. 2007.

ATKINSON, J. M.; DREW, P. **Order in court: the organization of verbal interaction in juridical settings.** London: Macmillan, 1979.

BERGER, P. L. E LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento.** New York: Anchor Books, 1996 [1966].

BILMES, J. Occasioned Semantics: a Systematic Approach to Meaning in Talk. **Human Studies**, v. 34, p. 129-153, 2011.

BOSELLI, G; Delegacia de Defesa das Mulheres: permanências e desafios. Brasília/DF: **CFEMEA**, 2004. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2013.

BOZOLO, J. L. **A conservação do inquérito policial.** 2003. Disponível em:< www.advogado.adv.br/artigos/2003/joeldelunabozolo/conservacaoinqueritopolicial.htm>. Acesso em: 05 de março de 2008.

BRANDÃO, M.F.F.G.G. Violência contra a mulher. **Associação de ginecologistas e obstretas de Minas Gerais.** Belo Horizonte, p.1-4, 2009. Disponível em: <www.soimig.org.br>. Acesso em: 16 set. 2012.

BRASIL. **Anuário das Mulheres Brasileiras** (2011). Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/saude-da-mulher/violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 16 set. 2012.

_____. **Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislação.planalto.gov.br/nsf/>>. Acesso em: 15 de nov. de 2008.

CANDLIN, C. N.; SARANGI, S. Professional and organizational practice: a discourse/communication perspective. In: _____. (Eds.) **Handbook of communication in organizations and professions.** V. 3, Berlin: Mouton de Gruyter, 2011, p. 03-49.

CAPEZ, F. Inquérito policial. In: _____. **Curso de processo penal**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001, cap. 10, 11, 20, p. 64-95, 96-124, 377-500 .

CASSELL, C.; SYMON, G. (ed.) **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, 1994, p. 253.

CAVALCANTI, M.C.B. Melodias maternas – um movimento interpretativo na dialogia mãe-bebê. In: CAMAROTTI, M.C. (org.). **Atendimento do bebê: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

CEGALLA, D. P. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 606, 654, 703, 802.

CEROVIC, M. **Questions and questioning in Montenegrin police interviews**. 2010. 240f. Thesis. – University of Cambridge, United Kingdom, 2010.

CHAVES, N. F.; A importância da Delegacia da Mulher na proteção às mulheres vítimas de violência de gênero. **Abarriguda**, Campina Grande, v.1, n.1, p. 14-26, 2011. Disponível em: <<http://www.ojs.abarriguda.org.br/index.php/revistaabarrigudaarepb/article/view/2>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2013.

CLARK, H. H. O uso da linguagem. In: AZEVEDO, N. O.; GARCEZ, P. M. (Orgs.) **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, nº 9, p. 49-70, jan/mar, 2000.

CLAYMAN, S. E.; HERITAGE, J. Questioning presidents: journalistic deference and adversarialness in the Press Conferences of U.S. presidents Eisenhower and Reagan. **Journal of Communication**, p. 749-775, 2002.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DEL CORONA, M.O. Fala-em-interação cotidiana e fala-em-interação institucional: uma análise de audiências criminais. In.: LODER, L. L.; JUNG, N. M.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Análises de fala-em-interação institucional: a perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 13-43.

DEL CORONA, M. O.; OSTERMANN, A. C. Formulação de lugar, intersubjetividade e categorias de pertença em chamadas de emergência para o 190. **Revista Veredas**, v. 16, nº 1, p. 112-129, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. The Discipline and Practice of Qualitative Research. In: _____. **The Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000, p. 01-28.

DEWALT, K. M.; DEWALT, B. R. **Participant observation: a guide for fieldworkers**. Walnut Creek, CA: Alta Mira Press, 2002.

DREW, P. Conversation analysis, In: FITCH, K. L.; SANDERS, R. E. (Eds.). **Handbook of Language and Social Interaction**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2005, p. 71-102.

_____. Contested evidence in courtroom cross-examination: the case of a trial for rape. In: ATKINSON, J. Maxwell; HERITAGE, J. **Structures of Social Action**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1984, p. 470-520.

DREW, P.; HERITAGE, J. Analysing talk at work: An introduction. In: _____. (Eds.). **Talk at work: Interaction in Institutional Settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992a. p. 03-65.

DURANTI, A.; GOODWIN, C. (Eds.). **Rethinking context: Language an interactive phenomenon**, 1992. p. 01-34.

EHLICH, S.; FREED, A.F. The function of questions in institutional discourse: an introduction. In: _____. **Why do you ask?: the function of questions in institutional discourse**. Oxford University press, 2009, p. 03-20.

ERICKSON, F. Ethnographic description. In: AMMON, U; DITTMAR, N; MATTHEIER, K. **Sociolinguistics**. Berlin: Walter de Gruyter, 1988, p. 1081-1095.

EURICO, R.S. **Manhês: a melodia da voz maternal**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2013.

FILSTEAD, W. J. Qualitative methods: A needed Perspective in Evaluation Research. In: COOK, T. D.; REICHARDT, C. S. (Eds.). **Qualitative and Quantitative Methods in Evaluation Research**. Londres: Sage Publications, 1979, p. 33-48.

FOX, B. A.; THOMPSON, S. A. Responses to wh-questions in English conversation. **Research on language and social interaction**, United Kingdom, v. 43, nº 2, p. 133-156, 2010.

FREITAS, T. C. **Formulações extremas em audiências de conciliação no PROCON**. 2009. 122f. Dissertação de Mestrado. (Letras- Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

GAGO, P., C. A organização sequencial da conversa. **Revista Calidoscópico**, v. 03, n. 2, p. 61-73, maio/ago. 2005.

GAGO, P. C.; PINTO, P. J. G. Interrogatórios policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher: Algumas práticas sequenciais de negociação. **Revista Signótica**. Goiânia: Goiás, v. 24, nº 2, p. 339-365, jul./dez. 2012.

GAGO, P.C.; SILVEIRA, S.B. Question-answer sequences in conciliation hearings and interviews with political candidates. **Estudos de Sociolinguística**, v. 7, nº 1, p. 83-99, 2006.

_____. Onde está a garantia? Uma abordagem interacional. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 9, nº 1 e n.2, p. 55-76, jan./dez., 2005.

GARCEZ, P. M. Interação e Discurso: Estudos na perspectiva da Sociolinguística Interacional. Formas institucionais de fala-em-interação e conversa cotidiana: elementos para a distinção a partir da atividade de argumentar. In: **Palavra**, Rio de Janeiro: Editora Trarepa, v. 8, p. 54-73, 2002.

GARCEZ, P.M.; BULLA, G.S.; LODER, L.L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **Delta**, 30.2, p. 257-288, 2014.

GARCEZ, P. M.; LODER, L. L. Reparo iniciado e levado a cabo pelo outro na conversa cotidiana em Português do Brasil. **Delta**, 21:2, p. 271-312, 2005.

GARFINKEL, H. O que é Etnometodologia? **Teoria e Cultura**, v. 4, nº 1 e 2, p. 113-131, jan/dez. 2009. Tradução do original: 1967. What's Ethnomethodology? In.: GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1967.

_____. **Studies in Ethnomethodology**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1967.

GARFINKEL, H.; SACKS, H. On formal structures of practical actions. In: J. C. McKINNEY; E. A. TERYAKIAN (Eds.). **Theoretical Sociology**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1970. p. 160-193.

GIDDENS, A. Algumas escolas de teoria social e filosofia. In: _____. In: **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas**. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 37-86.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. (Eds.) **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: AGE, Ltda., 1998 [1979]. p. 70-97.

_____. The interaction order. **American Sociological Review**, v. 48, p. 1-17, 1983.

GOODWIN, C.; HERITAGE, J. Conversation Analysis. **Annual Review of Anthropology**, p. 283-307, 1990.

HAK, T.; BOER, F. Formulations in first encounters. **Journal of Pragmatics**, v. 25, p. 83-99, 1996.

HARTLEY, J. Case study research. In: CASSELL, C.; SYMON, G. (Eds.). **Essential guide to qualitative methods in organizational research**. London: Sage, 2004, p. 323-333.

HAWORTH, K. The dynamics of power and resistance in police interview discourse. **Discourse Studies**. London: Sage Publications, v. 17, nº 6, p. 739-759, 2006.

HEPBURN, A.; POTTER, J. Interrogating tears. In.: EHRLICH, S.; FREED, A. F. **Why do you ask?** The function of questions in institutional discourse. Oxford University press. 2009, p. 69-87.

HERITAGE, J. Epistemics in conversation. In.: SIDNELL, J; STIVERS, T. **The handbook of Conversation Analysis**. Blackwell Publishing Ltd. 2013, p. 371-394.

_____. The limits of questioning negative interrogatives and hostile question content. **Journal of pragmatics**, v. 34. p. 1427-1446, 2002.

_____. Conversation Analysis and Institutional Talk: Analysing Data. In: SILVERMAN, D. (Ed.). **Qualitative Research: Theory, method and Practice**. London: Sage Publications, 1997, p. 161-182.

_____. Etnometodologia. In: GIDDENS, A; TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo, Editora da UNESP, 1996. Tradução do original: 1987. Ethnomethodology. In.: GIDDENS, A; TURNER, J. *Social Theory today*. Standford, CA: Standford University Press.

_____. Analysing news interviews: aspects of the production of talk for an overhearing audience. In.: VAN DIJK (Ed.) **Handbook of Discourse Analysis**, v. 3. London, Academic Press, 1985, p. 95-117

_____. **Garfinkel and ethnomethodology**. Cambridge, UK: Polity Press, 1984.

HERITAGE, J.; WATSON, D. R. Formulations as conversational objects. In: PASATHAS, G. (Ed.). **Everyday Language**. New York, Irvington Press, 1979, p. 123-162.

HUTCHBY, I. “Active Listening”: Formulations and the Elicitation of Feelings. Talk in Child Counselling. In: **Research on Language and Social Interaction**, p. 303-329, 2005.

_____. **Conversation and technology: from the telephone to the internet**. Cambridge: Polity Press, 2001.

HUTCHBY, I.; WOOFFITT, R. What is Conversation Analysis? In: _____. **Conversation Analysis**. Cambridge: Polity Press, 1998, p. 13-37.

JOAS, H. Interacionismo Simbólico. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.) **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

JOHNSON, A. So...?: Pragmatic implications of so-prefaced questions in formal police interviews. In: COTTERIL, J. (Ed.) **Language in legal process**. London: Palgrave, 2002, p. 91-110.

JOL, G.; HOUWEN, F. V. Police interviews with child witness: pursuing a response with *maar* (= Dutch *but*) – prefaced questions. **The international Journal of Speech, Language and the law**. Equinox Publishing, v.21, n°1, p. 113-138, 2014.

KASK, K. Dynamics in using different question types in Estonian police interviews of children. **Applied Cognitive Psychology**, v. 26, p. 324-329, 2012.

KOSHIK, I. Questions and Questioning. In.: DONSBACH, W. (Ed.). **The Blackwell International Encyclopedia of Communication**. Blackwell Publishing, 2007.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: Phoenix, 1962.

KURRI, K.; WAHLSTRÖM, J. Reformulations of agentless talk in psychotherapy. **Text and Talk**. v. 27,n.3, p. 315-338, 2007.

LANGE, C.P. **Formulação e ensino-aprendizagem na fala-em-interação de sala de aula de inglês como língua adicional na educação de jovens e adultos**. 2010. 168f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

MARQUES, D. **Os Interrogatórios Policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher: Fases e Tarefas em uma perspectiva interacional**. 2009. 369f. Dissertação de Mestrado (Letras – Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

_____. A tentativa de construção sequencial da verdade num interrogatório policial da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher. In: **Veredas**, nº 1, p. 61-78, 2008.

MASON, J. Generating Qualitative Data: Interviewing. In: **Qualitative Researching**. London: Sage, p. 35-50, 1998.

MORAES, J.A.; ORSINI, M.T. Análise prosódica das construções de tópico no Português do Brasil: estudo preliminar. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v.38, nº4, p. 261-272, dez. 2003.

NAGEL, E. **The Structure of Science. Problems in the logic of Science Explanation**. Nova Iorque: Brace & World, 1961.

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 01-05, 1996.

NUCCI, G.S.; Manual de Processo Penal e Execução Penal. 5ª ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2008.

OLIVEIRA, M. B. de. **Crime invisível: mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal**. 2006. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, R. P. **Estratégias de Negociação em Encerramentos de Conversa Telefônica Cotidiana**. 2006. 251f. Dissertação de Mestrado (Letras – Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

OSTERMANN, A. C. A ordem interacional: a organização do fechamento de interações entre profissionais e clientes em instituições de combate à violência contra a mulher. In: **Alfa**, São Paulo, v. 46, p. 39-54, 2002.

OSTERMANN, A. C.; SILVA, C. R. da. A formulação em consultas médicas: para além da compreensão mútua entre os interagentes. In: **Calidoscópio**, v. 7, nº 2, p. 97-111, 2009.

OXBURG, G. E; MYKLESBUST, T.; GRANT, T. The question of question in police interviews: a review of the literature from a psychological and linguistic perspective. In: **The**

international journal of speech, language and the law, Equinox Publishing, v. 17, nº 01, p. 45-66, 2010.

PERAKYLA, A. Reliability and Validity in Research Based on Tapes and Transcripts. In: **Qualitative Research: Theory, Method and Practice**. London: Sage, p. 201-220, 1998.

PINTO, P. J. G. **Práticas sequenciais de negociação nos interrogatórios policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher**. 180f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

PINTO, P. J. G.; WEISS, V. F. Um estudo sobre papéis do mediador no PROCON. **Gatilho**, Juiz de Fora, ano 2, 2006. Disponível em: <<http://www.gatilho.ufjf.br/>>. Acesso em: 07 de maio de 2012.

POMERANTZ, A. Extreme Case formulations: A way of legitimizing claims. In: **Human Studies**, v. 9, p. 219-229, 1986.

_____. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J. M; HERITAGE, J. (Eds.) **Structures of Social Action studies in Conversation Analysis**. Cambridge, Cambridge University Press, 1984, p.75-101.

PSATHAS, G. The study of Interaction. In: _____. **Conversation Analysis: The study of Talk-in-Interaction**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

QUIRK, R.; GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A comprehensive grammar of the English language**. London: Longman, 1985.

RAYMOND, G. Grammar and social relations. In.: EHRLICH, S.; FREED, A. F. **Why do you ask?** The function of questions in institutional discourse. Oxford University press. 2009, p. 87-108.

_____. Grammar and social organization. Yes/no interrogatives and the structure of responding. **American Sociological Review**, v. 68 p. 939-967, 2003.

READ, J.; POWELL, M.; KEBBELL, M.; MILNE, B.; STEINBERG, R. Evaluating police interviewing practices with suspects in child-sexual abuse cases. **Policing and Society**, v. 24, n. 05, p. 523-544, 2014.

RUBIN, H. J.; RUBIN, I. S. The Art of Hearing Data. **Qualitative Interviewing**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

SACKS, H. On the preferences for agreement and contiguity in sequences in conversation. In.: BUTTON, G.; LEE, J. R. E. (Eds.). **Talk and Social Organization**. Clevedon: Multilingual Matters, 1973.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. In: **Revista Veredas de Estudos Linguísticos**, v. 7, n.

2, p. 01-67, jan./dez. 2003. Tradução do original: 1974. A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as Ciências**. Porto: Edição Afrontamentos, 2003.

SARANGI, S. Role hybridity in professional practice. In: SARANGI, S.; POLESE, V. CALIENDO, G. (Eds). **Genre (s) on the Move: Hybridisation and Discourse Change in Specialised Communication**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane (ESI), 2011, p. 01-26.

_____. Reconfiguring self/identity/status/role: The case of professional role performance in healthcare encounters. In: **Journal of Applied Linguistics and Professional Practice**. Bern: Peter Lang, p. 33-57, 2010.

_____. Communication skills training in healthcare settings: the UK experience. In: SARANGI, S. **The conditions and consequences of professional discourse studies**. London: Pearson, 2006.

_____. The conditions and consequences of professional discourse studies. In: **Journal Applied Linguistics**. V. 2, p. 371-394, 2005.

_____. Towards a communicative mentality in medical and healthcare practice. **Communication and Medicine**, v. 1, nº 1, p. 1-11, 2004.

_____. Discourse practioners as a community of interprofessional practice: some insights from health communication research. In: SARANGI, S. CANDLIN, C, N. **Research and practice in professional discourse**. Hong Kong: City University of Hong Kong Press, 2001.

SCHEGLOFF, E. A. **Sequence Organization in Interaction: A Primer in Conversation Analysis**, V. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. **Sequence organization**. Apostila do curso Conversational Structures. Estados Unidos: Califórnia, 1995.

_____. On some questions and ambiguities in conversation. In: ATKINSON, M.; HERITAGE, J. (Eds.) **Structures of social action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 28-52.

_____. Preliminaries to preliminaries: 'Can I ask you a question?'. In: **Sociological Inquiry**, v. 50, p. 104-152, 1980.

SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. **Language**, v. 55, n.2, p.361-382, 1977.

SCHUTZ, A. Symbol, Reality and Society. In: _____. **Collected Papers. The Problem of social Reality**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1971, v. I, p. 87-356.

SIDNELL, J. The design and positioning of questions in inquiry testimony. In: EHRLICH, S.; FREED, A. F. **Why do you ask?** The function of questions in institutional discourse. Oxford University press. 2009, p. 20-41.

SNOOK, B.; LUTHER, K.; QUINLAN, H.; MILNE, R. A field study of police questioning practices of suspects and accused persons. In: **Criminal Justice and Behavior**, v. 39, n° 10, October, p. 1328-1339, 2012.

SOARES, B. M.; **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.

STIVERS, T.; ROSSANO, F. Mobilizing response. **Research on Language and Social Interaction**, v. 43, p. 3-31, 2010.

STOKOE, E.; EDWARDS, D. Asking silly questions in police-suspect interrogations. In: EHRLICH, S.; FREED, A. F. **Why do you ask?** The function of questions in institutional discourse. Oxford University press. 2009, p. 108-135.

SUTTON, B. The rationale for qualitative research: a review of principles and theoretical foundations. **Library Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 411-430, Oct. 1993.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame\consulta médica. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: AGE, 1998 [1987], p. 120-141.

TENANI, L. Domínios prosódicos no Português Brasileiro. Evidências rítmica, entoacional e segmental. **Estudos Linguísticos XXXV**. p.118-131, 2006.

TRACY, K.; PARKS, R. M. 'Tough questioning' as enactment of ideology in judicial conduct: marriage law appeals in seven US courts. **The international Journal of Speech, Language and the law**. Equinox Publishing, v. 19, n° 1, p. 1-25, 2012.

TRACY, K.; ROBLES, J. Questions, questioning, and institutional practices: an introduction. **Discourse Studies**. London: Sage Publications. v. 11, n° 2, p. 131-152, 2009.

VAN DER HOUWE, F. Formulating disputes. **Journal of Pragmatics**, v. 41, p. 2072-2085, 2009.

VASILÉSVIKI, V.; ARAÚJO, M. J. Um algoritmo prosódico para Português do Brasil. In: ANAIS DA III JORNADA DE DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS, 2013, Fortaleza. **Anais de evento**. Fortaleza, 2013. p. 44-51.

YIN, R. K. Introdução. In: GRASSI, D. (Orgs.) **Estudos de Caso: Planejamento e Métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, p. 19-37.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo das notas de campo

**MESTRADO EM LINGUÍSTICA – UFJF
DÉBORA MARQUES & PRISCILA JÚLIO GUEDES PINTO
GERAÇÃO DE DADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A
MULHER.**

NOTAS DE CAMPO

- 1) TÍTULO DO INTERROGATÓRIO:**
- 2) DATA DO INTERROGATÓRIO:**
- 3) RESUMO:**
- 4) PARTICIPANTES RATIFICADOS:**
- 5) INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

APÊNDICE B- Nota de campo - IPI

MESTRADO EM LINGUÍSTICA – UFJF
DÉBORA MARQUES & PRISCILA JÚLIO GUEDES PINTO
GERAÇÃO DE DADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER.

NOTAS DE CAMPO

1) TÍTULO DO INTERROGATÓRIO: IPI - ASSÉDIO SEXUAL DE MENOR

2) DATA DO INTERROGATÓRIO: 26 de abril de 2007

3) RESUMO: Audiência do menor, vítima de assédio sexual que, possivelmente, foi obrigado a praticar sexo oral no cunhado (casado com a irmã da vítima), o qual é ex-presidiário e nega a acusação feita pela Mãe da vítima à polícia.

4) PARTICIPANTES RATIFICADOS: Inspetor de Polícia; Mãe da vítima; Vítima (4 anos de idade); Suspeito (Cássio).

5) INFORMAÇÕES RELEVANTES:

O inspetor realizou uma consulta no banco de dados da polícia e certificou que o suspeito está em liberdade condicional e que foi condenado por tráfico ilegal de drogas.

“Cenara”: penitenciária.

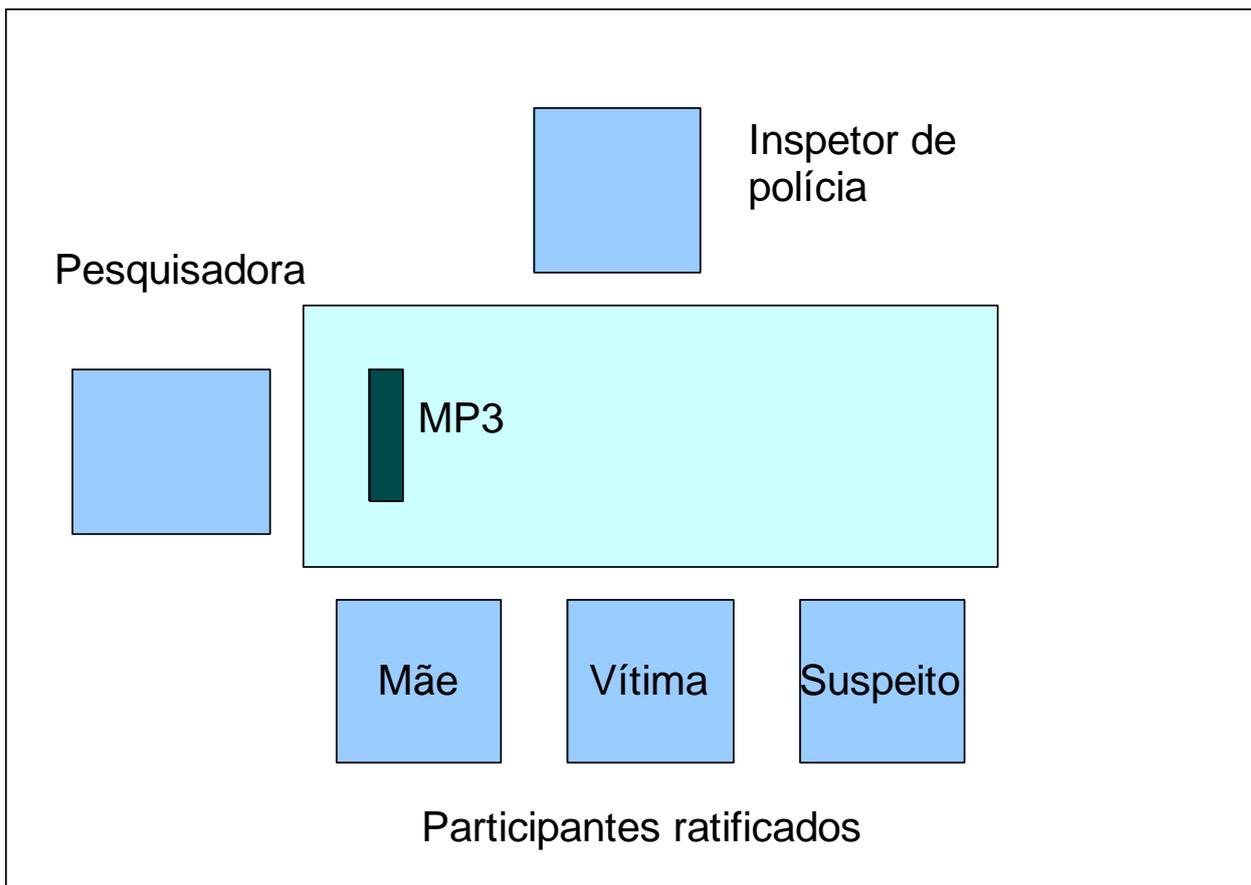
“Amarer”: local onde presidiários trabalham a fim de realizarem “trabalhos remidos”.

Inspetor pega brinquedos para a vítima com o intuito de se aproximar mais.

Inspetor pede ao suspeito para se retirar da sala do interrogatório.

IP I: Disposição física dos participantes

SALA DE INSPETORIA



APÊNDICE C - Nota de campo – IP II

MESTRADO EM LINGUÍSTICA – UFJF
DÉBORA MARQUES & PRISCILA JÚLIO GUEDES PINTO
GERAÇÃO DE DADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER.

NOTAS DE CAMPO

- 1) **TÍTULO DO INTERROGATÓRIO:** IP II- ESTUPRO DE MENOR DE 12 ANOS
- 2) **DATA DO INTERROGATÓRIO:** 22 de agosto de 2007.
- 3) **RESUMO:** Vítima, aos 12 anos de idade, relacionou-se com o suspeito I (Juliano) o qual a obrigou fazer sexo anal; utilizar objetos eróticos e fazer sexo com outras pessoas, no caso, com o seu primo (suspeito II- João). Os dois suspeitos negam tal abuso e o caso é encaminhado para a justiça. O Inspetor mostra-se convencido de que eles são os culpados, apontando que irá expor isso no relatório que segue para o judiciário.
- 4) **PARTICIPANTES RATIFICADOS:** Inspetor de Polícia; Mãe da Vítima; Vítima (menor de idade -Carina); Suspeito I (Juliano); Suspeito II (João)
- 5) **INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

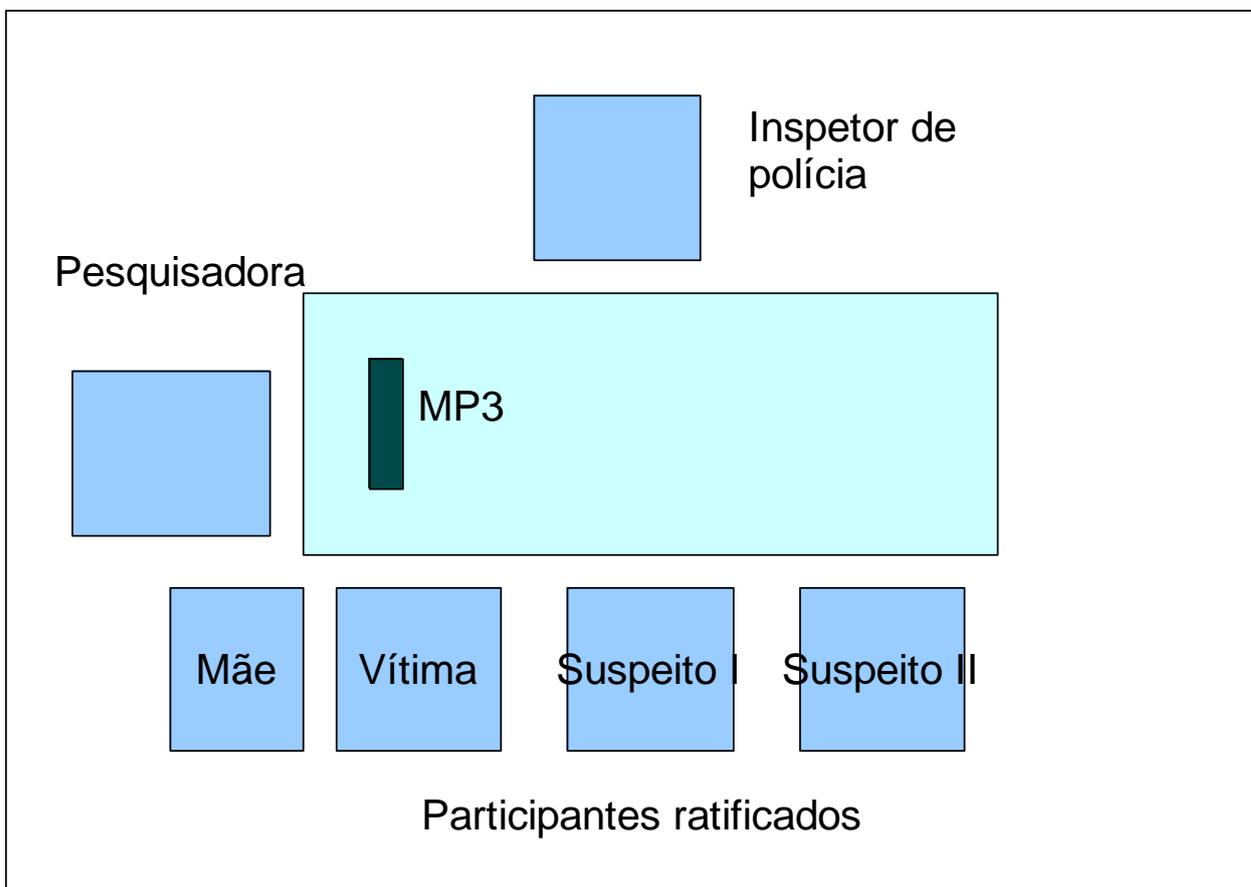
O inspetor olha os documentos apresentados pelos suspeitos e se retira da sala.

Inspetor pega a intimação e mexe nos papéis em cima da mesa.

Inspetor solicita a uma funcionária que imprima os antecedentes criminais dos dois suspeitos envolvidos no caso.

IP II: Disposição física dos participantes

SALA DE INSPETORIA



APÊNDICE D - Nota de campo – IP III

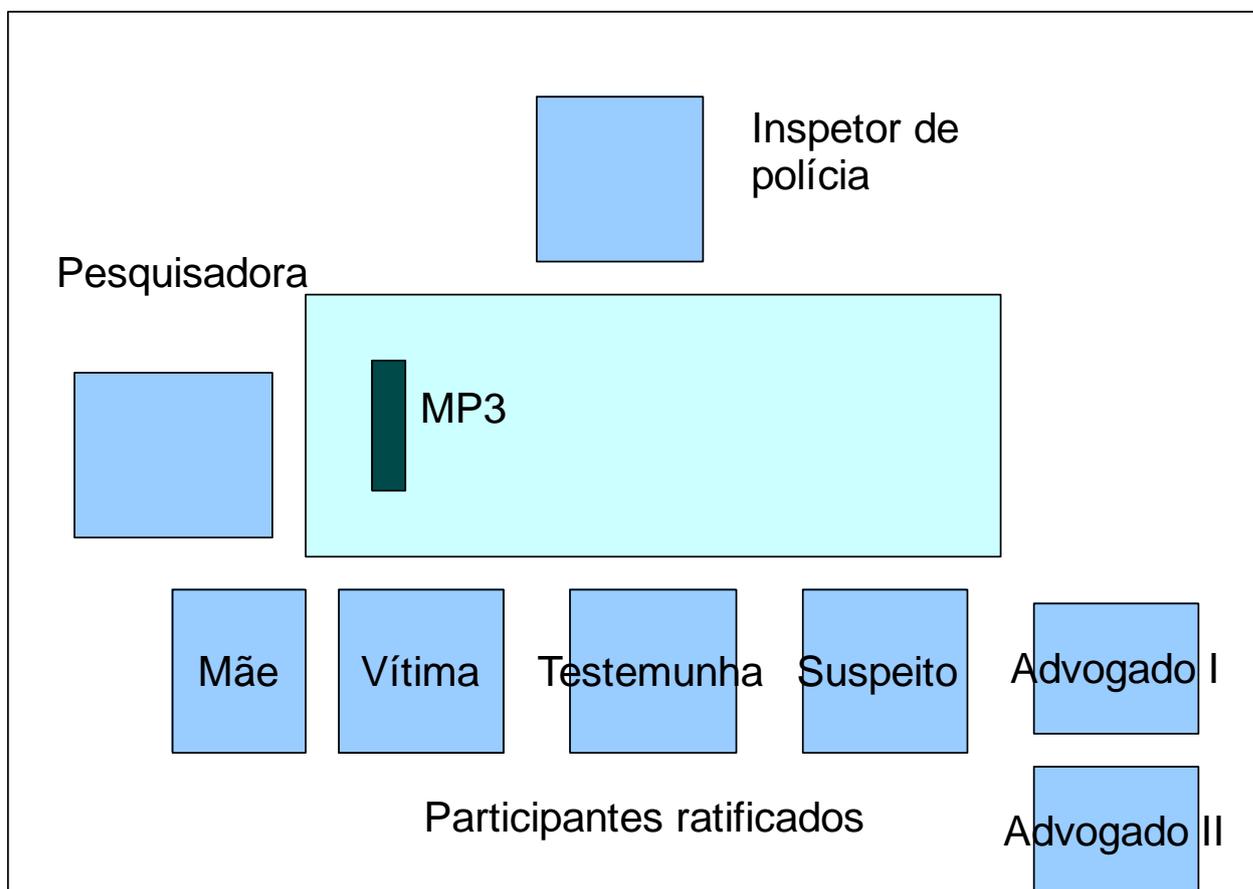
MESTRADO EM LINGUÍSTICA – UFJF
DÉBORA MARQUES & PRISCILA JÚLIO GUEDES PINTO
GERAÇÃO DE DADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER.

NOTAS DE CAMPO

- 1) **TÍTULO DO INTERROGATÓRIO:** IP III- TENTATIVA DE ESTUPRO DE MENOR
- 2) **DATA DO INTERROGATÓRIO:** 23 de agosto de 2007
- 3) **RESUMO:** Vítima de 16 anos de idade foi assediada pelo “companheiro” de sua mãe (Fábio). O possível crime aconteceu na manhã do dia 27 de julho de 2007, quando o suspeito, aproveitando que a vítima estava dormindo, invadiu o quarto da menor e começou a acariciá-la nos seios e a se masturbar. A denúncia foi feita pela mãe da vítima. O suspeito nega o crime, dizendo que não esteve no local no dia 27/07. O inspetor diz que irá investigar mais o caso, mandando detetives ao local onde aconteceu o crime, na tentativa de saber se alguém viu o suspeito neste local no dia 28.
- 4) **PARTICIPANTES RATIFICADOS:** Inspetor de Polícia; Mãe da vítima (Marta); Vítima (menor de idade – Paula); Suspeito (Fábio); Testemunha da vítima (Luciana); Advogada I (do suspeito); Advogado II (Jorge Luís) (da vítima); Funcionária I; Funcionária II; Funcionária III.
- 5) **INFORMAÇÕES RELEVANTES:**
O inspetor teve acesso ao celular da mãe da vítima.
O telefone tocou durante o interrogatório, e o inspetor atendeu.

IP III: Disposição física dos participantes

SALA DE INSPETORIA



APÊNDICE E - Nota de campo – IP VI

MESTRADO EM LINGUÍSTICA – UFJF

DÉBORA MARQUES & PRISCILA JÚLIO GUEDES PINTO

GERAÇÃO DE DADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER.

NOTAS DE CAMPO

1) **TÍTULO DO INTERROGATÓRIO:** IP VI- DENÚNCIA DE MAUS TRATOS DE MENORES

2) **DATA DO INTERROGATÓRIO:** 21 de agosto de 2007

3) **RESUMO:** Casal é acusado de maltratar física e psicologicamente os filhos (menores de idade) e de mantê-los fora da escola. O inspetor não encaminha o caso para a justiça.

4) **PARTICIPANTES RATIFICADOS:** Inspetor de Polícia; Vítima I (Alessandra – menor de idade); Vítima II (Lívia – menor de idade); Vítima III (Alfredo – menor de idade); Suspeita (Mariana Juliana – mãe das vítimas); Suspeito (Marcelo – pai das vítimas); Funcionária.

5) **INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

Havia barulho de vozes ao fundo, e som de rádio ligado no local onde o interrogatório aconteceu.

O inspetor procura o BO em sua pasta.

Durante a leitura do BO, o suspeito, pai das vítimas, debocha (sorrindo); essa ação tornou o clima tenso entre inspetor e ele.

O inspetor pede aos suspeitos (pai e mãe das vítimas) para se retirarem da sala.

O inspetor pede às vítimas que escrevam seus nomes num papel.

O telefone tocou e o inspetor atendeu durante a realização do interrogatório.

Inspetor solicita a uma funcionária que abaixe o volume do rádio.

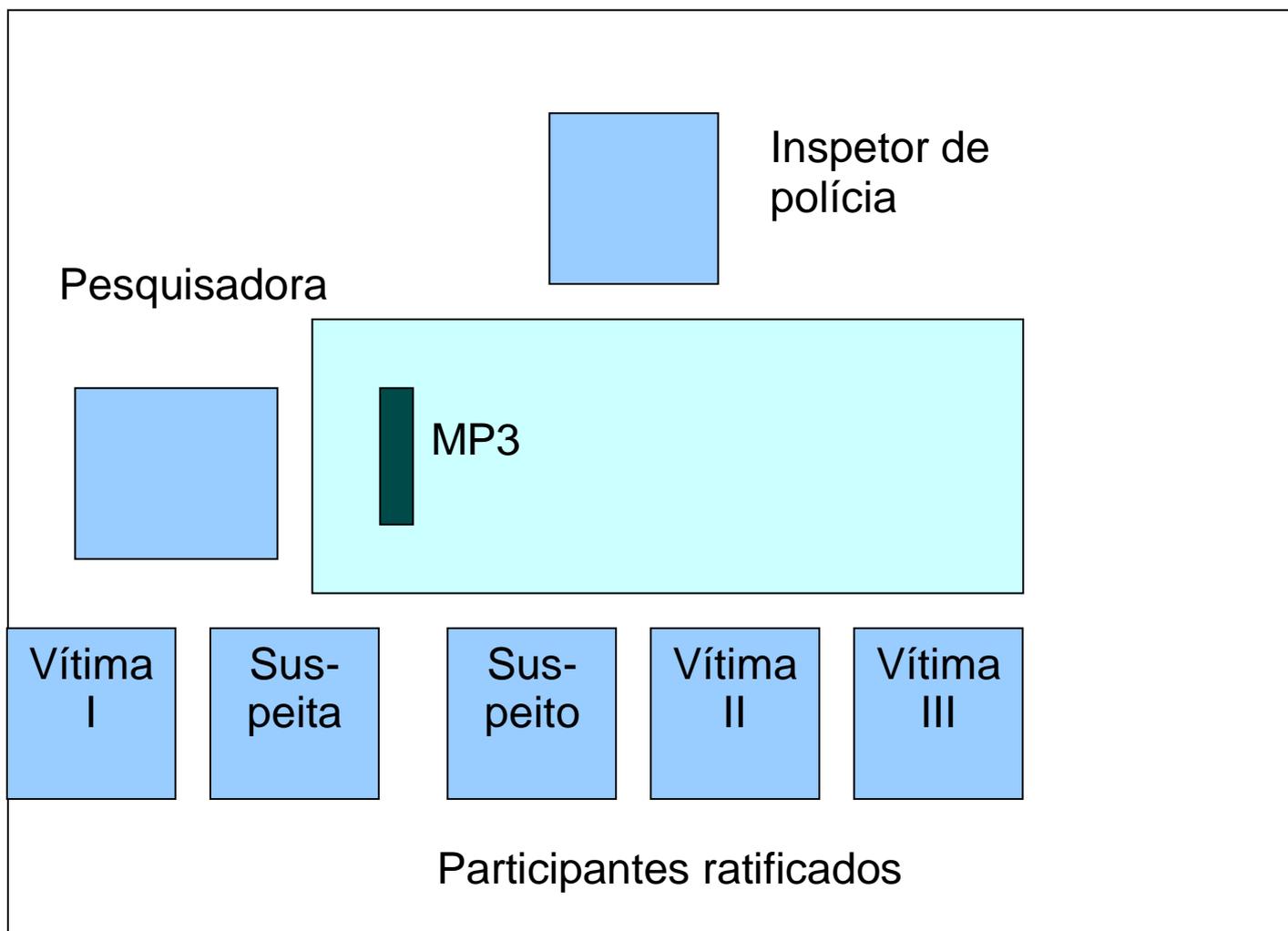
Inspetor conversa com uma funcionária da Delegacia e com a pesquisadora que gravava os dados.

Inspetor pede a vítima I para chamar os suspeitos que se encontram fora da sala.

Inspetor anota informações referentes ao interrogatório em um papel.

IP VI: DISPOSIÇÃO FÍSICA DOS PARTICIPANTES

SALA DE INSPETORIA



APÊNDICE F – Nota de campo - IP VIII

MESTRADO EM LINGUÍSTICA – UFJF DÉBORA MARQUES & PRISCILA JÚLIO GUEDES PINTO GERAÇÃO DE DADOS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER.

NOTAS DE CAMPO

1) TÍTULO DO INTERROGATÓRIO: IP VIII – DESAPARECIMENTO DE MENOR

2) DATA DO INTERROGATÓRIO: 03 de outubro de 2007.

3) RESUMO: Menor de 16 anos sai de casa para viver com o seu companheiro de quem está grávida. A mãe da menor afirma que João levou a sua filha de casa e que este costuma bater em mulher. João aponta que foram os pais da garota que a levaram ao seu serviço. A menor e João estão vivendo juntos e Joana diz que está bem na casa do companheiro, não querendo voltar para a casa dos pais. O inspetor reconhece que a menor não desapareceu nem abandonou os pais.

Consoante às notas de campo durante a geração de dados, tem-se a notícia de que foi a mãe a declarante do BO (boletim de ocorrência), sendo, portanto, esta considerada a “vítima” nesse interrogatório.

4) PARTICIPANTES RATIFICADOS: Inspetor de Polícia (Carlos), vítima (Vítima – Maria), pai da menor (Mário), menor (Joana), suspeito (João), funcionária I (Paula).

5) INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Suspeito chega atrasado à Delegacia.

Inspetor procura pelo boletim de ocorrência.

Inspetor pede ao suspeito para se retirar da sala.

Funcionária I diz que tem uma ocorrência para o policial. Ela diz o número do boletim de ocorrência para funcionária II.

Inspetor pede ao suspeito para retornar à sala de inspetoria.

Inspetor anota informações sobre o caso em investigação.

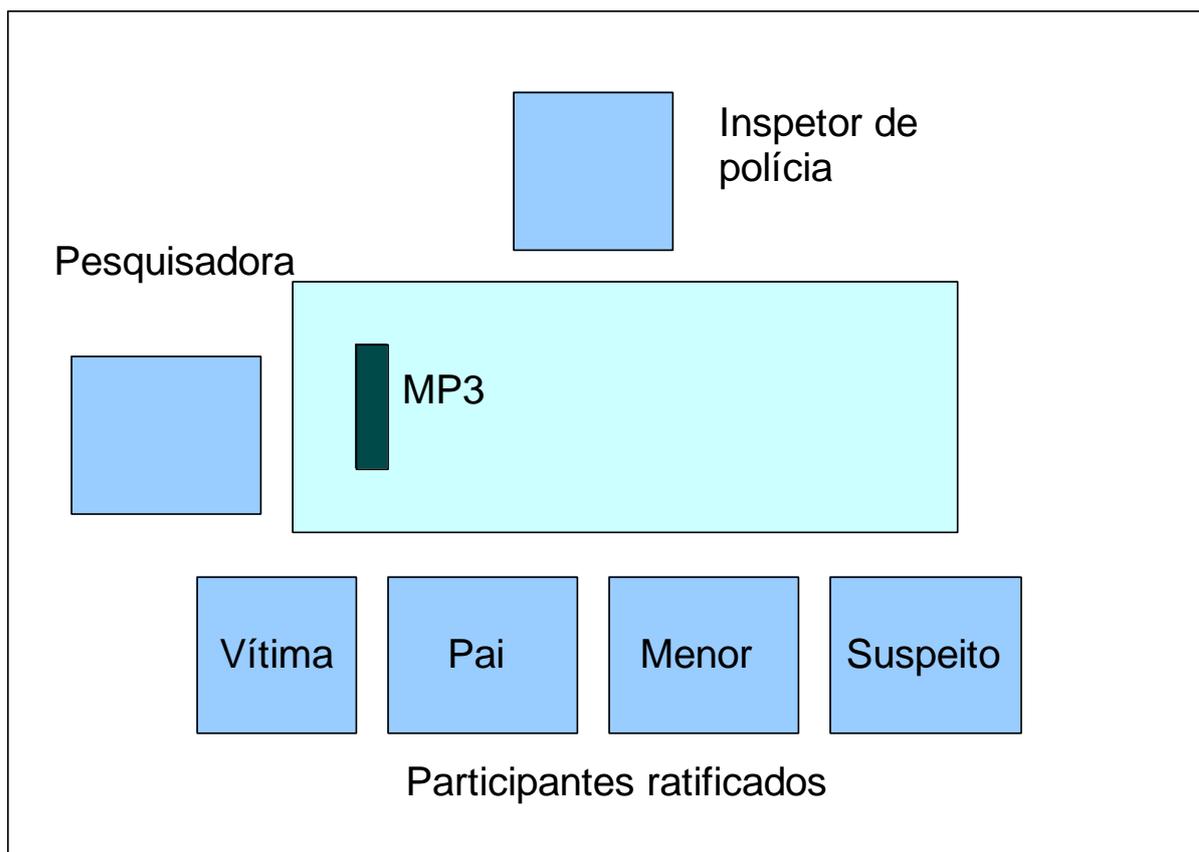
Inspetor entrega o documento de identificação do suspeito.

Inspetor pergunta se a funcionária I achou o boletim de ocorrência que ele estava procurando.

Inspetor pede à funcionária I para ver alguns documentos que estão na gaveta da mesa dele.

Funcionária I pede informação ao inspetor.

SALA DE INSPETORIA



APÊNDICE G – Resumo dos IPS

INTERROGATÓRIOS	CLASSIFICAÇÃO DOS INTERROGATÓRIOS	DATA	PARTICIPANTES RATIFICADOS	IDADE APROXIMADA	RESUMO
1) ASSÉDIO SEXUAL DE MENOR	IP I	26 de abril de 2007	- Inspetor de Polícia - Mãe da vítima - Vítima (André) - Suspeito (Cássio)	- 45 anos - 40 anos - 04 anos 30 anos	Audiência do menor, vítima de assédio sexual que, possivelmente, foi obrigado a praticar sexo oral no cunhado (casado com a irmã da vítima), o qual é ex-presidiário e nega a acusação feita pela mãe da vítima à polícia.
2) ESTUPRO DE MENOR DE 12 ANOS	IP II	22 de agosto de 2007	- Inspetor de Polícia - Mãe da vítima - Vítima (menor de idade -Carina) - Suspeito I (Juliano) - Suspeito II (João)	- 45 anos - 40 anos - 14 anos - 30 anos - 31 anos	Vítima, aos 12 anos de idade, se relacionou com o suspeito I (Juliano) o qual a obrigou a fazer sexo anal; utilizar objetos eróticos e fazer sexo com outras pessoas, no caso, com o seu primo (suspeito II-João). Os dois suspeitos negam tal abuso e o caso é encaminhado para a justiça. O inspetor mostrou-se convencido de que eles são os culpados, apontando que irá expor isso no relatório que segue para o judiciário.

3) TENTATIVA DE ESTUPRO DE MENOR	IP III	23 de agosto de 2007	<ul style="list-style-type: none"> - Inspetor de polícia - Mãe da Vítima (Marta) - Vítima (Paula) - Suspeito (Fábio) - Testemunha (Luciana) (da vítima) - Advogada I (do suspeito) - Advogado II (da vítima) (Jorge Luís) - Funcionária I - Funcionária II - Funcionária III 	<ul style="list-style-type: none"> - 45 anos - 40 anos - 16 anos - 45 anos - 25 anos - 30 anos - 50 anos - 45 anos - 36 anos - 40 anos 	<p>Vítima de 16 anos de idade foi assediada pelo “companheiro” de sua mãe (Fábio). O possível crime aconteceu na manhã do dia 28 de julho de 2007, quando o suspeito, aproveitando que a vítima estava dormindo, invadiu o quarto da menor e começou a acariciá-la nos seios e a se masturbar. A denúncia foi feita pela mãe da vítima. O suspeito nega o crime, dizendo que não esteve no local no dia 28/07. O inspetor diz que irá investigar mais o caso, mandando detetives ao local onde aconteceu o crime na tentativa de saber se alguém viu o suspeito neste local no dia 28.</p>
4) AGRESSÃO FÍSICA DE EX-MARIDO CONTRA EX-MULHER	IP IV	03 de outubro de 2007	<ul style="list-style-type: none"> - Inspetor de Polícia - Vítima (Rosângela) - Suspeito (Geraldo) - Funcionária 	<ul style="list-style-type: none"> - 45 anos - 26 anos - 30 anos - 45 anos. 	<p>Vítima acusa o suspeito de agressão física em um show de pagode, pelo o fato de a ex-mulher estar se relacionando com uma outra pessoa. Há testemunhas que confirmaram a agressão física e o inspetor encaminha o caso para a justiça a pedido da vítima.</p>

<p>5) AGRSSÃO VERBAL CONTRA COMPANHEIRA E ENTEADA</p>	<p>IP V</p>	<p>03 de outubro de 2007</p>	<p>- Inspetor de polícia - Vítima I (Vanilda) - Vítima II (Vanessa, filha de Vanilda) - Suspeito (Gérson) - Advogada das vítimas</p>	<p>- 45 anos - 55 anos - 24 anos - 60 anos - 28 anos</p>	<p>Companheiro (Gérson) ameaça verbalmente a companheira Vanilda e a filha desta Vanessa (enteada de Gérson). Gérson (suspeito/vítima) nega tal acusação e, ao final, Vanilda e Vanessa (vítimas/suspeitas) decidem interromper o inquérito policial. Obs.: Como neste interrogatório, investigam-se casos referentes a dois BOs: um BO, no qual o suspeito/vítima (Gérson) é acusado de agredir as vítimas/suspeitas (Vanilda e Vanessa) verbalmente; e outro, no qual o suspeito/vítima acusa as vítimas/suspeitas e o noivo da Vítima II/suspeita II (Vanessa) de o terem agredido verbalmente, optamos por utilizar as identidades suspeito/vítima, vítima I/suspeita I e vítima II suspeita II para nos referirmos, respectivamente, a Gérson, Vanilda e Vanessa.</p>
<p>6) DENÚNCIA DE MAUS TRATOS DE MENORES</p>	<p>IP VI</p>	<p>21 de agosto de 2007</p>	<p>- Inspetor de Polícia - Vítima I (Alessandra menor de idade) - Vítima II (Lívia) - Vítima III (Alfredo) - Suspeita (Mariana Júlia – mãe das vítimas) - Suspeito (Marcelo – pai das vítimas) - Funcionária</p>	<p>- 45 anos - 15 anos - 13 anos - 9 anos - 40 anos - 45 anos</p>	<p>Casal é acusado de maltratar física e psicologicamente os filhos (menores de idade) e de mantê-los fora da escola. O inspetor não encaminha o caso para a</p>

				-45 anos	justiça.
7) AGRESSÃO FÍSICA DO MARIDO CONTRA A ESPOSA	IP VII	29 de agosto de 2007	-Inspetor de Polícia -Vítima (Vilma) -Suspeito (Pedro Henrique) - Advogada de Pedro Henrique	- 45 anos -29 anos -39 anos - 40 anos	Vítima acusa suspeito de lesão corporal. Este nega tal acusação. No decorrer do interrogatório, o inspetor percebe que há um problema com relação a convivência de marido e mulher na mesma casa, nesse sentido, o inspetor sugere a separação do casal e, sugere ainda que este encaminhe o caso para a vara familiar.
8) DESAPARECIMENTO DE MENOR	IP VIII	03 de outubro de 2007	-Inspetor de Polícia (Carlos) -Vítima (Maria) - Pai da menor (Mário) - Menor (Joana) - Suspeito (João) - Funcionária I	- 45 anos - 40 anos - 50 anos - 16 anos - 25 anos - 45 anos	Menor de 16 anos sai de casa para viver com o seu companheiro de quem está grávida. A mãe da menor afirma que João levou a sua filha de casa e que este costuma bater em mulher. João aponta que foram os pais da garota que a levaram em seu serviço. A menor e João estão vivendo juntos e Joana diz que está bem na casa do companheiro, não querendo voltar para a casa dos pais. O inspetor reconhece que a menor não desapareceu e nem abandonou os pais. Consoante às notas de campo durante a geração de dados, tem-se a notícia de que foi a mãe

					a declarante do BO (boletim de ocorrência), sendo, portanto, esta considerada a “vítima” nesse interrogatório.
9) AGRESSÃO: CASAL SEPARADO COM PROBLEMAS PARA VISITAÇÃO DOS FILHOS	IP IX	22 de agosto de 2007	Inspetor de polícia. Suspeito (Pedro Fábio). Vítima I (Franciele, ex-esposa do suspeito, também acusada de agredir a vítima II). Vítima II (Cátia Dalila, atual companheira do suspeito, acusada de agredir a Vítima I). Advogada (Dra. Cláudia- representante do suspeito) Obs.: ela foi professora do inspetor.	- 45 anos - 35 anos - 30 anos - 32 anos - 57 anos	Ex-mulher denuncia seu ex-marido por tê-la agredido fisicamente. Segundo esta, tal agressão ocorria nas vezes em que o seu ex-companheiro ia visitar as suas duas filhas. Como os dias e os horários destas visitas não foram estipulados em juízo quando os dois se separaram e nem foram determinados em acordo entre o casal, o pai das crianças ia visitá-las em horários e dias que não agradavam à mãe das mesmas. Com isso, iniciou-se, então, o conflito entre as partes. Paralelamente, há um segundo delito cometido pela Vítima I- Franciele contra a atual esposa do suspeito, Vítima II - Cátia Dalila, esta denunciou que Franciele a teria agredido fisicamente.
10) AGRESSÃO FÍSICA INCITADA POR UMA DÍVIDA ENTRE IRMÃOS	IP X	26 de agosto de 2007	- Inspetor de polícia -Vítima (Marcela Gertrudes) -Suspeito I (irmão da vítima- Marcos,) -Esposa do suspeito (Hilda) - Suspeito II (Sobrinho da vítima e do suspeito- Leandro) -Advogado da Vítima	- 45 anos - 50 anos - 45 anos - 40 anos - 30 anos -30 anos	A vítima denuncia agressão física cometida contra ela pelo irmão, que deve uma quantia em dinheiro a ela, e pelo sobrinho.

ANEXOS

ANEXO A - Convenções de transcrição

Os símbolos usados foram desenvolvidos por Jefferson e encontram-se em Sacks, Schegloff e Jefferson (2003 [1974]).

[colchetes]	fala sobreposta
(0.5)	pausa em décimos de segundo
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundo
=	contigüidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos.
.	descida de entonação.
?	subida de entonação.
,	entonação contínua.
?,	subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação.
:	alongamento de som.
-	auto – interrupção.
<u>sublinhado</u>	acento ou ênfase de volume.
MAIÚSCULA	ênfase acentuada.
°	fala mais baixa imediatamente após o sinal.
° palavras°	trecho falado mais baixo.
Palavra:	descida entoacional inflexionada.
Palavra:	subida entoacional inflexionada.
↑	Subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados.
↓	descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado.
>palavras<	fala comprimida ou acelerada.
<palavras>	desaceleração da fala.
<palavras	início acelerado.
hhh	aspirações audíveis.
(h)	aspirações durante a fala.
.hhh	inspiração audível.
(())	comentários do analista.
(palavras)	transcrição duvidosa.
()	transcrição impossível.
th	estalar de língua.

ANEXO B - Parecer de aprovação do projeto de pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A apuração de crimes nos interrogatórios policiais da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher

Pesquisador: Priscila Júlio Guedes Pinto

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40356314.1.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 964.018

Data da Relatoria: 24/02/2015

Apresentação do Projeto:

A apresentação do projeto esta clara e detalhada de forma objetiva. Descreve as bases científicas que justificam o estudo.

Objetivo da Pesquisa:

Apresenta clareza e compatibilidade com a proposta de estudo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo, considerando que os indivíduos não sofrerão qualquer dano ou sofrerão prejuízo pela participação ou pela negação de participação na pesquisa e benefícios esperados, estão adequadamente descritos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto está em configuração adequada e há apresentação de declaração de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa, assinada pelo responsável da instituição onde será

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@uff.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA/MG



Continuação do Parecer: 964.018

realizada a pesquisa. Apresentou de forma adequada o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: Março de 2016.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

JUIZ DE FORA, 25 de Fevereiro de 2015

Assinado por:
Francis Ricardo dos Reis Justi
(Coordenador)

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

ANEXO C - Transcrição do IP I

Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher

ASSÉDIO SEXUAL DE MENOR

INTERROGATÓRIO POLICIAL – IP I

Audiência do menor, vítima de assédio sexual que, possivelmente, foi obrigado a praticar sexo oral no cunhado (casado com a irmã da vítima), o qual é ex-presidiário e nega a acusação feita pela Mãe da vítima à polícia.

Participantes: Inspetor de Polícia
Mãe da vítima
Vítima (4 anos de idade)
Suspeito (Cássio)

Transcrita por: Débora Marques
Audiência coletada em: 26 de abril de 2007, Juiz de Fora/MG, UFJF- Dissertação
Mestrado em Linguística.

0001 Inspetor você tem ()? ((se dirigindo ao Suspeito))
0002 Suspeito tem não↓
0003 Inspetor hein?
0004 (1,0)
0005 Suspeito tem não.
0006 (0,5)
0007 Inspetor tem passagem pela polícia cara?
0008 Suspeito já↓
0009 Inspetor já?
0010 Suspeito já.
0011 Inspetor e por causa de quê?
0012 Suspeito de doze.
0013 Inspetor doze?
0014 Suspeito é.
0015 Inspetor condenado?
0016 Suspeito é-tô-três-é::agora to é::
0017 Inspetor não↓eu te perguntei o seguinte, foi condenado↓
0018 Suspeito fui↓
0019 Inspetor quanto tempo?
0020 Suspeito três anos.
0021 Inspetor ()
0022 Suspeito ()
0023 Inspetor onde?
0024 Suspeito no cenara.
0025 (0,1)
0026 Inspetor no cenara?
0027 Suspeito é↓
0028 (2,0)
0029 Inspetor tá na condicional?
0030 Suspeito é, tô na condicional↓
0031 Inspetor tá por quanto tempo?
0032 Suspeito um ano-uma no e oito meses.
0033 Inspetor tá cumprindo aquele artigo, o doze ainda né?
0034 Suspeito é↓
0035 (1,8)
0036 Mãe ()
0037 Inspetor ()
0038 (3,0)
0039 Inspetor tá na condicional ainda né filho?
0040 Suspeito é
0041 Inspetor e vai até quando?
0042 Suspeito hum?
0043 Inspetor e vai () até quando?
0044 Suspeito vai () até 2010.
0045 Inspetor 2010?
0046 (0,8)
0047 Inspetor muito bem↓
0048 (0,2)((mexe em papéis))
0049 Inspetor então a senhora é a dona marta da silva, não é isso?
0050 Mãe ahãm.
0051 Inspetor esse rapaz que tá na minha frente aí é: ((lendo no B0))
0052 o andré↑((menor, possível vítima de abuso sexual)) não é
0053 isso?
0054 Mãe ahãm.
0055 Inspetor tá↓
0056 (0,5)
0057 Inspetor deixa eu perguntar pra senhora:: tá constando aqui pra
0058 gente, não é isso, tá que a senhora fez o boletim de
0059 ocorrência, tá aqui com a gente, não é isso? da polícia

0060 civil, né? dia dezesseis de abril, é isso mesmo, não é
0061 isso?
0062 Mãe foi.
0063 Inspetor foi, aí tá escrito-o detetive escreveu pra mim o
0064 seguinte ô ((lendo)) comparece a esta unidade policial a
0065 senhora marta da silva, não é isso?
0066 Mãe ahãhã.
0067 Inspetor mãe do menor andré, a senhora é mãe dele não é isso?
0068 Mãe sou,
0069 Inspetor de quatro anos, relatando que o seu filho constantemente
0070 reclama que o autor o obriga a pegar seu órgão genital,
0071 dele, né?, e colocar na boca e chupar e esclarece ()
0072 que tentou encaminhar o caso-o caso ao conselho tutelar
0073 e que lá o menor foi submetido ao exame médico, nada foi
0074 constatado no que tange ao aspecto oral, porém que a
0075 criança continua dizendo que o mesmo colocou e continuou
0076 a assediá-la e a fazer o mesmo ato, que o autor mora nos
0077 fundos da casa da vítima
0078 (0,2)
0079 Inspetor e é casado com a irmã da vítima, que nega que seu marido
0080 é capaz de fazer tal coisa, a senhora dona-dona marta
0081 confirma isto aqui que está escrito pra mim? é isso
0082 mesmo? o que-o que leva a pensar,
0083 [só o que o menino fala?
0084 Mãe [o negócio:
0085 (0,2)
0086 Mãe o negócio é o seguinte:: o menino, fica-ficava muito lá
0087 entendeu?, agora que eu cortei.
0088 Inspetor hum. ele ficava lá por quê?
0089 Mãe hein? porque a gente mora no mesmo terreiro e ele gosta-
0090 gostava de ficar lá.
0091 Inspetor sei,
0092 Mãe entendeu? e eu não tenho maldade,
0093 Inspetor hum.
0094 Mãe aí um dia, eu dando banho nele, aliás, eu arrumando água
0095 pra dá banho nele, aí eu peguei falei com ele-ele pegou
0096 e comentou isso pra mim, aí isso me levou ao desespero,
0097 eu como mãe, eu tinha que levar meu filho pra fazer um
0098 exame, entendeu?
0099 Inspetor humhum.
0100 Mãe entendeu?
0101 Inspetor entendo.
0102 Mãe aí, lá que-que o médico falou realmente né? que tinha
0103 coisado isso, né?, aí, o-o conselho tutelar, me
0104 encaminhou entendeu? pra eu vim aqui.
0105 Inspetor e a senhora fez tudo isso? levou ao médico tal.
0106 Mãe levei,
0107 Inspetor e ele tá-e o comportamento dele, como é que tá sendo?
0108 Mãe o comportamento dele?
0109 Inspetor é, ele vai à aula, pra escolinha?
0110 Mãe ele tá na escolinha.
0111 Inspetor ele tá indo na escolinha normalmente?
0112 Mãe tá,
0113 Inspetor tá. tá lanchando e jantando tudo direitinho?
0114 Mãe olha, isso aí ele nunca foi mesmo não,
0115 Inspetor tá,
0116 Mãe ele come- ele come mas só come uma vez por dia.
0117 Inspetor então tá normal o comportamento dele?.
0118 Mãe tá::

0119 Inspetor o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.((se dirige
0120 ao suspeito))

0121 Suspeito o que eu tenho pra falar com você, eu tenho uma filha,
0122 tenho sobrinho, tem um monte lá- e ele tomô raiva de
0123 mim, sabe por causa de quê? lá tem um montão de criança,
0124 aí foi um negócio de papagaio, só que pra ele ele queria
0125 Suspeito papagaio que fazia de vareta, e eu fiz-só que aí eu
0126 peguei uma folha de caderno, amassei no meio e amarrei
0127 duas linhas e tal, aí eu falei, ô andré,eu não vou vou
0128 fazê pro cê senão as criança, daí ele arrumou um- e
0129 chorou pra caramba, aí desse dia pra lá ele tomô raiva
0130 de mim

0131 Suspeito (0,2)
0132 eu tenho filha também eu jamais faria isso com os
0133 meninos.

0134 Inspetor mas como é que um menino de quatro anos de idade vai
0135 saber como é que é chupar, como é que é isso?

0136 Suspeito () eu falei até com a mãe dele (), a briga comigo
0137 é por causa de papagaio.

0138 Inspetor tá:: mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein? a
0139 senhora me explica isso pra eu entender.

0140 Mãe ah:: num sei↓

0141 Inspetor pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode ter
0142 visto?

0143 Suspeito não::↓ele não vive lá em casa-eu-eu trabalho ()
0144 Inspetor e trabalha onde?

0145 Suspeito eu trabalho na amarer ué↓

0146 Inspetor hein? na amarer?

0147 Suspeito é trabalho, pego das sete horas da manhã e saio às duas.

0148 Mãe mas hein, desde este dia pra cá eu tenho cortado
0149 entendeu?

0150 Inspetor tem cortado.

0151 Mãe () mas ele ia demais, mas mesmo assim ()

0152 Inspetor a sua irmã fica em casa o dia inteiro?

0153 Mãe a minha filha?

0154 Inspetor é, a sua filha↓

0155 Mãe não, às vezes ela sai ué.

0156 Inspetor sai?

0157 Mãe é.

0158 Inspetor e a senhora trabalha?

0159 Mãe não.

0160 Inspetor a senhora fica em casa, cuidando dos afazeres de casa↓

0161 Mãe fico em casa.

0162 Inspetor entendi.

0163 (0,1)

0164 Inspetor é e-e-e-e-ele sempre reclamou disso ou foi a primeira
0165 vez que ele reclamou?

0166 Mãe não↓, ele me reclamou aquele dia né?

0167 Inspetor ((se dirige ao Suspeito)) me espera lá fora um
0168 pouquinho, eu te chamo já já.

0169 Mãe ele reclamou aquele dia::

0170 Inspetor senta o menino ali.

0171 (0,8)

0172 Mãe aqui?

0173 Inspetor isso↓

0174 (0,2)

0175 Inspetor senta lá senhora.

0176 (0,3)

0177 Inspetor deixa eu te falar um negócio:: ô andré↓

0178 Mãe no dia que eu fui levar ele lá no posto médico () ele
0179 ficou chorando,=
0180 Inspetor xô te perguntar um negócio.
0181 Mãe =ficou chorando,
0182 Inspetor andré, não:::
0183 (0,2)
0184 Inspetor aqui ô, vou te dar um negócio.
0185 Mãe fala com ele meu filho, não vai te acontecer nada não↓
0186 ((o inspetor traz um brinquedo para a vítima))
0187 Inspetor quer brincar? () quer sentar aqui na minha cadeira?
0188 eu sento aí, quer? eu sento ali quer? senta lá, no meu
0189 lugar.
0190 Mãe senta lá meu filho↓
0191 Inspetor ouve aqui () quer falar comigo não?
0192 Mãe fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a
0193 mamãe,=
0194 Inspetor não quer falar, não quer falar não↓
0195 Mãe =do mesmo jeito.
0196 Inspetor não quer falar↓ o quê levou a senhora a entender que
0197 isto era verdade? é isso que eu quero entender.
0198 Mãe hum?
0200 Inspetor o quê que levou a senhora a entender que isso era
0201 verdade.
0202 Mãe é porque, foi assim↓, ele comentou isso comigo, né, aí,
0203 foi assim, ele tava brigando-brincando-brigando com a
0204 minha neta, de tarde↓
0205 Inspetor hum.
0206 Mãe nós mora no mesmo terreiro, minha neta mora nos fundos.
0207 Inspetor quantos anos tem sua neta?
0208 Mãe oito-nove.
0209 Inspetor nove?
0210 Mãe aí, eu peguei e falei assim com ele, porque ele é
0211 violento, sabe↓, é:: qualquer coisa tá batendo, aí eu
0212 falei, filho, não fica brigando com ele assim não,
0213 porque quando você for lá, eles vão te tratar mal, aí
0214 ele falou assim, mãe eu não vou lá não.
0215 Inspetor ele conversa bem ou tá tímido agora?
0216 Mãe tá tímido.
0217 Inspetor ele conversa direitinho? tá tímido?
0218 Mãe ah tá::, no dia que eu fui levar ele lá, nossa senhora:
0219 Inspetor hum.
0220 Mãe aí ele pegou e falou assim, é::
0221 Inspetor eu quero saber da senhora o que te leva a acreditar que
0222 isso aconteceu, eu quero uma resposta simples da
0223 senhora, agora eu tô perguntando simples pra senhora.
0224 Mãe ah tá.
0225 Inspetor o quê que te leva a entender que isto aconteceu?
0226 Mãe ah::num sei:::, é porque é coisa que eu ouvi da boca
0227 dele.
0228 Inspetor e o quê que [a senhora acha?=
0229 Mãe [é coisa que eu ouvi da boca dele:
0230 Inspetor =a senhora acha que aconteceu pelo que a senhora conhece
0231 do seu vizinho aí?
0232 Mãe é-é como se diz né? prova né, esta palavra prova, a
0233 gente não pode ter:
0234 Inspetor eu não tô perguntando prova↓, eu tô te perguntando
0235 simplezinho, o quê que te leva a concluir que isso
0236 aconteceu, seu filho já reclamou isso alguma vez ou foi
0237 a primeira? o quê que a senhora conclui, porque eu

0238 dependo do que a senhora falar pra falar com ele.
0239 Mãe não:::o que ele: não
0240 (0,1)
0241 Mãe ele não falou mais vezes não, foi só aquela mesmo.
0242 Inspetor quatro anos, saber o sexo oral, como é que é, né?
0243 (0,2)
0244 Inspetor então eu concludo que possa ter existido isso, não é
0245 isso? não é isso? porque ele não tem acesso a este tipo
0246 de foto, de filme, ou tem?↓
0247 Mãe não↓
0248 Inspetor não, não tem isso não
0249 (0,3)
0250 Mãe na casa da minha filha tem dvd, lá em casa não tem não.
0251 Inspetor e eles assistem este tipo de filme, assim?
0252 Mãe não sei moço, eu não vou lá não↓
0253 Inspetor não sabe não.
0254 Mãe não sei.
0255 Inspetor a senhora não vai na casa da sua filha? quanto tempo sua
0256 filha tá com ele?
0257 (0,5)
0258 Mãe ah:,
0259 (0,2)
0260 Mãe foi antes de eu- foi assim que ela ficou grávida, a
0261 menina já tá com nove anos.
0262 Inspetor e ela trabalha? a sua filha?
0263 Mãe não.
0264 Inspetor ela não trabalha, fica em casa.
0265 Mãe fica em casa↓
0266 Inspetor o andré é que não sai do terreiro, só fica naquela área
0267 entre sua casa, fica no terreiro lá, da casa da sua
0268 filha, não é isso?
0269 Mãe ahãm.
0270 Inspetor a sua filha não sai de casa, em que momento a senhora
0271 acha que isso pode ter acontecido?
0272 Mãe não:↓ minha filha sai, de vez em quando ela saía.
0273 Inspetor ahãm.
0274 Mãe agora que ela tá mais parada dentro de casa, de vez em
0275 quando ela saía.
0276 Inspetor hum, tá bom (0,1) ô cássio, chega aí rapaz.
0277 (1,0)
0278 Inspetor nós tamos sabendo aqui, que pode ser que tenha filme
0279 pornô na sua casa ()
0280 Suspeito não tem não::: pode ir lá ué↓
0281 Inspetor não↓ eu não sei não, tô perguntando:::, existe a
0282 possibilidade de ele ter visto o filme lá?
0283 Suspeito filme de sacanagem não não, foi que nem eu falei pra
0284 dona, tem hora que nós alugá filme () que ele tá lá
0285 direto, que nós faz papagaio pra ele, inclusive quando,
0286 se ela for lá na hora que tá fazendo papagaio pra ele,
0287 ele xinga ela, ele não vai () mas filme pornô não tem
0288 não, eu tenho uma filha também↓
0289 Inspetor não tem não, né?, a sua filha, tem quantos anos?
0290 Suspeito nove anos.
0291 Inspetor nove anos↓
0292 (0,1)
0293 Inspetor então tá↓ você sabe o problema de-de delito, qualquer
0294 delito, na condicional, você sabe o quê que acontece
0295 né?, não sabe?, você sabe que você tá na bola da vez né?,
0296 aconteceu alguma coisa, a sua condicional vai pro saco, é

0297 só informar pra veg, que a veg
0298 Suspeito () dois mandatos, tinha dado um problema lá ()
0299 Inspetor porque ele aprende isso, é por isso que eu tô
0300 perguntando pra mãe dele.
0301 Suspeito () eu tenho minha filha também, pode perguntar se eu
0302 faço alguma coisa com ela.
0303 Inspetor se você sabe o quê que tá acontecendo aqui, então, você
0304 deve saber, porque você é descolado, não é bobo, não é?
0305 então vamos combinar o seguinte, evita, o contato com
0306 ele evita ficar sozinho com ele e com qualquer criança.
0307 Suspeito sabe o quê eu falei com a filha dela? que lá é cheio de
0308 criança, eu já falei com ela, vamo fazê um muro aqui que
0309 evita que pra ir na casa dela tem que dar a volta lá na
0310 rua.
0311 Inspetor é.
0312 Mãe mas aqui, deixa eu te tomar uma opinião com você.
0313 Suspeito ()
0314 Mãe o meu filho, realmente, é apegado com a filha dele e com
0315 a minha filha.
0316 Suspeito é com todo mundo.
0317 Mãe a mulher dele no caso, aí, no caso, então, eu tô
0318 colocando na cabeça dele o seguinte, meu filho eu não
0319 quero que você vai mais lá, entende? assim, no horário
0320 que ele tá lá, às vezes, aí ele vai mas depois busco ele
0321 de volta, [entendeu?
0322 Inspetor [porque eu só quero levantar a seguinte
0323 questão, onde é que esse menino, se ele tá falando
0324 mentira, são dois-são dois pólos, que a gente têm que
0325 enxergar, vamos considerar que ele tá falando mentira,
0326 onde é que ele tá vendo este tipo de coisa, pra ele
0327 repetir esse negócio, e se ele tá falando a verdade, é
0328 que de fato aconteceu e aí nós vamos ter que
0329 (0,2)
0330 Inspetor levar isso aí um pouco mais a sério, um pouco mais à
0331 frente, tá?
0332 Mãe claro.
0333 Inspetor saber de testemunhas, eu tô com vontade é de conversar
0334 com a sua filha
0335 (0,3)
0336 Inspetor tô com vontade de conversar com a sua filha (0,6) ela
0337 não trabalha, a senhora disse pra mim ela fica em casa,
0338 não é isso?
0339 (0,4)
0340 Inspetor o que pede aqui na ocorrência.
0341 (0,1)
0342 Mãe ()
0343 Inspetor pois é, ela nega!
0344 (0,3)
0345 Inspetor eu vou ver direitinho, vou até fazer um relatório e
0346 mando intimação pra ela.
0347 Mãe mas será que não vai ter problema pra mim?
0348 Inspetor porque a senhora tem problema?
0349 Mãe não, porque de repente, ela num-num gosta de mexer com
0350 essas coisas, ela tá ignorante comigo achando que vim
0351 aqui.
0352 Inspetor trouxe o nome dela, né? de qualquer forma eu tenho que
0353 conversar com ela, né? é::: a companheira de quem a
0354 gente tá investigando.
0355 Mãe é:::

0356 Inspetor a senhora tem medo de quê?
 0357 Mãe tomara que ela entenda isso, né?
 0358 Inspetor ela vai entender, ela tem que entender.
 0359 Mãe porque a gente não tá nem conversando, só pra mesmo não
 0360 criar problema.
 0361 Suspeito () e eu vou trabalhar()
 0362 Inspetor hum.
 0363 Suspeito ()
 0364 Inspetor fica esperando que eles vão ter condições de te ajudar
 0365 Mãe ((mostra a intimação recebida ao inspetor)) e isto aqui
 0366 eu posso fazer o quê?
 0367 Inspetor pode rasgar, jogar fora e:: mas a gente vai continuar a
 0368 conversar sobre isso aqui, tá? eu vou pedir o exame
 0369 direitinho, onde ele fez o exame senhora?
 0370 Mãe hps.
 0371 Inspetor hps?
 0372 (0,3)
 0373 Inspetor que dia que foi? foi no dia do boletim aqui?
 0374 Mãe ah: não!
 0375 Inspetor foi antes né?
 0376 Mãe foi antes.
 0377 (0,2)
 0378 Inspetor você tá liberado, você também, mas a gente vai conversar
 0379 isso aí, tem certeza de que não quer conversar com o
 0380 tio, andré? tem certeza?
 0381 Suspeito hein, que nem no domingo que passou eu fui () o
 0382 negócio de papagaio () não que ela não faz não.
 0383 Mãe não! realmente, aí eu assumo mesmo, ele é muito agarrado
 0384 com a minha filha.
 0385 Suspeito ele é o xodó lá, lá tem um monte de criança e só de
 0386 falar com ele ele já chora, aí, eu não gosto nem de
 0387 falar com ele porque vai achar que a gente tá batendo ou
 0388 alguma coisa () ele é muito agarrado com a minha
 0389 filha.
 0390 Mãe ele é muito agarrado com ela.
 0391 Suspeito eu ainda falei com ela, se nós separar isso aqui, ele
 0392 vai ficar ruim pra ele tendo que dar a volta lá na rua
 0393 pra poder falar com ela.
 0394 Inspetor tá liberado, tá liberado, pode ir embora.

ANEXO D - Transcrição do IP II

Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher

ESTUPRO DE MENOR DE 12 ANOS

INTERROGATÓRIO POLICIAL- IP II

Vítima, aos 12 anos de idade, se relacionou com o suspeito I (Juliano) o qual a obrigou fazer sexo anal; utilizar objetos eróticos e fazer sexo com outras pessoas, no caso, com o seu primo (suspeito II-João). Os dois suspeitos negam tal abuso e o caso é encaminhado para a justiça. O Inspetor mostra-se convencido de que eles são os culpados, apontando que irá expor isso no relatório que segue para o judiciário.

Participantes: Inspetor de Polícia
Mãe da Vítima
Vítima (menor de idade -Carina)
Suspeito I (Juliano)
Suspeito II(João)

Transcrita por: Priscila Júlio Guedes Pinto.
Audiência coletada em: 22 de agosto de 2007, Juiz de Fora/MG, UFJF- Dissertação
Mestrado em Linguística.

0001 Inspetor faz favor, me empresta um documento seu e um
0002 documento seu, por favor ((se dirige aos
0003 suspeitos)). tem algum documento da carina aí?
0004 Mãe °tem certidão°
0005 Inspetor é.
0006 Mãe vou pegar.
0007 Inspetor pega pra mim, por favor.
0008 (11.0) ((Inspetor olha os documentos apresentados
0009 pelos suspeitos e se retira da sala))
0010 Inspetor muito bem, meu nome é carlos, sua intimação tá aí?
0011 o:: do juliano, do juliano.
0012 suspeito I tá aqui.
0013 (6.0)((Inspetor pega a intimação e mexe nos
0014 papéis em cima da mesa))
0015 Inspetor tá pode guardar.
0016 (4.0)
0017 Inspetor ((se dirige a uma funcionária)) tem como tirar
0018 dois (print) pra mim, agora.
0019 (2.0)
0020 Inspetor meu nome é carlos, eu sou inspetor da delegacia e
0021 vocês foram convidados pra vir aqui, pra gente se
0022 reunir, em função de uma ocorrência datada de dois
0023 de agosto, nessa ocorrência a dona elizabeth aqui
0024 presente noticia pra nós que ((lendo o BO)) a
0025 filha dela é:: de hoje quatorze anos carina, é::
0026 teve um relacionamento,=
0027 (0.8)
0028 Inspetor = teve um relacionamento com- foi noticiado que
0029 ficou sabendo na data do dia trinta do sete de
0030 dois mil e sete que a mesma foi estuprada pelo
0031 autor no ano de dois mil e seis.=
0032 (0.5)
0033 Inspetor =mês de julho juliano, rua moraes guerra não
0034 sabendo o número, diz a vitima que a sua filha foi
0035 obrigada a manter relações sexuais com o autor sem
0036 o seu consentimento, completa dizendo que a sua
0037 filha fica entre aspas com um outro rapaz joão
0038 rodrigues da silva de trinta e um anos filho de
0039 fátima vidal e basílio oliveira da silva, rua
0040 tarcisio moreira, centro, diz que o mesmo a
0041 obriga- que o mesmo a ameaça largá-la e obriga a
0042 menor a fazer sexo com outras pessoas. completa
0043 dizendo que joão faz sexo anal com a mesma e que
0044 obriga a mesma a utilizar objetos eróticos, diz a
0045 solicitante que os dois autores são primos e pede
0046 providência.
0047 (0.2)
0048 Inspetor aí nós é:: em força disso remetemos a menor pra
0049 fazer exames, temos aqui um laudo é:: sob a lavra
0050 do::- juliano, joão ((entrega os laudos)) sob a
0051 lavra do doutor fábio lourenço, ginecologista
0052 obstetra que efetivamente houve a ruptura
0053 himenial. tem aqui alguns documentos de orkurt.=
0054 (0.2)
0055 Inspetor = e por fim a gente vai conversar sobre isso pra
0056 apurar isso aí, a senhora que noticiou isso pra
0057 nós, a senhora tem mais alguma coisa pra nós além
0058 disso aqui? é isso mesmo? a sua filha se
0059 relacionou, e é isso mesmo?

0060 Mãe isso.

0061 Inspetor e você, moça, quer falar alguma coisa?=
0062 ((a vítima sinaliza negativamente com a cabeça))

0063 Inspetor =não. é isso mesmo? então o seu nome é::=
0064 Suspeito I = juliano.

0065 Inspetor juliano, juliano quero saber de você onde entra a
0066 sua participação nesta história.

0067 Suspeito I eu num tenho participação nenhuma não, eu nem
0068 nunca fiz nada com ela.

0069 Inspetor não.

0070 Suspeito I eu também nossa senhora tá doido, eu num ia me
0071 meter com criança não.

0072 Inspetor não. você conhece esta moça?
0073 Suspeito I eu conheço ela.

0074 Inspetor da onde?
0075 Suspeito I ela mora perto do quartel.=
0076 Inspetor =do quartel.=

0077 Suspeito I =a gente tinha um depósito perto da casa dela lá.
0078 Inspetor tá, você nega qualquer coisa.
0079 Suspeito I qualquer coisa, eu nunca fiz nada com ela.

0080 Inspetor tá, e você?
0081 Suspeito II eu também não.

0082 Inspetor você nega.
0083 ((o suspeito II sinaliza afirmativamente com a
0084 cabeça))

0085 Suspeito II vou te contar uma coisa, eu tenho uma mulher que
0086 tem trinta e um anos ()

0087 Inspetor entendi. você também não?
0088 (0.2)

0089 Inspetor nós aqui antes mesmo de:: (0.2) antes mesmo da
0090 gente poder chamá-los aqui a gente faz uma
0091 °apuração° primeira pra ver se existe
0092 possibilidade das pessoas que são aqui suspeitas
0093 de alguma coisa, né?=
0094 (0.2)

0095 Inspetor =serem efetivamente quem fez, quem praticou o ato
0096 ou não, então a gente tem essa qualidade aqui,
0097 então nós procuramos saber e fomos inclusive
0098 saber do síndico do prédio onde você mora, o
0099 senhor (), é isso mesmo? ou eu tô enganado?

0100 Suspeito I não.

0101 Inspetor não? então eu devo tá enganado, lá tem síndico?
0102 Suspeito I °sim°

0103 Inspetor tem síndico? qual é o nome do síndico?
0104 Suspeito I wagner.

0105 Inspetor wagner. desde quando?
0106 Suspeito I ()

0107 Inspetor obrigado. a gente procurou ver lá e vimos que
0108 efetivamente esta menor freqüentou o seu
0109 apartamento.

0110 Suspeito I o meu apartamento?
0111 Inspetor sim.

0112 Suspeito I ele falou que viu ela entrando lá?
0113 Inspetor sim. não foi o wagner que falou, foram as pessoas
0114 que moram ali que viram efetivamente isso, mesmo
0115 assim você nega?

0116 Suspeito I nego.
0117 (0.2)

0118 Suspeito I ela não tem nenhuma amiga, nem nada naquele

0119 prédio?
0120 Inspetor hein?
0121 Suspeito I ela não tem nenhuma amiga, nada. =
0122 Inspetor =não.
0123 (0.2)
0124 Inspetor é::
0125 (1.0)
0126 Inspetor nós temos aqui uma descrição, tá. nós tomamos
0127 cuidado de pegar com a menor discrição de seu
0128 apartamento, né? então, eu não vou dizer o que ela
0129 me disse porque:: eu acho desinteressante, seria
0130 fornecer elementos que nesse momento num vão num
0131 vão assim acrescentar, mas nós temos a descrição
0132 do seu apartamento, tá?
0133 Suspeito I mas isso daí qualquer um pode dá, né?
0134 Inspetor desde que tenha entrado dentro de lá, não é isso
0135 mesmo?
0136 Suspeito I é, o vizinho dela faz faxina direto lá em casa.
0137 Inspetor o vizinho dela faz faxina?
0138 Suspeito I direto.
0139 Inspetor ótimo.
0140 Suspeito I bruninho.
0141 Inspetor chama bruninho?
0142 Suspeito I não, o nome dele é bruno, mas ele faz faxina de
0143 quinze em quinze dias lá em casa.
0144 Inspetor hum.
0145 Suspeito I ele é vizinho dela- e ela é muito amiga da irmã
0146 dele, eles conversam [o dia] inteiro.
0147 Inspetor [muito]entendo, então eu vou
0148 chamar esse bruninho aqui.=
0149 Suspeito I = é bruno=
0150 Inspetor = pra ele me falar que conversou com ela ok.
0151 (0.2)
0152 Inspetor você confirma que teve relações com esses dois
0153 rapazes?
0154 vitima confirmo.
0155 Inspetor confirma?
0156 ((vítima sinaliza afirmativamente com a cabeça))
0157 (0.5)
0158 Inspetor a::: as testemunhas que eu tenho, que eu tenho
0159 confirmam que ela teve lá no seu apartamento.
0160 Suspeito I no meu apartamento?
0161 Inspetor sim. e eu vou relatar nesse sentido que ela
0162 efetivamente esteve em seu apartamento e que
0163 coloca na condição tá? de pessoas que mantiveram
0164 relações sexuais com ela. eu tô esclarecendo
0165 porque eu não gosto de- em momento algum deixar
0166 dúvida, eu vou atuar nesse sentido porque a
0167 testemunha foi muito, muito muito eficaz e muito
0168 contundente que colocou isso pra mim.
0169 Suspeito I tipo assim, eu moro na avenida há três anos.
0170 ninguém me conhece lá.
0171 Inspetor conhece.
0172 Suspeito I lá no meu prédio?
0173 Inspetor conhece.
0174 Suspeito I não conheço ninguém lá. só durmo lá. trabalho o
0175 dia inteiro, ué.
0176 Inspetor sim.
0177 Suspeito I () saio lá de manhã.

0178 Inspetor ()
0179 Suspeito I não converso com ninguém lá.
0180 Inspetor mas conhece sim. eu tô te falando porque não tem
0181 jeito, infelizmente a gente não chamaria aqui se
0182 não tivesse uma base forte pra poder chamar se não
0183 tivesse uma condição forte de chamar, entendeu?
0184 (0.2)
0185 Inspetor não vou pedir nunca pra você me dizer uma coisa,
0186 tá certo? que vá em desencontro com a verdade, não
0187 vou pedir isso nunca, seria até imoral, mas
0188 efetivamente as pessoas viram e é nesse sentido
0189 que eu vou caminhar.=
0190 (0.2)
0191 Inspetor =(raspa a garganta)((se dirige à vítima)) quer
0192 dizer que você me disse aqui, que você teve um
0193 relacionamento com o juliano e essa relação durou-
0194 (0.5) ((mexe nos papéis))essa relação durou a
0195 quanto tempo?
0196 Vítima () foi em março de dois mil e seis e depois em
0197 julho e depois em agosto, no total eu acho que é
0198 em cinco meses.
0199 (1.0) ((inspetor mexe nos papéis))
0200 Inspetor e depois você iniciou a sua relação com o joão em
0201 dez meses que você me disse.
0202 Vítima é::
0203 (3.0) ((inspetor mexe nos papéis))
0204 Inspetor e como a:: a carina aqui nos colocou com bastante
0205 clareza a respeito dos detalhes da sua casa,
0206 ((inspetor se despede de um funcionário)) a gente
0207 vai seguir nesse raciocínio mesmo () nós vamos
0208 dizer é:: pra (aqueles do direito aqui) que nós
0209 entendemos o acontecido, o que a testemunha nos
0210 disse, vamos assinar e vamos arremeter pra
0211 efetivamente a justiça julgar, é provável que isso
0212 aqui vire inquérito, pra que todos sejam ouvidos
0213 aqui em cartório aí fica a critério de cada um vir
0214 com o seu procurador ou não, diante da negativa
0215 é:: é- eu não vou ficar malhando aqui em ferro
0216 frio, é isso mesmo que vocês têm a dizer.
0217 Suspeito I sim.
0218 Inspetor perfeitamente, estão dispensados, dispensados.
0219 Suspeito I muito obrigado e uma boa tarde.
0220 Inspetor boa tarde.
0221 Suspeito II boa tarde.
0222 Inspetor o:: por favor antes de vocês irem.=
0223 (0.2)
0224 Inspetor = antes de vocês irem. só mais uma coisa, só pra
0225 eu tirar uma dúvida aqui do que eu escrevi. ((mexe
0226 nos papéis))
0227 (4.0)
0228 Inspetor chama de bruninho, o bruno, né?
0229 Suspeito I é bruno.
0230 (2.0)
0231 Inspetor charles né? conhece charles?
0232 Suspeito I charles?
0233 Inspetor não né? nem você você né?
0234 Suspeito II charles?
0235 Inspetor charles? conhece não, né? pois é.=
0236 (0.2)

0237 Inspetor =pois é, ué, eu queria é saber de vocês.
0238 (0.8) ((mexe nos papéis))
0239 Inspetor joão é tratado de joãozinho, não é isso joão?
0240 Suspeito II é.
0241 Inspetor isso.
0242 Suspeito II (mas de joãozinho é só o bruninho que me chama)
0243 Inspetor ótimo é dele mesmo que nós estamos falando.
0244 Suspeito II é.
0245 Inspetor é:: é, de repente esse bruninho tem mais coisa pra
0246 falar pra mim igual já falou do que pra vocês,
0247 esse bruninho sabe de muita coisa e ele já me
0248 falou, por isso que eu tô colocando pra vocês, mas
0249 a condição de vocês ainda é essa, né? tá liberado,
0250 tá liberado,
0251 Suspeito I (eu agradeço, viu.)
0252 (0.5)
0253 Inspetor eu não posso aqui colocar aqui palavras na boca de
0254 ninguém, mas a gente tem aqui depois deste e-mail,
0255 a gente tem aqui que já foi feito o que
0256 efetivamente vai nos ajudar. isso aqui tem tudo
0257 pra virar um inquérito policial igual eu falei pra
0258 senhora, eu vou vou trabalhar nesse sentido aqui,
0259 porque eu acredito no que aconteceu, ninguém ia
0260 ser é:: tão apesar da idade tão inconseqüente,=
0261 Mãe =ãhãm.=
0262 Inspetor = de fantasiar essa coisa toda com tanta
0263 qualidade,=
0264 (0.2)
0265 Inspetor = eu vou dizer isso porque independente do que foi
0266 dito aqui, o que nós investigamos e o que
0267 aconteceu durante a semana da data que nós
0268 intimamos até hoje, me faz pensar que foram eles
0269 sim. e é nesse sentido que eu vou colocar, o meu
0270 relatório segue nesse sentido, o que aconteceu
0271 muita coisa nesse meio tempo,muita.=
0272 Mãe =humhum.=
0273 Inspetor = é muito lamentável que a gente não consiga é::
0274 NADA é:: que faça uma ligação mais forte na
0275 testemunha que me desse uma condição melhor, uma
0276 peça íntima que tivesse suja com o esperma de
0277 algum deles de um ou de outro, enfim isso não
0278 existe, inclusive vou trabalhar com com com os
0279 impressos, né?=
0280 Mãe =ãhãm.=
0281 Inspetor =que saiu do orkurt que vocês me forneceram.
0282 (0.4) ((mexe nos papéis))
0283 Inspetor vamos trabalhar e pra poder ver se a gente
0284 consegue dá um final aqui pelo menos satisfatório
0285 para a justiça, fazendo a justiça a gente satisfaz
0286 vocês, agora vocês viram como é que é.=
0287 (0.2)
0288 Inspetor = em cada dez casos que a gente atende, um a gente
0289 até se surpreende com uma confissão espontânea,
0290 outros é isso aí.
0291 Mãe é.
0292 Inspetor você viu aí o outro lado das pessoas com que você
0293 se envolveu,=
0294 (0.2)
0295 Inspetor =né?

0296 Vítima humhum.

0297 Inspetor mas a gente age nesse sentido porque a gente está

0298 efetivamente convencido de que foram eles sim, e a

0299 gente vai continuar trabalhando pra provar que

0300 foi, tá certo?

0301 Mãe ()

0302 Inspetor nesse momento é só isso que a gente tem a dizer,

0303 mas o nosso convencimento é:: é básico, é uma

0304 coisa- é um fato, isso não tem volta, é

0305 irreversível meu convencimento é irreversível é

0306 irreversível, então nós vamos trabalhar pra provar

0307 agora, tá certo?

0308 Mãe (tá certo.)()

0309 Inspetor nesse momento não, porque eu ainda vou relatar

0310 isso, tá? e via de regra quem precisa mesmo de

0311 advogado é quem vai ser acusado e eu vou fazer

0312 questão de colocar isso no papel nesses modos, tá

0313 certo?

0314 Mãe tá certo, e os próximos passos daqui pra frente

0315 qualquer coisa- ()=

0316 Inspetor = primeiro eu vou relatar e agora a partir daí vai

0317 pro cartório aqui, né?

0318 Mãe ahãhãhã.

0319 Inspetor e nós vamos chamar por intimação ou por telefone e

0320 tudo mais. como é que tá a vigilância médica dela?

0321 Mãe é::()

0322 Inspetor hãhãhã?

0323 Mãe tá, tá tudo ok, não deu problema, não deu

0324 alteração [nenhuma]

0325 Inspetor [não deu] nada né?

0326 Mãe tá tudo bem com ela,

0327 Inspetor entendi. então é isso. se eles continuarem negando

0328 o que que aconteceu () e vão negar.

0329 Vítima ()

0330 Inspetor não, não é acontece muita coisa aqui nesse

0331 intervalo de tempo, a partir do momento que vocês

0332 vieram aqui, a partir do momento em que nós

0333 começamos a mexer e a- a partir do momento que uma

0334 intimação pra pessoa, nesse meio tempo acontece

0335 muita coisa é:: vem muita gente aqui pra falar

0336 comigo, acontecem telefonemas.

0337 (0.2)

0338 Inspetor tudo pra falar comigo pra saber, enfim pessoas que

0339 é:: não estão aqui relacionadas, mas que tem

0340 interesse=

0341 Vítima =ah tá.=

0342 Inspetor = em- que se dê um fecho, um final.=

0343 Vítima =ahãhãhã.=

0344 Inspetor =seja de um lado, seja de outro, então isso me

0345 leva a um convencimento de autoria ou por outro

0346 lado me leva a um convencimento também de que eles

0347 não estão isentos dessa culpa toda e tudo mais, eu

0348 já tenho o meu convencimento,=

0349 (0.2)

0350 Inspetor = eu já sei o que pensar=

0351 (0.3)

0352 Inspetor =me resta agora, o que me resta é tentar provar o

0353 que eu penso. é muito difícil porque você, foi

0354 numa situação de esconder, você foi lá escondida,

0355 você não queria se mostrar, então eu tenho
0356 dificuldade de arrumar gente pra me dizer que te
0357 viu lá dentro. é:: nós vamos ver- vai ver se
0358 consegue (0.4) é:: é uma busca e apreensão no
0359 apartamento dele, eu vou ver se eu vou sugerir
0360 isso no meu relatório pra eu ver se eu encontro
0361 alguma coisa que me leve a provar alguma coisa
0362 contra ele.
0363 Mãe tem celular também, né? das vezes que ele ligou,
0364 Inspetor [pois é,]
0365 Mãe [()]
0366 Inspetor pois é, pois é.
0367 Vítima que dia que eles vieram aqui, semana passada?
0368 Inspetor vieram aqui semana passada e eu não os recebi,
0369 inclusive a- a namorada de um deles teve aqui
0370 também mas eu num-
0371 Mãe humhum.
0372 Inspetor entendeu? só quero que vocês dêem uma seguradinha
0373 a mais no seu celular, não apaga essa mensagem,
0374 porque nós vamos precisar dela pra frente.
0375 Mãe ()é um policial amigo deles e ele é lá do
0376 centro.
0377 Inspetor sim. eles têm- eles têm um primo que é policial.
0378 Mãe tem. tem promotor na família, tem. tem delegado
0379 também.
0380 Inspetor tem. nós vamos é- esperar mais telefonemas porque
0381 eu acho que se num tivesse certos é::
0382 comportamentos, né? a gente não teria também coisa
0383 pra pensar,
0384 Mãe é.
0385 Inspetor não é isso?
0386 Mãe isso, tá bom a gente tá à disposição qualquer
0387 coisa você pode ligar, tá bom?
0388 Inspetor tá certo.

ANEXO E - Transcrição do IP III

Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher

TENTATIVA DE ESTUPRO DE MENOR

INTERROGATÓRIO POLICIAL- IP III

Vítima de 16 anos de idade foi assediada pelo “companheiro” de sua mãe (Fábio). O possível crime aconteceu na manhã do dia 28 de julho de 2007, quando o suspeito, aproveitando que a vítima estava dormindo, invadiu o quarto da menor e começou a acariciá-la nos seios e a se masturbar. A denúncia foi feita pela mãe da vítima. O suspeito nega o crime, dizendo que não esteve no local no dia 28/07. O inspetor diz que irá investigar mais o caso, mandando detetives ao local onde aconteceu o crime na tentativa de saber se alguém viu o suspeito neste local no dia 28.

Participantes: Inspetor de Polícia
Mãe da vítima (Marta)
Vítima (menor de idade - Paula)
Suspeito (Fábio)
Testemunha (Luciana) (da vítima)
Advogada I (do suspeito)
Advogado II (Jorge Luís) (da vítima)
Funcionária I
Funcionária II
Funcionária III

Transcrita por: Priscila Júlio Guedes Pinto.
Audiência coletada em: 23 de agosto de 2007, Juiz de Fora/MG, UFJF- Dissertação
Mestrado em Linguística.

0001 Inspetor fábio da silva dos santos e marta surerus e a
0002 filha,
0003 Funcionária I ((chamando os participantes)) fábio da silva dos
0004 santos e marta surerus,
0005 Inspetor ((os participantes entram na sala)) bom dia. pode
0006 assentar aqui fazendo o favor ó, ali ó, pode
0007 sentar aqui ó,
0008 (1.0)
0009 Inspetor pode assentar.
0010 (0.2)
0011 Inspetor ((se dirige ao advogado da vítima)) senhor, me
0012 empresta o documento do senhor. pode sentar.
0013 (4.0)
0014 Inspetor ((se dirigindo à advogada do suspeito)) sua
0015 carteira tá aí?
0016 Advogada I tá.
0017 (3.0)
0018 Inspetor ((se dirigindo à advogada I)) tem uma cadeirinha
0019 ali no fundo, se você quiser sentar fique à
0020 vontade.
0021 Advogado II () (tô brigando com esse celular.)
0022 Inspetor não precisa não, não precisa se incomodar com
0023 isso não.=
0024 Advogado II =não precisa não? ()
0025 Inspetor não precisa. o seu documento tá aí?
0026 (0.2)
0027 Advogado II oi?
0028 Inspetor o seu documento tá aí?
0029 Advogado II o meu documento?
0030 Inspetor sim.
0031 Advogado II tá sim.
0032 Inspetor por favor.
0033 (0.5)
0034 Inspetor você tá acompanhando?
0035 Advogado II tô tô acompanhando.
0036 Inspetor tá.
0037 (0.5)
0038 Inspetor eu também tenho dificuldade com o telefone ()
0039 Advogado II é:: eu não sou dessa geração entendeu?
0040 Inspetor não eu sou, mas eu não tenho também há-
0041 habilidade nenhuma.
0042 (0.2)
0043 Inspetor a senhora? ((se referindo à testemunha))
0044 (0.2)
0045 Advogado II ela é:: uma uma é dona da-=
0046 Inspetor =da?
0047 Mãe da vítima da residência ()=
0048 Advogado II =()
0049 Inspetor tá ok. pode aguardar ali fora que eu a chamo
0050 daqui a pouquinho.
0051 (0.4)
0052 Inspetor muito bem, a acomodação é meio precária, mas deu
0053 pra acomodar todo mundo. então, a gente convidou
0054 vocês pra virem aqui por causa de uma ocorrência
0055 que foi redigida dia trinta e um do sete.=
0056 (0.2)
0057 Inspetor =onde a dona marta surerus que tá aqui com a
0058 gente e sua filha paula narraram o seguinte pra
0059 polícia militar,

0060 (0.2)

0061 Inspetor ((lendo o BO)) compareceu a este posto policial a

0062 solicitante que relatou que tem um relacionamento

0063 afetivo com o autor deste bo((boletim de

0064 ocorrência)), senhor Fábio da Silva (0.2) dos

0065 santos que tem (0.2) livre acesso à sua

0066 residência, no dia vinte sete do sete por volta

0067 de sete e quarenta e cinco horas, foi até a

0068 residência e aproveitando que a solicitante

0069 estava dormindo, foi até o quarto da menor Paula

0070 filha da solicitante com outra pessoa e começou a

0071 acariciá-la na altura dos seios e se masturbar e

0072 quando a mesma acordou percebeu e não consentiu a

0073 ação do autor a ação do autor ter invadido a

0074 residência, a solicitante alega que ficou sabendo

0075 nesta data do fato porque percebeu alteração no

0076 comportamento dos envolvidos e decidiu questionar

0077 (0.4) a menor (0.2) que ainda- que disse ainda

0078 que as carícias de masturbações aconte-

0079 aconteceram em outras datas.

0080 Vítima não aconteceram.

0081 Inspetor lê comigo por favor então, e ((se dirigindo à mãe

0082 da vítima))

0083 Inspetor (0.2)

0084 questionou a menor dizendo que as carícias de

0085 masturbações aconteceram em outras datas e ela

0086 não percebeu.

0087 Mãe da vítima se aconteceram ela não percebeu.

0088 Inspetor foi isso que eu li?

0089 ((mãe da vítima sinaliza afirmativamente com a

0090 cabeça))

0091 Inspetor perfeito.

0092 (0.2)

0093 Inspetor a solicitante nada mais relatou, concordou com o

0094 conteúdo e foi () pegar cópia para pedir

0095 providência. muito bem, é isso mesmo que o senho-

0096 que a senhora ratifica a senhora ratifica o que

0097 tá aqui dona Paula?

0098 Vítima ahã.

0099 Inspetor dona Marta é isso mesmo?

0100 ((mãe da vítima sinaliza afirmativamente com a

0101 cabeça))

0102 Inspetor muito bem jovem, o que aconteceu afinal?

0103 Vítima eu estava dormindo, aí ele entrou no meu quarto

0104 quando eu acordei meu celular desperta todo dia

0105 pra eu poder ir pro colégio, pra aula aí eu

0106 acordei ele tava com a mão no meu peito se

0107 masturbando,

0108 Inspetor você viu isso?

0109 Vítima humhum.

0110 (0.2)

0111 Inspetor você tem pra falar mais alguma coisa?

0112 Vítima não.

0113 Inspetor não, você tem pra falar o que, senhor Fábio?

0114 Suspeito o que eu tenho pra falar sobre isso não é

0115 verdade, isso não aconteceu, aconteceu o seguinte

0116 o meu relacionamento com ela (0.2) com a Marta

0117 tá?

0118 Inspetor pega pelo nome pra mim pra eu po[der]=

0119 Suspeito [tá] tá =
0120 Inspetor =[é]=
0121 Suspeito =com a marta.
0122 Inspetor =isso.
0123 Suspeito =tá. e esse relacionamento acabou, o nosso
0124 relacionamento a gente terminou acabou o nosso
0125 relacionamento e ela querendo digamos (0.4)
0126 alguma coisa, ela me ameaçou de alguma coisa e
0127 ela tá fazendo isso simplesmente pra que eu fa-
0128 que eu fique com ela que eu volto pra ficar com
0129 ela, e isso não aconteceu.
0130 Inspetor não aconteceu. o senhor ia até a casa dela?
0131 Suspeito sim.
0132 Inspetor de manhã cedo?
0133 Suspeito de manhã cedo sim. às vezes sim, não é digamos==
0134 Inspetor = e nessa data aqui, o senhor foi?
0135 Suspeito nessa data não.
0136 Inspetor não foi?
0137 Suspeito dia vinte e sete não. não.
0138 Inspetor o senhor tá dizendo então que é tudo mentira
0139 então que a gente tá dizendo aqui.
0140 Suspeito ()
0141 Inspetor é.
0142 (0.2)
0143 Inspetor é lamentável que a gente não tenha testemunha
0144 disso, esse tipo de conduta é muito complicado de
0145 administrar, muito lamentável, mas é:: porque que
0146 o senhor acha que ela está fazendo isso?
0147 Suspeito porque eu eu digamos, eu ajudei muito ela.=
0148 (0.2)
0149 Suspeito =e eu acho que ela mentiu dessa forma () que
0150 eu continue ajudando ela, eu sou casado ()
0151 Inspetor o senhor é casado?
0152 Suspeito sou.
0153 (0.4)
0154 Suspeito ()
0155 Inspetor então o senhor é casado e mantém um outro
0156 relacionamento extra?
0157 Suspeito não.
0158 Inspetor não?
0159 Suspeito não.
0160 Inspetor como é que chama isso, me explica isso pra eu
0161 entender,
0162 Suspeito digamos assim que eu conheci ela e tive um
0163 relacionamento, eu não mantenho entendeu? eu vejo
0164 ela às vezes.
0165 Inspetor então deixa eu refazer a minha pergunta pra ver
0166 se eu entendo, o senhor é casado efetivamente
0167 casado casado de direito, casado de fato, né? e
0168 mantém encontros esporÁDICOS com um
0169 relacionamento com outra mulher?
0170 Suspeito isso. seria isso.
0171 Inspetor seria isso? ok, entendi. e frequentando inclusive
0172 a casa dela que o senhor me disse que chega lá de
0173 manhã? é isso mesmo?
0174 (0.2)
0175 Suspeito eu passo lá.
0176 Inspetor ah entendi. o senhor passa lá? como é que é essa
0177 passagem me explica por favor?

0178 (0.2)
0179 Suspeito ela tando acordada porque eu não tenho chave,=
0180 Inspetor =hum.=
0181 Suspeito =entendeu?
0182 Inspetor o senhor bate na porta ela abre, o senhor adentra
0183 e fica lá.
0184 Suspeito ficava lá.
0185 Inspetor ficava lá.
0186 Suspeito isso.
0187 Inspetor entendo. essa coisa de livre acesso à casa que
0188 ela disse aqui como é que funciona isso?
0189 Suspeito [não sei.]
0190 Inspetor [o senhor] teria livre acesso à casa?
0191 Suspeito não.
0192 Inspetor não?
0193 Suspeito não.
0194 Inspetor então o senhor não podia ir (em algum lugar), é
0195 isso? me explica por favor? eu não quero fazer a
0196 pergunta não, eu quero que o senhor me fale.
0197 Suspeito eu sei, eu num sei o que que ela fala ali.
0198 Inspetor eu li aqui ué, eu li aqui,
0199 Suspeito [era::]
0200 Inspetor [eu li]pra todo mundo ouvir.
0201 Suspeito eu sei.
0202 Inspetor é.
0203 Suspeito (eu não tinha chave) pra ir lá na casa dela,=
0204 Inspetor =o senhor já me explicou isso, o senhor já me
0205 explicou o senhor já me explicou até que o senhor
0206 batia na porta e ela abria,
0207 Suspeito sim.
0208 Inspetor isso.
0209 Suspeito ()
0210 Inspetor quanto tempo o senhor se relacionou com ela,
0211 mestre?
0212 Suspeito ((raspa a garganta)) que eu conhecia e- ela,
0213 (0.2)
0214 Suspeito tem dois anos.
0215 Inspetor eu não perguntei isso não, eu perguntei assim-
0216 quanto tempo o senhor se relacionou com ela?=
0217 (0.2)
0218 Inspetor =essa coisa de ir em casa, ficar em casa e
0219 almoçar, de deitar de dormir.
0220 Suspeito aí eu não tenho essa data, eu não tenho essa data
0221 não.
0222 Inspetor não tem essa data não.
0223 Suspeito eu conheci ela,
0224 (0.5)
0225 Inspetor certo. quer dizer então, só recapitulando pra eu
0226 poder colocar no relatório que eu pretendo fazer,
0227 recapitulando o senhor é casado, é um cidadão
0228 casado de direito de fato, né isso? frequenta a
0229 casa de outra mulher com quem mantém um
0230 relacionamento, (atende) essa outra de forma
0231 esporádica,
0232 (0.4)
0233 Suspeito isso.
0234 Inspetor o senhor adentra a casa sempre que ela abre a
0235 porta, lógico (em um relacionamento) vai abrir a
0236 porta pra pessoa entrar, não é isso? entendo. o

0237 senhor nega então que essas duas pessoas que
0238 estão aqui na minha frente numa condição
0239 bastante desfavorável numa situação extremamente
0240 desagradável e eu vou dizer até de- em plena
0241 invasão de privacidade, o senhor tá me dizendo
0242 que isso tudo é mentira, as pessoas estão fazendo
0243 isso em função de querê-lo de volta porque o
0244 senhor é imprescindível na ajuda a elas, é isso
0245 que o senhor tá me dizendo?
0246 Suspeito sim.
0247 Inspetor a senhora quer me falar mais alguma coisa?
0248 Mãe da vítima é:: só mais uma coisa.
0249 Inspetor pode colocar.
0250 Mãe da vítima ô:: ele tem livre acesso assim porque ali na são
0251 josé ((nome de rua)) eu mora- eu morava inclusive
0252 a gente morava junto aqui no jardim sul ((nome de
0253 bairro)) só que a gente entregou o apartamento e
0254 eu passei pra são josé, é:: inclusive era tudo no
0255 nome dele,
0256 Inspetor pera aí então, a senhora tá me dizendo então que
0257 a senhora chegou a coabitar sob o mesmo teto?
0258 Mãe da vítima isso. só que ele ia dormir em casa.
0259 Inspetor certo, mas ficavam juntos durante o dia, é isso?
0260 pra eu em[tender]
0261 Mãe da vítima [(pra traba]lhar) ele passava às vezes
0262 lá em casa de manhã, trabalhava à tarde, quando
0263 era quatro horas ele chegava lá em casa e saía às
0264 sete.
0265 Inspetor sim.
0266 Mãe da vítima mas isso era uns cinco meses atrás.
0267 Inspetor certo.
0268 Mãe da vítima porque de cinco meses pra cá era bri- era volta
0269 ó, briga voltas e brigas, entendeu?
0270 Inspetor entendi.
0271 Mãe da vítima aí ele tipo assim agora aqui na são josé, depois
0272 que a gente terminou eu peguei a chave com ele,
0273 realmente no dia vinte e sete na sexta-feira em
0274 que ele estava de férias, ele foi lá em casa e::
0275 ele me ligou pra mim abrir o portão pra ele.
0276 Inspetor °certo.°
0277 (0.8)
0278 Inspetor essa rua que altura que é essa quatro nove cinco,
0279 hein?
0280 Mãe da vítima é:: ali em frente à médici, ((nome de loja))
0281 Inspetor médici é:: naquela galeria ali da- alguém aí
0282 sabe?= ((se dirigindo às funcionárias das mesas
0283 ao lado))
0284 Funcionária II =()
0285 Inspetor ãhãm entendo.
0286 (0.5)
0287 Inspetor o que que eu tô falando é lamentável a carência
0288 testemunhal aqui, lamentável.
0289 Mãe da vítima inclusive eu acredito eu que:: que eu tenho como
0290 provar sim que ele esteve=
0291 Inspetor =tem?=
0292 Mãe da vítima = tenho porque a médici já estava aberta, alguém
0293 deve ter visto e o carro dele com certeza a moça
0294 da azulzinha já devia ter marcado pelo horário
0295 que ele falou que ele desceu pra pagar a

0296 azulzinha.=
0297 (0.2)
0298 Mãe da vítima =então, ela deve ter a placa dele em algum lugar.
0299 Inspetor ^oentendo.
0300 Advogado II tem também uma testemunha ()
0301 Inspetor não, eu já vou ouvi-lo eu só tô exaurindo
0302 bastante essa coisa aqui que é pra gente não
0303 ficar indo e voltando.
0304 Advogado II e ela também me falou que o relacionamento deles
0305 foi de quatro anos,=
0306 Mãe da vítima = mais de três anos.
0307 Advogado II hein?
0308 Mãe da vítima mais de três anos.
0309 Advogado II mais de três anos.
0310 (0.5)
0311 Advogado II ele teria montado o apartamento dela.
0312 Inspetor é eu vou fazer uma redação rápida aqui o que nós
0313 conversamos aqui,
0314 (0.3)
0315 Inspetor doutora a senhora quer considerar alguma coisa?
0316 Advogada I ele também tem mensagens enviadas por ela () e
0317 esta situação que ela que ela está dizendo hoje
0318 que foi uma bobeira () foi um engano,=
0319 Inspetor = a respeito disso daqui?
0320 Advogado II [sim.]
0321 Advogada I [justamente para não forçá-lo a não a não deixa-
0322 la porque ele a ajudava no sustento ()
0323 Mãe da vítima quanto às mensagens ele começou- [()]
0324 Advogada I [()]
0325 Inspetor aqui ó aqui por favor, aqui ó a gente tá- a
0326 partir do momento que vocês pediram a polícia pra
0327 intervir, a polícia que media, né? não é porque a
0328 gente é dono da verdade ou ou ser supremo ou
0329 qualquer coisa assim não é isso. foi pedido pra
0330 polícia intervir e a polícia vai intervir, então
0331 eu não quero aqui é deixar alguma margem pra uma
0332 discussão que possa por mínimo que seja
0333 (descontentar), tá?
0334 Mãe da vítima ()
0335 Inspetor não, num precisa não você tem que justificar pra
0336 mim.
0337 (2.0)
0338 Inspetor tá nesse telefone aí as mensagens, mestre?
0339 Suspeito () se o senhor puxar pra baixo tem a data e
0340 horário dessa daí,
0341 Mãe da vítima ()
0342 Inspetor claro?
0343 (0.4)
0344 Advogado II doutor?
0345 Inspetor pois não.
0346 Advogado II () mas ((raspa a garganta)) algum
0347 esclarecimento é importante.
0348 Inspetor é?
0349 Advogado II é. porque quando ela acordou () ele teria
0350 falado alguma coisa pra ela.
0351 Inspetor eu deixei livre pra ela falar, e ela parece que
0352 se esqueceu de alguma coisa, mas a gente volta
0353 isso daqui- tá bem tranquilo bem aberto pra
0354 deixar bem light mesmo pra todo mundo falar sem

0355 problemas, inclusive os advogados.
0356 (0.4)
0357 Inspetor o que demonstra é que a gente quer a coisa aberta
0358 e bem tranquila.
0359 Advogado II ()
0360 Inspetor é o nosso entendimento.
0361 (8.0) ((inspetor anota o que foi relatado até o
0362 momento))
0363 Inspetor só pra ratificar, então nessa data aqui do dia
0364 vinte e sete o senhor não foi lá?
0365 Suspeito não. dia vinte e sete eu não fiz,
0366 (0.2)
0367 Suspeito ⁰(eu não fui lá)⁰
0368 Inspetor sim senhor.
0369 (3.0) ((inspetor anota o que foi relatado))
0370 Inspetor dá licença aí viu?((inspetor mexe no celular do
0371 suspeito))
0372 Suspeito humhum.
0373 Inspetor como é que é aqui?
0374 Suspeito se o senhor puxar aqui o senhor vai ver a
0375 mensagem, aqui é data aqui-
0376 Inspetor põe na data aí de novo por favor? depois eu vou
0377 apreender o seu celular, tá?
0378 Suspeito tá.
0379 (0.2)
0380 Inspetor dia quinze?
0381 Suspeito isso.
0382 Inspetor então, o senhor está me dizendo que no dia quinze
0383 ela falou que ela é muito burra,
0384 Suspeito isso.
0385 Inspetor e o fato aconteceu no dia vinte e sete?
0386 Suspeito isso.
0387 Inspetor o senhor acredita que (0.2) isso aqui tem a ver
0388 com isso aqui? acredita?
0389 Suspeito ⁰acredito que sim.⁰
0390 Inspetor então o senhor tá me dizendo que ela==
0391 Suspeito = olha a data,
0392 Inspetor então o senhor tá me dizendo que ela fez uma pré-
0393 municação, né?
0394 Suspeito isso.
0395 Inspetor aqui é o dia vinte e sete do sete e você tá me
0396 apresentando é do dia quinze.
0397 Suspeito isso. é do dia quinze do oito.
0398 Inspetor do oito? então==
0399 Suspeito =()
0400 Inspetor ah sim, volta então pra mim?
0401 Suspeito ()
0402 Inspetor ah e o senhor entende que isso tem a ver com isso
0403 aqui?
0404 Suspeito isso. aí o senhor volta aqui, aqui o senhor
0405 volta.
0406 Inspetor tá pode voltar o senhor mesmo?
0407 Suspeito voltando aqui que aí tem mais ó.
0408 Inspetor tá.
0409 (0.4)
0410 Suspeito então, não ó eu não posso mais
0411 [d o q u e e l a]
0412 Inspetor [então, não posso (do que ele falou)]
0413 Suspeito do que ela falou vou levar esporro se ela desse

0414 aqui a entrada na queixa ela levaria esporro.
0415 Inspetor o senhor tá dizendo isso, não tá escrito isso
0416 não, o senhor tá=-
0417 Suspeito = (tá escrito)
0418 Inspetor tá escrito? onde tá escrito então? então deixa eu
0419 ver então? onde está a respeito da queixa aqui?
0420 Suspeito oi?
0421 Inspetor onde o senhor está dizendo da queixa aqui? tô
0422 vendo uma mensagem assim, então poss- então posso
0423 mais não sei o que,
0424 Suspeito isso.
0425 Inspetor bota de volta lá?=
0426 (0.2)
0427 inspetor =por favor?
0428 Suspeito aqui ela cita o nome do doutor aqui, que é o
0429 doutor jorge luís.
0430 Inspetor hã, mostra pra mim por favor?
0431 Suspeito aqui ()
0432 (0.5)
0433 Suspeito seria bom eu ir antes do dia para retirar, mas eu
0434 acho que ele quer ganhar dinheiro e:: isso=-
0435 Inspetor =que dia que foi essa?
0436 Mãe da vítima não fui eu que passei essa mensagem.
0437 Suspeito [dia quinze do oito]
0438 Inspetor [dia quinze do oito] mostra pra mim por favor a
0439 origem?
0440 (0.4)
0441 Mãe da vítima ()
0442 Inspetor perai minha senhora, por favor.
0443 (0.2)
0444 Inspetor esse telefone aí, o telefone da senhora é noventa
0445 um vinte seis sete quatro vinte três?
0446 ((mãe da vítima sinaliza afirmativamente com a
0447 cabeça))
0448 Inspetor é? bom do seu telefone que saiu a mensagem,
0449 (0.4)
0450 Suspeito aqui que ela cita o nome do doutor,=
0451 (0.2)
0452 suspeito =ô eu falei com o jorge luís e ele falou que eu
0453 vou levar muito esporro o que eu faço-
0454 Inspetor [o que eu vou fazer]
0455 Suspeito [o que eu vou fazer]
0456 Inspetor hã.
0457 Suspeito data ó, telefone,
0458 Inspetor hã.
0459 (0.2)
0460 Suspeito data,
0461 Inspetor dia quinze também, entendo.
0462 (0.8)
0463 Suspeito aqui ela pergunta pra mim se a intimação chegou.
0464 (0.2)
0465 Suspeito e aí chegou para você? e ela ()
0466 (0.2)
0467 Inspetor então, o senhor está me apresentando algumas
0468 mensagens aí que o senhor que o senhor entende
0469 que tem relação com o que está acontecendo,
0470 Suspeito sim, por causa do nome do doutor que ela cita
0471 aqui que ela ia levar esporro,
0472 Inspetor não apaga não, tá?

0473 Suspeito tá. pode deixar num vou apagar não.
0474 (1.0) ((inspetor anota o que foi relatado))
0475 Inspetor seu celular é nove um vinte três?
0476 Mãe da vítima meu celular é nove um vinte e seis,
0477 Inspetor hãm?
0478 Mãe da vítima sete quatro vinte e três.
0479 (2.0) ((inspetor escreve o que foi relatado))
0480 Inspetor nossa:: eu tô com um arquivo ali,
0481 Advogado II é?
0482 Inspetor rapaz,
0483 Advogado II ()
0484 Inspetor terrível.
0485 (0.3)
0486 Inspetor a senhora tá com o telefone aí e quer me mostrar
0487 alguma coisa?
0488 Mãe da vítima é, é se for pra fal- se for pra mostrar mensagem
0489 porque tipo assim vamos supor essa mensagem aí de
0490 usar o nome do doutor jorge luís com certeza eu
0491 não passei,
0492 Inspetor hãm.
0493 Mãe da vítima várias vezes, várias vezes eu encontrei com ele,
0494 entendeu?
0495 Inspetor não. ele tá mostrando aqui um telefone aqui esse
0496 telefone aqui=-
0497 Mãe da vítima =é meu,
0498 Inspetor é seu.
0499 Mãe da vítima isso, porque eu vim conversar com o doutor jorge
0500 luís esta semana, eu nem tinha mantido=-
0501 Inspetor =quanto a isso eu não tenho muito problema não,
0502 eu só quero dizer assim,=
0503 Mãe da vítima =e se for pra apresentar mensagens essas coisas,
0504 Inspetor hãm.
0505 Mãe da vítima eu tenho várias e várias,
0506 Inspetor hãm.
0507 Mãe da vítima entendeu?
0508 Inspetor ãhãm.
0509 Mãe da vítima inclusive ele me pediu para tirar (0.2) entendeu?
0510 e uma das mensagens foi assim, não tem como eu
0511 retirar e ele ()
0512 Inspetor e tá aí?
0513 Mãe da vítima tá aqui. eu tô procurando aqui porque tem cem
0514 mensagens dele aqui (no meu celular).
0515 Inspetor tá. o doutor me disse que você tem pra me falar
0516 mais alguma coisa eu tô deixando em aberto, vou
0517 ouvir inclusive a sua testemunha, se a senhora
0518 quiser também eu estou aberto pra poder atendê-
0519 la, viu?
0520 Vítima e:: e no momento em que eu acordei eu pensei em
0521 gritar minha mãe, eu tipo dei um pulo e ele ca- e
0522 ele segurou o meu braço e falou pra eu (parar de
0523 gritar) se não ele iria parar de ajudá-la.
0524 (2.0) ((inspetor anota informações))
0525 Inspetor me fala uma coisa, eu não sei se você vai se
0526 lembrar jovem, é obvio que tem pouco tempo quase
0527 um mês, quero saber de você o seguinte, de você
0528 (0.2)
0529 Inspetor que mulher tem um senso muito forte de percepção,
0530 qual que é a roupa que ele tava?
0531 Vítima hum::: (num lembro).

0532 Inspetor num lembra não, né?
0533 Vítima não, porque foi como eu te falei eu tava
0534 acordando,
0535 Inspetor sim.
0536 Vítima então eu num- eu num reparei num deu pra eu
0537 reparar nada.
0538 Inspetor é claro.
0539 Mãe da vítima aqui é uma delas, tô procurando a outra e se você
0540 for lá tipo ele já tinha me pedido pra:=-
0541 Inspetor = xô vê a data?
0542 (0.2)
0543 Inspetor põe na sua mensagem de novo? faz favor?
0544 (0.5)
0545 Suspeito ()
0546 Inspetor é.
0547 Suspeito ()
0548 Inspetor é põe seu telefone aí de novo pra eu ver qual é?
0549 Suspeito () foi aonde, ela consultou o advogado dela
0550 pra saber o que que aconteceria, eu realmente
0551 passei,
0552 Inspetor não, eu quero é o telefone.
0553 Mãe da vítima é::
0554 Inspetor deixa eu ver tá?
0555 Mãe da vítima é porque tá no nome dele ()
0556 Inspetor ah tá. é só pra::
0557 Suspeito ()
0558 Vítima porque nesse [dia a gente]
0559 Inspetor [não tem como] tem coisa gente que
0560 não tem como negar não,=
0561 Mãe da vítima =ahãm=
0562 Inspetor =outra infelizmente a gente tem dificuldade=
0563 Mãe da vítima =nesse dia a gente tava junto=
0564 Inspetor =em provar. esse telefone então é o seu né moço?
0565 é::: nove um vinte dois né senhor Fábio?
0566 Suspeito isso.
0567 Inspetor cinqüenta quarenta e três, não é isso?
0568 Suspeito isso.
0569 Inspetor eu eu eu- não tem como negar porque na- (0.2) na
0570 pior das hipóteses a gente tem como né? através
0571 de remédios jurídicos, quebrar o sigilo e saber
0572 direitinho, () é lógico isso é tranquilo,
0573 agora eu quero dizer uma coisa pra vocês, tem
0574 hora que não dá pra provar não a gente tenta, a
0575 gente tenta porque esse- é pra isso que a gente
0576 ganha,=
0577 (0.3)
0578 Inspetor =eu vou pedir pra policiais que trabalham na rua,
0579 policiais daqui de rua pra ir na médici, pra ir
0580 na área azul requerer o talionatozinho da área
0581 azul pra saber porque é:: (0.2) a gente aqui
0582 tenta não preconceituar não, não pré-julgar
0583 não,não é porque isso venha pra julgar não, é pra
0584 esclarecer e mandar pra quem de direito pra
0585 competência funcional ()pra julgar, né? mas a
0586 gente tem que efetivamente dá uma satisfação, né?
0587 Mãe da vítima tem- ele no mesmo dia em que ele foi lá em casa,
0588 ele dando um horário porque ele tinha que trocar
0589 um dvd de jogo do filho dele em uma loja no
0590 centro, nesse mesmo dia, então ele tava dando um

0591 tempo lá em casa (), (mais de uma hora).

0592 Inspetor a senhora sabia que ele era casado? ô dona marta?

0593 Mãe da vítima sabia, (mas a relação com a esposa dele não

0594 estava muito bem, não era nenhum segredo).

0595 Inspetor o senhor pode fazer o favor de chamar aquela

0596 pessoa que o senhor trouxe ((raspa a garganta))

0597 pra eu poder falar com ela? é coisa rápida,((se

0598 dirige ao advogado II))

0599 (0.8)

0600 Mãe da vítima tem uma mensagem aqui que confirma que ele foi lá

0601 em casa dia vinte e sete.

0602 Inspetor mostra pra mim, por favor?

0603 Mãe da vítima ^otô procurando.

0604 Suspeito (eu posso falar mais alguma coisa).

0605 Inspetor tá aberto pode falar,

0606 Suspeito ela falou o negócio do colégio dela, () que

0607 quando ela levantava pra ir pro colégio foi isso

0608 que eu entendi?

0609 Inspetor foi.

0610 Suspeito então, nesse dia não sei se ela ia para o colégio

0611 nesse dia, eu gostaria que olhasse o colégio em

0612 que ela estuda, ela estuda à tarde, tem tempo ela

0613 estuda à tarde, tá. no colégio ()

0614 Mãe da vítima é, mas ela coloca o relógio

0615 [pra despertar às sete e meia]

0616 Vitima [tem os horários] tem os

0617 horários aqui do despertador, você quer ver?

0618 Inspetor não.

0619 Suspeito ()

0620 Inspetor entendo.

0621 Mãe da vítima ()

0622 Inspetor tá, ela estuda à tarde?

0623 Suspeito ela estuda à tarde.

0624 Mãe da vítima ela sai de casa meio dia e quarenta.

0625 Inspetor entendi (0.2) ((se dirigindo à testemunha)) a

0626 senhora tem pra falar alguma coisa conosco? a

0627 senhora pode tirar os óculos? a senhora pode

0628 tirar o óculos? seus documentos fazendo o favor?

0629 Testemunha esqueci,

0630 Inspetor esqueceu? tudo bem? o que a senhora queria falar

0631 conosco?

0632 Advogado II ela sabe de: de :: memória o número do documento,

0633 Inspetor perdão?

0634 Advogado II ela sabe o número ()

0635 inspetor ah é pra confirmar se a pessoa é a pessoa, ()

0636 Testemunha () eu tava acordando pra ir no banheiro,

0637 Inspetor tá.

0638 Testemunha só que eu estava semi-nua,=

0639 Inspetor bom dia. ((inspetor cumprimenta a funcionária

0640 III, que entra na sala))pra quê?

0641 Testemunha =estava semi-nua,

0642 (0.3)

0643 Testemunha com pouca roupa, quando eu vi=-

0644 Inspetor = a senhora mora=-

0645 Testemunha =eu moro na mesma casa que ela.

0646 Inspetor mora na mesma casa? a senhora tem algum grau de

0647 parentesco?

0648 Testemunha não,

0649 Mãe não? não.

0650 Inspetor são amigas?
0651 Testemunha humhum.
0652 Inspetor tá.
0653 Testemunha quando eu ia levantar pra ir ao banheiro, vi o
0654 fábio ele saindo do quarto dela, mas como eu
0655 estava com pouca roupa não tinha condição de eu
0656 sair, voltei como quem que não viu e a minha
0657 porta ficou entreaberta na direção da porta dela,
0658 Inspetor entendo.
0659 Testemunha voltei, esperei o que tinha que esperar, porque
0660 eu não tava com roupa apropriada pra sair, não vi
0661 mais nada,=
0662 (0.2)
0663 Testemunha =voltei pra cama deitei um pouquinho, quando
0664 voltei pra ir ao banheiro, não tinha visto nada e
0665 também não procurei porque é normal ele ir lá em
0666 casa ()
0667 Inspetor entendo.
0668 Mãe da vítima posso (te mostrar) mais uma mensagem?
0669 Inspetor pode.
0670 Mãe da vítima se ele não tivesse ido lá em casa, nesse dia e
0671 esse fato não tivesse acontecido, ele não tinha
0672 falado isso aqui pra mim ó ((mostra a mensagem no
0673 celular)), tudo bem que não foi- ele não ia
0674 assumir pra mim o que que aconteceu,
0675 (2.0)
0676 Advogado II ()
0677 Inspetor ((lendo a mensagem no celular)) tem ↑tem↑
0678 Mãe da vítima () porque teve uma vez que a gente brigou, ele-
0679 a gente tipo assim, tem coisa da nossa vida
0680 que::: eu- eu fiquei muito enrolada, aí brigava
0681 quando ele me ameaçava eu fazia questão, eu vou
0682 gravar isso daqui aí ele falava grava, eu falei
0683 várias várias só que tipo assim há coisas que eu
0684 não pretendia, é coisa do nosso relacionamento,
0685 aqui a gente tá discutindo a minha filha,
0686 Inspetor é. porque infelizmente uma coisa puxa
0687 [a outra né?]
0688 Mãe da vítima [inclusive] uma das ligações que eu tenho que
0689 prova que eu fiz várias de várias foi que ele
0690 falou assim que pra advogado a gente fala o que
0691 quer.
0692 (0.2)
0693 Inspetor vou pedir pra vocês não apaguem essas mensagens
0694 porque se for o caso eu vou fazer apreensão
0695 desses celulares, pra poder enviar pra perícia e
0696 vê se fundamenta isso tudo aí, tá certo?
0697 Suspeito ^otá.^o
0698 (0.3)
0699 Inspetor .hhh
0700 Advogado II (o senhor vai pedir isso hoje?)
0701 Inspetor não, não, vou pedir um pouco de paciência porque
0702 eu poderia fazer a apreensão hoje, e ficar com
0703 isso aqui a trinta dias mais trinta mais trinta
0704 não ia resolver, portanto eu vou fazer o
0705 relatório e vamos ver o que a partir daí a gente
0706 vai decidir,
0707 Advogado II ()
0708 Inspetor eu peço que vocês tenham um pouco de paciência

0709 ai, tá certo? e esperar um pouco mais aí pra
0710 poder ver a necessidade porque:::
0711 (0.2)
0712 Inspetor por exemplo eu entendo que existe aí uma- uma
0713 situação muito carente probatória, eu vou mesmo
0714 pedir o pessoal da rua pra poder dá uma
0715 chegadinha, ir na médici vê se alguém pode
0716 informar, né? assim como vou sugerir o senhor,
0717 né? que
0718 (0.4)
0719 Inspetor dê aí a possibilidade de mostrar que nesse dia
0720 onde o senhor tava,
0721 Suspeito olha aí eu pos- porque eu estava de férias,
0722 Inspetor hãh,
0723 suspeito tá. nesse dia vinte e sete eu pago a prestação do
0724 carro,
0725 Inspetor hum,
0726 Suspeito nesse dia vinte e sete a minha esposa veio na
0727 rua,=
0728 Inspetor =hum.=
0729 Suspeito =tá. veio com meu filho de doze anos e eu fiquei
0730 com a minha menina de três anos em casa, ela veio
0731 na rua e comprou dois jogos,=
0732 (0.4)
0733 Suspeito =pro meu filho entendeu. eles ficaram na rua.
0734 eles chegaram na rua umas dez horas ficaram a
0735 tarde toda na rua porque eles- eu estava de
0736 férias, tava com o negócio do pan eu fiquei eu
0737 fiquei em casa assistindo os jogos, então eles
0738 ficaram na rua e ela- eles foram pro cinema e
0739 chegaram em casa umas nove horas e- dez horas da
0740 noite no dia vinte e sete na sexta-feira,
0741 Inspetor eles saíram a que horas?
0742 suspeito eu acredito que eles saíram umas dez, onze horas
0743 da manhã, minha esposa e-
0744 Inspetor =saíram onze horas e depois chegaram.
0745 Suspeito isso. eu fiquei- eu fiquei em casa com a minha
0746 filha de três anos. aí foi onde ele- ele comprou
0747 esse jogo,
0748 Inspetor tá.
0749 Suspeito na sexta-feira=
0750 Inspetor =tá.=
0751 Suspeito = dia vinte e sete ele realmente comprou o jogo
0752 aí eles levaram, quando ele chegou nove horas
0753 () foi jogar,
0754 Inspetor hum.
0755 Suspeito tava legal o outro não estava legal,
0756 Inspetor hum.
0757 Suspeito tá. não estava legal.
0758 Inspetor tá.
0759 Suspeito aí "pai amanhã você troca o:: o jogo pra mim?
0760 filho eu troco o jogo só que amanhã eu quero ver
0761 a decisão da da-"
0762 Inspetor = o senhor tem aqui esse- essa nota esse cupom
0763 fiscal essa [c o i s a ?]
0764 Suspeito [ah num tenho não]
0765 Inspetor num tem não né?
0766 Suspeito do jogo- a única data que eu tenho é a do
0767 pagamento do carro.

0768 Inspetor entendo. do pagamento do carro.
0769 Suspeito do carro.
0770 Advogada I [aí conforme for o caso]=
0771 Inspetor [e a que horas foi ?]
0772 Advogada I =[conversa com uma pessoa da loja,]
0773 Inspetor [c o m c e r t e z a,]
0774 Advogada I [e pediria a ela pra vir aqui]
0775 Suspeito eu não sei, porque aí é muito:: vendedores eu não
0776 sei se ele ()=
0777 Inspetor hãhã.=
0778 Suspeito = mas eu sei aonde ele comprou esse jogo.
0779 Inspetor tá.
0780 Suspeito tá.
0781 Inspetor e::: deixa eu anotar o nome da senhora, qual é o
0782 nome da senhora?
0783 Testemunha: eu?
0784 Inspetor é.
0785 Testemunha luciana.
0786 (0.2)
0787 Testemunha luciana. matos.
0788 Inspetor matos com dois tes?
0789 Testemunha não, um só.
0790 Inspetor hãm?
0791 Testemunha dos santos.
0792 Inspetor dos santos?
0793 Testemunha isso.
0794 Inspetor qual é o nome do seu pai, por favor?
0795 Testemunha paulo dos santos,
0796 (0.2)
0797 Testemunha maria de fátima
0798 (0.2)
0799 Testemunha matos dos santos.
0800 Inspetor a senhora nasceu quando hein?
0801 Testemunha onze (.) do dois (.)de oitenta e três.
0802 Inspetor aonde?
0803 Testemunha aqui em santo antônio.
0804 (3.0)((inspetor anota as informações))
0805 ((telefone toca))
0806 Inspetor ((atendendo ao telefone))delegacia.
0807 (0.2)
0808 Inspetor pois não?
0809 (0.3)
0810 Inspetor bom dia.
0811 (0.3)
0812 Inspetor não tá pra rua com a maria.
0813 (0.2)
0814 Inspetor naturalmente, você faz um favor pra mim? você
0815 pede o mário pra dá uma descidinha aqui?
0816 (0.4)
0817 Inspetor ah então tá bom, obrigado. ((desliga o telefone))
0818 Suspeito aí voltando nessa data aí, isso aí dia vinte e
0819 sete foi na sexta-feira,
0820 (0.4)
0821 Suspeito tá? vinte e sete.
0822 Inspetor vinte e sete.
0823 Suspeito isso.
0824 Inspetor isso.
0825 suspeito foi sexta-feira aí meu filho chegou () só que
0826 amanhã tem () tem decisão da seleção que eu

0827 quero ficar em casa, eu vou amanhã cedo na rua,
0828 realmente eu fui na são josé se procurar na
0829 azulzinha no dia vinte e oito realmente eu estive
0830 na são josé,
0831 Inspetor na são josé?
0832 Suspeito rua são josé,
0833 Inspetor é?
0834 Suspeito isso. dia vinte e oito.
0835 Inspetor próximo à médici?
0836 Suspeito sim.
0837 Inspetor esteve?
0838 Suspeito sim.
0839 Inspetor ah entendo.
0840 (0.4)
0841 Suspeito sim.
0842 Inspetor entendo.
0843 (0.3)
0844 Inspetor com a sua filha de três anos?
0845 Suspeito não.
0846 Inspetor não?
0847 Advogada I [não ele tá falando que no dia vinte e sete]
0848 Inspetor [dia vinte e sete,]
0849 Advogada I [e l e e s t a v a e m c a s a ,]
0850 no dia vinte e [oito,]
0851 Suspeito [oito]
0852 Advogada I ele estava[()]
0853 Inspetor [só no dia vinte]=
0854 Advogada I [e o fato aconteceu]=
0855 Inspetor =[e o i t o ?]
0856 Advogada I =[no dia vinte e sete,]
0857 Inspetor ok. seus documentos.
0858 (0.4)
0859 Suspeito dia vinte e sete eu não estive na rua,
0860 (0.2)
0861 Suspeito horário nenhum,
0862 Inspetor horário nenhum?
0863 Suspeito em horário nenhum.
0864 Inspetor ok, pode ficar tranquilo eu vou pedir o pessoal
0865 que gerencia o estacionamento, né? e com certeza
0866 nós vamos ver=
0867 Suspeito =nessa data.=
0868 Inspetor =se existe, mas para isso eu vou pedir a placa do
0869 carro do senhor,
0870 (0.3)
0871 Inspetor qual é a placa do carro do senhor?
0872 Suspeito dhd (.)hdh (.) nove quatro zero um.
0873 Inspetor dh,
0874 (0.2)
0875 Suspeito esse carro é da minha esposa,=
0876 Inspetor =humhum.=
0877 Suspeito dhd.
0878 Inspetor dhd?
0879 Suspeito isso.
0880 Inspetor hãm?
0881 (0.3)
0882 Suspeito nove quatro zero um.
0883 Inspetor nove quatro zero um.
0884 Inspetor nove quatro zero um. tá no nome de quem?
0885 (0.2)

0886 Suspeito lucimara marta da silva,
0887 (0.3)
0888 Inspetor que carro que é?
0889 Suspeito pálio.
0890 Inspetor é um pálio?
0891 Suspeito pálio ()
0892 Inspetor humhum.
0893 (0.8)
0894 Inspetor ((entrega os documento ao suspeito))seus
0895 documentos,
0896 (2.0)
0897 Inspetor como vocês estão vendo aqui a gente tem uma
0898 gaveta grande de papel, viu?
0899 (0.2)
0900 Inspetor então, a gente tem que ficar aqui reaproveitando
0901 o papel.
0902 Advogado II (isso é em todo lugar,)
0903 Inspetor em todo lugar, né? a consciência ecológica é bom,
0904 né?
0905 Advogado II ()
0906 Inspetor é.
0907 (3.0)((inspetor anota informações))
0908 Mãe da vítima ()
0909 Inspetor num precisa não, vocês mesmos podem apresentar
0910 [se vocês qui]serem
0911 Mãe da vítima [não eu estou] falando assim porque- vamos supor
0912 os horários que ele me ligou no dia vinte e sete=
0913 Inspetor =sim sim.
0914 Mãe da vítima entendeu? foi às sete e quarenta,
0915 Inspetor tá.
0916 Mãe da vítima ()
0917 Inspetor é só pedir o detalhamento, vocês próprios poderão
0918 apresentar se vocês entenderem necessário,
0919 (4.0) ((inspetor anota informações))
0920 Inspetor você estudou até que ano mestre?
0921 Suspeito só tenho o::: primeiro grau.
0922 Inspetor primeiro grau?
0923 Suspeito isso.
0924 (1.0)
0925 Inspetor sua profissão?
0926 Suspeito () de manutenção,
0927 (0.5)
0928 Inspetor seu endereço é rua josé martins, não é isso?
0929 Suspeito isso.
0930 (0.5)
0931 Inspetor mil trezentos e sessenta, santa bárbara, não é
0932 isso?
0933 Suspeito ^oisso.^o
0934 (3.0) ((inspetor anota informações))
0935 Inspetor muito bem, isso daqui se o senhor quiser levar
0936 pra justificar a sua vinda aqui, a senhora também
0937 se precisar,= ((entrega uma declaração de
0938 comparecimento aos participantes))
0939 (0.2)
0940 Inspetor =doutora a sua procuração eu posso ficar com ela?
0941 (0.3) ((advogada I sinaliza afirmativamente com a
0942 cabeça))
0943 Inspetor eu vou então fazer o seguinte, eu vou eu::
0944 (.)

0945 Inspetor vou proceder da forma como eu falei com os
 0946 senhores, então. vou dá uma chegadinha- vou pedir
 0947 o detetive é:::- pra nós pra polícia fica um
 0948 pouco mais dificultoso porque ninguém é:: em
 0949 termos gerais costuma ninguém gosta da polícia,
 0950 ser testemunha então é um negócio assim
 0951 complicadíssimo pra todo mundo, eu me incluo, né?
 0952 é trabalhoso ser testemunha, mas ainda assim nós
 0953 vamos dá uma chegadinha lá na médici, vamos ver
 0954 se alguém né? vamos puxar ali no- nós temos
 0955 sistema vai puxar vai sair o print do- o:::- a
 0956 qualificação do carro, vou puxar o seu print tudo
 0957 direitinho? pra poder compor isso daqui, tá
 0958 certo? é:: nós vamos dá uma chegadinha na médici,
 0959 vamos ver também (0.3) na é:: na empresa que
 0960 administra a área azul (0.2) tá? pra ver se
 0961 efetivamente esse automóvel esteve lá no dia
 0962 vinte e sete tá? e a partir daí a gente vai fazer
 0963 o juízo próprio da gente pra poder é montar um
 0964 relatório a esse respeito e aí sim depois desse
 0965 relatório, vamos enviar pra quem de direito aqui
 0966 que vai instaurar não, ou deixar de instaurar
 0967 enfim vê a capacitação penal que vai melhor se
 0968 adequar,
 0969 Advogada I () mesmo que a azulzinha () não prova o
 0970 fato ()
 0971 Inspetor não. não prova o fato, exatamente mas nos- é:::
 0972 fornece alguma convicção já que ele me disse que
 0973 ele não esteve lá, e eu vou entender que ele não
 0974 esteve lá doutora,=
 0975 (.)
 0976 Inspetor =considerando isso eu quero ver que o automóvel
 0977 então não esteja lá, a sua esposa dirige?
 0978 Suspeito dirige dirige.
 0979 Inspetor ela saiu de carro no dia vinte e sete?
 0980 Suspeito sim. eu posso ver com ela se aonde que ela deixou
 0981 esse carro pra provar pro senhor e trazer pro
 0982 senhor.
 0983 Inspetor seguramente.
 0984 Suspeito tá?
 0985 Inspetor tá bom↑ alguém quer considerar alguma coisa a
 0986 mais? a sua esposa saiu de casa então no dia
 0987 vinte e sete?
 0988 Suspeito no dia vinte e sete de carro ela saiu.
 0989 Inspetor de carro ela saiu.
 0990 Suspeito mas nesse horário não,
 0991 Inspetor hein?
 0992 Suspeito nesse horário não.
 0993 Inspetor nesse horário ela num- então esse carro não
 0994 esteve no dia vinte e sete na-
 0995 Suspeito no dia vinte e sete na sexta-feira não esteve.
 0996 Inspetor [não esteve ficou na garagem] da sua casa lá,
 0997 Suspeito [no dia vinte e oito]
 0998 Inspetor perfeito doutora então num tem dificuldade.
 0999 Advogado II ()
 1000 Inspetor perdão.
 1001 Advogado II () e aí a gente é::: conversou bastante com
 1002 com com a paula () ela é uma menina né? apesar
 1003 da() ((inspetor raspa a garganta)) queria

1004 dizer que nós ficamos plenamente convencidos com
1005 tamanha veracidade ()=
1006 Inspetor = tá registrado doutor, tá registrado.=
1007 Advogado II = e::: é:::
1008 (0.3)
1009 Advogado II queria também registrar que()=
1010 Inspetor = sim senhor, sim senhor.=
1011 Advogado II ()
1012 Inspetor sim senhor,
1013 Advogado II ()
1014 Inspetor perfeitamente.
1015 Advogado II ()
1016 Inspetor o direito é feito disso,=
1017 Advogado II = ()
1018 Inspetor o direito é feito disso e eu agradeço o senhor
1019 por ter vindo aqui, agradeço a senhora tá? e
1020 qualquer coisa que precisar de mim tô à
1021 disposição, qualquer coisa que queira juntar
1022 aqui, eu vou demorar um pouquinho ainda com isso
1023 aqui, porque a gente tem alguma coisa a
1024 desenvolver e qualquer coisa estou aqui à
1025 disposição, agora (0.4) é::: nós aqui (0.2) é:::
1026 temos aí uma uma- (0.3) a gente tem uma certa-
1027 tem certas prioridades no meu caso, sendo
1028 subjetivo quando a coisa demanda um um uma uma
1029 acho que qualquer crime de conotação sexual é uma
1030 violência enorme, eu num num consigo ainda
1031 administrar um é assim com muita (0.3) é::: eu
1032 administro com muito vigor isso, porque acho que
1033 essa conotação é muito perigosa, que viola muito
1034 e por isso é muito dramático, então é::: eu penso
1035 que todo mundo que vem aqui falou a verdade
1036 comigo, eu deixo claro que a pessoa que omitiu ou
1037 deixou de falar ou quis me- (0.3) atrapalhar o
1038 meu serviço, não tenha duvida tá? a gente vai é
1039 pesar bastante isso, na hora que relatar isso
1040 daqui tá bom? eu agradeço demais os senhores
1041 virem aqui, vocês podem sair eu quero só
1042 conversar com ela em particular se for possível,
1043 (0.2)
1044 Inspetor pode considerar doutor?
1045 (0.3)
1046 Inspetor pode considerar?
1047 Advogado II oi?
1048 Inspetor pode considerar? pode falar?
1049 Advogado II () precisamos demais desse apoio=
1050 Inspetor =nós vamos tentar o possível,=
1051 Advogado II =nós precisamos demais dessa ajuda de vocês
1052 porque ()
1053 Inspetor perfeito.
1054 Advogado II ()
1055 Inspetor eu li num escritório onde a oportunidade de fazer
1056 a minha, a minha (.) a minha eminência da minha
1057 pós ou posterior à pós não sei, eu li que até
1058 muito bonito vou levar pro meu daqui há três anos
1059 quando eu aposentar, aqui nós não vendemos
1060 resultados, vendemos serviço é o meu caso aqui ,
1061 a gente vai vender o máximo,
1062 Advogado II muito obrigado, doutor.

1063 Inspetor viu? prazer, prazer tchau. aguarda ali eu quero
1064 falar dois minutos com ela,
1065 Mãe da vítima tá.
1066 Inspetor obrigado, viu? senta aí.
1067 (0.8)
1068 Inspetor a gente aqui tem por base,
1069 (0.2)
1070 Inspetor eu tenho por base=
1071 Funcionário ((entrega documento ao inspetor))= trouxe pra
1072 você, tá esperando ali, tá?
1073 Inspetor tá jóia. ó o cara que não veio.((mostrou a
1074 intimação para a pesquisadora))
1075 (0.4)
1076 Inspetor todo mundo que tem uma merda pra pagar vem
1077 atrasado,
1078 (0.2)
1079 Inspetor ((se dirigindo à vítima)) a gente aqui tem por
1080 base, igual eu falei, crime que envolve criança
1081 (.) eu tenho vinte e dois anos de polícia, então
1082 crimes que envolvem crianças eu dou prioridade,
1083 dou prioridade porque eu acho que violar o começo
1084 de uma vida é recriminar é abominar eu quero
1085 saber de você olhando pra mim, isso aconteceu não
1086 aconteceu? (porque) eu tô- eu tô formando o meu
1087 juízo a respeito disso, isso aconteceu. olha bem
1088 pra mim e fala,
1089 Vítima ⁰aconteceu.⁰
1090 Inspetor tava dormindo, como é que você dorme?
1091 (.)
1092 Inspetor seu pijaminha como é que é?
1093 Vítima geralmente, ()
1094 Inspetor perdão olha, esse negócio de roupa pra mim=
1095 Vítima = é:: como se fosse uma mini-blusa só que
1096 pequena.
1097 Inspetor pequena,
1098 Vítima é.
1099 Inspetor uma blusa pequena,=
1100 Vítima =é.=
1101 Inspetor =uma camiseta pequena,
1102 Vítima como se fosse um sutiã só que não é um sutiã.
1103 Inspetor entendo.
1104 Vítima [é]
1105 Inspetor [é] uma camiseta como se fosse pequena assim?
1106 Vítima assim.
1107 Testemunha um pouco mais acima tipo um biquíni,
1108 Inspetor é um biquíni, entendo.
1109 Vítima e:: e de short nesses dias- nesse dia eu estava,
1110 Inspetor a porta do seu quarto é norma você- ce- dei-
1111 deixar aberta, fechada ou trancada?
1112 Vítima deixo entreaberta, meio=
1113 Inspetor =entreaberta?
1114 Vítima é,
1115 Inspetor é norma na sua casa.
1116 Vítima é,
1117 Inspetor também três mulheres né? você você e você.
1118 Testemunha a minha eu só fecho quando eu vou mudar de roupa,
1119 Inspetor certo.
1120 Vítima [()]
1121 Testemunha [mas quando] eu abro a porta ele tá lá em casa,

1122 tava,
1123 Inspetor entendo.
1124 Testemunha então eu comecei a me policiar porque como só tem
1125 mulher a gente sempre andou super à vontade e eu
1126 ainda a não ser quando eu- quando aconteceu assim
1127 de dá de cara eu (0.2) colocar a roupa, me arrumo
1128 normal só de toper como ela disse, calcinha,
1129 shortinho, igual a gente anda,
1130 Inspetor entendo.
1131 Testemunha e sempre com a porta aberta.
1132 Inspetor entendo.
1133 (0.4)
1134 Inspetor aí você acordou e ele estava se masturbando com a
1135 mão no seu peito.
1136 ((vítima sinaliza afirmativamente com a cabeça))
1137 Inspetor entendo.
1138 (1.0)
1139 Inspetor você chegou a ver menina,
1140 (0.5)
1141 Inspetor ele ele já andou na casa mais à vontade?
1142 Vítima como assim mais à vontade?
1143 Inspetor de calção, às vezes de=
1144 Vítima =não porque sempre que ele ia lá em casa ou eu
1145 não estava ou eu estava no meu quarto assistindo
1146 televisão entendeu? porque geralmente ele ia ou
1147 ele entrava no quarto da minha mãe e ficava lá
1148 conversando com ela quando () ele ia no
1149 banheiro normalmente, no meu quarto=
1150 Inspetor = mijava de porta aberta?
1151 Vítima oi? não, nunca. no meu quarto ele entra também já
1152 ficou lá dentro conversando eu ele e minha mãe,
1153 meu irmão entendeu?
1154 Inspetor hum,
1155 Vítima só que nunca ocorreu disso pelo menos o que eu
1156 tinha-
1157 Inspetor você lembra a roupa que ele tava?
1158 Testemunha ()
1159 Inspetor não? isso é importante demais pra mim,=
1160 Testemunha = sabe porque eu não reparei, porque eu tenho
1161 muita mania de (mijar) de manhã e ::
1162 Inspetor meio que dorm[indo]
1163 Testemunha [é,]
1164 Inspetor ir fazer xixi, entendo.
1165 Testemunha [é mas eu nunca fiquei reparando isso não]
1166 Vítima [e l e u s a]
1167 ele usa muito camiseta azul.
1168 Inspetor entendo.
1169 Vítima entendeu? aí eu não lembro porque eu não reparei
1170 porque eu tava coberta deitada,
1171 Inspetor você tem namorado?
1172 Vítima tenho.
1173 Inspetor contou isso pro seu namorado?
1174 Vítima não.
1175 Inspetor não contou.
1176 (0.2)
1177 Inspetor muito obrigado, muito obrigado, eu normalmente
1178 peço pra pessoa trazer documento, mas eu vou
1179 acreditar que você disse a verdade,=
1180 Testemunha = você quer o número?

1181 Inspetor não.
1182 Testemunha sei número de tudo só que esqueci
1183 [o documento]
1184 Inspetor [a sua carteira]é daqui de minas?
1185 Testemunha é.
1186 Inspetor pois é, me fala aí o número da sua carteira,
1187 (0.3)
1188 Inspetor vai?
1189 Testemunha onze três trezentos e sessenta e nove seiscentos
1190 sessenta e sete.
1191 Inspetor deve ser mg né?
1192 Testemunha é.
1193 Inspetor porque é onze.
1194 (0.5)
1195 Inspetor mas isso não quer dizer nada não, porque eu gosto
1196 de ver é o retrato pra ver se a pessoa é a
1197 pessoa,
1198 Testemunha se você quiser eu volto==
1199 Inspetor =num precisa não, não precisa não, então tá? foi
1200 satisfatório isso que eu perguntei a vocês,
1201 (0.3)_
1202 Inspetor obrigado, tá? bom dia.
1203 Testemunha (bom dia.)

ANEXO F - Transcrição do IP VI

Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher

DENÚNCIA DE MAUS TRATOS DE MENORES

INTERROGATÓRIO POLICIAL - IP VI

Casal é acusado de maltratar física e psicologicamente os filhos (menores de idade) e de mantê-los fora da escola. O inspetor não encaminha o caso para a justiça.

Participantes: Inspetor de Polícia

Vítima I (Alessandra – menor de idade)

Vítima II (Lívia – menor de idade)

Vítima III (Alfredo – menor de idade)

Suspeita (mariana júliana Júlia – mãe das vítimas)

Suspeito (Marcelo – pai das vítimas)

Funcionária

Transcrita por: Priscila Júlio Guedes Pinto.

Audiência coletada em: 21 de agosto de 2007, Juiz de Fora/MG, UFJF- Dissertação
Mestrado em Linguística.

0001 Inspetor podem se sentar aqui tá? senta ali chefe, senta
0002 aqui ó, perto de mim.
0003 (10.0)
0004 Inspetor =senhora tem um documento aí senhora? a senhora
0005 tá com ele?
0006 Suspeita só tenho carteira de trabalho.
0007 ((vozes ao fundo mais rádio ligado))
0008 Suspeito () por causa da viagem↓
0009 Inspetor °é, eu sei.°
0010 (32.0)((inspetor procura o bo em sua pasta))
0011 Inspetor bom↓ eu estou::- eu convidei os senhores para
0012 virem aqui, juntamente com seus filhos, porque
0013 aconteceu uma denúncia, do:: do- e nessa
0014 denúncia, que foi feita lá num pedido de
0015 denúncia, nessa ((lendo)) subsecretaria de
0016 >promoção dos direitos da criança e do
0017 adolescente< essa denúncia (.) envolve os
0018 senhores né↑
0019 (19.0)
0020 Inspetor e os filhos dos senhores, a denúncia, diz o
0021 seguinte, é esse texto aqui ó ((faz referência ao
0022 b.o.))
0023 (3.5)
0024 Inspetor os filhos chamam-se, a lúvia tá aí? não é isso? =
0025 Suspeita =é.=
0026 Suspeito =i::sso=
0027 Inspetor =alfredo e alessandra não é isso? estão os três
0028 ali não é isso?
0029 Suspeito =°humhum°=
0030 Inspetor =e diz que:: ((lendo o b.o.)) são negligenciados
0031 pelos pais, marcelo e mariana júlia, sendo
0032 agredidos física e psicologicamente pelo pai↓=
0033 Suspeito =()=
0034 Inspetor =as negligências acontecem porque as vítimas, não
0035 têm alimentação adequada, não podem sair para a
0036 rua, ficam trancadas em casa sem poder assistir
0037 televisão, as meninas são proibidas de irem ao
0038 médico, as agressões físicas são cometidas com
0039 puxões de cabelo e pele, deixando hematomas, já
0040 as agressões psicológicas são feitas por palavras
0041 de baixo calão, as quais não foram informadas e
0042 constam ameaças de morte, acontecem todas as
0043 ve[zes-]
0044 Suspeito [hhh]
0045 Inspetor moço↓, eu não sou seu parente, não sou seu amigo,
0046 não sou nada seu↓=
0047 Suspeito =sei.=
0048 Inspetor =portanto o senhor se comporte, tá certo, do
0049 mesmo jeito que eu tô comportando com o senhor↓
0050 porque quando uma pessoa fala diz o:: ditado, né,
0051 quando um fala o outro escuta não é isso mesmo? é
0052 mais ou menos isso, tá?, então tô tendo a
0053 educação que o senhor dá pros seus filhos com
0054 seu comportamento aqui, e- e eu já vou te
0055 adiantar num- num tô sentindo firmeza no senhor
0056 não. então eu vou terminar de fazer a leitura
0057 aqui que isso favorece ao senhor, e depois nós
0058 vamos falar↓

0059 (1.0)
0060 Suspeito °tá. tá diretinho.=°
0061 Inspetor =>fique sabendo< que eu sou policial tá? eu vou
0062 deixar claro pro senhor que qualquer outro
0063 desacato a minha pessoa eu vou lhe dar prisão em
0064 flagrante, vou te prender em flagrante, tá OK?,
0065 então estamos converSAdos, entendidos? alguma
0066 dúvida? não=
0067 Suspeito [°=não.°]
0068 Inspetor [sem dúvidas?] então tá ótimo, eu vou terminar
0069 Inspetor aqui então,((continua lendo o b.o.)) então
0070 acontece todas as vezes que as vítimas saem de
0071 casa, por causa da situação financeira de- da
0072 família,é:::parou- pararam-se de estudar, alfredo
0073 foi morar com a madrinha sebastiana, as meninas
0074 (ficam preocupadas) com o ciúme excessivo do pai,
0075 mariana júlia é ciente da situação, mas nada faz
0076 para ajudá-las pois tem medo do marido. marcelo
0077 já foi denunciado em outro órgão o qual não foi
0078 informado mas quando as autoridades questionaram
0079 à mãe sobre o acontecimento ela negou,
0080 (0,2)
0081 denúncia anônima, é o que está escrito aqui.
0082 (2.3)
0083 Inspetor então o que que nós fizemos, nós chamamos os
0084 senhores aqui pros senhores terem a vez de falar
0085 também, porque a gente aqui não se baseia numa só
0086 parte, a gente baseia, no todo, é claro, que
0087 antes de eu chamar os senhores aqui, eu deixo
0088 claro isso, que nós já mandamos um detetive lá,
0089 pra fazer, as investigações junto à vizinhança,
0090 então de alguma coisa nós já sabemos, e eu gosto
0091 de falar isso claramente pras pessoas, porque::
0092 o:: tempo de:: polícia:: arbitrá::ria, o tempo::
0093 de:: polícia carrancuda, isso acabou↓
0094 (1.5)
0095 Inspetor isso acabou, isso não existe mais, a constituição
0096 mesmo prevê isso, então o gran- o motivo que eu
0097 estou chamando vocês aqui é pra vocês
0098 argumentarem comigo, falarem pra mim o que que tá
0099 acontecendo, o porquê disso. como vocês já estão
0100 sabendo, do que se trata, eu vou dar a palavra ao
0101 senhor↓, o senhor pode falar.
0102 (1.4)
0103 Inspetor sobre isso aqui, o que o senhor tem a dizer.
0104 Suspeito é- o que eu:: eu tenho a dizer () eu corrijo
0105 né? às vezes a gente tem uma discussão, entendeu?
0106 minha mulher e eu não tem jeito.
0107 Inspetor não, não tô falando pra sua mulher não, tô
0108 falando com o senhor, tô olhando pro senhor e o
0109 senhor tá falando comigo, o senhor não tá falando
0110 [nada,]
0111 Suspeito [()]=
0112 Inspetor =é.
0113 Suspeito [()]
0114 Inspetor [porque] se for o caso eu vou por todo mundo
0115 pra fo::ra pra conversar com o senhor.
0116 Suspeito é mas você tem que entender, mas sobre assim::
0117 coisa de bater, >essas coisa< num:: num acontece

0118 né?
 0119 Inspetor não, né?
 0120 Suspeito não, graças a deus não. violência, ta::pa (.) um
 0121 pouquinho assim >a gente< é exigente com el- com
 0122 eles né? num deixar ficar até tarde na rua, com,
 0123 pessoas hoje- hoje tá- tá difícil né? () então
 0124 é um pouquinho exigente, >às vezes a gente< puxa
 0125 um pouquinho, () pode pensar que tá, às vezes
 0126 agredindo né? ()=
 0127 Inspetor =não existe isso não.
 0128 Suspeito =não.
 0129 Inspetor é:: o:: é- é essa coisa de- o alfredo, você tem
 0130 um filho chamado alfredo, ele mora com a madrinha
 0131 mesmo?
 0132 Suspeito não, ele tá assim- tá- tá estudando, tá com ela
 0133 porque tá estudando.=
 0134 Inspetor =tá estudando↓=
 0135 Suspeito =é.
 0136 Inspetor as meninas estudam?
 0137 Suspeito elas estão agora paradas né,
 0138 Inspetor tão paradas,
 0139 Suspeito é, que nós viemos do:: do
 0140 interi[or]
 0141 Inspetor [há quanto tempo?]
 0142 Suspeito tem uns::
 0143 (2.0)
 0144 Suspeito tem um mês mais ou menos que a gente-
 0145 Inspetor vocês vieram daonde?
 0146 Suspeito eu vim de ipatinga.
 0147 Inspetor ipatinga, lá elas estudavam?
 0148 Suspeito °estudavam°=
 0149 Inspetor =estudavam?=
 0150 Suspeito =estudavam.
 0151 Inspetor e elas pararam esse ano de estudar?
 0152 Suspeito parou, porque ela >num achou< vaga quando veio
 0153 pra aqui né.=
 0154 Inspetor =entendi.
 0155 Suspeito aí elas, foram atrás de vaga e não achou.=
 0156 Inspetor =entendi↓, a senhora quer faLAR, dona mariana
 0157 júlia?
 0158 Suspeita ()o que eu tenho pra te falar é isso, eu
 0159 também- sou também uma mãe () e então, eu
 0160 num gosto dos meus filhos na rua não, pode pegar
 0161 mal companhia ali, aí pega mal companhia >na rua<
 0162 sei lá o que pode acontecer, >vamos supor<, aí a
 0163 mãe num- num- num corrige, quando for amanhã eles
 0164 vão cair em outro lugar pra outra pessoa
 0165 corrigir,=
 0166 Inspetor =entendi=
 0167 Suspeita =entendeu?=
 0168 Inspetor =tá=.
 0169 Suspeita =isso aí eu- virei pra elas e falei que eu erro
 0170 muito, °>mas é pra elas não caírem em más
 0171 companhias<°, hoje as coisas estão muito difíceis
 0172 na cidade, a gente que veio de interior, as
 0173 coisas no interior são muito diferentes.=
 0174 Inspetor =muito.=
 0175 Suspeita =né?

0176 Inspetor =é verdade.=

0177 Suspeita =então, eu não quero que hoje as minhas filhas
0178 fiquem lá na rua, com má companhia, pra amanhã
0179 cair na mão de outra pes[soa]

0180 Inspetor [vocês vieram] de
0181 ipatinga há quanto tempo?

0182 Suspeita ah, de ipatinga vai fazer::: vai fazer um ano
0183 agora ().

0184 (3.0)

0185 Suspeita esse negócio aí da escola, que eu corri atrás da
0186 escola e num- e num- e num achei vaga pra
0187 [elas, entendeu,]

0188 Inspetor [num achou vaga.]=

0189 Suspeita =não achei vaga, então agora, até, é::: fui na
0190 rodoviária ali, pra ver se elas começam, a
0191 gente nem sabe se vai ficar aqui.=

0192 Inspetor =entendi=

0193 Suspeita =porque ele tá desempregado também, a gente tá
0194 numa situação assim↓

0195 Inspetor entendi.=

0196 Suspeita =a gente tá devendo, entendeu, o aluguel
0197 atrasado, é conta de água, é luz, então é isso é
0198 que junta os problemas, a gente fica nervoso
0199 () ele não gosta de ficar devendo a ninguém↓

0200 Inspetor entendi.

0201 Suspeita entendeu, mas agora, esse negócio que as pessoas
0202 ficam dizendo que é espancamento, isso aí meu
0203 filho, eu jamais teria coragem [de fazer.]

0204 Inspetor [e como é] que

0205 é a correção dos filhos em casa? como é que ?=

0206 Suspeita =olha, é- é as coisas que ó:: graças a deus as
0207 coisas pra eles, faltar dinheiro não falta.=

0208 Inspetor =não falta.=

0209 Suspeita =graças a deus não porque a gente corre atrás das
0210 coisas, não falta, entendeu?

0211 Inspetor humhum.=

0212 Suspeita =é só os outros () na rua, assim nós (num
0213 sai) uma mãe ia deixar os filhos na rua, pra num
0214 pegar más companhias, cê entendeu? só isso é que
0215 é::

0216 Inspetor e como é que eles corri- vocês corrigem ?

0217 Suspeita olha, eu explico, eu nu- num bato.

0218 Inspetor não tem nada de bater não.

0219 Suspeita não, eu explico, sento, corrijo, explico, é assim
0220 assim assim assim.=

0221 Inspetor =entendi.=

0222 Suspeita =entendeu? >porque como ela vai fazer dezesseis
0223 anos< hoje (como tá)↓ a gente deixa uma filha de
0224 dezesseis anos na rua >vamos supor que elas
0225 arrumem umas coleguinhas lá<, aí depois o que que
0226 acontece, aproveita (pra vim depois) e,=

0227 Inspetor =eu entendi=

0228 Suspeita né?=
0229 Inspetor =entendi=

0230 Suspeita =nós estamos- a juventude de hoje é muito
0231 diferente do tempo ()=

0232 Inspetor =deixa eu fazer uma pergunta pra vocês dois,
0233 vocês permitem que eu converse com os seus

0234 Inspetor filhos?
0235 (0,2)
0236 posso?
0237 Suspeita pode.
0238 Inspetor então faz favor, espera ali fora um minutinho
0239 vocês dois ((os pais vão se retirando da sala)),
0240 eu tô com uma:: profissional aqui também, e eu
0241 vou conversar com um a um depois eu mando chamar
0242 vocês e devolvo o documento de vocês! TÁ? pode
0243 sen- pode esperar ali um minutinho, pode sentar
0244 até aí, tem uma cadeira ali, ó, pode sentar ali,
0245 ((se dirigindo às crianças))vem você, senta aqui
0246 pra mim fazendo favor, como é que é o seu nome?
0247 Vítima I alessandra.
0248 Inspetor alessandra↑
0249 (1.5)
0250 Inspetor cê estudou até que ano alessandra?
0251 Vítima I oi?
0252 Inspetor você estudou até que ano?
0253 Vítima I até [a::]=
0254 Inspetor [chega] a cadeirinha pra perto de mim aqui,
0255 ISSo.
0256 Vítima I =até a quinta série=
0257 Inspetor =até a quinta série? cê tá com quantos anos,
0258 alessandra?
0259 Vítima I quinze↑
0260 (3.0)
0261 Inspetor qual que é a sua data de nascimento?
0262 Vítima I é:: trinta e um, °mil novecentos° e noventa:: e
0263 um.
0264 Inspetor e um? legal, e que dia que cê faz aniversário?
0265 Vítima I primeiro de setembro.
0266 Inspetor primeiro de setembro, você acha que é de noventa
0267 e um, não é isso?
0268 Vítima I humhum
0269 (0,2)
0270 Inspetor °entendi°, cê- cê tá na quinta série, lá em
0271 ipatinga cê estuda↑va?
0272 Vítima I estudava.
0273 Inspetor como é que chama o colégio que cê estudava em
0274 ipatinga?
0275 ((o telefone toca e o inspetor atende))
0276 Inspetor alô?
0277 (0,8)
0278 Inspetor pois não?
0279 (0,2)
0280 Inspetor ah:: tudo bem com a senhora?
0281 (0,8)
0282 Inspetor amanhã tá?
0283 (1,2)
0284 Inspetor deixa eu perguntar-pedir pra senhora um favor, eu
0285 tô:: atendendo agora:: e:: não dá pra dá atenção
0286 pra senhora-que a senhora merece::, seria
0287 possível a senhora me ligar daqui a uma meia
0288 hora?
0289 Inspetor (0,3)
0290 é.
0291 Inspetor (0,1)
0292 ok então, obrigado.((desliga o telefone))

0293 Inspetor como é que chama a escola então que você estudava
0294 Inspetor lá em ipa[tinga?]
0295 Vítima I [()]=
0296 Inspetor =é, é.
0297 Vítima I eu num lembro
0298 Inspetor não lembra, hu::m
0299 (11.0)((inspetor olha o bo))
0300 Inspetor deixa eu te perguntar uma coisa, você:: ajuda a
0301 Inspetor sua mãe lá na casa lá?=
0302 Vítima I =°ajudo°.=
0303 Inspetor =ajuda. que que cê faz lá?
0304 Vítima I ah:: eu- eu faço comida pra e::la.=
0305 Inspetor =ah cê sabe cozinhar?=
0306 Vítima I =sei.=
0307 Inspetor =quê isso, é mesmo? o quê↑, hein↓
0308 Vítima I arrumo a casa, passo pano.
0309 Inspetor cê cuida da casa é- pra ela né?=
0310 Vítima I °isso.°=
0311 Inspetor onde que ela trabalha?=
0312 Vítima I =ela, trabalha na casa de uma, família.
0313 Inspetor ah:: é em[pre-]
0314 Vítima I [faz faxina]=
0315 Inspetor =faxina da família, aí você cuida da casa.=
0316 Vítima I =°isso.°=
0317 Inspetor =cê é a mais velha, cuida dos meninos-das
0318 Inspetor crianças, né?
0319 (0,2)
0320 Inspetor ficou com medo de mim? não?=
0321 Inspetor ((vítima sinaliza negativamente com a cabeça))
0322 Inspetor =não, né, e me fala uma coisa, você::, no caso
0323 Inspetor assim, lá em ipatinga cê ficou então um tempo sem
0324 Inspetor estudar né, com quinze anos, né? quanto tempo cê
0325 Inspetor ficou sem estudar lá, cê lembra? cê sabe? o ano
0326 Inspetor passado cê estudou?
0327 Vítima I o ano passa↑do?=
0328 Inspetor =é.
0329 (0,4)
0330 Vítima I num lembro.=
0331 Inspetor =não né, o ano passado não estudou não.=
0332 Vítima I =não.=
0333 Inspetor =qual foi o último ano que você estudou, cê
0334 Inspetor lembra?=
0335 Vítima I =oi?=
0336 Inspetor =qual foi o último ano que você estudou, cê
0337 Inspetor lembra?
0338 Vítima I tem tem::po.
0339 Inspetor tem tem::po né menina.=
0340 Vítima I =tem.=
0341 Inspetor =num tem?, cê nem lembra né?, entendi,
0342 (0,3)
0343 Inspetor escreve seu nome aqui pra mim, pra eu lembrar,
0344 Inspetor alessandra de- escreve aí pra mim por favor,
0345 Inspetor ale::ssandra↓
0346 (0,1)
0347 Inspetor seu nome todo, tá?=
0348 Vítima I =o nome todo?=
0349 Inspetor =o nome todo.
0350 Vítima I aqui embaixo?=
0351 Inspetor =é.

0352 (0,3)((inspetor passa para a vítima I papel e
0353 caneta e esta tenta escrever))
0354 Vítima I tá falhando=
0355 Inspetor =tem problema não, essa caneta é ruim mesmo,
0356 >escreve com essa aqui< ó () que é melhor,
0357 essa é ruim toda vida.
0358 (4.5)
0359 Inspetor letra boa↑ hein alessandra.
0360 (6.0)
0361 Inspetor sua mãe te ensina alguma coisa em casa?
0362 Vítima I oi?
0363 Inspetor sua mãe te ensina alguma coisa em casa↓
0364 Vítima I sim é:::=
0365 Inspetor =de aula↓
0366 Vítima I não.
0367 Inspetor ela te ensina a fazer conta, essas coisas?
0368 Vítima I não, >isso eu já< sei↓
0369 Inspetor cê já sabe né? muito bem, obrigado tá?, vem cá
0370 ô:: gatinha, senta aqui perto do:: e você, como é
0371 que é o seu nome?
0372 Vítima II lívia.=
0373 Inspetor =lívia? cê sabe escrever seu nome, lívia, sabe?
0374 ((vítima II sinaliza afirmativamente com a
0375 cabeça))
0376 Inspetor mentira. escreve aqui pra mim, em cima aqui do
0377 nome da sua irmã.
0378 (3.0)
0379 Inspetor e o botafoguense aí, sabe escrever o nome?
0380 ((vítima III sinaliza afirmativamente com a
0381 cabeça))
0382 Inspetor mentira, sabe mesmo? então, nós vamos saber
0383 agora.
0384 (5.5)
0385 Vítima III nome todo?
0386 Inspetor nome todo.
0387 (0.5)
0388 Inspetor pode copiar da-do nome da irmã aí pra você ver.
0389 (0,8)
0390 Vítima III ()
0391 Inspetor não tem problema não rapaz, não tem problema não,
0392 eu escrevo pra você.
0393 ((vozes ao fundo de uma funcionária da
0394 delegacia))
0395 (0,8)
0396 ((inspetor se dirige à funcionária da delegacia))
0397 Inspetor °abaixa o rádio um pouquinho°. (9.0)
0398 (9.0)
0399 Inspetor cê estudou ano passado lívia?
0400 (0,4)
0401 o ano passado cê estudou?=
0402 Vítima II =não.
0403 Inspetor =não?, ô::(.) ô alessandra, quando que a:: a
0404 lívia, nasceu↓ , qual que é o aniversário dela,
0405 cê sabe?
0406 Vítima II ()=
0407 Inspetor =fala lívia, que dia que cê faz aniversário↓
0408 (3.0)
0409 Inspetor lembra não né?, e você, como é que é seu nome?
0410 Vítima III °alfredo°=

0411 Inspetor =alfredo, cê sabe que dia cê faz aniversário,
0412 alfredo?
0413 ((vítima III sinaliza negativamente com a
0414 cabeça))
0415 Inspetor sabe não?
0416 (0,4)
0417 Inspetor então tá bom, >chama sua mãe lá pra mim e seu
0418 pai<
0419 (2.5)
0420 Inspetor PERAÍ, antes de ir chamar senta aqui, senta aqui
0421 vocês três, vem cá.
0422 (0,4)
0423 Inspetor puxa a cadeira, pode puxar ô:: ô menina, pega a
0424 cadeira lá, eu tenho que fazer uma pergunta pra
0425 vocês, eu não quero o mal do pai de vocês, eu não
0426 quero o mal da mãe de vocês, mas >a gente< tem
0427 que saber né? então me fala uma coisa.
0428 (2.0)
0429 Inspetor vocês gostam do pai de vocês e da mãe de vocês, é
0430 claro que gostam, °né°? eles batem em vocês. eu
0431 tenho que saber,=
0432 Vítima I =não.=
0433 Inspetor =não ba[tem.]
0434 Vítima I [não,] só um tapinha à to::a,=
0435 Inspetor =um tapinha à toa.=
0436 Vítima I =é.
0437 Inspetor mas não dói.=
0438 Vítima I =não dói.
0439 Inspetor não dói, né?
0440 (1.7)
0441 Inspetor né botafogo? .hhh.((dirige-se à vítima III))
0442 (0,1)
0443 Inspetor então me fala uma coisa, e::: como é que é o co-
0444 como é que é a comida lá na casa de vocês, é
0445 boa?=
0446 Vítima I =é:[::]
0447 Inspetor [tem que ser né,] cê que faz né.=
0448 Vítima I =é:: hhh=
0449 Inspetor =e o que que teve lá hoje? de almoço,
0450 Vítima I de almoço?=
0451 Inspetor =é.=
0452 Vítima I =arroz, feijão::, angu.=
0453 Inspetor =com angu.=
0454 Vítima I =carne.=
0455 Inspetor =tem carne lá, macarrão? sobrou pra eu- pra eu
0456 poder ir lá, não?=
0457 Vítima I =carne?=
0458 Inspetor =sobrou alguma coisa pra eu poder ir lá, não?=
0459 Vítima I ãhãm? .hhh. sobrou,=
0460 Inspetor =sobrou? então já era, deixa eu te falar, e:::cês
0461 têm passado mal e-pra ir a- quando vocês passam
0462 mal seu pai leva no médico, direitinho ou não,
0463 num leva?
0464 Vítima I ah, minha mãe faz [chá mate]
0465 Inspetor [faz chá,] hã,
0466 Vítima I ela dá remédio,=
0467 Inspetor =e dá pra vocês.=
0468 Vítima I =dá.

0469 Inspetor °entendi°, é isso mesmo, né? chama seu pai lá pra
0470 mim e a sua mãe, ((inspetor pede que vítima I
0471 chame seus pais))
0472 (0,4)
0473 Inspetor agora botafogo, cê vai ter que sentar lá pro seu
0474 pai e a sua mãe sentarem aí,tá?
0475 Inspetor ((vítima III sinaliza afirmativamente com a
0476 Inspetor cabeça))((inspetor conversa com uma
0477 funcionária))ah, mas podia ser né, num é
0478 Funcionária (mas podia ser ()).
0479 Suspeita ()
0480 (9.5)
0481 Inspetor que calor hein↓
0482 Vítima I °tá°, hhh
0483 Inspetor EIta.
0484 (2.0)
0485 Inspetor gostei de conversar com os seus filhos, viu.
0486 Suspeita °hein?°=
0487 Inspetor =gostei de conversar com os seus filhos, cadê seu
0488 marido?
0489 (2.0)
0490 Inspetor senta aqui patrão, gostei de conversar com os
0491 seus filhos, viu, gostei.
0492 (1.0)
0493 Inspetor gostei porque eles são muito, simples, muito
0494 sinceros, o alfredo nasceu quando () ?
0495 Suspeita o alfredo nasceu no dia () =
0496 Inspetor =oito.=
0497 Suspeita =ele vai fazer:: ele tem- ele vai fazer dez
0498 anos.=
0499 Inspetor =vai fazer? então é de noventa e sete, né. não,
0500 é de noventa e- seis, não é isso?=((dirigindo-se
0501 à pesquisadora))
0502 Suspeita =humhum, não.=
0503 Inspetor =oito.=
0504 Pesquisadora =é noventa e oito?=
0505 Inspetor =vai fazer dez, é noventa e [oito então.]
0506 Pesquisadora [oito, é.]
0507 Inspetor é noventa e oito, a livia () né, a livia
0508 nasceu quando?
0509 Suspeita (dia trinta de agosto)=
0510 Inspetor =então a livia faz aniversário agora, ué, NÉ? a
0511 livia faz aniversário agora, de quando?
0512 Suspeita () que a minha cabeça é tão ruim=
0513 Inspetor =então esse aqui vai aparecer, esse aqui tem
0514 nove, essa aqui tem treze, né, então trinta de
0515 agosto, ela vai fazer treze, de noventa e, de
0516 oitenta e, dez,oitenta e sete.=
0517 Pesquisadora =ela vai fazer quantos anos?<=
0518 Inspetor =treze, aquela ali vai fazer treze.
0519 Pesquisadora ah, treze.
0520 Inspetor né? então depois eu vejo, e a alessandra↓=
0521 Suspeita =alessandra vai fazer dezesseis, dia primeiro de
0522 setembro.=
0523 Inspetor =é, agora dia primeiro de setembro, elas tão me
0524 falando que ano passado elas não estudaram não
0525 né↓=
0526 Suspeita =é- ah- é por causa dos problemas, é porque eu tô
0527 correndo atrás de vaga pra elas.=

0528 Inspetor =de vaga né.=

0529 Suspeita =tem um tempão, aí:: o que que acontece (.) aí o-

0530 o- pai- o menino () não tinha vaga,então cê

0531 vai com a sua madrinha, cê vai estudando pra você

0532 num perder ().

0533 Inspetor então deixa eu falar pra vocês o que eu vou

0534 escrever.

0535 (3.5)

0536 Inspetor eu acredito mais nas crianças do que nos adultos.

0537 Inspetor isso aí sou eu, né? então eu vou escrever::

0538 quanto a essa denúncia aqui, que que eu vou

0539 escrever, eu vo- eu vou escrever que eu não vejo

0540 procedência nela.=

0541 Suspeita =°humhum°.

0542 Inspetor =porque eu conversei com eles, são simples mesmo,

0543 são interioranos mesmo, e:: eu não condeno, a

0544 criação de ninguém não, mesmo porque eu não tô

0545 aqui pra julgar ninguém, nem- ,eu não condeno

0546 não, o que eu tô vendo são () são cenas- são

0547 pessoas, que estão sendo bem, firmadas, quanto ao

0548 problema do desemprego, eu pen- eu penso que a

0549 gente não deve trazer o problema do desemprego

0550 pra dentro de casa não, ainda que ele nos,

0551 aflija, não é verdade? mas na medida do possível,

0552 então eu vou dizer isso, vou dizer que vocês

0553 vieram de ipatinga, estão aí, tão na iminência

0554 inclusive de voltar, ir embora pra outra cidade

0555 porque aqui não conseguiram nada, não é isso?

0556 (2.5)

0557 Inspetor e, conforme eu disse pra vocês a denúncia é

0558 anônima, tá vendo, tá vendo, viu? é isso eu vou

0559 só anotar seus dados aqui pra poder::

0560 (45.0)((inspetor anota informações num papel)

0561 Inspetor conforme eu falei pra vocês, eu:: pedi, pra

0562 polícia pra tá dando uma chegadinha lá, e o que

0563 eles me falaram foi exatamente, isso aí que a

0564 gente viu agora, tá.=

0565 Suspeita =humhum=-.

0566 (6.0)

0567 Inspetor qual que é a sua profissão patrão?

0568 Suspeito =pintor.

0569 (23.0)((inspetor entrega o documento ao suspeito

0570 II)

0571 Inspetor seu documento.

0572 (30.0)

0573 Inspetor a senhora já teve carteira de identidade aqui em

0574 minas, minha senhora?

0575 Suspeita não.

0576 Inspetor não?

0577 (6.0)

0578 Inspetor entendi.

0579 (19.0)

0580 Inspetor vocês dois são lá de divino, não é isso?=
0581 Suspeita =é.
0582 (9.0)

0583 Inspetor tô devolvendo seu documento também((inspetor
0584 entrega os documentos ao suspeito I)), olha,
0585 muito obrigado por vocês terem vindo, tá? as
0586 crianças nasceram lá em ipatinga mesmo?

0587 Suspeita não, essa daqui, é todos os três nasceram aqui.=
0588 Inspetor =tudo aqui de pedra de minas↓, tá jóia, obrigado,
0589 viu?=
0590 Suspeito =nada.
0591 Inspetor =eu vou escrever isso que eu falei pra vocês, tá?
0592 quanto a isso pode ficar [despreocupado.]
0593 Suspeito [falou. tá bom.]
0594 Suspeita boa tarde.=
0595 Inspetor =tchau, viu.

ANEXO G - Transcrição do IP VIII

Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher

DESAPARECIMENTO DE MENOR

INTERROGATÓRIO POLICIAL - IP VIII

Menor de 16 anos sai de casa para viver com o seu companheiro de quem está grávida. A mãe da menor afirma que João levou a sua filha de casa e que este costuma bater em mulher. João aponta que foram os pais da garota que a levaram em seu serviço. A menor e João estão vivendo juntos e Joana diz que está bem na casa do companheiro, não querendo voltar para a casa dos pais. O inspetor reconhece que a menor não desapareceu e nem abandonou os pais.

Consoante às notas de campo durante a geração de dados, tem-se a notícia de que foi a mãe a declarante do BO (boletim de ocorrência), sendo, portanto, esta considerada a “vítima” nesse interrogatório.

Participantes: Inspetor de Polícia (Carlos)
Vítima (Vítima -Maria)
Pai da menor (Mário)
Menor (Joana)
Suspeito (João)
Funcionária I (Paula)

Transcrita por: Priscila Júlio Guedes Pinto.
Audiência coletada em: 03 de outubro de 2007, Juiz de Fora/MG, UFJF- Dissertação de Mestrado em Linguística.

0001 Suspeito eu cheguei aqui era oito e meia.
0002 Inspetor hum.
0003 Suspeito aí eu vim saber o que que era.
0004 Inspetor hum.
0005 (0.2)
0006 Inspetor mas a detetive falou com você lá. eu tenho
0007 certeza.
0008 Suspeito ela foi lá na loja ontem.
0009 Inspetor eu sei, fui eu que mandei ela ir lá.
0010 (4.0)
0011 Inspetor ((inspetor tosse)) muito bem.
0012 (2.0)
0013 Inspetor .hhh.
0014 ((mexe em papéis))
0015 Inspetor documento seu, amigo? ((solicita documentos))
0016 (0.2)
0017 Inspetor onde está a ocorrência? a ocorrência?
0018 (0.5) ((procura pelo boletim de ocorrência))
0019 Inspetor um encaminhamento. vocês vieram da onde? vocês
0020 trouxeram um encaminhamento pra mim, não foi?
0021 (0.2)
0022 Suspeito ()
0023 Inspetor o que que vocês trouxeram? vocês trouxeram pra
0024 mim foi um encaminhamento, não foi?
0025 (.)
0026 Inspetor onde que eu botei, eu mandei a detetive ir atrás,
0027
0028 (.)
0029 Inspetor o que que eu fiz? não, eu acho que mandei um
0030 detetive ir atrás, não?
0031 (.)
0032 Inspetor é.
0033 (0.5)
0034 Inspetor quer dizer então que a senhora e o senhor são pai
0035 e mãe dessa moça que tá aqui,
0036 Pai da menor é sim.
0037 Inspetor ela tem dezes- anos, quinze anos, dezesseis,
0038 quantos anos que você tem?
0039 Menor dezesseis.
0040 Inspetor dezesseis,
0041 (.)
0042 Inspetor não é isso? não enxerga da vista esquerda e
0043 enxerga bem da direita,
0044 (0.2)
0045 Inspetor não é isso?
0046 (.)
0047 Inspetor grávida?
0048 Menor tô grávida.
0049 Inspetor dele?
0050 Menor dele.
0051 Inspetor entendo.
0052 (0.5)
0053 Inspetor por que que você saiu de casa? você? ((o inspetor
0054 se dirige à menor)) estou perguntando a você,
0055 porque você saiu da sua casa pra ir pra casa
0056 dele?
0057 (.)
0058 Inspetor responde?
0059 (0.5)

0060 Inspetor hein?
0061 (0.2)
0062 Inspetor pode falar?
0063 (0.5)
0064 Inspetor pode falar? você está falando com a polícia? pode
0065 falar?
0066 (0.5)
0067 Menor porque eu tô grávida.
0068 Inspetor por causa disso?
0069 Menor é.
0070 Inspetor aí você saiu da sua casa?
0071 Menor °humhum.°
0072 Inspetor é?
0073 (0.2)
0074 Inspetor porque você não pode ficar grávida na sua casa
0075 não? ou você quer viver com ele?
0076 Menor viver com ele.
0077 Inspetor quer viver com ele?
0078 (.)
0079 Menor porque eu amo ele e gosto dele e quero ficar com
0080 ele.
0081 Inspetor certo,
0082 (.)
0083 Inspetor muito bem.
0084 Menor como eu estou grávida dele eu preciso ficar com
0085 ele.
0086 Inspetor é?
0087 Menor então ele que (.) vai assumir a responsabilidade
0088 não são eles.
0089 Vítima eu sou mãe joana [()]
0090 Inspetor [pera aí, pera aí] calma pera
0091 aí, pera aí, ué (ela tá falando.)
0092 Vítima sou mãe.
0093 Inspetor pera aí, e como é que tá a sua vida com ele, tá
0094 tudo bem?
0095 Menor tá ótima.
0096 Inspetor é? ele deixa faltar alguma coisa pra você?
0097 Menor não. nada.
0098 Inspetor nada? você já foi ao médico? pra fazer o exame de
0099 pré-natal?
0100 Menor não. vou ainda.
0101 Inspetor ainda vai? tá de quantos meses?
0102 Suspeito não sabe não.
0103 Inspetor não sabe não.
0104 Menor vou saber ainda.
0105 Inspetor é? mas tem quanto tempo que não vem a
0106 menstruação?
0107 Suspeito tem uns três mês, uns () já faz uns dois mês
0108 já.
0109 Inspetor é?
0110 (.)
0111 Inspetor foi você que foi na casa deles, os dois aqui
0112 presentes, buscar a menina?
0113 Suspeito não. tava na loja, trabalhando,
0114 Inspetor ham.
0115 suspeito na entrada no shopping, dez horas da noite, eles
0116 levaram ela lá na loja e eu tenho
0117 [testemunha disso]
0118 Vítima [()]

0119 Inspetor [pera aí, pera aí, pera aí]
0120 Vítima [VOCÊ É UM SAFADO]
0121 Inspetor [pera aí, pera aí] se a senhora gritar,
0122 pera aí, eu vou dá a palavra para a senhora,
0123 calma,mas se a senhora gritar vai ficar difícil↑
0124 [aí eu num]
0125 Vítima [eu num levei nada]
0126 Inspetor aí eu num atendo não, [c a l m a ↑]
0127 Vítima [ah que levei o quê]
0128 Inspetor pera aí, calma, se a senhora não respeitar vai
0129 ficar difícil.=
0130 Suspeito =()=
0131 Inspetor =né? a gente vai tentar resolver igual eu prometi
0132 a senhora, eu vou resolver mas tem que ser com
0133 calma,
0134 (.)
0135 Inspetor com calma.
0136 Vítima ()
0137 Suspeito eu tava trabalhando lá, eles levaram ela lá dez
0138 horas da noite lá na loja, eu tenho testemunha
0139 tem tudo ()
0140 Inspetor você mora aonde? você mora aonde?
0141 Suspeito eu moro em santo antônio.
0142 Inspetor ah é? a casa é sua? alugada o que que é?
0143 Suspeito alugada.
0144 Inspetor alugada?
0145 Suspeito aluguei casa pra mim e pra ela, comprei móvel,
0146 comprei tudo.
0147 Inspetor ah é?
0148 Suspeito comprei geladeira, [fogão.] comprei tudo.
0149 Menor [isso.]
0150 Inspetor foi menina?
0151 Menor foi.
0152 Suspeito tem nota fiscal lá em casa, entendeu? [tem tudo]
0153 Menor [°t e m.°]
0154 Inspetor é?
0155 Suspeito comprei tudo.
0156 Inspetor você trabalha aonde?
0157 Suspeito trabalho no santa, no X lanche.
0158 Inspetor é:: lanche?
0159 Suspeito é.
0160 Inspetor você é balconista, lá?
0161 Suspeito isso.
0162 Inspetor hum:: entendo.
0163 Suspeito (viu.)
0164 (.)
0165 Inspetor pode falar dona:: pode falar, pode falar.
0166 Vítima NÓS NÃO LEVAMO ELA NÃO↑
0167 Inspetor não↑ a senhora tá falando pra mim? a senhora, não
0168 é pra ele não, a senhora tá falando é PRA MIM?
0169
0170 Vítima ele tá falando que nós levamo ela né?
0171 Inspetor isso.
0172 Vítima [()]
0173 Inspetor [pode falar seu mário][pode falar seu mário]
0174 Vítima [()]
0175 Inspetor agora nós estamos todo mundo aqui, né?
0176 Pai da menor (levo ela) mas não nos comunicou nem como ela tá

0177 passando nem nada (e a mulher ficou doida.)
 0178 [()]
 0179 Menor [()] até segunda-feira lá. eu podia fica até
 0180 segunda-feira lá.
 0181 (.)
 0182 Menor na casa da mãe.
 0183 Vítima eu pedi pra você fica até uma semana comigo e ele
 0184 não deixô, porque ele não deixô?
 0185 Suspeito [()]
 0186 Vítima [eu sou mãe, eu sou mãe gente]
 0187 Suspeito você quer ir lá na sua mãe? aí ela disse pra mim
 0188 não eu não quero ir () porque se não eles vão
 0189 [briga com ela]
 0190 Menor [(tudo deles é briga)]
 0191 Suspeito toda vez que nós vamo lá, eles fica brigando com
 0192 ela.
 0193 Inspetor deixa eu explicar uma coisa pra vocês.
 0194 Suspeito (ham.)
 0195 Inspetor ah eu mandei vim o bo ((boletim de ocorrência))
 0196 lá da dageb- lá da dacape ((repartição da
 0197 DRCCM)) (que ela registrou desaparecimento), agora
 0198 que eu lembrei.
 0199 Suspeito °entendeu.°
 0200 Inspetor agora que eu lembrei. ((inspetor mexe em papéis))
 0201 (0.2)
 0202 Inspetor eu mandei vim o bo da dacape porque rolou um
 0203 desaparecimento,
 0204 Suspeito ()
 0205 Inspetor hein?
 0206 Suspeito eu quero cuidar do bebê e dela, cuidar bem dela.
 0207 Inspetor entendo.
 0208 Suspeito o que eu mais quero é esse filho e ela.
 0209 Inspetor como é que é?
 0210 Suspeito eu quero cuidar bem dela e do neném.
 0211 Inspetor certo.
 0212 (.)
 0213 Inspetor deixa eu explicar um negócio pra vocês,
 0214 (0.2)
 0215 Inspetor o nosso problema aqui, primeiro é resolver as
 0216 questões, né? que estão aparecendo aqui e que até
 0217 então a gente só tinha uma versão da coisa, um
 0218 lado da moeda, agora a gente está vendo o outro
 0219 lado, quando a senhora me falou que o moço aqui
 0220 viria,=
 0221 Suspeito =(eu vim.)=
 0222 Inspetor =eu mandei o detetive ir lá, mandei não, eu pedi
 0223 a detetive pra ir lá, a detetive foi conversou
 0224 com ele e ele falou que [v i r i a]
 0225 Suspeito [eu falei que viria]
 0226 Inspetor conforme ele veio, eu não tô entendendo o porquê
 0227 de não vim na hora e o porquê de esperar um sai
 0228 pra vim outro, né?
 0229 Suspeito eu tava lá em cima
 0230 [()]
 0231 Inspetor [mas isso daí tá resolvido]
 0232 [isso daí se resolve]
 0233 Suspeito [eu tava lá em cima] porque eu não sabia onde
 0234 que era,=
 0235 Inspetor =agora quero saber de vocês o seguinte, eu tô

0236 conversando com a filha de vocês, será que você
0237 faz o favor de esperar ali fora pra mim?
0238 ((inspetor pede o suspeito para se retirar da
0239 sala))
0240 Suspeito espero.
0241 Inspetor é dois minutos tá?
0242 Suspeito °humhum.°
0243 (0.5)((o suspeito sai da sala))
0244 Vítima ()
0245 Inspetor [() seu pai? seu pai?]
0246 Vítima [()]
0247 Menor humhum.
0248 Inspetor sua mãe?
0249 (0.2)
0250 Inspetor o que que eu tô vendo aqui ô::: esqueci o seu
0251 nome?
0252 Menor joana.
0253 Inspetor joana,=
0254 Menor =virtudes da silva.
0255 Inspetor da silva.
0256 Inspetor o que eu tô vendo aqui joana é o seguinte, nós-
0257 (.) nós aqui não temos a intenção e não vamos
0258 fazer é dizer o que as pessoas devem ou não devem
0259 fazer, olha você deve agir assim, você deve agir
0260 assado é a polícia não faz não.
0261 Menor ()
0262 Vítima ele é um sem vergonha, ele bate em mulher,
0263 Inspetor tá. ele bate em você?
0264 Menor não, nunca bateu em mim, [(os outros sim)]
0265 Vítima [()]
0266 Inspetor [é ?]se
0267 a senhora não parar de falar um minutinho a gente
0268 não consegue conversar, eu tô deixando de atender
0269 gente aqui pra atender a senhora.
0270 Menor no primeiro dia até hoje ele sempre me respeitou,
0271
0272 Inspetor respeitou? é:: tipo==
0273 Menor =com sinceridade,=
0274 Inspetor =ham.
0275 Menor eu namorei uns rapazes que nunca me respeitou
0276 igual ele.
0277 Inspetor é? ele ele- ele deixa passar alguma necessidade
0278 lá,
0279 Menor = nunca=
0280 Inspetor =comida, roupa.=
0281 Menor a gente compra junto.
0282 Inspetor é: vocês compram juntos? é? comprou o quê?
0283 (.)
0284 Inspetor comprou o quê?
0285 Menor móvel,
0286 Inspetor móvel?
0287 Menor fogão.
0288 Inspetor fogão?
0289 Menor tudo.
0290 Inspetor tá tudo dentro de lá?
0291 Menor tá tudo em casa lá.
0292 Inspetor se eu for lá agora, eu vejo isso?
0293 Menor °pode ir°
0294 Inspetor °entendi° ele te bate?

0295 Menor ele nunca encostou [a mão em mim]
 0296 Inspetor [ele te-] ele te força
 0297 a ter relação sexual com ele?
 0298 Menor não. nunca forçou igual aos outros.
 0299 Inspetor não?
 0300 Menor os outros sempre forçavam [eu]
 0301 Inspetor [ele] não?
 0302 Menor em tudo, espancava eu os outros.
 0303 Inspetor é?
 0304 Menor ()
 0305 Inspetor e esse neném aí foi feito quando? você deixou
 0306 fazer?
 0307 Menor hum?
 0308 Inspetor você deitou com ele porque quis? o neném?
 0309 Menor humhum.
 0310 Inspetor você deitou com ele porque quis ou ele te forçou?
 0311
 0312 Menor porque eu que quis sim.
 0313 Inspetor você quis?
 0314 Menor eu quis porque era um sonho meu.
 0315 Inspetor era um sonho seu?
 0316 Menor é.
 0317 Inspetor mesmo novinha desse jeito?
 0318 Menor era um sonho meu.
 0319 Inspetor é?
 0320 (.)
 0321 Inspetor o senhor quer perguntar alguma coisa seu mário?
 0322 pode perguntar?
 0323 Pai da menor ()
 0324 Inspetor fala?
 0325 Pai da menor ()
 0326 Inspetor fala alto que eu sou surdo.
 0327 Pai da menor [()]
 0328 Menor [()]
 0329 Pai da menor ()
 0330 Inspetor o senhor viu- eu tirei ele da sala,
 0331 Pai da menor hahã.
 0332 Inspetor e o senhor ouviu da boca da sua própria filha .
 0333 Pai da menor ()
 0334 Inspetor me fala porque que você não vai visitar sua mãe e
 0335 seu pai?
 0336 Pai da menor [()]
 0337 Menor [()]
 0338 Inspetor então tá,
 0339 Pai da menor ()
 0340 Inspetor porque que você não vai [visitar-]
 0341 Pai da menor [()]
 0342 Inspetor eu sei, eu acredito em você.porque você não vai
 0343 visitar a sua mãe e o seu pai, vocês moram longe?
 0344
 0345 Menor eu moro em santo antônio?
 0346 Inspetor santo antônio, e ele?
 0347 Menor bairro verde.
 0348 Inspetor é longe? onde é que é bairro verde?
 0349 Pai da menor é na boa esperança.
 0350 Inspetor boa esperança? então você podia- é:: ele te dá um
 0351 valezinho transporte? pra você poder ir visitar o
 0352 seu pai e sua mãe?
 0353 Menor [(mas eu-)]

0354 Pai da menor [()]
0355 Inspetor ah você não paga ônibus não, lembrei.
0356 Menor mas daí eu cheguei lá né?
0357 Inspetor hum.
0358 Menor aí eu chego lá né? eles começou a brigar comigo.=
0359
0360 Inspetor = a brigar por causa de quê?
0361 Pai da menor ()
0362 Inspetor por causa de quê? porque eles gostam de você e
0363 porque eles querem que você vá lá mais vezes, e
0364 não é fugindo da casa de seus pais que você vai
0365 resolver seus problemas não.
0366 Menor eu não tô fugindo.
0367 Inspetor mas a gente tem de ir lá.
0368 Menor eu tô evitando um pouco de briga e confusão.=
0369 Inspetor = então eles estão sabendo agora que [você-]
0370 Menor [()]
0371 Inspetor [()]
0372 Menor [()]
0373 Inspetor muito bom, você tem um raciocínio interessante,=
0374 Menor = ()
0375 Inspetor eles agora estão sabendo então que é mentira, que
0376 o João não te bate.
0377 Menor não me bate,
0378 Inspetor não.
0379 Menor e prova disso que eu tenho.
0380 Inspetor tem?
0381 Menor tenho.
0382 Inspetor qual prova? que prova que você tem que ele não te
0383 bate?
0384 Vítima é ()
0385 Inspetor você não tem marca nenhuma, tem?
0386 Menor não.
0387 Inspetor isso aí é o quê?
0388 Menor isso daqui sou eu mesmo.
0389 Inspetor foi você mesmo? [me fala uma coisa,]
0390 Menor [sou eu mesmo.]
0391 Inspetor se eu mandar a detetive ir lá agora, tudo bem eu
0392 acredito, se eu mandar a detetive ir lá agora pra
0393 olhar se tem os móveis se tem comida nas panelas,
0394 tem?
0395 Menor tem sim.
0396 Inspetor tem comida na lata lá?
0397 Menor tem sim.
0398 Inspetor tem?
0399 Menor tem sim.
0400 Pai da menor mentira, ()
0401 Inspetor tá. não, sem dúvida- agora me fala uma coisa,
0402 Menor hum.
0403 Inspetor você já foi- no médico você não foi ainda?
0404 Menor [()]
0405 Vítima [()]
0406 Inspetor quem? o João?
0407 Vítima é.
0408 Inspetor ele trabalha lá, né?
0409 Vítima humhum.
0410 Menor ele tá comigo, ele me respeita, () ele me
0411 respeita até hoje.
0412 Inspetor há quanto tempo vocês estão juntos?

0413 Menor entendeu?
 0414 Inspetor há quanto tempo eles estão juntos?
 0415 Menor três meses no máximo.
 0416 Vítima três mês()
 0417 Inspetor (ela se enrola?)
 0418 Vítima (tá grávida aí olha só,)
 0419 Menor porque eu quis.
 0420 Inspetor o que que você quis?
 0421 Menor ()
 0422 Inspetor hein?
 0423 Menor (ficar grávida.)
 0424 Inspetor você que quis.
 0425 Menor foi porque que eu quis.
 0426 Vítima (ah tá vendo?)
 0427 Menor não foi porque eles mandaram.
 0428 Vítima (foi vingança da avó dele, foi vingança da avó
 0429 dele, ele vingou,)
 0430 Menor ()
 0431 Inspetor que vingança é essa?
 0432 Vítima ()
 0433 Inspetor que vingança é essa?
 0434 Vítima ele e ela é primo, eles são primo.
 0435 Inspetor a senhora não tinha me falado nada disso não ué,
 0436 eu tô sabendo disso agora, são primos?
 0437 Vítima é são primos,
 0438 Pai da menor as mulher é irmã.
 0439 Menor eu amo ele e ele me ama, entendeu?
 0440 Vítima ()
 0441 Inspetor deixa eu explicar para a senhora, conforme eu
 0442 prometi,
 0443 (.)
 0444 Inspetor ela tá aqui o rapaz também veio, eu vou saber
 0445 quem é o rapaz, tá certo? agora deixo claro um
 0446 negócio pra senhora,
 0447 (0.2)
 0448 Inspetor pelo o que se tá vendo (.) ela não tem tanta
 0449 dificuldade de entendimento das coisas conforme
 0450 nós pensávamos, conforme eu pensava, ela tem um
 0451 raciocínio interessante, fala bem,=
 0452 Menor =obrigado.
 0453 (0.2)
 0454 Inspetor ela tem uma consciência- ((funcionária I pede
 0455 informação ao inspetor))
 0456 Funcionária I ()tem uma ocorrência pra você, três oito nove
 0457 da inspetoria.
 0458 Inspetor deve tá aqui então, é o que é é o da ()?
 0459 Funcionária I é. ((tosse))
 0460 Inspetor deixa eu ver?
 0461 Funcionária I não,não é três oito nove não é esse,((se dirige à
 0462 funcionária II da delegacia))
 0463 Inspetor ah tá, deve tá aqui.
 0464 Funcionária I pode olhar?
 0465 Inspetor pode.
 0466 (0.2)
 0467 Funcionária I sabe porque está relacionado com ()
 0468 Inspetor então o que ocorre, eu tô vendo que ela quer
 0469 ficar, agora o amor que sua mãe tem por você e
 0470 que o seu pai tem por você, a preocupação que
 0471 eles têm, você tem que entender também e tem que

0472 ir lá deixar eles participar da gravidez.
0473 Pai da menor ()
0474 Inspetor então () você não paga ônibus,=
0475 Menor =eu ia ()
0476 Inspetor ham.
0477 Menor (eu parei de ir) pra evitar briga e confusão.
0478 Inspetor porque que dá briga e confusão?
0479 Pai da menor ()=
0480 Inspetor = se vocês se gostam==
0481 Menor = ela desconfia dele.
0482 Vítima eu não vou com [a cara dele,]
0483 Menor [num é assim não,]
0484 Vítima eu não vou com a cara dele não.
0485 Menor não é assim não ().
0486 Vítima você não sabe nem o que tá falando, mas eu sou
0487 mãe.
0488 Menor (eu falo o que é certo,)
0489 Vítima [()]
0490 Menor [()]
0491 Vítima ele igual o pai dele, o pai dele espancava a mãe
0492 dele demais, ele igual o pai dele.
0493 Inspetor mas ela tá me dizendo aqui senhora que não
0494 apanha, eu pus o cara pra fora pra poder
0495 conversar com ela,
0496 Vítima [()]
0497 Menor [()]
0498 Inspetor mas ela tá dizendo que não tá apanhando,
0499 Menor (eu não tô apanhando,)
0500 Inspetor ela só tá elogiando o rapaz até agora, eu não vi
0501 ela falar mal do cara ainda,=
0502 Menor =eu nunca falei.=
0503 Inspetor =e não como é que o cara==
0504 Pai da menor = () é gosto dela pra lá.
0505 Menor ()
0506 Inspetor ela só quer pelo o que eu tô entendendo que vocês
0507 entendam isso e você tem que entender joana,
0508
0509 Menor ()
0510 Inspetor [que eles querem]
0511 Menor [()]
0512 Inspetor que você deixe eles participarem disso.
0513 Pai da menor ()
0514 Vítima num vai vê a mãe mais ()
0515 Menor isso aí é porque==
0516 Vítima =()=
0517 Menor = porque eles eles,=
0518 Vítima = (não:: bater no pai por causa de homem não
0519 deixo,) não deixo
0520 Menor entendeu? então isso é==
0521 Inspetor = chama o João aqui pra mim?
0522 (0.5) ((inspetor anota informações))
0523 Inspetor senta aí João, isso daqui é seu, guarda,
0524 ((inspetor entrega os documentos do suspeito))
0525 Suspeito °humhum.°
0526 Inspetor o caso é o seguinte,
0527 (0.5)
0528 Inspetor essa menina aqui joana da silva aqui ó só fez
0529 elogio a você.
0530 Suspeito isso é bom pra ela demais.

0590 Suspeito eles que tem comigo,
0591 [eu não tenho nada contra eles]
0592 Inspetor [p o r q u ê ?]
0593 Suspeito porque eles não aceita (.) a situação, aí quando
0594 eu levo ela lá eles briga comigo, só que eu sou
0595 calmo, entendeu? brigar eu nunca briguei, né? num
0596 bate- num vale a pena fazer isso, entendeu? eu
0597 fui lá,
0598 (.)
0599 Suspeito levar ela lá eles me- eles começaram a xingar
0600 ela, a gritar com ela () ela tá grávida ela
0601 num pode, senão ela vai perder a criança? não
0602 deixaram eu sair, não deixaram eu sair,=
0603 Inspetor = você mora aonde? ((lendo o nome))carlos joaquim
0604 fortes?
0605 Suspeito é. (bairro santo antônio).
0606 Inspetor qual que é o número lá?
0607 suspeito quatrocentos e vinte.
0608 ((funcionária I pede informação ao inspetor))
0609 Funcionária I ô carlos ()
0610 Inspetor deve tá com a doutora.((Referência à delegada))
0611 Funcionária I ((tosse)) não tá na () inspetoria.
0612 Inspetor deve tá com a equipe de rua.
0613 Funcionária I ah tá,
0614 Inspetor você trabalha na rua::
0615 Suspeito ali é::< é em frente ao academia shopping,
0616 Inspetor = é rua joaquim soares,
0617 Suspeito não sei o nome da rua eu num- é em frente o
0618 fortaleza.
0619 Inspetor em frente ao fortaleza, eu vou mandar o detetive
0620 ir lá, tá?
0621 (0.2)
0622 Inspetor então, nós vamos combinar o seguinte, o
0623 desaparecimento não houve né? dona maria?
0624 Vítima é idéia da gente mesmo de nunca mais vê minha
0625 filha [t á b o m?]
0626 Inspetor [mas porque a senhora tá fazendo isso?]
0627 Vítima () sabe porque acabou, [acabou]
0628 Menor [n ã o]
0629 Vítima [p r a m i m,] acabou.
0630 Menor [num tem necessidade disso]
0631 Inspetor mas porque a senhora vai fazer isso? me explica?
0632 Vítima não, vou viver tranqüila pra lá,()=
0633 Inspetor = mas a senhora não pode viver tranqüila aqui
0634 não?=
0635 Vítima =não.=
0636 Inspetor =perto da sua filha, perto de seu neto que está
0637 chegando aí?=
0638 Vítima = a minha filha, a minha filha
0639 [a b a n d o n o u e u]
0640 Pai da menor [(eles podia morar numa casa grande)] e repartir
0641 a casa pra eles morar aqui perto,
0642 (.)
0643 Pai da menor é ué.
0644 Inspetor mas deixa eu perguntar uma coisa o senhor, (.)
0645 enquanto [esse sonho que ela tem não se realiza]
0646 Vítima [()]
0647 Inspetor porque é:: qual é o problema? o senhor sabe o que
0648 que eu fiz ontem?

0649 Pai da menor hum.
0650 Inspetor eu mandei ir detetive lá na casa deles,
0651 (.)
0652 Inspetor eu mandei ir detetive lá na casa deles de NOITE
0653 pra ver se tinha briga lá, vizinho nenhum me
0654 falou que tinha briga, e vizinho nenhum falou que
0655 vocês briga,=
0656 Suspeito = humhum.=
0657 Inspetor = eu sei, eu sei que não tem, que eu mandei gente
0658 lá de noite, os meus detetives trabalharam a
0659 noite pra ir lá.
0660 Vítima [()]
0661 Inspetor [inclusive] aquele cachorro lá nojento que
0662 [vocês tinham lá perto lá]
0663 Suspeito [cachorro chato]
0664 Inspetor eles vão acabar matando ele.
0665 Suspeito cachorro chato,
0666 Inspetor tem um cachorro que [avançou]
0667 Suspeito [e chato]
0668 Inspetor no meu detetive,
0669 [nós vamos acabar matando ele] tá entendendo?
0670 Suspeito [e l e é c h a t o m e s m o]
0671 Inspetor tem um cachorro lá perto lá que avançou nos meus
0672 detetives lá quando nós fomos lá,
0673 [é pretinho enjoado lá]
0674 Suspeito [é um pretinho]
0675 Inspetor foi? pra vocês verem que [eu fui lá,]
0676 Suspeito [(foi mesmo)]
0677 Inspetor pra vocês verem que eu fui lá, agora enquanto
0678 isso procura viver em paz,
0679 Vítima () eu tenho medo de ela queimar porque ela tem
0680 uma vista só.
0681 Pai da menor eu==
0682 Inspetor =deixa eu explicar um negócio para a senhora,
0683 deixa eu explicar um negócio para a senhora=
0684 Vítima = (ela queima tudo aí, entendeu? ela num cuidar
0685 direito de casa,)=
0686 Inspetor =tá deixa eu falar um negócio para a senhora,
0687 deixa eu falar um negócio para a senhora, a
0688 senhora quer [o bem dela]
0689 Vítima [()]
0690 Inspetor MAS DEIXA EU EXPLICAR PRA SENHORA, ela tem que
0691 crescer, ela não é doente, ela é uma pessoa
0692 EXTREMAMENTE inteligente e capaz eu tô vendo
0693 aqui, tá na minha frente,
0694 (.)
0695 Inspetor o fato de ela ter uma vista só, tá certo? ela tem
0696 condições de trabalhar, eu tenho duas e tô usando
0697 óculos [aqui ó?] e ela tem uma só e não tá?
0698
0699 Suspeito [ahah.]
0700 Vítima (cadê o seu óculos joana?)
0701 Inspetor tá certo? então deixa ela viver, se der certo
0702 ótimo, juntar com os outros, casar é loteria,
0703 ela- [d e i x a e l a v i v e r]
0704 Vítima [() nós num vão olhá não tá?]
0705 Inspetor [se não der certo,] se não der certo,
0706 Vítima [()]
0707 Inspetor se não der certo eu tenho certeza que agora a

0767 Menor [s e m b r i g a]
0768 Inspetor só isso que tá pedindo então,
0769 Vítima [()]
0770 Suspeito [()](quero trabalhar sossegado, porque
0771 trabalhar com a cabeça pensando num monte de
0772 coisa,)
0773 Vítima ()
0774 Suspeito °(eu também ué)°
0775 Inspetor vocês querem falar mais alguma coisa? tá
0776 prometido que você vai visitar o seu pai e sua
0777 mãe mais vezes?
0778 Menor juro.
0779 Inspetor tá prometido?
0780 Suspeito eu levo ela,
0781 Inspetor tem algum problema amigo, quer falar mais alguma
0782 coisa?
0783 Pai da menor não, não ()
0784 Inspetor então tá liberado,
0785 [vocês podem ir, vocês podem ir]
0786 Menor [d e p e n d e d e l a a í]
0787 Vítima [não eu num quero não] eu num==
0788 Inspetor =pode ir embora até logo,
0789 Suspeito bom dia pro senhor, tchau obrigado tá?
0790 Pai da menor ()
0791 Vítima sabe o que que ela me falou?
0792 Inspetor a senhora não vai sair falando nas costas dela
0793 não, ()